

FACES DA FRONTEIRA

Desafios e Perspectivas de Regiões Lindeiras

volume II

Iuri Cavlak
Jadson Luis Rebelo Porto
Andrius Estevam Noronha

Macapá 2017

**FACES DA FRONTEIRA:
Desafios e Perspectivas de Regiões Lindeiras**

**IURI CAVLAK
JADSON LUIS REBELO PORTO
ANDRIUS ESTEVAM NORONHA**

**FACES DA FRONTEIRA:
Desafios e Perspectivas de Regiões Lindeiras**

Volume 2



Macapá
2017

Copyright © 2017, Autores

Reitora: Prof.^a Dr.^a Eliane Superti
Vice-Reitora: Prof.^a Dr.^a Adelma das Neves Nunes Barros Mendes
Pró-Reitora de Administração: Wilma Gomes Silva Monteiro
Pró-Reitor de Planejamento: Prof. MSc. Allan Jasper Rocha Mendes
Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Emanuelle Silva Barbosa
Pró-Reitora de Ensino de Graduação: Prof.^a Dr.^a Daize Fernanda Wagner Silva
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof.^a Dr.^a Helena Cristina Guimarães Queiroz Simões
Pró-Reitor de Extensão e Ações Comunitárias: Prof. MSc. Adolfo Francesco de Oliveira Colares
Pró-Reitor de Cooperação e Relações Interinstitucionais: Prof. Dr. Paulo Gustavo Pellegrino Correa

Diretor da Editora da Universidade Federal do Amapá
Tiago Luedy Silva

Editor-Chefe da Editora da Universidade Federal do Amapá
Fernando Castro Amoras

Conselho Editorial

Ana Paula Cinta	Luis Henrique Rambo
Artemis Socorro do N. Rodrigues	Marcus André de Souza C. da Silva
César Augusto Mathias de Alencar	Maria de Fátima Garcia dos Santos
Cláudia Maria do Socorro C. F. Chelala	Patrícia Helena Turola Takamatsu
Daize Fernanda Wagner Silva	Patrícia Rocha Chaves
Elinaldo da Conceição dos Santos	Robson Antonio Tavares Costa
Elizabeth Machado Barbosa	Rosilene de Oliveira Furtado
Elza Caroline Alves Muller	Simone de Almeida Delphim Leal
Jacks de Mello Andrade Junior	Simone Dias Ferreira
José Walter Cárdenas Sotil	Tiago Luedy Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F137f

Faces da Fronteira: desafios e perspectivas de regiões lindeiras / Iuri Cavlak, Jadson Luís Rebelo Porto, Andrius Estevam Noronha (Organizadores) – Macapá : UNIFAP, 2017.
209 p.

ISBN: 978-85-5476-004-5

1. Fronteira. 2. América do Sul. I. Iuri Cavlak. II. Jadson Luís Rebelo Porto. III. Andrius Estevam Noronha. IV. Título.

CDD: 980

Capa: Luiza Monteiro

Direitos desta edição reservados aos autores.

A reprodução total ou parcial desta obra está autorizada somente com a sua citação e crédito aos autores.



Editora da Universidade Federal do Amapá

Site: www2.unifap.br/editora | E-mail: editora@unifap.br

Endereço: Rodovia Juscelino Kubitschek, Km 2, Campus Marco Zero do Equador
Macapá-AP, CEP: 68.903-419

AUTORES

Alejandro Schweitzer: Docente da Licenciatura e professorado em Geografia e do Doutorado em Ciencias Sociales y Humanidades na Universidad Nacional de la Patagonia Austral, Argentina. Doutor em Geographie, Aménagement, Urbanisme, Pós-doutor em Geografia-Planejamento regional e urbano. Pesquisador do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas no Centro de Investigación y Transferencia Santa Cruz (CIT Santa Cruz/CONICET). Co-coordenador do Grupo de Trabalho CLACSO "Fronteiras, integração e globalização". E-mail: alejandro.schweitzer@gmail.com.

Andrius Estevam Noronha: Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Professor de História Moderna pela Universidade Federal do Amapá. Membro do Centro de Estudos Política, Religião e Sociedade CEPRES. Email: andriusds@hotmail.com

Brián Germán Ferrero: Doctor em Antropología pela Universidad Nacional de Misiones, Argentina. Realizou estudos pós-doutorais no Center for Integrative Conservation Research - University of Georgia, e na pós-graduação em Estudos Rurais da Universidad Metropolitana de México. É investigador de carreira do CONICET-CITER em Argentina. Seus temas de pesquisa abordam sobre a relação entre populações locais e políticas de conservação. E-mail: brianferrero@conicet.gov.ar

Camilo Pereira Carneiro: Geógrafo. Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com período sanduíche na Université Paris 1 Pathéon-Sorbonne. Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pós-doutor em Estudos Estratégicos Internacionais pelo PPGEEI/UFRGS. Professor do Curso de Relações Internacionais da ESPM. Professor do Curso de Especialização em Estratégia e Relações Internacionais Contemporâneas da UFRGS. Pesquisador do Laboratório Estado e Território (LABETER). E-mail: pereiracarneiro.camilo@gmail.com.

Christian Nunes da Silva: Doutor em Ecologia Aquática e Pesca. Pós-Doutor em Desenvolvimento Regional no PPGMDR/UNIFAP. Professor Adjunto II da Universidade Federal do Pará. Pesquisador do GAPTA/CNPq. Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UFGA). Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. E-mail: cnsgeo@yahoo.com.br.

Giovana Cristine Kotz: Graduanda no curso de Relações Internacionais da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-Sul. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Política Internacional. E-mail: giovanakotz@gmail.com

Ione Castilho: Possui graduação em História pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso (ECCO/UFMT). Tem experiência na área de Arqueologia, com ênfase em Arqueologia Histórica. Atuando principalmente nos seguintes temas: missão jesuítica de Mojos e Chiquitos, história de Mato Grosso colonial, fronteira luso-espanhola. É membro do grupo de pesquisa Projeto Integrado de Investigações Interdisciplinares da Região Platina Oriental (PROPRATA/PUCRS), Fronteira Oeste: Poder, Economia e Sociedade (UNEMAT), Jesuítas nas Américas (UNISINOS). E-mail: ione_castilho@yahoo.com.br

Iuri Cavlak: Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista (Unesp de Assis). Professor Permanente e Coordenador do Programa de Mestrado em Ensino de História,

Professor Permanente do Programa de Mestrado em Estudos de Fronteira e do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Professor do Colegiado de História da UNIFAP. E-mail: iuricavlak@yahoo.com.br

Jadson Luís Rebelo Porto: Geógrafo. Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente do Mestrado em Desenvolvimento Regional na Universidade Federal do Amapá, Brasil. Pós-doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Blumenau; Pós-doutor em Geografia pela Universidade de Coimbra. Integrante da Academia de Letras José de Alencar, Curitiba, Paraná, Brasil. Coordenador do Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos (NESUR/UNIFAP). E-mail: jadsonporto@yahoo.com.br. Homepage: www.jadsonporto.blogspot.com.br.

João Júlio Gomes dos Santos Júnior: Professor Adjunto do Curso de História da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2014) com estágio doutoral na Freie Universität (Berlim). Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2010). Licenciado e Bacharel em História pela Universidade Federal de Santa Maria (2008). Fez estágio pós-doutoral junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (2014-2016). Tem experiência na área de História do Brasil República principalmente nos seguintes temas: diplomacia e política. Atualmente tem interesse de pesquisa em História Global. E-mail: joao.julio@uece.br.

José Carlos Vilardaga: Bacharel e Licenciado em História pela Universidade de São Paulo (USP), fez Mestrado (1998-2002) e Doutorado (2006-2011) em História Social na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP), pela mesma universidade. Estuda os impérios coloniais ibéricos durante o período moderno, com especial ênfase nas conexões luso-castelhanas na América Meridional entre os séculos XVI e XVII. Atua como pesquisador na intersecção das áreas de História da América Colonial, História Ibérica e São Paulo no período colonial e desenvolve a pesquisa Fluxos, intercâmbios e circulação na região platina - séculos XVI e XVII. Professor da área de História da América na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), é um dos líderes do Grupo de Pesquisa A monarquia hispânica e o império dos Felipes (1580-1640) e do Diretório de Pesquisa História e Historiografia das Américas, que faz parte do Laboratório de Pesquisa em Histórias das Américas (LAPHA) da UNIFESP. E-mail: jvilardaga@unifesp.br.

Luz Irene Pyke: Doutora em História pela Universidad Nacional de Mar del Plata, Argentina. Atualmente desempenha atividades pós-doutorais pelo CONICET. Seus temas de pesquisa abordam sobre os procesos de construção do Estado e os procesos e conflitos políticos em áreas de frontera internacional, durante a primeira metade do século XX na Argentina. E-mail: luz_pyke@hotmail.com.

Mariana Thompson Flores: Doutora em História no Programa de Pós Graduação da PUCRS. É professora do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Atua principalmente nas áreas de História Latino-Americana com ênfase na região da Bacia do Prata. Tem se dedicado a trabalhar com os seguintes temas: fronteira, contrabando e criminalidade no Brasil meridional do século XIX. E-mail: mariclio@yahoo.com.br

Ricardo Ângelo Pereira de Lima: Professor Associado II – Universidade Federal do Amapá - UNIFAP. Pós-doutor em Geografia PPGeo/UFGA. Pesquisador do GAPTA/CNPq. E-mail: ricardoangelo_pereira@yahoo.es

SUMÁRIO

	Pag.
Apresentação - Faces da Fronteira: Desafios e Perspectivas <i>Iuri Cavlak; Jadson Luís Rebelo Porto; Andrius Estevam Noronha</i>	7
Condições fronteiriças Amazônia-Patagônia: Reflexões para a linde sul-americana a partir do Estado do Amapá (Brasil) e Santa Cruz (Argentina) <i>Jadson Luís Rebelo Porto; Alejandro Schweitzer</i>	10
Geografia e representação espacial na fronteira amazônica: Uma análise das territorialidades da pesca em rios do Amapá e Pará <i>Christian Nunes da Silva; Ricardo Ângelo Pereira de Lima</i>	46
Lutas Sociais na Fronteira Norte do Brasil: A formação da classe trabalhadora na Guiana Inglesa <i>Iuri Cavlak</i>	75
A fronteira como chave interpretativa para o Brasil meridional <i>Mariana Thompson Flores</i>	87
Un Parque em la frontera: El rol del Parque Nacional Iguazú en la constitución de la frontera internacional entre Argentina y Brasil <i>Brián Germán Ferrero; Luz Irene Pyke</i>	99
A formação do campo intelectual na fronteira Sul do Brasil (1930-1950) <i>Andrius Estevam Noronha</i>	127
Os povos da tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai: História, Cultura e identidade <i>Camilo Pereira Carneiro; Giovana Cristine Kotz</i>	141
A política no Brasil Meridional vista pelo prisma do diplomata português Conde de Paço d'Arcos (1891-1893) <i>João Júlio Gomes dos Santos Júnior</i>	153
As missões de Mojos e Chiquitos como instituição de fronteira: uma análise comparativa da ação política desenvolvida pelos jesuítas nestes espaços missioneiros <i>Ione Castilho</i>	171
Porosas Fronteiras: A dinâmica colonial e o espaço guairenho nos séculos XVI e XVII <i>José Carlos Vilardaga</i>	190

APRESENTAÇÃO

FACES DA FRONTEIRA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Dos quase duzentos países existentes no mundo atual, o Brasil é o quinto em extensão territorial, uma constatação que logo se articula a outra: trata-se de um país com imensas fronteiras e problemas advindos delas. Dos nove os países limítrofes, seis encontram-se na Amazônia e, acrescente-se também, uma coletividade francesa de ultramar – Guiana Francesa – que com a série de acordos iniciada em 1996, esta vem se configurando como importante ator no cenário regional. Em outras palavras, estamos tratando aqui de uma temática crucial, tanto do ponto de vista geográfico quanto do ponto de vista histórico, para ficarmos apenas em dois eixos norteadores deste livro.

País de extração colonial, o Brasil tem sua história marcada com os subsequentes acordos que, desde o final do século XVI, Portugal foi estabelecendo com outras potências europeias, de modo a circunscrever os limites de sua maior possessão de além-mar. A partir da independência, em 1822, foi sempre através da diplomacia, - com exceção da guerra do Paraguai -, que o Estado brasileiro confirmou seu extenso território na América do Sul, hoje sem nenhum tipo de contestação ou dúvida.

Dessa realidade adveio uma série de estudos e reflexões centradas no problema da fronteira, seus limites e possibilidades, desafios e perspectivas. Uma carga de estudos teóricos e empíricos que os autores dessa coletânea lançam mão em seus respectivos trabalhos.

Esta obra é o segundo volume da série "FACES DA FRONTEIRA", elaborada por docentes dos Mestrados em Desenvolvimento Regional e do Prof-História da Universidade Federal do Amapá. O objetivo desta série é executar diálogos técnicos e reflexivos das diversas "faces" existentes nas diversas construções da fronteira brasileira, cujo avanço que esta coletânea apresenta neste diálogo o diz respeito ao núcleo desencadeador da mesma, isto é, professores e pesquisadores que habitam e trabalham no extremo Norte do Brasil, atuantes em uma Amazônia ainda não tão visitada pela historiografia e geografia nacional.

Embora haja reflexões escritas em livros, dissertações e teses sobre a fronteira na/da Amazônia, ousamos afirmar que considerando as dimensões territoriais ali existentes, muito ainda falta para se pesquisar. Quando inserimos as outras espacialidades e historicidades da linde brasileira, mais desafios investigativos emergem.

Muito por conta dessa realidade que se formou, tardiamente se compararmos a outras regiões brasileiras de ocupação mais antiga, centros de relevância em reflexão e ensino, com programas de mestrados consolidados e robustos projetos de pesquisa. Ousaríamos afirmar que este livro é um desenvolvimento desse quadro e apontamento para possibilidades futuras.

O expediente escolhido foi a proposição de trabalhos locais com autores de outras universidades brasileiras e argentinas, de sorte a colocar em interface posições e temáticas díspares, embora unidas na questão da fronteira. Apresentando e ao mesmo tempo discutindo recortes que entendemos ainda pouco desenvolvidos no circuito acadêmico.

O primeiro recorte temático é de autoria de Jadson Porto em parceria com Alejandro Schweitzer, buscando analisar as semelhanças e diferenças entre um ex-Território Nacional argentino, e hoje Estado pleno, Província de Santa Cruz, e o ex-Território Federal brasileiro, e hoje Estado pleno, o Amapá. Regiões de extremos, situados na Patagônia e na linha do Equador, revelam em ambos os casos os desafios de desenvolvimento de economias em que o poder central se situa distante, muitas vezes aplicando políticas voltadas para situações exógenas.

O segundo texto é de Christian Nunes da Silva em parceria com Ricardo Ângelo Pereira de Lima, que igualmente versa sobre comparações entre duas regiões, nesse caso o Pará e o Amapá, na análise da questão da atividade pesqueira e da bacia hidrográfica que percorre esse espaço como um todo.

Na sequência o texto de Iuri Cavlak, historicizando os primórdios do movimento trabalhista na então colônia britânica da Guiana Inglesa, hoje República Cooperativa da Guiana, uma fronteira atualmente estabelecida com Roraima e que, ao longo de sua história, protagonizou importantes movimentos sociais como rebeliões escravas e partidos políticos de inspiração marxista.

O quarto trabalho de autoria de Mariana Thompson Flores, numa interessante problematização da história do Rio Grande do Sul como uma região genuinamente de fronteira, com as implicações derivadas dessa realidade.

Posteriormente, o trabalho de Brián Germán Ferrero e Luz Irene Pyke sobre a tríplice fronteira formada na região de Foz do Iguaçu, extremo oeste do Estado do Paraná, através do estudo do Parque Nacional e seu papel nas dinâmicas fronteiriças de Argentina e Brasil.

Seguindo na região meridional do Brasil, o texto de Andrius Estevam Noronha, um profícuo estudo sobre a formação das elites políticas e econômicas no Rio Grande do Sul, em um período de extremo tensionamento econômico e político com a Revolução de 1930, a

Constituição de 1934, o Estado Novo de 1937 e a deposição do gaúcho Getúlio Vargas da presidência do país.

Igualmente nessa região extremamente rica porquanto povoada de brasileiros, argentinos e paraguaios se situa o texto de Camilo Pereira Carneiro e Giovana Cristine Kotz, que retorna mais especificamente a região do Iguaçu e suas três cidades lindeiras, Foz do Iguaçu do lado brasileiro, Puerto Iguaçu do lado argentino e Ciudad de Leste do lado paraguaio, mirando entender sua formação histórica.

Bastante recuado no tempo está o trabalho de João Júlio Gomes dos Santos Júnior, investigando a região meridional brasileira através da atuação do diplomata Conde de Paço D'Arcos, entre os anos de 1891 e 1893.

Desenvolvendo um campo de reflexão mais histórico o trabalho de Ione Castilho, que problematiza as fronteiras de Mojos e Chiquitos, na atual zona de fronteira entre o Mato Grosso e a Bolívia, tendo em vista as missões jesuíticas do período colonial.

Finalizando o livro, o belíssimo trabalho de José Carlos Villardaga, que se debruça sobre o período inicial da colonização e historiciza os problemas da fronteira guairenha nos séculos XVI e XVII.

Assim, votos para que todos os textos, ou algum específico, demonstre ao leitor e leitora os problemas que rondam as regiões das fronteiras brasileiras, ao mesmo tempo que desperte ou cristalize maior interesse nos temas em apreço.

Macapá, 06 de dezembro de 2017.

Iuri Cavlak
Jadson Luís Rebelo Porto
Andrius Estevam Noronha

CONDIÇÕES FRONTEIRIÇAS AMAZÔNIA-PATAGÔNIA: REFLEXÕES PARA A LINDE SUL AMERICANAS A PARTIR DO ESTADO DO AMAPÁ (BRASIL) E SANTA CRUZ (ARGENTINA) *

Jadson Luís Rebelo Porto

Alejandro Schweitzer

INTRODUÇÃO

A forma(ta)ção das fronteiras amapaense e patagônica possuem algumas identidades de construção territorial semelhantes como parte integrante de um sistema-mundo. Ambas são integrantes de ações expansionistas territoriais; são envolvidas de interesses comerciais pelo grande capital; são inseridas em articulações geopolíticas e geoeconômicas regionais, nacionais e internacionais; estão articuladas de interesses internacionais e foram construídas por políticas públicas nacionais.

Este trabalho parte do pressuposto que os espaços aqui analisados são resultado de interesses externos, articulados e acionados; e são reflexos de ações políticas, econômicas e institucionais tardias, as quais garantiram as suas reformatações, recomposições e reconfigurações territoriais.

Serão analisados neste texto dois espaços localizados nos extremos de Brasil e Argentina: O Estado do Amapá (Brasil) e a província de Santa Cruz (Argentina) (Figuras 1 e 2). O primeiro localiza-se na Amazônia Setentrional, à margem esquerda do rio Amazonas, fronteira com Guiana Francesa e Suriname. O segundo, no extremo meridional da América do Sul, fronteira com o Chile.

* Este artigo é resultado de uma mobilidade acadêmica de Jadson Luís Rebelo Porto entre a Universidade Federal do Amapá e a Universidad Nacional de la Patagonia Austral, na sede de Rio Gallegos (Argentina), e de estágio Pós-doutoral de curto prazo em Políticas Territoriais nesta instituição, sob a supervisão do Doutor Alejandro Schweitzer. Para a execução desta mobilidade/ estágio pós-doutoral, houve apoio da Capes, pelo Projeto Pró-defesa intitulado *Transfronteirizações na América do Sul: Dinâmicas territoriais, desenvolvimento Regional, integração e defesa nas fronteiras meridional e setentrional do Brasil*, pelo Projeto Clacso, “*Espacios globales para la expansión del capital transnacional: Frontera México-Estados Unidos; b) Proyecto Mesoamérica; c) Amazonia; y Andino Patagónico*”; e pelo Projeto do Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación Productiva de la Argentina: *Territorialidades em conflicto: Huella ecológica y espacio em Patagônia Sur, Cuyo y Noroeste*.



Figura 1 - Localização do Estado do Amapá (Brasil).



Figura 2 - Localização de Santa Cruz (Argentina).

Para a construção das reflexões aqui tecidas, foram adotadas as abordagens de David Harvey sobre *desenvolvimento geográfico desigual e ajustes espaciais*, a fim de comparar a espacialidade do desenvolvimento desigual amapaense e patagônico e; articulá-los com a análise sobre as suas condições fronteiriças. Optou-se, também, pela adoção das reflexões de Milton Santos e suas categorias de análise sobre o espaço para as explicações das dinâmicas geográficas que ocorrem na fronteira, principalmente quando se acata que o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Serão usadas as reflexões de Neil Smith (1988), também teórico do *desenvolvimento geográfico desigual* sobre o escalamento ou “produção de escala” do capital no seu processo de expansão, que serve para entender como estes espaços de fronteira são produzidos e podem ora ser estratégicos, ora somente periféricos, dependendo do período histórico que se queira estudar e de como é pensada a sua função nas economias nacional e mundo.

Sobre o espaço amapaense e santacruzense, defende-se aqui que estes se comportam como um “*território periférico estratégico recomposto*”, onde se observam constantes recomposições territoriais que a linde se (des)(re)constrói, ora como barreira, ora como cooperação; criação e inserção de ajustes espaciais para os novos usos do território em espaços também novos; um processo pela busca *inte(g)ração transfronteiriça*. Para a construção das ideias aqui trabalhadas adotou-se a seguinte questão orientadora: Como se comportou a formatação da condição fronteiriça amapaense e santacruzense de periférico para periférico-estratégico?

Para responder essas questões, elaborou-se este artigo em três tópicos. O primeiro retrata duas abordagens teóricas. Uma baseia-se no pensamento de David Harvey sobre o desenvolvimento geográfico desigual e os seus fatores para a construção do território, relacionado por sua vez com os aportes de Neil Smith (1988) no mesmo tópico e sobre o outro e complementar de escalamento espacial; o outro se fundamenta no pensamento de Milton Santos sobre a formação do espaço geográfico e o uso do território. O segundo tópico discute a forma(ta)ção da condição fronteiriça como uma categoria de análise da recomposição territorial lindeira. O terceiro analisa a forma(ta)ção da condição fronteiriça amapaense e santacruzense, a partir de quatro discussões: da sua formação histórica; do uso de seus territórios como parte de políticas públicas centralizadas no Governo Federal e os governos estaduais; da inserção desses espaços na fronteira-rede global e; do entendimento desses espaços como um *grande negócio*.

DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL E AJUSTES ESPACIAIS: ADEQUAÇÕES E CONFLITOS

Para a construção deste texto, partiu-se das composições teóricas de Neil Smith (1988), sobre o *Desenvolvimento Desigual*, e David Harvey (1990), sobre o *Desigual Desenvolvimento Geográfico Desigual*. Segundo Smith (1988, p. 217)

O desenvolvimento desigual é, no mínimo, a expressão geográfica das contradições do capital. A fixação geográfica do valor de uso e a fluidez do valor de troca traduzem-se nas tendências para a diferenciação e para a igualação. As distinções, desproporcionalidades e desequilíbrios através dos quais Marx analisa a estrutura e o desenvolvimento globais do capital traduzem-se em muitas fontes de diferenciação geográfica dentro da tendência universalizante do capital.

Harvey (1990, p. 376), por sua vez, expõe que a constituição do chamado “Desenvolvimento Geográfico Desigual”¹ são “...las vastas concentraciones de fuerzas productivas de unos lugares contrastan con regiones relativamente vacías. Las fuertes concentraciones de actividad en un lugar contrastan con zonas en que el desarrollo está muy diseminado”. Esta proposta visa compreender o funcionamento do capitalismo no âmbito geográfico, apontando como a dinâmica da acumulação do capital pode alterar o espaço e as formas de espacialidade, gerando desigualdades entre os territórios (SANTIAGO; CARVALHO, 2008).

Para Harvey (2006), há 4 dimensões teóricas do DGD que contribuiriam diretamente para a estruturação da ‘teoria unificada’ sobre os desenvolvimentos desiguais no capitalismo. São elas: a) interpretação historicista; b) argumentos construtivistas; c) visões ambientalistas; e d) explicações geopolíticas.

A primeira relata que o DGD é causado pela forma com que o desenvolvimento político-econômico dos países centrais penetra nos territórios, na economia, na política e na cultura dos países periféricos. A segunda, as desigualdades são decorrentes das práticas exploratórias (tais como, imperialismo, colonialismo e neocolonialismo) dos países mais poderosos sobre os países subdesenvolvidos. O desenvolvimento desigual dos países é explicado, por este argumento, pela forma que alguns países exploram outros, fazendo com que as discrepâncias entre os países aumentem cada vez mais. A terceira enfatiza a questão do desenvolvimento desigual como

¹ A expressão no original é “*uneven geographic development*”. Na versão mexicana, o termo é conhecido como “desarrollo geográfico poco uniforme”.

resultado das adaptações humanas para as diferenciações ambientais dos países. Essas diversidades ambientais explicam o modo como são criadas as especializações territoriais, divisões do trabalho e as diversidades regionais (culturas regionais). E, por último, a interpretação geopolítica vê as desigualdades regionais como consequência dos conflitos políticos e sociais entre forças territorialmente organizadas em diversas escalas geográficas (local, regional, nacional, internacional e global).

Essas dimensões possuem forte impacto sobre as áreas de fronteira devido às condições territoriais existentes em cada espaço de contato entre estados-nações e, principalmente, como um atributo material de valor de uso do território. Dentre essas condições, destacam-se: As escalas trabalhadas nos espaços limediros, que perpassam do local ao internacional; as relações sociais, econômicas, culturais e políticas trabalhadas com efeitos de *barreira* e/ou de *cooperação*; as construções geopolíticas dos espaços fronteirios conflituosos, interados ou integrados entre si; enfim, as dinâmicas espaciais existentes nos espaços fronteirios e suas construções para relações transfronteiriças fazem com que sejam adequadas o uso do DGD para explicar as dinâmicas, as (des)construções e as (des)organizações espaciais fronteirios.

Outra categoria trabalhada por Harvey (2006) e Smith (1988) é a *escala*. Esta é de vital importância para o entendimento do funcionamento do sistema capitalista, e mais precisamente, do desenvolvimento desigual dos territórios. Para Smith (1988, p. 196), deve-se perceber que

Em diferentes graus, cada uma dessas escalas separadas é historicamente dada antes da transição para o capitalismo. Mas, em extensão e em substância, elas são completamente transformadas nas mãos do capital. Da mesma forma que a integração espacial é uma necessidade da universalização do trabalho abstrato, na forma de valor, assim também a diferenciação de espaços absoluto como escalas particulares da atividade social é uma necessidade intrínseca para o capital.

Assim, o autor (op. cit., p. 211) assevera que

O capital produz escalas espaciais distintas (espaços absolutos) dentro dos quais o impulso para a igualização está concentrado. Mas só pode ser realizado por aguda diferenciação e por contínua rediferenciação do espaço relativo, tanto entre as escalas quanto dentro delas. As escalas por si mesmas não são fixas, mas se desenvolvem (aumentando suas angústias e problemas correlatos) dentro do desenvolvimento próprio do capital.

Acompanhando o raciocínio de Santiago e Carvalho (2008) as escalas são produtos sistêmicos de mudanças tecnológicas, das formas de organização dos seres humanos e das lutas

políticas; são perpetuamente redefinidas, contestadas e reestruturadas em termos de seu alcance, de seu conteúdo, de sua importância relativa e de suas interrelações.

Se forem inseridas análises quanto às estruturas regionais, Santiago e Carvalho (op. cit.) concordam com Harvey (2006) que tais estruturas têm que ser entendidas como inerentemente instáveis ao mesmo tempo em que a volatilidade do capital e trabalhadores entre eles se tornam endêmicos para o DGD no contexto do capitalismo. Neste rumo, defende-se, nas reflexões aqui tecidas, que os espaços (trans)fronteiriços possuem essas configurações. Novamente citando Smith (1988, p. 210-21), pode se concordar com a sua asseveração quando escreve:

Porém, o capital tenta continuamente reforçar a integração espacial, apesar das barreiras geográficas auto-impostas (no caso das fronteiras nacionais, que impedem a expansão regional). E, neste ponto, a contradição se revela. Primeiramente, na medida em que o capital contorna um conjunto de barreiras espaciais, ele as recoloca numa escala diferente. Novas regiões supra-nacionais exigem instituições políticas correspondentes [...]. Porém, a tendência em direção à internacionalização do capital é severamente restringida pela necessidade da nação – Estado como um meio de controle político.

Outra categoria trabalhada por Harvey (1998, p. 237-256) diz respeito à “*compressão espaço-tempo*”. Esta “*compressão*” tem estimulado cada vez mais o processo de DGD, uma vez que “*la transformación radical de las relaciones sociales no ha ido avanzado uniformemente. Ha avanzado más rapidamente em unos lugares que em outros*” (HARVEY, 1990, p. 376). Ou seja, nem todos os espaços possuem as mesmas técnicas e tecnologias ao mesmo tempo, na mesma geração tecnológica, ubiquamente. Assim, relembra-se a contribuição de Santos (1996) sobre as dinâmicas de *tempo-rápido* articulado com o *tempo-curto*, que estimulam uma “*modernização da superfície*”².

Santiago e Carvalho (2008) identificaram em Harvey (2006) que “*a aniquilação do espaço através do tempo, por exemplo, exige transformações de escala na estruturação espaço-temporal da acumulação do capital*”. Com isso, criam-se hierarquias de escalas, e tais hierarquias representam a criação de organizações escalares próprias e distintas para proporcionarem a circulação e a reprodução do capital. A capacidade de circulação de capital pode ser apresentada em diversos aspectos de discussão. Tais como: circulação de

² Brito (2001) trabalha a expressão “*modernização da superfície*” ao discutir o processo de desenvolvimento da Amazônia durante o século XX. Tal processo impulsiona a modernização de suas estruturas, especialmente as econômicas, através de uma política conduzida pelo Estado. Contudo, as transformações nas diversas áreas sociais, não foram atingidas igualmente pelos princípios da sociedade moderna, resultando na superficialidade da modernização promovida pelo desenvolvimento na Amazônia.

mercadorias, circulação financeira, densidade da circulação, condições de mobilidade, trajetória da circulação, dentre outros.

Neste sentido, Harvey (1990, p. 379), ressalta que “*la capacidad para transportar las mercancías de un lado a outro define la movilidad del capital em forma de mercancías. Esta movilidad depende de las relaciones de transporte, modificadas por los atributos de las mercancías como su peso, tamaño, fragilidad, si son perecederos, etc.*”. Além disso, também identifica 4 fatores para explicar este comportamento (p. 379-380):

O primeiro ressalta que “*la industria del transporte produce valor por que es una 'esfera de producción material' efectua un cambio material em una 'objeto sobre que recae el trabajo, un cambio em el espacio, [un] cambio de lugar*”.

O segundo lembra que o custo do movimento não é a única consideração a ser tratada, mas deve ser tratada “*la regularidad y confiabilidad de los flujos de transporte pueden reducir la necesidad de inventarios de materias primas y de productos terminados (...)*”.

O terceiro, destaca que “*la velocidad del movimiento también es vital*”. Pois a velocidade com que se chega ao destino, impõe um novo ritmo e dinâmicas espaciais.

O quarto, ao resgatar os fatores anteriores reforça que todos eles “*se deben al desarrollo de las fuerzas de producción por el capital*”.

Um aspecto fundamental exposto por Harvey (1990, p. 180), que será aqui adotado para explicar o objeto de estudo aqui estabelecido, está na sua leitura de Marx, ao afirmar de “*el capital debe 'esfocarse por derribar cualquier barrera espacial... para el intercambio, y conquistar toda la tierra para su mercado', debe 'aniquilar este espacio com el tiempo, a fin de reducir el tiempo de rotación del capital a 'un abrir y cerrar de ojos'*”.

Observa-se este comportamento nas fronteiras amapaense e patagônica com: a construção de rodovias ligando o centro à periferia, a construção de pontes internacionais (o “*derribar cualquier barrera espacial*”); a mudança de comportamento fronteiriço para transfronteiriço (“*para el intercambio, y conquistar toda la tierra para su mercado*”); a pavimentação de rodovias de inte(g)ração (a fim de *aniquilar este espacio com el tiempo, a fin de reducir el tiempo de rotación del capital a 'un abrir y cerrar de ojos'*); a modernização de técnicas e tecnologias de transporte, como o aumento das dimensões dos meios de transportes, transportando mais mercadorias, bem como de seus sistemas de transferência de relações nodais (portos, aeroportos, ferroviárias). Enfim, a instalação e modernização de rede de fluxos e de equipamentos de transportes proporcionam mais densidade e intensidade de fluidez.

Completando esta discussão a respeito do DGD, Theis (2006), ao identificar dois componentes fundamentais na obra de Harvey (2004) (A produção de escalas espaciais e a produção de diferenças geográficas), acaba por consolidar a importância das escalas espaciais e as diferentes construções espaciais em diferentes tempos sociais e tecnológicos.

No primeiro caso, há relações de acomodamento que atravessam a hierarquia de escalas, onde comportamentos pessoais podem produzir efeitos locais e regionais que culminam em problemas continentais. Para Harvey (2004, p. 109)

as escalas em que a atividade humana pode ser orquestrada é algo que depende [...] das inovações tecnológicas [...] bem como de várias condições político-econômicas mutáveis [...] elas resultam igualmente de lutas de classes e de outras formas de luta política/social, ao mesmo tempo em que definem as escalas em que se tem de travar a luta de classes.

O segundo, diz respeito à geografia histórica da ocupação humana da superfície da terra e da evolução distintiva das formas sociais, as quais tem

(...) produzido um extraordinário mosaico geográfico de ambientes e modos de vida sócio-ecológicos [...] Esse mosaico geográfico é uma criação, aprofundada pelo tempo, de múltiplas atividades humanas.

Mas as diferenças geográficas são bem mais do que legados histórico-geográficos. Elas estão sendo perpetuamente reproduzidas, sustentadas, solapadas e reconfiguradas por meio de processos político-econômicos e sócio-ecológicos que ocorrem no momento presente (op. cit, p. 111).

Um avanço teórico elaborado por Harvey (1998), retomado em sua obra de 2004, que é fundamental para as reflexões à proposta de DGD, diz respeito à aniquilação do espaço pelo tempo que engendra transformações de escala na estruturação sócio-temporal da acumulação de capital. Embora haja hierarquia de escala e à medida que técnicas e tecnologias são inseridas em diversas áreas de ação do capital, principalmente nos setores de transportes e comunicações, Harvey (2004, p. 111) relata que,

o capital mesmo gera suas próprias escalas de circulação. (...) a escala de regionalidade que faz sentido num tempo não necessariamente faz sentido noutra. Estruturas regionais precisam ser entendidas como inerentemente instáveis, ao mesmo tempo em que a volatilidade dos fluxos de capital e trabalho se tornam endêmicos aos DGD do capitalismo.

Harvey (2005) relata que na década de 1970 tenta abordar o tema da sobrevivência do capitalismo à luz da análise dos “ajustes espaciais”³ e seu papel no interior das contradições da acumulação de capital. À medida que os “fenômenos geográficos de expansão e desenvolvimento” foram se manifestando em excedentes do capital, o autor indica duas formas para absorver tais excedentes como saídas possíveis: a expansão geográfica e a reorganização espacial.

Para o primeiro caso, o autor chama a atenção que “expansão geográfica freqüentemente acarreta investimentos em infraestruturas físicas e sociais de longo prazo (redes de transporte e de comunicações, educação e pesquisa, por exemplo)...”. A reorganização espacial decorrente desta expansão, esta implica em novas formas de uso do território, mediante à inserção de novas elites, novos atores, novas técnicas e tecnologias, novas infra-estruturas, e novos sistemas de normas.

Essas lentes conceituais permitem interpretar a (re)formatação dos espaços amapaense e santacruzense na caracterização e construção de sua condição fronteiriça como *estratégico-periférica* ou *periférico-estratégica*, dependendo como a fronteira for analisada.

Outra categoria trabalhada por Harvey (2005) diz respeito ao que o autor identificou como “ajuste espaço-temporal”⁴, cuja idéia principal é que a super-acumulação em um dado território implica em excedente de mão-de-obra e de capital. Segundo o autor (p. 11-12),

Tais excedentes podem ser absorvidos por: a) uma re-orientação temporal por meio de investimentos de capital em longo prazo ou gastos sociais (como educação e pesquisa) que adiam a reentrada na circulação do excesso de capital até um futuro distante; b) reorientações espaciais por meio da abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos e mão-de-obra em outro lugar; c) alguma combinação de a e b.

Para o autor (op. cit.) a combinação de a e b é particularmente importante quando há o enfoque do capital fixo de natureza independente imobilizado em um ambiente construído, pois

³ Segundo Harvey, (2005, p. 9), “a tese do ajuste espacial somente tem sentido se relacionada com a tendência expansiva do capitalismo, entendida teoricamente mediante a teoria marxista da queda da taxa de lucros que produz crises de super-acumulação”. Na versão brasileira dos “Limites do capital” (2013), na introdução à edição inglesa de 2006, Harvey indica que “ajustes espaciais” são entendidos como expansões reestruturações geográficas (p. 22). Porto *et. al.* (2007), por sua vez, interpretaram que “ajustes espaciais”, são as adaptações que são efetivadas no espaço, visando a garantia da instalação, existência, fluidez, manifestação e reprodução do capital.

⁴ Para Harvey, (2005, p. 1), “O 'ajuste' espaço-temporal, por outro lado, é uma metáfora para soluções das crises capitalistas mediante adiamento temporal e expansão geográfica. A produção do espaço, a organização de novas divisões territoriais de trabalho, a abertura de novos e mais baratos complexos de recursos, de novos espaços dinâmicos de acumulação de capital, e a penetração em formações sociais pré-existentes pelas relações sociais capitalistas e acordos institucionais são formas de absorver excedentes de capital e mão-de-obra”.

providencia as infraestruturas físicas necessárias para que a produção e o consumo se mantenham no espaço e no tempo. Com isso, um setor econômico menor, é capaz de absorver massivas quantidades de capital e de mão-de-obra, particularmente sob condições de rápida expansão e intensificação geográfica. Quanto à realocação do excedente de mão-de-obra e capital por tais investimentos, requer a mediação das instituições financeiras e/ou estatais, que têm capacidade de gerar e oferecer crédito. Tais “ajustes” também geram contradições que surgem dentro da dinâmica das transformações espaço-temporais (HARVEY, op. cit. , p. 13-14). Por fim, o autor (op. cit., p. 15) conclui que

(...) o resultado final é um aumento na ferocidade da concorrência internacional na medida em que múltiplos e dinâmicos centros de acumulação de capital emergem para competir no cenário mundial em meio a importantes correntes de superacumulação. Como nem todos podem ter sucesso em longo prazo, ou os mais fracos sucumbem e caem em sérias crises de desvalorização ou confrontos geopolíticos emergem na forma de guerras comerciais, guerras monetárias e até mesmo confrontos militares (do tipo que nos deram duas guerras entre potências capitalistas no século XX). Neste caso o que se exporta é desvalorização e destruição e os ajustes espaço-temporais assumem formas mais sinistras.

Em outro texto, Harvey (2008, p. 125), acrescenta que “*o desenvolvimento geográfico desigual foi tanto um resultado da diversificação, da inovação e da competição entre modelos de governança nacionais, regionais e mesmo metropolitanos quanto foi da imposição de algum poder hegemônico externo (...)*”. Assim, duas expressões podem ser ressaltadas nesta citação: ***resultado e imposição.***

Segundo Porto e Theis (2015), quando se pensa em *resultados*, tal contexto lembra que para alcançá-los, objetivos foram traçados, técnicas e tecnologias foram adotadas, investimentos foram efetivados, ou seja, o uso do território será reflexo pela busca daqueles resultados indicados na citação acima. Isso só é possível quando há relações desiguais, em espaços distintos. Ao se adotar a *imposição*, inspira-se na incapacidade das relações locais e seus agentes ou elites internas em elaborar suas próprias ações, por considerar o poder hegemônico externo como o melhor, o mais apropriado e, com isso, o mais adequado para alcançar os resultados esperados dos seus investimentos e daqueles oriundos das políticas públicas sobre o espaço. Assim, a busca pelo desenvolvimento será manifestado no espaço desigualmente e combinado. Quando este espaço é a fronteira, isso fica bem evidente.

CONDIÇÃO FRONTEIRIÇA: GÊNESE E (DES)CONSTRUÇÃO TERRITORIAL

Segundo Dorfman (2013), a condição fronteira se apresenta como

um *savoir passer* [saber passar] adquirido pelos habitantes da fronteira, acostumados a acionar diferenças e semelhanças nacionais, linguísticas, jurídicas, étnicas, econômicas, religiosas que ora representam vantagens, ora o cerceamento de trânsito ou direitos. (...) Evidentemente, deve-se duvidar de uma condição fronteira universal, haja vista a variedade de relações que podem existir entre os fronteiriços e o território estatal a sua frente e as suas costas: o que temos idealizado aqui diz respeito à fronteira viva e vivida.

A construção histórica, social, econômica e politicamente estabelecidas pelas suas relações locais (como espaço vivo e vivido) e externas (como espaço relacional) para a construção desta condição, corrobora com a tese de fronteira como um produto historicamente construído, reestruturado e resignificado. Com isso, a condição fronteira é constantemente (re)inventada. Ou seja, a cada momento histórico é refeita, é recomposta, por ser social e politicamente estabelecidas, como um espaço de diálogo e/ou de conflitos.

Porto (2014, p. 111), entende a “condição fronteira” como “*sistema de ações, que leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes*”. São caracterizadas por contextos territoriais que permitam a construção de um perfil de comportamentos sociais, culturais, econômicos e políticos capazes de (des)(re)construir os usos do território fronteiro, tais como: possibilitar conflitos entre o tradicional e o moderno; garantir ações para a (des)(re)organização espacial e não estipular atos para a sua execução; apresenta-se como um locus de oportunidades, tolerâncias e flexibilidades de uso do território e; as novas modalidades deste uso, dinamizam suas articulações nas diversas escalas espaciais (PORTO, 2010a, b, c; 2013).

Existem diferentes maneiras de se analisar a condição fronteira e suas construções territoriais, o que se deve evidenciar neste texto são os sistemas de ações (como intenções políticas) que criam objetos novos (intenções de uso e ocupação do território) sobre objetos pré-existentste (reconfiguração e recomposição do território). Quando as recomposições ocorrem, *ajustes espaciais*⁵ são criados para os novos usos do território, ampliando seu grau de relações

⁵ Os *ajustes espaciais* permitiram que o Amapá fosse (re)acionado pelo capital interessado pelas suas potencialidades naturais, inicialmente mineral; posteriormente por terras para silvicultura, alimentos e cosméticos; pelas relações comerciais internacionais via exportação de *commodities* e importação pela ALCMS; e, mais recentemente, pela inserção do Amapá na oferta de serviços ambientais, pelo crédito de carbono (2010);

espaciais fronteiriças para imprimir um enfoque transfronteiriço. Com isso, mudanças estruturais modificam as estratégias territoriais para o desenvolvimento lindeiro, por consequência, sua condição fronteiriça se transforma, recompondo sua função e seu uso territorial.

À medida que as fronteiras se tornam cada vez mais interativas e integradas, percebe-se o desenvolvimento de uma sociedade em movimento mais ou menos marginal, muitas vezes conquistadora e outras vezes na defensiva; e podem também caracterizar-se por distintos gradientes de abertura para a circulação de pessoas e bens de um lado ao outro. Ou seja, à medida em que sistemas de engenharia⁶ são construídos para garantir maior intensidade e fluidez na fronteira, tornando-a transfronteiriça, com a construção de rodovias, pontes, túneis, as relações extrapolam o entorno onde tais são afetados, seja estimulando novos ritmos e dinâmicas territoriais, seja reorganizando novas dinâmicas territoriais. Des-territorializando a fronteira.

Schweitzer (2000) recupera definições de Foucher (1991) respeito aos *efeitos fronteira*. O primeiro identifica diferentes efeitos fronteira, dos quais resgataremos aqui três: *fronteira-filtro*, *fronteira-barreira* e *fronteira-aberta*. O primeiro derivando das funções clássicas de controle, o segundo de limite, fechamento, o terceiro de abertura, de cooperação. Segundo Ratti (1991, p.11) na atual época de globalização,

em função das circunstâncias, a função de filtro que assegura uma seleção dos fluxos pode ser modulada. Nesta perspectiva, a fronteira se declina entre efeito de corte (fronteira-barreira), de mediação (fronteira-zona de contato), de estimulação (fronteira aceleradora) e de filtro (fronteira filtro).

Também este autor propõe uma tipologia de efeitos fronteira e as suas consequências em matéria de política econômica e espacial (1996) que é sintetizado por Alejandro Schweitzer em 2000.

pela inserção de banda larga, vinda pela Guiana Francesa, via rede mundial da internet (2013); e pela oferta de exportação energética (previsto para 2014). A fronteira amapaense se torna mais articulada e mais dinâmica, mais global (PORTO; SUPERTI; SILVA, 2013), embora seja *tardia*.

⁶ Segundo Santos (1996) esses sistemas são concebidos para assegurar uma maior fluidez dos fatores hegemônicos e uma maior regulação dos processos produtivos, por intermédio das finanças e da especulação. Os sistemas de engenharia são entendidos como “*um conjunto de instrumentos de trabalho agregados à natureza e de outros instrumentos de trabalho que se localizam sobre estes, uma ordem criada para e pelo trabalho*” (SANTOS, 1997, p. 79).

SETOR DE ATIVIDADE	TIPOS DE EFEITOS FRONTEIRA	
	Lógica de barreira / filtro	Lógica da zona de contato / aceleração
Organização do espaço	Desenvolvimento justaposto das duas zonas fronteiriças.	Competição/cooperação ao interior de uma rede de aglomerações.
Transporte internacional	Forte efeito fronteira/concentração á fronteira.	Reconfiguração espacial das infraestruturas e de serviços (em termos de redes competitivas).
Mercado de emprego	Segmentado, as vezes protegido.	Nova estratégia em termo de bacias de emprego transfronteiriços
Localização das indústrias	Segundo logica de segmentação vertical (filiais, subcontratação).	Segundo logica de rede, às vezes de médio.
Serviços superiores	Marginalização, exceto casos específicos de renda de situação.	Efeitos catalizadores por uma politica de cooperação e de rede.
Educação universitária	Separação neta devida a importantes diferenças nas estruturas e formatos nacionais de educação.	Reconhecimento mútuo de diplomas e coordenação de programas.
Política tecnológica	Penalização devida a localização periférica.	Aproximação pela criação de meios ou estruturas transfronteiriças.

Quadro 1 - Tipologia de efeitos fronteira e consequencias estratégicas de política económica a espacial

Fonte: Schweitzer (2000), segundo Ratti (1996, p.43- 44).

Numa outra derivação do mesmo artigo, o autor enumera uma serie de custos derivados da ausência de cooperação Transfronteiriça (RATTI, 1996, p.37-47):

- Custos de duplicação, quando nas duas regiões limítrofes existem as mesmas infraestruturas e estas são custosas (transporte, educação, saúde, etc);
- Custos por ausência o por redução de economias de escala do sistema, quando existe uma forte dependência do exterior, a causa da não valorização dos recursos regionais, penalizados pela fronteira;
- Custos causados pelo déficit de legitimidade, quando existem deseconomias externas, a causa da não identificação correta do problema e por falta de concertação, organização e planificação em comum;
- Custos de programação contrastada, quando as escolhas em politica econômica tendem a políticas não coordenadas, as vezes deliberadamente opostas, e
- Custos do “direito de veto”, quando as instituições nacionais interferem desde acima sobre as vontades e os processos de desenvolvimento local (conflitos entre interesses nacionais e regionais).

É interessante tirar como consequência das considerações anteriores a possibilidade de diferenciar uma cooperação “potencial”, não realizada, frente á cooperação “real”, a existente, que será preciso retomar no momento do análise das dinâmicas nas fronteiras na Amazônia e a Patagônia.

Silva (2013) retoma essas tipologias e resgata o segundo desses efeitos, assinalando que são dois os que ocorrem na fronteira: o *efeito-barreira* e o *efeito-cooperação*. A partir do *efeito-cooperação*, as relações transfronteiriças podem assumir formas muito distintas, segundo o grau de permeabilidade dos limites e o peso da política nacional, os acordos interestatais e as iniciativas regionais que as alimentam e estimulam o processo de transfronteirização e a criação de regiões transfronteiriças⁷.

A integração transfronteiriça pode estar guiada pelo mercado e basear-se na proliferação de relações econômicas e sociais ou pode depender da política e apresentar-se como construção de relações de cooperação entre autoridades públicas que compartilhem alguns interesses como por exemplo de enfrentar problemas ambientais comuns ou criar espaços econômicos transfronteiriços. Enfim, gradativamente a fronteira se torna mais articulada e mais dinâmica; deixa de ser periférica para se tornar estratégica, embora não tenha perdido aquela condição fronteiriça de periferia.

O TERRITÓRIO PERIFÉRICO ESTRATÉGICO RECOMPOSTO: A FRONTEIRA SENDO (DES)(RE)USADA

A primeira referência sobre a fronteira como um *território estratégico recomposto* foi exposta por Silva (2013, p. 26), que ao analisar a fronteira franco-brasileira a identifica “*profundamente marcado pelo papel da geopolítica internacional e do jogo interno-externo de Brasil e França com reflexos territoriais na fronteira*”. Porto (2014, p. 40), por sua vez, interpreta que *território estratégico recomposto* são espaços conectados a espaços mais dinâmicos, articulando-se a interesses externos, integrando-se à rede de relações sociais, espaciais, econômicas e políticas, cujos territórios são recompostos em sua forma e em seu conteúdo. Quanto maior a densidade das articulações criadas e construídas, mais estratégico este território se configura. Quanto mais acionados são, mais agentes transformadores do espaço se manifestam, interagem no território, e são estimulados, recompondo as estratégias territoriais outrora inseridas, as suas dinâmicas e configurações territoriais.

⁷ Sobre o processo de transfronteirização e regiões transfronteiriças, estes são conceitos em construção e que visam explicitar os atuais processos em curso em diferentes realidades macro e microrregionais, como também esta abordagem é fundamental para se compreender os usos políticos das regiões fronteiriças e as mudanças nos processos de negociações multiescalares, com novas formas de governança em locais pouco conectados aos centros de poder (vide RÜCKERT; GRASLAND, 2012; RUCKERT, (2013).

Feito este esclarecimento, quatro reflexões geográficas são necessárias para explicar a fronteira como um *território estratégico recomposto*, são elas (PORTO, 2014): Bertha Becker sobre o *uso político do território* (1983), Milton Santos sobre *o uso do território* (1994); David Harvey sobre *ajustes espaciais* (1994; 2005a e b) e; Iná de Castro (1995; 2005), sobre *as escalas geográficas*.

Becker (1983, p. 15), partindo do pressuposto ratzeliano de território, onde este emerge da expressão concreta das unidades políticas no espaço e define a existência física da entidade jurídica, administrativa e política que é o Estado, a autora expõe as relações de espaço e poder, bem como as estratégias e conflitos sobre a emergência de novos territórios e os limites da ação governamental, a partir da experiência brasileira. Neste texto, a autora constata a existência de múltiplos poderes em diferentes níveis espaciais, dentre elas a atuação de organizações supranacionais que vêm confrontando o poder do Estado de forma cada vez mais vantajosa àquelas com influência de capital internacional. Com isso, a partir do enfoque da “multidimensionalidade do poder”, o conceito de território estatal deve assimilar os poderes de escalas inferiores ao estatal, presentes dentro do âmbito jurídico e político do Estado, como também os poderes de escalas superiores (supranacionais).

Santos (1994) avança esta discussão ao propor que o território usado deve ser compreendido como objeto da análise social. Esta interpretação diz respeito aos objetos e ações e não às formas do território. Ou seja, o que está em questão não é somente à sua caracterização, à sua *aparência* (forma); mas a *essência* (conteúdo) da sua organização, da formação e da construção.

Harvey (2005a), ao inserir os “*fenômenos geográficos de expansão e desenvolvimento*” no debate, entende que à medida que se manifesta os excedentes do capital, “*ajustes espaciais*” são necessários para a expansão geográfica (com investimentos em infra-estrutura físicas) e a reorganização espacial (com novas formas de uso do território) pelo capital. Isso implica em reorientações temporal por meio de investimentos de capital em longo prazo ou gastos sociais e reorientações espaciais por meio da abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos e mão-de-obra em outro lugar.

Seja quais forem os “ajustes”, contradições sociais, econômicas, técnicas, tecnológicas, políticas e culturais são geradas, novas dinâmicas territoriais são estimuladas, novas manifestações de luta de classes são evidenciadas e novos objetos técnicos são produzidos.

Castro (1995), por sua vez, defende que a análise geográfica de fenômenos investigativos requer objetivar os espaços na escala em que eles são percebidos, ora como um enunciado, ou como um ponto de partida para considerar que o fenômeno observado. Ao se articular o espaço a determinadas escalas, ganha um sentido particular, mas que quando se mudar a escala os resultados podem variar. A fronteira, então como território de contato, qualquer movimentação local pode gerar conflitos binacionais.

Para Ruckert e Rambo (2010), a metodologia das escalas ganha relevância em razão da multidimensionalidade do poder resultante da descentralização político-administrativa do Estado ocorrida no Brasil no pós-1980. Assim, para esses autores, diferentes atores pertencentes ao Estado, à sociedade civil e ao mercado – em diferentes escalas, agem sobre o território, ora estabelecendo relações conflituosas, ora sinérgicas. Ruckert e Dietz (2013), ao analisarem os usos políticos das regiões fronteiriças e inserindo a escala em suas observações, observam que o capital é ágil, mas a política tende a ser lenta.

Seja qual for a ação do capital ou da política, dependendo da escala de análise geográfica adotada para explicar a fronteira, os reflexos serão distintos e complementares, mas suas orientações são para atender as demandas externas. Com isso, Ruckert e Dietz (2013) entendem que esses usos “*estão mudando em processos de negociações multiescalares envolvendo os agentes ou policymakers das políticas externas dos países e um grande conjunto de atores nas escalas local e regional-fronteiriça, caracterizando novas formas de governança em locais outrora, em geral, pouco conectados aos centros de poder*”.

Partindo do pressuposto que as atuais fronteiras estão conectadas ao circuito global e em rede, estas são acionadas à medida que as interações espaciais⁸ são estimuladas para se extrapolar o *efeito-barreira*, formador de uma condição fronteiriça, para se criar/construir o *efeito-cooperação*, formador de uma condição transfronteiriça (Vide as etapas para se consolidar uma cooperação transfronteiriça acima indicada na Figura 3).

Por outro lado, por se posicionarem distantes dos centros, à medida que as fronteiras são articuladas por vias de comunicação e informacional, novos agentes acabam por interagir no território fronteiriço, gerando novas elites e dinâmicas locais. Com isso, gradativamente a fronteira isolada e desconectada, se torna articulada. Se houver investimentos, para estimular a reprodução do capital, a periferia se torna estratégica com estímulo a atividades econômicas

⁸ As *interações espaciais* se referem a um amplo e complexo conjunto de deslocamento de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico (CORRÊA, 1996).

que buscam atuar em relações transfronteiriças, e não mais em relações fronteiriças, recompondo suas diretrizes espaciais.

Percebe-se, então, que a integração física da fronteira com outros espaços é fundamental para garantir a sua maior intensidade e fluidez de contato para além de sua área de atuação. Isso fortalece o entendimento de que a construção da fronteira é externa. Contudo, não basta estar ou ser apenas conectado, mas também deve ser acionado e usado pelo capital a fim de ampliar e consolidar a sua reprodução, como também serem instalados constantes *ajustes espaciais* para garantir a melhor reprodução do capital⁹.

Quando se insere, nesta discussão, a condição periférica, parte-se do pressuposto da existência de espaços localizados distantes dos centros de decisão; desprovidos de infra-estruturas e de estruturas que os classificam como espaços desorganizados, a serem ocupados, dominados; e com forte dependência política e econômica. Neste sentido, a fronteira é interpretada como uma barreira, pois ela precisa ser dominada e ocupada. Muitas vezes a identidade do “distante” impõe uma identidade ideológica, pois o morador pode estar longe do seu centro nacional, mas próximo do centro do território vizinho.

À medida em que a fronteira é ocupada, novas estruturas são criadas e novas articulações com o externo são elaboradas. A fronteira passa a ser uma zona de contato onde relações transfronteiriças locais são efetuadas independentemente das relações internacionais. Contantemente a fronteira é periférica nacional, mas é estratégica internacional. Acrescente-se a esta diretriz, o entendimento de Porto (2010a e b) que esta fronteira também é periférico/estratégica ou estratégico/periférica, dependendo do foco inicial de análise.

Schweitzer, em sucessivos artigos e capítulos de livro desenvolve o conceito de “fronteira de expansão do capital” formulado inicialmente em sua tese de 2000. Assim, em Schweitzer (2011a e b; 2013; 2016), postula que os processos de ajuste espacial, fundamentais na produção do espaço e em particular em espaços pouco densamente povoados e periféricos, se desenvolvem na modalidade de fronteira, desde o momento que a fixação de capital no espaço vai avançando sobre novos espaços, cada vez mais em diante, cada vez para frente. Assim, enclaves e frentes são parte do processo geral da fronteira da expansão do capital, que sempre adota características de estratégica. Estes mesmos processos se aproximam por sua vez as fronteiras, para exploração dos recursos naturais em espaços binacionais. O

⁹ Segundo Harvey (1990, p. 445), “no existe un 'arreglo espacial' que pueda contener a la larga las contradicciones del capitalismo”.

aquífero Guaraní, a gestão dos recursos hídricos na cordilheira dos Andes ou da floresta amazônica, são somente alguns destes casos.

Esta convergência entre espaço estratégico, periférico e a fronteira é também a convergência dos análises que são realizados pelos autores deste capítulo e justificam a investigação comparativa.

A mudança de comportamento do uso do território; de sua identidade; de sua construção e inserção nos sistemas econômicos e políticos nacionais e globais são algumas manifestações da condição fronteiriça amapaense e patagônica como *território periférico estratégico recomposto*. Neste sentido, usos políticos, geopolíticos, econômicos e de gestão territorial, acabam sendo adotados para ocorrer o *uso político do território, novos usos do território, ajustes espaciais, negociações multiescalares e, processos de transfronteirização*.

Com isso, o (des)(re)uso da fronteira e a mudança de relações fronteiriças para transfronteiriças são decorrentes das mudanças de estratégias territoriais nela inseridas, à medida em que: ocorra uma variedade de transações públicas e privadas que produzam articulações para além do local haja orientações do Estado na gestão de suas ações e do território por ele administrado; e do maior ou menor grau de inserção do espaço lindeiro na fronteira-rede (ARBARET-SCHULZ, 2004).

FORMADORES DA CONDIÇÃO FRONTEIRIÇA DO AMAPÁ E SANTA CRUZ

Ao se pensar políticas públicas e seus impactos sobre o território, adota-se aqui o pensamento de Becker (1983), quando lança reflexões sobre *o uso político do território*. A autora, indica duas reflexões a serem levantadas sobre o tema, identificando duas concepções de poder: um poder *unidimensional* e; um poder *multidimensional*. Sobre o primeiro, a autora expõe três abordagens (op. cit., p. 17-18): 1) que “*o poder do estado se acentua no plano interno e ele é o mediador entre os interesses internacionais e o espaço nacional*”. Assim, o Estado se apresenta “*como aparato político governamental que controla a produção o uso do território nacional. (...) o Espaço é concebido ou como estrutura autônoma ou como reflexo das relações sociais de produção. (...) como um objeto de manipulação*” (op. cit., p. 17); 2) Há o entendimento de que o “*o espaço não possui realidade própria*” (op. cit., p. 18), cuja produção é um reflexo, uma projeção do corpo social, ao invés de espaço produzido e; 3) O

espaço como um produto da estrutura social, onde a determinação da superestrutura de base econômica é substituída pela combinação de várias estruturas, instâncias ou sistemas.

Quanto ao poder multidimensional, a autora (op. cit., p. 18 e 19) entende que o Estado é uma concepção que vai além da concepção governamental. É um aparato político global. E justifica esta postura ao resgatar o pensamento de Lojkin ao expor que “*uma concepção de estado mais coerente com o mundo contemporâneo é aquela que a entende como produto de uma realização social, elemento da infra-estrutura com características próprias, e não como fator de coesão de uma formação em que o político supera a determinação econômica*”. Com isso, recupera a noção de território (como um produto “produzido” pela prática social, e também um produto consumido, vivido e utilizado como meio) e de uma visão materialista de espaço (onde se processa a reprodução social) para a construção desta concepção.

Dentre a literatura que expõe o contexto amazônico nas discussões sobre o desenvolvimento regional, a sua integração ao território e mercado nacional, as ações de políticas públicas econômicas para a formatação do espaço amazônico, a sua inserção na economia mundo, o ponto convergente nessas discussões diz respeito à importância das riquezas e das potencialidades naturais e a sua biodiversidade nas suas relações extra-regionais.

Uma experiência de política pública administrativa territorial ocorrida na fronteira brasileira com quatro casos amazônicos e que precisam ser mais analisados no que diz respeito aos Territórios Federais. Esses entes federativos iniciaram a suas construções territoriais por resolução de questões fronteiriças (Geopolíticas), aquisição de terras (Vide o caso acreano), sem qualquer orientação e regulamentação jurídica territorial e administrativa (Política pública) e pelas justificativas de defesa nacional (Geografia política).

Com as orientações da política territorial e dos investimentos efetivados nos Territórios Federais brasileiros¹⁰ e nos Territórios Nacionales argentinos, identificam-se os *usos políticos, os usos sociais e os usos geográficos* desses entes federativos para a configuração da fronteira nacional e construção de suas relações (trans)fronteiriças. Dentre as várias interpretações sobre o comportamento do *uso do território* desses entes, os fatores do desenvolvimento geográfico desigual, estão muito presentes neste contexto.

¹⁰ Os Territórios Federais brasileiros foram: Acre (1904-1962); Fernando de Noronha (1942-1988); Amapá (1943-1988), Rio Branco (atual Roraima) (1943-1988), Guaporé (atual Rondônia) (1943-1982), Ponta Porã e Iguacu (1943-1946). Sobre os Territórios Federais brasileiros, vide Medeiros (1944; 1946); Temer (1975); Mayer (1976); Freitas (1991) e; Porto (2000; 2003).

Segundo Porto (2000; 2003), a origem espacial dos Territórios Federais no Brasil é diversificada. Por exemplo, ela se insere no processo de desmembramento de unidades federativas existentes, que à exceção do Acre, apresentavam grandes extensões. Ainda nesta direção, tais unidades eram abordadas a partir do conceito “vazio demográfico”. A partir deste viés, tanto a Amazônia quanto a Patagônia, tem sido historicamente encarada como um espaço a ser ocupado independentemente das populações ali existentes. Com isso, o espaço desconhecido era entendido como desocupado; e sua população original, desconsiderada.

À medida que este espaço foi ocupado pelo capital e seus representantes físicos e jurídicos, pensaram-se em espaços que se adequassem aos aspectos políticos-administrativos e jurídicos conhecidos pelos novos ocupantes. Dentre as políticas públicas centralizadas no que diz respeito aos Territórios Federais e Territórios Nacionais, percebem-se configurações e construções político-administrativas comuns e semelhantes.

Há diversos entendimentos sobre a definição e criação de um Território Federal no Brasil, são citados por Porto (2003) na visão de vários autores como: Medeiros (1944) como “*entidade precária*”; Temer (1975) que entendeu como sendo uma “*autarquia territorial*”; Ferreira Filho (1975) como “*Estado-embrião*”; O Decreto nº 411/1969 conceituou-os como “*Unidades descentralizadas da administração federal, com autonomia administrativa e financeira, equiparados aos órgãos de administração indireta*”.

Porto (2003) se refere aos Territórios Federais como uma experiência de ações onde não podem ser tomados somente como uma ação política, mas deve-se considerar, também, outros aspectos, como o geopolítico, o jurídico, o econômico, o geográfico, e a ligação com o federalismo. Ainda se reconhece a figura dos Territórios Federais na configuração territorial do Brasil, e muitas propostas desses entes foram sugeridas no Congresso Nacional (a exemplo dos Territórios Federais do Marajó, do Oiapoque, Rio Branco e Alto Solimões¹¹), mas ainda não foram acatados pelo Congresso brasileiro.

Com a instalação e a construção de infraestruturas nos Territórios Federais (outrora distantes, periféricos, desorganizados, desarticulados) novas elites foram se inserindo na fronteira; novas riquezas encontradas, novas foram exploradas, novas modalidades espaciais foram criadas; novas relações político-administrativas foram instaladas, com novos municípios e toda a sua relação de poder; novos usos do território foram construídos. Com a estadualização desses entes, outras construções são executadas nesses espaços.

¹¹ Vide Ribeiro (1996); Rocha (2001); Brasileiro (2003).

Com isso, criaram-se condições para se acessar e acionar esses espaços, que permitiram estabelecer uma “*compressão espaço-tempo*” harveyniano; identificar suas potencialidades geográficas como estratégicas; organizar melhores condições para se usar o território e; estabelecer novas articulações em redes políticas, sociais e econômicas multiescalares. Ou seja, à medida em que houvesse maior densidade nas redes econômicas, sociais e políticas criadas e articuladas, maior intensidade de produção do território era manifestada e construída, bem como maior possibilidade de reformatação e reorganização do território era recomposta estrategicamente.

Na Argentina a criação dos Territorios Nacionales data de início da década de 1860, quando em 1862 a lei nº 28 dispõe que “*todos os territórios existentes fora dos limites ou possessões das províncias são nacionais*”. Ainda sem precisar quais são esses territórios, habilita a intervenção do exército nacional, recentemente criado, em espaços por fora da jurisdição dos poderes políticos regionais¹².

Nesse momento a geopolítica da região do Prata está muito convulsionada. A Guerra do Paraguai O Brasil acaba de incorporar ao seu espaço nacional uma porção do Norte do Paraguai, no Oeste as disputas pelo salitre acabam na guerra entre Chile e a aliança entre Bolívia e o Peru, no Sul, Argentina decide avançar na ocupação das fronteiras do Chaco e a Pampa, até então territórios indígenas. A criação dos territórios nacionais obedece então á necessidade de organizar a administração dos novos espaços, recentemente incorporados ou ainda por incorporar, todos periféricos e na sua maior parte, fronteiriços. Em 1884, logo da discussão de diversas alternativas, são criados nove territórios nacionais, cinco deles na região Patagônica¹³. São espaços sem nenhuma autonomia, onde o governador, a justiça e a policia dependem diretamente e são nomeados pelo estado nacional¹⁴.

Assim, Os Territórios Federais brasileiros e Territórios Nacionales argentinos serviram como instrumentos de indução à organização do espaço econômico regional sob a tutela do Governo Federal. Este, por sua vez, destinou recursos e investimentos públicos na instalação de

¹² Entre 1853 e 1860 a Argentina esteve dividida entre a Confederação Argentina e o Estado de Buenos Aires, numa guerra civil que ao final do período acaba consolidando o poder do porto. Outro debate da época era a decisão da localização da Capital federal.

¹³ Neuquén e Río Negro, ao Norte; Chubut, Santa Cruz e Tierra del Fuego na Patagonia Sul.

¹⁴ Os únicos entes autônomos são os legislativos dos municípios que vão se constituindo na medida em que nesta expansão se precisa certa autonomia nos níveis locais, o primeiro deles, Gaiman, criado em 1885, ao ano seguinte da criação do território nacional.

infra-estrutura, a fim de criar condições de acesso às economias externas e materializar as condições de se ampliar as vantagens competitivas regionais.

Quanto ao caso da Patagônia argentina, Schweitzer (2014) discute o lugar da Patagônia na disputa mundial pelos recursos. O autor reconhece a função desta região como fornecedor de recursos naturais, tais como modelo de continuidade historicamente imposta nesta região; a identifica como espacialmente periférico; contudo, apresenta-se fortemente integrada na economia mundial a um século e meio. A partir da distribuição espacial das atividades extrativas na região (ciclo ovelhas, a extração de petróleo; mineração, pesca e turismo), expõe que o uso deste território se intensifica com o avanço da exploração petrolífera (com forte presença do Estado) nas províncias de Neuquén e Santa Cruz e que se expande para toda a Patagônia; a crescente expansão do capital chinês em atividades extrativistas; e o início do plantio da soja, na província de Rio Negro.

Para este geógrafo argentino (op. cit.),

La disputa por el acceso a estos recursos se da en varios planos. En primer lugar, en el plano mundial y entre grandes capitales trasnacionales con alguna participación de capitales nacionales, se evidencia en fusiones, adquisiciones y compras, incluso en acciones de especulación inmobiliaria rural asociadas a compra de estancias en zonas de meseta cercanas a actuales emprendimientos. En segundo lugar, existen conflictos distributivos, en particular entre estos mismos grandes capitales y las colectividades territoriales locales por el acceso al agua en un escenario en el cual, dada la naturaleza semiárida de la mayor parte del espacio regional, se convierte en luchas por la supervivencia de poblaciones.

Ao se executar um levantamento histórico-econômico da Patagônia percebe-se que esta região se apresenta como um *território periférico estratégico recomposto*, onde se identificam momentos históricos com construções territoriais distintos em seus objetivos e em seus usos.

Inicialmente, Schweitzer (2014) registra que o estabelecimento das aglomerações costeiras permanentes para o fim do período colonial, é o resultado da implantação da dinâmica originada em áreas centrais e associado à expansão do capitalismo hegemonia do Império Britânico em novos espaços, que apontavam para a apropriação da natureza e seu valor como recursos naturais, articulada com combinação da coexistência de um ambiente natural rico, pouco povoada, disponível e disponibilizados pela Argentina e Estados chilenos ansiosos para atrair capital e garantir a todo custo a posse de seus respectivos territórios nacionais; pela existência de capital financeiro excedente e trabalho, britânico na região; e como resultado da conclusão do cerco de terras e pilhagem dos bens comuns, acompanhado de políticas de extermínio de populações indígenas.

Posteriormente, por mais de um século e meio que se estende desde a introdução das primeiras cabeças de ovinos em 1843 nas Ilhas Falkland. Três décadas mais tarde, a ovinocultura se estendeu para o espaço chileno continental em torno de Punta Arenas, e em seguida no território argentino desde a última década do século e ao norte da região, da província de Buenos Aires, de onde veio a ser deslocado pelo gado e agricultura. A ovinocultura na configuração de espaço é o resultado do primeiro processo de acumulação de capital fronteiras de expansão ocorreu na Patagônia. No final do período de crescimento de ovelhas, que se estende entre os anos de 1870 e 1920, atingiu os processos de apropriação todo o território patagônico austral (SCWEITZER, op. cit.).

No início do século XX, inicia-se uma nova fase de expansão do capital após a descoberta de petróleo em Comodoro Rivadavia e da implantação da linha ferroviária Comodoro Rivadavia - Sarmiento Cologne estimulou movimentos demográficos à região. Assim, as configurações espaciais resultantes eram orientadas por um modelo primário e extrativista de exportação. A Patagônia tinha pouca ou nenhuma presença de atividades industriais e muito menos nacional orientada para o mercado doméstico¹⁵.

Na Patagônia Norte, o desenvolvimento da exploração de hidrocarbonetos começa com a descoberta de petróleo na Plaza Huincul, Neuquen, em 1918. Naqueles anos, o governo nacional iria definir a construção da primeira refinaria fiscal em Neuquen e Comodoro Rivadavia. Fora da Patagônia, exploração de petróleo era realizada em Jujuy e Salta desde a década de 1860 e em Mendoza desde 1890; no entanto, a partir de 1907 em diante, a extração de hidrocarbonetos em Patagonia representado mais de sessenta por cento do total nacional.

Na década de 1940 há um novo processo de expansão de capital e consequente diferenciação espacial em termos de equipamentos, infraestrutura, atração população e os serviços de apoio com a criação da Governação Militar de Comodoro Rivadavia com a porção Norte do Território Nacional de Santa Cruz e Sul do Território do Chubut (SCHWEITZER, 2012). Na mesma década com a instalação de equipamentos e entrada em operação da mina de carvão em Río Turbio, no Sul da província de Santa Cruz, com apenas capitais nacionais e do petróleo e o gas na Bacia Austral na década de 1960 compartilhada entre a Província de Santa

¹⁵ Segundo Schweitzer (2014), há duas situações específicas em que o extractivismo não são expressos em diferentes configurações: Nos vales irrigados, a expansão das atividades agrícolas e de fruticultura nas vales média e alta do Rio Preto e no vale inferior do rio Chubut, em ambos os casos a partir das últimas décadas do século XIX; e a instalação de Zona Franca Punta Arenas na Região de Magallanes e legislação que promove o estabelecimento de indústrias de montagem em Tierra del fogo, ambos em vigor desde 1960, como resultado de políticas de promoção industrial ou comercial com base nas teorias de pólos de desenvolvimento.

Cruz, o Território Nacional de Tierra del Fuego e a Região de Magallanes no Chile, resultasse em novo processo de expansão do capital.

Quanto à pesca marítima, esta é uma das atividades mais antigas de implementadas. Em 1784, a atividade foi instalada em Puerto Deseado. Em 1838 a pesca baleeira foi iniciada no porto de Rawson. Em 1904, quando se instala o porto e a Argentina Fishing Company em Grytviken, em Georgia do Sul. Ao longo do século XX, a atividade foi estendida para toda a costa, mas foi na década de 1990, quando houve a reestruturação da atividade, intensificando participações até o ponto de que as práticas de pesca deixaram de garantir a renovação do recurso¹⁶.

AJUSTES ESPACIAIS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA CONDIÇÃO FRONTEIRIÇA DO AMAPÁ E SANTA CRUZ

Para Silveira (2008, p. 3), “el territorio usado no es una cosa inerte o un palco donde la vida se da. Al contrario, es un cuadro de vida, híbrido de materialidad y de vida social”. Este hibridismo também é reflexo das intenções que o sistema ações pensados se manifestam no território. Saliente-se, também, que tanto a materialidade quanto as intenções das ações são recompostas constantemente.

Porto (2005), ao analisar os Territórios Federais brasileiros, expôs que esses entes federativos devem ser pensados para além de ações e intenções política, mas que se devem ser incluídos vários aspectos (históricos, geográficos, econômicos, demográficos, culturais, dentre outros), serão usados para se configurar o “cuadro de vida” indicado acima pela geógrafa argentina.

Quando se interpreta o Estado do Amapá como um Estado em construção, com instalação próteses¹⁷ e sistemas de engenharia (COUTO, et.al., 2006; COUTO; PORTO, 2006; PORTO, 2007, et. al.), percebe-se que este é conjunto solidário e complementar que possibilitaram a

¹⁶ Segundo Schweitzer (2014), as interações recentes entre a pesca e exploração de petróleo também são fontes de conflito, como aconteceu no Golfo de San Jorge em 2011, quando ele começou a realizar atividades de prospecção sísmica na plataforma continental causando a migração de cardumes e a diminuição da pesca costeira, beneficiando a pesca industrial, cujas atividades ocorrem em alto-mar e pouco usando as estruturas portuárias locais.

¹⁷ Segundo Porto et. al. (2007), próteses são “*atos elaborados externamente e implantados localmente os quais impõem novos ritmos ao meio primitivo. Essas próteses podem ser de vários modelos e que transformam e reconfiguram um espaço já existente*”. Esses autores também identificam os seguintes modelos de próteses: jurídicas; Institucionais; Administrativas e; Tecnológicas.

diversificação produtiva do seu espaço, isto exigiu ajustes espaciais que originaram nova e outras configurações territoriais no espaço amapaense. Esses ajustes espaciais visam o melhor funcionamento e atuação das próteses e dos sistemas de engenharia, inserindo este espaço em um sistema de redes articulados em sistemas de fluxos cada vez mais densos e intensos. As configurações ocasionadas pela ação dos fixos e fluxos, recriam novas configurações territoriais, elementos identificados por Raffestin (1993) como modeladores do território.

Com isso, instalação próteses e sistemas de engenharia são os responsáveis pela criação de um cenário propício apenas à exploração e não ao desenvolvimento que condenou o Amapá (COUTO, et.al., 2006) a ser apenas um grande negócio (não havendo o interesse de desfazê-lo), mas percebe-se, a mesma configuração para o caso de Santa Cruz (Argentina), seja na manutenção de atraso em relação às outras províncias, aos interesses internacionais pelos seus recursos naturais, seja no que concerne aos investimentos públicos e privados ali estabelecidos.

Ao serem criados o Território Nacional de Santa Cruz (1884) e o Território Federal do Amapá (1943), foram criadas diretrizes políticas e administrativas, infraestruturas e incentivos para o desenvolvimento de atividades econômicas pelo Governo central brasileiro e argentino, principalmente voltadas ao setor do extrativismo mineral, que em muito contribuiu para a estruturação econômica e para sua organização espacial amapaense (PORTO, 2003, p. 115) e da pecuária ovina na Patagônia (SCHWEITZER, 2012; 2014).

Coube aos governos brasileiro e argentino, em suas diversas escalas, criar os ajustes espaciais necessários para que fossem criadas as condições para que o capital se manifestasse e ganhasse movimento. Este engajamento, com a ação do capital internacional nas novas regiões, a superacumulação de capital, exigindo um ajuste espacial, talvez mesmo à custa do capital nas regiões antigas (HARVEY, 2005b).

Assim, a condição fronteiriça amapaense e santacruzense passam por novas configurações territoriais¹⁸, a partir da reconfiguração e expansão das suas redes, ocasionados pela instalação de próteses; pela ação dos fixos e fluxos, afetando a densidade e a intensidade da fluidez de circulação de produtos e pessoas; pelos ajustes espaciais criados e construídos. Consolidam-se, com isso, essas fronteiras como um *grande negócio*.

¹⁸ A configuração territorial é o conjunto total, integral de todas as coisas que formam a natureza em seu aspecto superficial e visível; e o espaço é o resultado de um matrimônio ou um encontro, sagrado enquanto dura, entre a configuração territorial, a paisagem e a sociedade (SANTOS, 1997, p. 77).

DA PERIFERIA À CONSTRUÇÃO ESTRATÉGICA DA CONDIÇÃO FRONTEIRIÇA DO AMAPÁ E SANTA CRUZ

O Território Nacional de Santa Cruz (Argentina) foi criado pela Lei Nacional no 1.532, de 16 de outubro de 1884. No final do século XIX, ocorreram conflitos entre Argentina e Chile a respeito dos limites entre esses países, sendo resolvido parcialmente pelo Laudo Arbitral de 1902.

Em 19 de maio de 1904, foi sancionado o Decreto de Divisão administrativa dos Territorios Nacionales, criando o Departamento Coyle, sendo sua capital Río Gallegos (sendo reconhecido como município em 1907). Em 1944, pelo Decreto-Lei nº 13.941, foi separado do Territorio Nacional de Santa Cruz toda a área ao norte dos ríos Pinturas e Deseado até o paralelo 46° S, uma extensão de 55.418 km², que somada aos 42.330 km² separados do então Territorio Nacional del Chubut, configurou-se na chamada “Governança Militar de Comodoro Rivadavia”. O Congreso Nacional argentino ratificou esta configuração pela Lei nº 12.913, em 1946.

Em 1955, pela Lei nº 14.408 da ditadura militar, se decide a provincialização dos territórios nacionais do Río Negro, Neuquén, Chubut y Patagonia, finalmente criados em 1957. Em 1956 a Provincia de Patagonia passará a ser denominada Santa Cruz. A questão da Governança Militar meresce um capítulo inteiro, entre 1955 e 1957 houve ao menos dois projetos, com alternativas que iam entre a criação da Provincia de Comodoro Rivadavia o San Jorge e a devolução dos departamentos a seus territórios originais. Finalmente foi esta segunda a opção definida.

Quando se observa a contemporaneidade das atividades econômicas indicadas por Schweitzer (2014) e a dinâmica da institucionalização territorial expostas nos parágrafos anteriores, percebe-se a necessidade de se analisar os Territorios Nacionales como províncias em embrião e não como ações isoladas de um território identificado como periférico. A ocorrência, a identificação de seu potencial e a exploração de seus recursos naturais são exposições adotadas pelo capital externo o quanto a Provincia de Santa Cruz também é estratégica. Isto reforça a hipótese da condição fronteira periférico-estratégica aqui defendida, também para o caso santacruzense.

Identifica-se, também a inserção de próteses nas diversas atividades executadas em Santa Cruz, a exemplo do ocorrido na ovinocultura, introduzida pelo capital externo no século

XIX (Prótese econômica), foram necessárias instalação de estâncias (Prótese infraestrutural e legal); na exploração mineral e petroleira, precisou-se a inserção de tecnologias de extração (prótese tecnológica); na inserção de outras empresas de capital externo na exploração de outros recursos, bem como nas acima citadas, a inserção do horário de trabalho (Prótese trabalhista). No caso da exploração dos hidrocarburos e o carvão, modelos derivados do fordismo e keynesianismo e o urbanismo baseado nas idéias de Tony Garnier da cidade industrial (Prótese social).

Para o caso amapaense, Porto (2014) resgata a sua condição periférico-estratégica em sua relação com o seu histórico no contexto regional, como também na sua função e uso do território após a instalação do Território Federal, na década de 1940. A partir da justificativa da defesa nacional para a sua criação, quando à época a Amazônia era apresentada como periférica nas políticas públicas nacionais (que precisava ser ocupada, protegida e se desenvolver), também, apresentava-se como *estratégica*, ao reconhecer que esta região possui riquezas e potencialidades naturais de grande interesse do capital internacional.

Reis (1949, p. 123), ao considerar o abandono em que se achavam aquelas regiões, sugeriu que fossem criadas políticas para que “*procedesse a recuperação humana, cultural e econômica da fronteira, vivificando-a, vitalizando-a*”. Neste contexto, os Territórios Federais também cumpriram esta função.

À medida que a Amazônia foi ocupada, novas dinâmicas foram executadas, exigindo novos ajustes normativos, infraestruturais, políticos e geopolíticos capazes de garantir a mobilização e o dinamismo no espaço. Assim, a esta região foi integrada, conectada e acionada pelo capital externo. Gradativamente a Amazônia deixa de ser *periférica* para gradativamente se tornar *estratégica*, mais integrada, conectada e acionada pelo capital externo. Com isso, a expectativa de Jacques (1977, p. 188) dos Territórios Federais atuarem como núcleos de civilização nos recantos longínquos do território nacional e prestar grandes serviços ao país não só em assunto de defesa nacional, como também em matéria econômica e social, foi alcançado.

As articulações executadas com o exterior ampliam sua condição de estratégica por estabelecer novas oportunidades, tolerâncias e flexibilidades de uso do território que dinamizam suas articulações nas diversas escalas espaciais. Com essas características, percebe-se que o contato existente na fronteira entre o local e o internacional impõe um dinamismo próprio a este espaço; exigindo dos seus atores posturas que, em diversos momentos, são

conflitantes às determinações legais, mas que são executadas devido a diversos interesses que esses atores se disponibilizam a executar ou conquistar.

As mais recentes construções externas de uso do território amapaense dizem respeito à retomada no planejamento estratégico e da atuação do país como agente de coordenação de desenvolvimento. Dentre as ações e atos executados se destacam: As ações do Programa Calha Norte (pós-1985); A assinatura do Acordo-Quadro Brasil/França, envolvendo Amapá/Guiana Francesa (1996); O Programa de Integração da Infraestrutura Sul-Americana (IIRSA) (2000); A criação do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (2002); a elaboração da Proposta de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) (2005); O Programa da União Européia INTERREG IV (2007); A construção de três usinas hidrelétricas no Amapá pós-2010 (Ferreira Gomes, Caldeirão e Santo Antônio); A pavimentação da BR-156 e; a construção da ponte binacional (concluída em 2010, porém inaugurada somente em março de 2017).

Na Província de Santa Cruz foram identificadas ações diversas orientadas, como no Amapá, à melhoria de condições para exploração dos recursos estratégicos. A grande diferença é que no espaço argentino as formulações associadas ao planejamento estratégico, como o Plan Estratégico Territorial 2016, acabaram sendo apenas um banco de projetos, sem efeitos concretos sobre a organização e uso dos territórios além dos gerados no quadro de projetos finalmente isolados.

Dentre os acordos internacionais, o Tratado Binacional Argentina-Chile sobre recursos hídricos compartilhados (1991) não deu lugar a criação de comités de bacias binacionais como projetado, o Tratado Binacional Minerio, de 1997 e que abarca uma ampla faixa ao longo das fronteiras desde o Norte até o Sul do país, não tem pelo momento efeitos concretos no território da Província, sendo aplicado apenas numa província do Centro-Norte do País e o IIRSA também não tem projetos no espaço provincial.

O anterior não indica que não haja execução de obras públicas, somente que na ausência de uma verdadeira planificação, elas são projetadas praticamente à demanda dos grandes capitais transnacionais, com amplo predomínio do capital privado e com o Estado provincial e nacional exercendo desde a década de 1990 políticas públicas pro-cíclicas. Assim sendo, a China, como principal interessado, promove a construção de duas grandes represas sobre o Rio Santa Cruz, com grande oposição das comunidades locais e as companhias mineiras utilizam as infraestruturas públicas de transporte e energia para seu funcionamento e escoamento do material extraído.

Como se vê, para realização de todas essas atividades, ajustes espaciais em termos de infraestrutura de transporte, energia, acesso à água e instrumentos legais foram exigidos para garantir as condições de realização e atender as suas especificidades em sua construção, funcionamento, evolução e reprodução do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da configuração territorial amapaense e santacruzense são muito semelhantes em suas contemporaneidades, na participação do capital externo, na organização de sua elite local. A partir da criação do Território Nacional de Santa Cruz (1884) e o Território Federal do Amapá (1943), foram nelas criadas diretrizes e ajustes espaciais (políticas e administrativas, infraestruturas e incentivos fiscais), também foram instaladas próteses que intencionaram estimular os seus desenvolvimentos econômicos e sociais. Esses três fatores foram instalados pelos governos centrais brasileiro e argentino, com grande participação do capital externo, como também criaram as condições necessárias para que o capital se manifestasse e ganhasse movimento e alcance novas regiões, chamadas de periféricas, mas detentoras de produtos estratégicos para sua existência.

Identifica-se, aqui, que a condição fronteiriça amapaense e santacruzense são *territórios periféricos estratégicos recompostos*, onde o *território* delimita seu espaço de atuação mediante participações institucionais, para normatizar o uso do território e empresariais para ampliar o seu uso para além das políticas públicas *periférico* nas expressões das políticas públicas nacionais ; o *estratégico*, decorrente das intenções e atuações do capital, adotando as suas artimanhas para acessar os produtos de interesses existentes ; e o *recomposto* , no uso de formas e dos conteúdos espaciais a partir de suas articulações criadas e construídas de seus ajustes espaciais em cada momento histórico. Por isso, suas análises devem ser multifocal, multiescalar, multitemporal e multirelacional.

Embora o atual Estado do Amapá e a Província de Santa Cruz tenham se tornado mais articulados e mais dinâmicos, deixando de ser periféricos para se tornar estratégicos, ainda não perderam aquela condição fronteiriça de periferia, que passam por novas configurações territoriais, a partir da reconfiguração e expansão das suas redes, ocasionados pela instalação de próteses; pela ação dos fixos e fluxos, afetando a densidade e a intensidade da fluidez de

circulação de produtos e pessoas; pelos ajustes espaciais criados e construídos. Consolida-se, com isso, um grande negócio.

Assim, esses espaços possuem as seguintes características em comum:

- Sua construção espacial é externa, sem realidade própria, com invenções para os usos de seus produtos, para e de seus espaços.
- O uso do território como um *grande negócio* por se comportar como: Fornecedor de *commodities*; Vitrine de produtos industrializados; Possuem posições estratégicas de acordo com as intenções de uso do território e para articulação de redes; Suas inserções espaciais no circuito nacional com fornecedores de energia elétrica; Receptores de investimentos públicos para construção e instalação de sistemas de engenharia e ajustes espaciais; e Concedentes de incentivos fiscais para atração de investimentos.
- São espaços mutimensionais por se apresentarem como espaços: de atuação do/de estado; governamental; com investimentos públicos e privados; articulados em rede cada vez mais artificializadas.
- Suas articulações espaciais envolvem dois momentos: o de relação *fronteira* e o de interação *transfronteira*. No que diz respeito às mobilidades existentes pelos povos autóctones seja da Patagônia, seja da Amazônia, percebe-se que o conceito de fronteira de estado-nação não se adequa àquela população. À medida que as relações se tornaram mais politizadas e europeizadas, novas articulações foram construídas, outras foram destruídas.
- As construções de suas condições fronteiriças envolvem elementos e fatores econômicos, institucionais, políticos, sociais e territoriais inerentes às dinâmicas que o próprio espaço (trans)fronteiriço constrói; a grande atuação do Estado, porém com fraca fiscalização; estimuladora à criação/construção de próteses dos mais variados modelos; à existência, configuração e intensidade de articulação de redes existentes, as quais expressam reflexos de cenários internacionais; configuradora de restrições espaciais; fornecedora de *commodities* e; consumidora de produtos industrializados.

REFERÊNCIAS

ARBARET-SCHULZ, C. et. al. La frontière, un objet spatial en mutation. **EspacesTemps.net**, Textuel, 29.10.2004. <http://espacestemp.net/document842.html>. Acesso em 11/07/2013.

BECKER, Bertha K. El uso político do territorio: consideraciones a partir de una vision del Tercer Mundo. In: **Revista Geográfica de América Central** (17-18): 13-26. Segundo semestre de 1982/primer semestre de 1983. Disponível em: <http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/3014>.

BRASIL. Ministério da Integração. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**: Bases de uma política integrada de desenvolvimento regional para a faixa de fronteira. Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais - Brasília, 2005.

BRASILEIRO, V. M. M. **Plebiscito para a criação do Território Federal do Marajó**. Câmara dos Deputados, ago. 2003. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/pdf/2003-568.pdf>.

BRITO, D. C. **A modernização da superfície**: Estado e desenvolvimento na Amazônia. Belém: UFPa/NAEA/PDTU. 2001.

CASTRO, I. E. O problema da escala. In: **Geografia**: Conceitos e temas. CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 117-140.

_____. **Geografia e política**: Território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. Interações Espaciais. In: CASTRO, I.E. GOMES, P.C.C; CORRÊA, R.L. **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

COUTO, M. E. A.; PORTO, J. L. R. **Transformações espaciais amapaenses após a estadualização – 1990 a 2005**. Macapá, 2006. (Artigo vencedor do 2º Seminário de Iniciação Científica da UNIFAP, área Ciências Humanas e Sociais Aplicadas).

COUTO, M. E. A.; MELO, L. R. P.; MONTEIRO, R. M. G.; PORTO, J. L. R. **Os ajustes espaciais e a expansão das redes geográficas**: a inserção de próteses tecnológicas no espaço amapaense. Macapá, 2006. (Artigo vencedor do Colóquio de Iniciação Científica da Faculdade Seama, área Ciências Humanas).

- FERREIRA FILHO, M. G. **Curso de direito constitucional**. 22 ed. São Paulo: Saraiva, 1975.
- FOUCHER, M, **Fronts et frontières : Un tour du monde géopolitique**. 2 ed. Paris: Fayard, 1991.
- FREITAS, A. **As políticas públicas e administrativas de Territórios Federais no Brasil**. Boa Vista, 1991.
- HARVEY, D. **Los limites del capitalismo y la teoría marxista**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- _____. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1998.
- _____. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.
- _____. O “novo imperialismo”: ajustes espaço-temporais e acumulação por desapossamento. In: **Revista Lutas Sociais**. Vol. 13/14, 1º sem. 2005a. Disponível em http://www.pucsp.br/neils/downloads/v13_14_harvey.pdf.
- _____. **A Produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005b.
- _____. **Spaces of Global Capitalism: towards a theory of uneven geographical development**. New York: Verso, 2006.
- _____. **O Neoliberalismo: História e implicações**. São Paulo: Ed. Loyola, 2008.
- _____. **Os limites do capital**. São Paulo, Boitempo, 2013.
- HOUTUM, H. V. **The development of cross-border economic relations**. Amsterdam: Thelathesis, 1998. Disponível em: <http://repository.uhn.ru.nl/bitstream/2066/74494/1/74494.pdf>.
- JACQUES, P. **Curso de Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Forense. 1977.
- MACHADO, Lia Osório. Limites, Fronteiras, Redes. In: STROHAECKER, T. M. et alli. (orgs.). **Fronteiras e Espaço Global**. Porto Alegre: AGB, 1998.
- MAYER, L. R. A natureza jurídica dos Territórios Federais. **Revista de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro, 125:15-41. Jul./set. 1976.
- MEDEIROS, O. **Territórios Federais: doutrina, legislação e jurisprudência**. Rio de Janeiro: Nacional de Direito, 1944.
- _____. **Administração territorial** (Comentários, subsídios e novas leis). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.
- PORTO, J. L. R. Os Territórios Federais e sua evolução no Brasil. **Presença** (Porto Velho), Porto Velho, n. 16, 2000.

_____. **Amapá: Principais transformações econômicas e institucionais – 1943 a 2000.** Macapá: SETEC, 2003.

_____. **Aspectos da ação do estado na fronteira amazônica: A experiência do Território Federal/Estado do Amapá.** Macapá: Jadson Porto, 2005. (Série Percepções do Amapá, v. 2).

_____. A condição fronteiriça amapaense: Da defesa nacional à integração (inter)nacional. In: NASCIMENTO, D. M. **Amazônia e Defesa: dos fortes às novas conflitualidades.** Belém (PA): (NAEA/UFPa), 2010a.

_____. A condição periférico-estratégica da Amazônia setentrional: A inserção do Amapá no platô das Guianas. In: PORTO, J. L. R.; NASCIMENTO, D. M. **Interações Fronteiriças no Platô das Guianas: novas construções, novas territorialidades /.** Rio de Janeiro: Editora Publit, 2010b.

_____. Expectativas da fronteira da Amazônia setentrional: A busca pela interação do Platô das Guianas. In: PORTO, J. L. R.; NASCIMENTO, D. N. **Dinâmicas Periférico-Estratégicas da Fronteira da Amazônia Setentrional: das políticas públicas e redes institucionais à integração espacial.** Rio de Janeiro: Editora Publit, 2013.

_____. **Desenvolvimento Geográfico Desigual da faixa de fronteira da Amazônia setentrional brasileira: Reformas da condição fronteiriça amapaense (1943-2013).** Blumenau, FURB/PPGDR, 2014. Relatório de estágio pós-doutoral em Desenvolvimento Regional.

PORTO, J. L. R. As condições fronteiriças do Amapá: duas abordagens para a linde sul-americana Brasil-França. In: NORONHA, A.; CAVLAK, I.; PORTO, J. L. R. **Faces da fronteira: transformações e dinamismo históricos das lindes setentrionale meridional sul-americana.** Macapá/Rio de Janeiro : UNIFAP/Autografia, 2016.

PORTO, J. L. R.; COUTO, M. E. A.; BARROZO, J. M.; SANTOS, M. M.; THALEZ, G. M. Do Território Federal a Estado: Condicionantes para a execução de ajustes espaciais no Amapá – Brasil. In: BRASIL, W.; MIRTIL, E.; MACIEL, F. (Orgs.). **35 anos de colonização da Amazônia: Rondônia.** Porto Velho: EDUFRO, 2007. p. 188-198.

PORTO, J. L. R.; THEIS, I. M. A fronteira tardia no platô das Guianas: O desenvolvimento geográfico desigual Amapá-Guiana Francesa (1943-2013). In: Aurora Furlong y Zacula; Raúl Netzahualcoyotzi Luna; Juan Manuel Sandoval Palacios. (Org.). **Integración em el continente americano: planes geoestratégicos, seguridad regional y fronteriza.** Puebla - México: Altres Costa-Amic Editores, S.A. de C.V, 2015, v. 1, p. 98-129.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATTI, R. Théorie du développement des régions-frontière. In : **Cahiers du LERASS**, n°24, out., 1991. Toulouse, Presses Universitaires du Mirail, Université de Toulouse-Le-Mirail.

_____. Problématique de la frontière et du développement des régions-frontières, in **Sciences de la Société**, n° 37, fev., 1996. Toulouse, Presses Universitaires du Mirail, Université de Toulouse-Le-Mirail.

REIS, A. C. F. **Território do Amapá: perfil histórico**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949.

RIBEIRO, E. **Territórios Federais do Rio Branco e Alto Solimões**. Brasília. Câmara dos Deputados, 1996. 27 p.

ROCHA, S. **Oiapoque: Território Federal**. Brasília: Senado Federal, 2001. 18 p.

RÜCKERT, A. Políticas territoriais, crise europeia e fronteiras: Perspectivas comparadas entre a União Europeia e Brasil. In: NASCIMENTO, D. M.; PORTO, J. L. R. (Orgs.). **Fronteiras em Perspectiva comparada e temas de defesa da Amazônia**. Belém: NAEA/UFPa, 2013.

_____; DIETZ, C. I. Integração regional, a região transfronteiriça da bacia do Rio da Prata e os projetos de infra-estruturas de conexão. In: **Revista Confins**. 17 (17). 2013. Disponível em <http://confins.revues.org/8216> . Acessado em 28/06/2013.

_____; GRASLAND, C. Transfronteirizações: possibilidades de pesquisa comparada América do Sul – União Europeia. In: **Revista de Geopolítica**. 3(2): 90-112, jul./dez.2012. Disponível em: http://labes.weebly.com/uploads/4/2/5/4/42544/artigo_revista_geopolitica_revisado.pdf.

RÜCKERT, A. A. ; RAMBO, A . Metodologia das escalas de poder e gestão aplicada à análise de desenvolvimento em quatro territórios rurais no Brasil. In **Confins** (Paris), v. 8, p. 01-30, 2010

SANTIAGO, J. R.; CARVALHO, I. G. A. Teoria do desenvolvimento geográfico desigual: Uma reflexão sobre as condicionalidades de David Harvey. In: **Anais do Fórum BNB de Desenvolvimento – XII Encontro Regional de Economia**. Fortaleza: BNB/ANPEC, 2008. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2008/docs/teoria_do_desenvolvimento.pdf.

SANTOS, M. O retorno do território? In: SANTOS, M. et al (orgs). **Território: globalização e fragmentação**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1994. p. 15-20.

_____. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SCHWEITZER, A. **Aménagement du Territoire et Intégration Régionale dans le MERCOSUR: Frontières, Réseaux et Dynamiques Transfrontalière**. Tese (doutorado em geografia). Paris / Lille: ANRT, 2000. Disponível em https://www.academia.edu/3861927/Integration_r%C3%A9gionale_et_am%C3%A9nagement_du_territoire_dans_le_MERCOSUR_Fronti%C3%A9res_r%C3%A9seaux_et_dynamiques_transfrontalieres.

_____. Fronteras internacionales, recursos naturales e integración regional en el cono sur de América del sur. In: **Revista Para onde?** 5 (2), 2011a. Disponível em <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/paraonde/article/view/24464>.

_____. Fronteras, recursos naturales y crisis en La Patagonia Sur. In: SANDOVAL, J. M.; ÁLVAREZ, R.; SAAVEDRA, L. A. (coord.) **Integración Geoestratégica, Seguridad, Fronteras y Migración en América Latina**. Quito: INREDH. 2011b. p. 33-68

_____. Petróleo y territorio en la Provincia de Santa Cruz. Aproximaciones al estudio del espacio del Golfo San Jorge”. In: ÁLVAREZ, M. V. ; MICHNIUK, N.; VILLANUEVA, M. L. (Coords.) **Educación y trabajo. Miradas desde lo regional. Territorio y desigualdad de oportunidades**. Buenos Aires: El Colectivo, 2012. p. 21-54.

_____. Desarrollando el desierto. Procesos de frontera en la provincia de Santa Cruz. in **Revista de Ciencias Sociales**, 5 (24): p 51-70, 2013.

_____. Patagonia, naturaleza y territorios. In: **Geograficando**, 10 (2), 2014. Disponível em: <http://www.geograficando.fahce.unlp.edu.ar/article/view/Geov10n02a11>.

_____. La Patagonia sur como espacio global para la expansión del capital transnacional. In **Revista Theomai, Estudios críticos sobre sociedad y desarrollo**, 34: p. 139-151. segundo semestre 2016.

SILVA, G. V. **Uma nova página na geopolítica franco-brasileira**: As expectativas que emergem com a cooperação transfronteiriça entre a Guiana Francesa e o Estado do Amapá no século XXI. UFRJ/PPGGEO, Rio de Janeiro, 2013. Tese (Doutorado em Geografia).

SILVEIRA, Maria Laura. **Globalización y territorio usado**: imperativos y solidaridades. Cuadernos del Cendes, 2008, n. 69, p.1-19.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

THEIS, I. M. **Notas para uma Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual, de David Harvey**. Blumenau. NPDR/FURB, Datil. 2006. Disponível em <http://npdr.files.wordpress.com/2007/10/tdgd-harvey-2006.pdf>

TEMER, Michel. **Território Federal nas constituições brasileiras**. São Paulo: Revista dos Tribunais/EDUC, 1975.

_____; DIETZ, C. I. Integração regional, a região transfronteiriça da bacia do Rio da Prata e os projetos de infraestruturas de conexão. In: **Revista Confins**. 17 (17). 2013. Disponível em <http://confins.revues.org/8216> . Acessado em 28/06/2013.

_____; GRASLAND, C. Transfronteirizações: possibilidades de pesquisa comparada América do Sul – União Europeia. In: **Revista de Geopolítica**. 3(2): 90-112, jul./dez.2012. Disponível em: http://labes.weebly.com/uploads/4/2/5/4/42544/artigo_revista_geopolitica_revisado.pdf.

RÜCKERT, A. A. ; RAMBO, A . Metodologia das escalas de poder e gestão aplicada à análise de desenvolvimento em quatro territórios rurais no Brasil. **Confins** (Paris), v. 8, p. 01-30, 2010

SANTIAGO, J. R.; CARVALHO, I. G. A. Teoria do desenvolvimento geográfico desigual: Uma reflexão sobre as condicionalidades de David Harvey. In: **Anais do Fórum BNB de Desenvolvimento – XII Encontro Regional de Economia**. Fortaleza: BNB/ANPEC, 2008. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2008/docs/teoria_do_desenvolvimento.pdf.

SANTOS, M. O retorno do território? In: SANTOS, M. et al (orgs). **Território: globalização e fragmentação**. 2ª. ed. São Paulo: HUCITEC, 1994. p. 15-20.

_____. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVA, G. V. **Uma nova página na geopolítica franco-brasileira: As expectativas que emergem com a cooperação transfronteiriça entre a Guiana Francesa e o Estado do Amapá no século XXI**. UFRJ/PPGGEO, Rio de Janeiro, 2013. Tese (Doutorado em Geografia).

THEIS, I. M. **Notas para uma Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual, de David Harvey**. Blumenau. NPDR/FURB, Datil. 2006. Disponível em <http://npdr.files.wordpress.com/2007/10/tdgd-harvey-2006.pdf>

TEMER, M. **Território Federal nas constituições brasileiras**. São Paulo: Revista dos Tribunais/EDUC, 1975.

GEOGRAFIA E REPRESENTAÇÃO ESPACIAL NA FRONTEIRA AMAZÔNICA: UMA ANÁLISE DAS TERRITORIALIDADES DA PESCA EM RIOS DO AMAPÁ E PARÁ*

*Christian Nunes da SILVA
Ricardo Ângelo Pereira de LIMA*

INTRODUÇÃO

A atividade pesqueira sempre foi, e continua sendo, uma importante fonte de alimento para o consumo humano. Como reflexo da necessidade de gerir e utilizar os recursos naturais, os grupos humanos se agregam em organizações capazes de mobilizar contingentes populacionais em prol de seus objetivos. Além da mobilização de instituições, novas geotecnologias – tecnologias computacionais que auxiliam na espacialização de objetos e fenômenos que ocorrem na superfície da Terra, vêm se destacando como subsídio no manejo e ordenamento dos recursos naturais, entre estes os pesqueiros.

O aparecimento de conflitos nesses casos é inevitável, uma vez que, para o aumento da produção das atividades extrativas, na maioria das vezes, onde não existem tecnologias apropriadas, os territórios de atuação também devem ser expandidos, gerando novas territorialidades e o aparecimento de novas formas de empoderamento, antes não existentes.

A análise da territorialidade é comprovada nos estudos que buscam analisar como se dá a atuação da sociedade no espaço geográfico, pois o homem necessita e define seus espaços de moradia e convivência, formando territórios individuais, coletivos ou públicos. Assim, o território é produto e reflexo da atuação dos indivíduos no espaço e no uso dos recursos naturais. Assim, entendemos que a produção do território se dá a partir do espaço, por meio do uso que a sociedade faz de seus potenciais sociais e ecológicos. No território, os atores sociais ao realizarem suas ações político-econômico-sociais territorializam práticas sociais para suas permanências nele. Mas nem sempre as práticas territoriais revelam-se como desejadas por todos os atores sociais no espaço geográfico, muitas vezes, dependem de um conjunto de fatores de negociação e conflitos que envolvem quase sempre mais de um interesse no território (SILVA, 2008).

* Este trabalho é oriundo dos debates realizados durante a execução do projeto “Novos ordenamentos territoriais na Amazônia: análises dos impactos gerados a partir da implantação de empreendimentos hidroelétricos no estado do Amapá”, aprovado no Edital 02/2016, com recursos disponibilizados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amapá (FAPEAP) em convênio com a Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES), coordenado pelo Prof. Dr. Christian Nunes da Silva. A discussão aqui apresentada foi, em grande parte, realizada em outros trabalhos de forma resumida, como por exemplo, em Silva (2007, 2008, 2009), Silva e Cardoso (2015) e Silva *et al* (2016).

Os conflitos, mais comuns nas fronteiras de cada território pesqueiro, podem ocorrer de várias formas, de pescador com pescador, de pescador com comunidades ribeirinhas, de pesca artesanal com a pesca comercial, com turistas e outros (SILVA, 2008), pela ação do Estado ou causada pela sobreposição de apetrechos de pesca. Isso demonstra que a territorialidade pode ser comprovada em qualquer estudo que se busque analisar como a apropriação de um determinado recurso natural se desenvolve no espaço geográfico.

Como alternativa para minimização de conflitos o Estado brasileiro procura mecanismos para melhor gerenciamento da atividade. Com isso, as políticas territoriais de pesca e aquicultura são propostas apresentadas pelo Governo para tentar conter o uso predatório dos recursos pesqueiros. No discurso do Governo brasileiro algumas ideias não satisfazem os usuários, outras surgem, também, de forma a mitigar os conflitos, melhorando as maneiras de manejar/gerenciar estes recursos em “comum acordo”, de forma a considerar os pontos de vista e os modos de vida dos principais usuários dos recursos pesqueiros, os pescadores.

As políticas públicas criadas para minimizar os conflitos e propor soluções de manejo sustentável ficam disponíveis aos pescadores, estudiosos e técnicos do setor para a verificação de suas viabilidades. Nesse contexto, com base nos principais documentos disponibilizados pelo Governo brasileiro que tratam sobre ordenamento territorial e ordenamento pesqueiro (BRASIL, 2005; 2006; 2008a; 2008b), é importante se analisar a operacionalidade do conceito de território pelo Estado brasileiro na atualidade e sua aplicação nas atividades dos pescadores e nas ações das associações e colônias de pesca.

Nesse sentido, esse trabalho procura realizar uma breve contextualização da geografia da pesca no Brasil e suas territorialidades, tendo como principal exemplo da atividade pesqueira que ocorre nos rios dos Estados do Amapá e Pará, buscando apresentar as territorialidades das colônias de pescadores, dos pescadores e de seus apetrechos de pesca. A tendência que se mostra neste momento é a diminuição significativa dos recursos em todos os sentidos (florestais e pesqueiros) e o aumento/acirramento dos conflitos pela saturação da exploração e ou pela sua escassez, causadas, principalmente, pelo uso predatório e pela demanda crescente, o que faz com que o uso dos recursos ocorra em espaços onde se destacam as relações de poder e a geração de “territorialidades construtivas” (acordos) e, em outros momentos, destrutivas (conflitos).

CONTROLE TERRITORIAL ATRAVÉS DA ATIVIDADE PESQUEIRA NO BRASIL

Devido ao progresso tecnológico ocorrido nos últimos anos, o livre acesso aos recursos naturais e as formas de manejo vão sendo alteradas, pois, com o uso constante começam a surgir grupos que procuram deter o poder sobre determinado recurso natural. Com o surgimento da propriedade privada e das instituições reguladoras estatais, o controle e a posse aos recursos naturais se tornou cada vez mais limitado, chegando à necessidade de se impor barreiras, limites – físicos e subjetivos, de se territorializar (HAESBAERT, 2004) para manter o controle sobre o espaço e assim prevenir a finitude de determinado espécime. O meio ambiente, neste momento, se territorializa (SILVA, 2006), e os bens naturais, que antes eram coletivos ou comunitários, se tornam cada vez mais bens individuais, e posteriormente, de empresas, ou de países, o que reflete na elaboração dos acordos internacionais que territorializam o globo em zonas de atuação das nações, por exemplo.

Com essa configuração de posse e/ou poder sobre o território e os bens nele contidos, os países passaram então a criar formas de prevenir e restringir o uso indiscriminado dos recursos naturais que consideravam bens nacionais, assim como impedir o livre acesso aos seus recursos, designando outras instituições de fiscalização e monitoramento dos mesmos, atribuindo aos infratores impostos e outras formas de penalidades e opressão que intimidem sua prática (SANTOS, 1997). A partir de então, surge a necessidade de se criar instituições estatais de controle, fiscalização e monitoramento do uso desses recursos naturais.

No Brasil isso também aconteceu visto que esse papel é incorporado por diversas instituições governamentais brasileiras, com atuação em todo território nacional. Contudo, a sociedade civil também se organizou para garantir o acesso aos recursos. Desse modo, no Brasil do início do século XX, os recursos naturais, mais especificamente os recursos pesqueiros, eram visualizados como um grande depósito natural, com o potencial ilimitado de abastecimento às cidades (VILLAR, 1945; DEBANÉ, 1924). Neste período surgem os primeiros movimentos para uma regularização do uso destes recursos por parte do Estado-nação. Logo, a composição de órgãos do governo, a fim de coordenar o desenvolvimento da atividade pesqueira, foi marcada, em 1910, pela criação da Inspetoria de Pesca, cuja *performance* limitou-se ao levantamento das espécies marinhas, sendo extinta em 1918.

Assim, as zonas de pesca surgiram de uma necessidade de controle e defesa do território na segunda metade do século XIX, sendo que a fundação das primeiras colônias de pesca se deu a partir de 1919, criadas a partir da excursão de pesquisa pelo litoral brasileiro do Cruzador “José Bonifácio”, comandado pelo Comandante da Marinha de Guerra Frederico

Villar (CAMPOS, 1993; VILLAR, 1945). Essas novas instituições nasciam então a partir da necessidade de se proteger o litoral brasileiro, que encontrava nos pescadores, os melhores “defensores”, pois se encontravam espalhados pelo litoral e interior do país, e que foram chamados a contribuir com a fiscalização da costa brasileira realizada pela Marinha do Brasil, sendo reunidos em agremiações denominadas colônias (MORAES, 2002).

Nesse período, a busca do cruzador José Bonifácio só foi possibilitada pela criação da primeira instituição nacional que atuava basicamente no setor pesqueiro, a Diretoria de Pesca e Saneamento do Litoral Brasileiro, criada em 1923, e que foi um organismo que teve grande importância na época, especialmente na organização e defesa da pesca artesanal. Segundo Moraes (1996), Frederico Villar tinha como um de seus objetivos a nacionalização da pesca no Brasil, pois como o país possuía, e ainda possui, um imenso litoral, e a Marinha na época não contava com pessoal suficiente para a sua proteção, os pescadores, conhecedores exímios e moradores do litoral, eram então as pessoas mais indicadas para auxiliar nesse trabalho, pois do seu cotidiano faz parte a mobilização pelo litoral e por locais de difícil acesso ou fora da rota das navegações comerciais nacionais.

Como os pescadores trabalham no ambiente aquático onde a fiscalização era até então necessária, e como estes indivíduos têm o conhecimento empírico acerca da navegação e convivem cotidianamente com seu território de trabalho, a Marinha percebeu que eram ideais para a defesa do território brasileiro e das fronteiras, haja vista que estariam defendendo também, seu ambiente de trabalho, sua residência e seu modo de vida, e ficariam, em caso de guerra, imediatamente convocados a colaborar com a Marinha (TORRES; SILVA; YUMACHI, 1996; CARDOSO, 1996).

Com a criação das Colônias de Pescadores houve um reconhecimento da importância da atividade pesqueira, pela representação que as Colônias de Pesca começaram a ter enquanto categoria de representatividade dos pescadores, e um reconhecimento da sociedade e do Estado da importância da atividade pesqueira para o provimento do mercado consumidor interno. Campos (1993) e Maneschy (1993) verificam que o primeiro regulamento das Colônias de Pescadores do Brasil, datado de 1923, tinha como objetivo a união dos pescadores, a promoção de escolas de pesca e o combate à pesca desordenada e ilegal – com um direcionamento implícito à proteção do território brasileiro. Como associados, faziam parte das colônias de pesca apenas brasileiros natos ou naturalizados, por se tratar de uma associação estratégica para o território brasileiro, logo, uma questão de segurança nacional.

Durante a década de 1930, com a instituição do Estado Novo, na chamada Era Vargas, as colônias de pescadores passaram por mudanças tanto em sua constituição, como no órgão

governamental responsável por sua fiscalização e monitoramento. Em 1933 por meio do Decreto nº 23-134/33 foi criada a Divisão de Caça e Pesca cujo objetivo principal era de gerenciar as atividades pesqueiras no Brasil. Segundo Moraes (2002), nesse período os pescadores deixaram de estar subordinados ao Ministério da Marinha e passaram a ser de responsabilidade do Ministério da Agricultura, que elaborou o primeiro Código de Pesca, subordinando os pescadores à Divisão de Caça e Pesca, agregada àquele ministério. Esse momento marca o começo de um período caracterizado como uma etapa de “tecnificação do setor”, já marcado pelo direcionamento da regulação pública para o processo cumulativo de capital, com melhorias na capacitação de mão-de-obra.

Nesse contexto, foi criada a Caixa de Créditos da Pesca, financiada com recursos governamentais dos serviços prestados pelos entrepostos federais (5% das vendas efetivas), que tinha por objetivo atender às exigências do setor empresarial, no que concerne a financiamento de projetos de ampliação de plantas das empresas de pesca, instalação para armazenamento e até mesmo para montagem de pequenas indústrias.

Em outubro de 1942, por meio do Decreto-Lei nº 4.890/42, a subordinação dos pescadores foi transferida novamente do Ministério da Agricultura para o Ministério da Marinha, o que, outra vez, tinha como razão principal o “valor estratégico” dos pescadores para a nação brasileira. Sendo que mais uma vez os conhecimentos que os pescadores tinham do espaço marítimo ficaram a serviço do Estado. É importante enfatizar que se tratava de uma época em que estava sendo deflagrada a Segunda Guerra Mundial (MORAES, 2002).

A partir da década de 1960, o Estado interveio por meio da formulação de programas de crédito e assistência aos pescadores artesanais, que vinham responder aos interesses do capital industrial e financeiro que iniciava mais fortemente seu interesse na atividade pesqueira, à medida que visavam ampliar a adoção de insumos industriais na produção pesqueira no Brasil (MANESCHY 1993; ABADIA & BACHA 2003). Posteriormente em 1961, foi criado o Conselho de Desenvolvimento da Pesca (CODEPE), órgão de caráter normativo que buscava dar uma orientação única à política de desenvolvimento para a atividade pesqueira em todo o território brasileiro. Um ano depois da criação da Codepe, surge a Superintendência do desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), autarquia que centralizou todas as funções políticas e econômicas da Divisão de Caça e Pesca.

Segundo Moraes (2002) novas mudanças voltaram a ocorrer na organização dos pescadores a partir da criação da SUDEPE, como tentativa de institucionalizar o setor pesqueiro como entidade autônoma da área de agricultura e abastecimento, apresentando suas próprias linhas políticas, definidas para estabelecer as bases da consolidação da então

incipiente indústria pesqueira, “[...] buscava-se então a implementação de um verdadeiro complexo industrial pesqueiro em áreas propícias do território brasileiro” (MELLO *apud* TORRES; SILVA & YUMACHI, 1996, p. 338).

Ainda na década de 1960 foi publicado o Decreto Lei 221/67 que estabelecia que “todo o meio aquático e os organismos que nele habitam são de domínio público e, portanto, de livre acesso para sua exploração por todas as pessoas devidamente autorizadas” (SANTOS, 1997), além de definir equipamentos de pesca e de subvenções para o combustível utilizado pelos pescadores. Contudo, a atuação da Sudepe se deu durante o regime militar, que limitou sua atuação e que refletiu na organização dos movimentos dos pescadores em todo o Brasil, onde as colônias ficaram, naquela época, subordinadas aos interesses do Estado, não podendo se manifestar contra este, sendo, conforme outros movimentos sociais, duramente repreendida por atos contra o regime ditatorial.

Já em 22 de fevereiro de 1989, a Lei 7.735 cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e que recebe então, da extinta Sudepe, a gestão da pesca e da aquicultura. A administração da pesca sofreu uma mudança significativa, à medida que a sustentabilidade ganhou um peso considerável na gestão do uso dos recursos pesqueiros. Essa nova fase, propiciando outra visão ao ordenamento dos recursos pesqueiros, se por um lado nega a política de exploração levada em período anterior, por outro vincula a atividade pesqueira quase que exclusivamente à dimensão ambiental. Naquele momento o IBAMA, se tornou o órgão com a finalidade de coordenar, planejar e fazer executar a política nacional de meio ambiente e da preservação, conservação e uso racional, fiscalização e controle dos recursos naturais renováveis, tendo entre estes os recursos pesqueiros (TORRES; SILVA & YUMACHI, 1996, p. 339).

Em maio de 1998, com a nova reestruturação organizacional da Presidência da República e dos Ministérios, foi transferida a competência relacionada ao apoio da produção e o fomento da atividade pesqueira para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, através do Departamento de Pesca e Aquicultura (DPA), permanecendo no IBAMA/MMA, as responsabilidades relacionadas com a política de preservação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais.

Em 1º de janeiro de 2003, o Governo editou a Medida Provisória 103, hoje Lei 10.683, na qual foi criada a Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca - SEAP, ligada a Presidência da República. A SEAP/PR tinha o status de Ministério e atribuições para formular a política de fomento e desenvolvimento para a aquicultura e pesca no Brasil, permanecendo a gestão

compartilhada do uso dos recursos pesqueiros com o Ministério do Meio Ambiente. Nesse sentido, a SEAP foi criada para atender uma necessidade do setor pesqueiro, na perspectiva de fomentar e desenvolver a atividade no seu conjunto, nos marcos de uma nova política de gestão e ordenamento do setor, mantendo o compromisso com a sustentabilidade ambiental.

Em junho de 2009, por meio da Lei nº 11.958, o presidente da república criou em substituição à SEAP o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). Naquele ano, o recém criado ministério tinha como principais competências atuar sobre as atribuições relacionadas à política nacional e o fomento da produção pesqueira e aquícola¹⁹. As atribuições do MPA estavam direcionadas à questão das políticas públicas de fomento e pesquisa aquícola e pesqueira, ficando ainda ao encargo do IBAMA a fiscalização quanto à irregularidade ambiental das atividades praticadas no território brasileiro. Após seis anos da transformação da SEAP em MPA, este último foi extinto pela Medida Provisória 696/2015, de 02/10/2015, no processo de reforma ministerial do Governo Federal do Brasil, e suas ações foram distribuídas em outros ministérios, aparentemente, deixando a atividade pesqueira sem uma instituição que a regule e/ou assessore.

AS COLÔNIAS DE PESCADORES E SUAS TERRITORIALIDADES

A denominação de Zona de Pescadores (Z seguido do nome das Colônias de Pescadores) não tem relação nenhuma com a questão de território, isto é, a denominação ZONA é utilizada de forma aleatória sem, contudo, estar relacionada com a questão conceitual de território, como espaço delimitado, enquanto limite territorial onde se atribui uma relação de poder. Moraes (2002, p. 41), verifica que “(...) ao serem fundadas, as colônias recebiam uma identificação composta pela letra “Z”, que tem por significado zona de pesca, acrescido de um número, referente a ordem cronológica de fundação. Ainda hoje, elas são assim identificadas”.

Desse modo, o entendimento de zona para a atividade pesqueira não é referente a uma territorialidade reconhecida e/ou delimitada, mas sim é alusivo a uma denominação para diferenciar politicamente as Colônias de Pescadores, segundo seus municípios e/ou distritos de origem. Quando ocorre a falta de uma política pública eficiente para controlar o livre acesso ao recurso (ABADÍA & BACHA, 2003), o esforço pesqueiro tende a ser crescente o

¹⁹ Ainda em 2009 foi publicada a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca e busca regulamentar as atividades pesqueiras, destacando o “uso sustentável” e definindo critérios de usuários e mecanismos de utilização.

que resulta na diminuição da produção de pescado que pode ser extraída e que é significativa tanto pela questão econômica, quanto pelo fator social e ambiental daqueles que vivem desta atividade (IUDICELLO et al., 1999; ALMEIDA, 2006). Assim, quando o pescado torna-se escasso em outros locais próximos a área de uma colônia, a tendência é a busca pelo pescado em outras áreas, o que alguns pescadores relatam como “invasão”, o que vem promovendo uma série de conflitos entre os pescadores de Zonas diferenciadas, que se queixam da concorrência pelo pescado.

Nesse sentido, os pescadores da colônia consideram uma invasão porque se trata de pescadores “de fora” da área de pesca dos pescadores associados na colônia “invadida”, que vão para outros pesqueiros justamente porque a legislação permite. Essa noção de invasão tem que ser revista, uma vez que se o pescador for cadastrado no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP, bem como no Cadastro Técnico Federal – CTF (BRASIL, 2009), que permite ao pescador de pescar em qualquer local do território brasileiro, conforme foi afirmado anteriormente, e excetuando-se as áreas no período de defeso e os locais que dispõe o Artigo 2º:

X – áreas de exercício da atividade pesqueira: as águas continentais, interiores, o mar territorial, a plataforma continental, a zona econômica exclusiva brasileira, o alto-mar e outras áreas de pesca, conforme acordos e tratados internacionais firmados pelo Brasil, **excetuando-se as áreas demarcadas como unidades de conservação da natureza de proteção integral ou como patrimônio histórico e aquelas definidas como áreas de exclusão para a segurança nacional e para o tráfego aquaviário** (grifo nosso).

É importante mencionar que o acesso ao recurso pesqueiro se dá em espaço de domínio público (rios, lagos, baías, etc), porém, com restrições quanto ao acesso, segundo o que determina Brasil (2009). Dessa forma, contradizendo o que pensam os pescadores (principalmente os artesanais), que definem os territórios pesqueiros como de propriedade individual ou coletiva da colônia, não é proibido adentrar no espaço de atuação outras colônias de pesca no território brasileiro desde que regularizado como pescador pelo IBAMA. Nas figuras 1, e 2 , verifica-se que esta definição é comum no território brasileiro.

É importante mencionar o grau de organização desses grupos sociais, quando se fala no aproveitamento dos recursos naturais, pois estes movimentos podem influenciar diretamente para um ordenamento/gerenciamento planejado e sustentável dos recursos. O encaminhamento de um propósito social comum, voltado a melhoria de vida dos associados, bem como na definição de suas territorialidades e das ferramentas de pesca (apetrechos) deve ser o princípio basilar de uma colônia.

O desenvolvimento desses processos de organização social, pode revelar as formas pelas quais os atores sociais desenvolvem meios de lidar ou reagir aos problemas diversos que permeiam um local. Uma colônia de pescadores, quando estruturada mediante uma meta pelo bem da coletividade, poderá colher resultados eficazes, pois uma ação conjunta permite à associação de sair do anonimato e ter maior expressão social, política e econômica (SILVA, 2006).



Figura 1: Sede da Colônia de Pescadores Z 18 (Augusto Corrêa – PA)
Fonte: Arquivo fotográfico dos autores (2014)

É importante evidenciar que embora os órgãos governamentais competentes e a Legislação brasileira (BRASIL, 2009) não destaquem a existência de territorialidades entre os pescadores associados nas diversas Colônias de Pescadores, estes indivíduos têm no seu cotidiano conflitos constantes pela utilização dos territórios de pesca, os chamados “pesqueiros”, que são os locais onde determinado pescador pesca cotidianamente e que dá a este espaço uma noção de identidade e de posse. As definições territoriais também são visíveis nas embarcações dos pescadores que identificam a colônia da qual o pescador é integrante, e dá uma ideia de sua área de atuação direta (município, distrito, etc).



Figura 2: Sede da Colônia de Pescadores Z 7 (Ferreira Gomes – AP)
Fonte: Arquivo fotográfico dos autores (2016)

A tendência que se mostra para o futuro é a necessidade de um ordenamento/mapeamento das áreas de atuação de cada colônia no território nacional, de forma que os recursos pesqueiros possam ser gerenciados de forma mais adequada. Uma das propostas que vem tendo aceitabilidade e já está sendo aplicada em alguns municípios são os acordos de pesca, que utilizam mecanismos de co-manejo para o ordenamento e uso dos recursos pesqueiros, conforme veremos adiante.

OS PESCADORES E SUAS TERRITORIALIDADES

A questão da territorialidade é comprovada nos estudos que buscam analisar como se dá a atuação da sociedade no espaço geográfico, pois o homem necessita e define seus espaços de moradia e convivência, formando territórios individuais, coletivos ou públicos. Assim, o território é produto e reflexo da atuação dos indivíduos no espaço e no uso dos recursos naturais. Na análise das atividades realizadas pelos pescadores dos rios da Amazônia verifica-se que diversos mecanismos e/ou processos de apropriação fazem parte do ordenamento espacial e das territorialidades que ocorrem nestes espaços²⁰.

Assim, entendemos que a produção do território se dá a partir do espaço, por meio do uso que a sociedade faz de seus potenciais sociais e ecológicos. No território, os atores sociais ao realizarem suas ações político-econômico-sociais territorializam práticas sociais para suas permanências nele. Entretanto, nem sempre as práticas territoriais revelam-se como desejadas

²⁰ Sobre este assunto, vide Almeida (2006); McGrath (1993); Moraes (1996) e Furtado (1993; 2008).

por todos os atores sociais no espaço geográfico, muitas vezes dependem de um conjunto de fatores de negociação e conflitos que envolvem quase sempre mais de um interesse no território (SILVA, 2008).

Os conflitos mais comuns nas fronteiras de cada território podem ocorrer de várias formas: de pescador com pescador, de pescador com comunidades ribeirinhas, de pesca artesanal com a pesca comercial, com turistas e outros (SILVA, 2012).

Ainda Lima e Frazão (2016) identificam os conflitos existentes entre Pescadores-ICMBio, Pescadores-Pescadores de outros pesqueiros e Pescadores-Marinha Francesa, na fronteira entre Brasil e Guiana Francesa. Para os autores, este processo também é resultante de uma complexa dinâmica produzida pelos seus atores: pescadores, atravessadores, aradores de pesca, frigoríficos etc.

Isso demonstra que a territorialidade pode ser comprovada em qualquer estudo que busque analisar como a apropriação de um determinado recurso natural se desenvolve no espaço geográfico. Na Figura 3 observa-se um exemplo do que ocorre na pesca de rio e em muitos outros locais de pesca em alto-mar (SILVA, 2012).

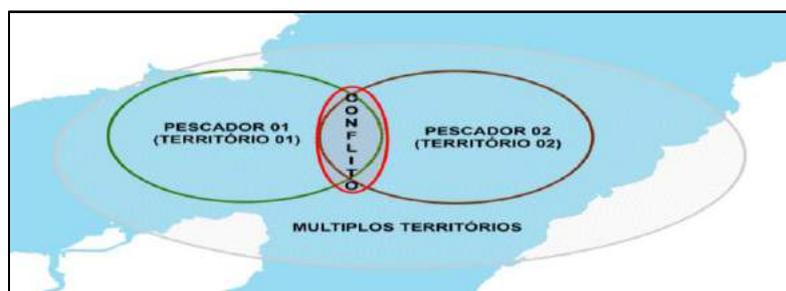


Figura 3: Modelo esquemático simplificado do uso do território e de seus recursos
Fonte: Silva; Palheta da Silva; Chagas (2014).

No modelo simplificado acima²¹, o usuário não se restringe ao pescador somente, mas a todo e qualquer usuário do recurso natural, isto é, madeireiro, turístico, extrativista e outros que utilizam os rios da Amazônia para locomoção ou para a extração de recursos, sejam estes aquáticos ou não, e que refletem em conflitos pela posse deste recurso. Desse modo, o território passa a ter uma expressão fundamental no entendimento do desenvolvimento das atividades que se utilizam ou extraem os recursos naturais, pois torna possível a diferenciação do uso como um processo social, que proporciona a individualização dos personagens envolvidos em sua construção, por meio da valorização de seu patrimônio – território.

²¹ A figura 3 é uma visão simplificada de uma realidade mais complexa e não define a totalidade do conceito de território.

Contudo, a figura 3 procura apenas simplificar uma relação que é mais complexa, uma vez que as territorialidades de indivíduos ou grupos de indivíduos podem se sobrepor, ou coexistir em períodos diferenciados, sem necessariamente incorrer em conflitos, excluindo ou incluindo novos atores, de acordo com níveis de acesso diferenciados. Contudo, no momento em que territorialidades conflitantes emergem entre os personagens que compõem o espaço, a partir das apropriações diferenciadas, apresentam-se indícios de que as formas de gestão territorial – os ordenamentos territoriais, devem levar em consideração a diversidade desses atores e de interesses para que seja possível entender as variadas territorialidades existentes no espaço apropriado.

Em se tratando da pesca, nos ambientes aquáticos, existe uma delimitação reconhecida pelos pescadores habituados a pescar nestes locais, onde o “desrespeito” acarreta conflitos entre os pescadores, isto é, a “invasão” e “desconsideração” de territórios de pesca geram situações conflituosas. Essa realidade é possível, também, quando a mobilidade dos pescadores é menor, ou em ambientes litorâneos onde a pesca industrial é um concorrente significativo (CARDOSO, 2001). Em ambientes de rio ou em lagos (D’ALMEIDA, 2006; MCGRATH, 1993; MCGRATH; CÂMARA, 1995), não ocorre grande mobilidade, pois os usuários não possuem a necessidade de extraírem recursos em locais distantes, como ocorre em mar aberto, pois em grande parte os pesqueiros – vistos como territórios de pesca –, estão situados próximo às moradias dos pescadores ou de suas comunidades, fazendo disso uma característica peculiar – um tipo de “pesca sedentária”, onde o pescador coleta em uma única região, próximo à sua habitação, assim como os apetrechos fixos e os pesqueiros, que também estão localizados próximos às suas residências. Contudo, o conflito ocorre independente da mobilidade dos pescadores, pois apesar de um determinado grupo pescar próximo de suas residências, sempre existe a potencialidade de “pescadores de fora” adentrarem no pesqueiro de uma comunidade.

Então, como estudar atividades tão complexas onde existe uma variabilidade escalar e ambiental? As particularidades da atividade pesqueira – instabilidade ecológica e econômica, ambiental, fluidez (SILVA, 2008) –, fazem com que os pescadores tenham a obrigação, por necessitarem disso para subsistir, de se tornarem conhecedores do ambiente aquático do qual extraem seu sustento (MALDONADO, 1993). Contudo, apesar da complexidade da definição dos territórios de pesca para os estudiosos das atividades continentais (ALMEIDA PINTO et al., 2007; BEGOSSI, 2001; 2004; 2006), a área exata nos ambientes de pesca pode ser estimada segundo métodos de análise da percepção espacial e geográfica do território estudado.

Os pesqueiros (territórios de pesca/pescadores, bem como suas áreas de influência) obedecem a um conjunto de normatizações criadas pelos próprios pescadores, que estabelecem a noção de poder individual ou coletivo e se expressam em espacializações próprias, que possuem características naturais, onde há a existência dos recursos e são regidos por hábitos e costumes dos pescadores/usuários. Por exemplo, a referência de um pesqueiro geralmente é identificada por um recurso natural, uma árvore, uma moita, um igarapé, posição de um astro celeste, entre outros. Onde pelo fato da sobreposição de pesqueiros (territórios) diferenciados e outras áreas onde a demanda pelo pescado é maior, podem ocorrer maiores incidências de conflitos entre os pescadores, tendo em vista que muitas vezes são pontos que não estão demarcados territorialmente por limites visíveis, mas sim por regras de pesca, criadas pelos pescadores como uma forma de ordenamento²², reconhecidas ou não pelo Poder Público e que podem ser rompidas com/sem a intenção do usuário (SILVA, 2012).

Esse tipo de representação mostra uma demarcação superficial da área de pesca (horizontal). Entretanto, é importante considerar o aspecto vertical da pesca, pois é preciso reconhecer que algumas espécies de peixes frequentam regiões específicas de um rio ou mar, como por exemplo, as espécies de fundo, bentônicas, e aquelas que frequentam com mais intensidade a coluna d'água próximo à superfície, pelágicas, o que demonstra, também, a questão da variabilidade espacial desses peixes que em ambiente computadorizado, na maioria das vezes, não é considerada, uma vez que é representado no mapa apenas o fenômeno como um ponto ou polígono, visto “de cima”, mostrando um espaço que pode ser percebido, de imediato, como homogêneo, o que não é verdade, pois, como a biologia marinha já estuda há algum tempo, o pescado não se localiza apenas no mesmo lugar em um corpo d'água, variando conforme a profundidade e ecologia do corpo d'água. Nas figuras 4 (A e B) confirma-se o que foi apresentado na figura 3 e procura-se mostrar esse fato aludido.

²² Como ocorrem com os acordos de pesca em algumas comunidades na Amazônia (RUFFINO, 2005).

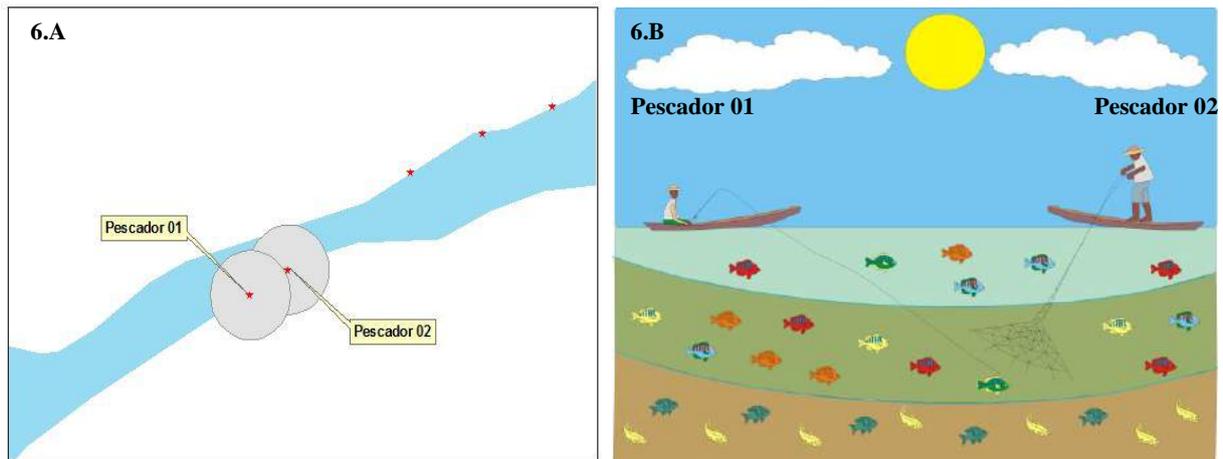


Figura 4: Duas possibilidades de “ver o fenômeno na pesca” (A - vertical e B - horizontal)
Fonte: Silva; Palheta da Silva; Chagas (2014).

Na figura 4.A pode-se visualizar a atividade pesqueira vista “de cima”, como comumente se observa nos estudos pesqueiros tradicionais, onde ocorre um padrão pontual ou poligonal da atividade, que não considera a parte mais profunda do meio aquático onde o fenômeno pesqueiro acontece, mas somente a informação de ocorrência de uma atividade no momento, principalmente, de sua extração. Na Figura 4.B a representação cartográfica considera os diferentes ambientes, segundo a “verticalização” da coluna d’água, encontrados em ambiente aquático, onde se observa, simbolicamente, os diferentes habitats de espécies distintas de pescado, que podem ser influenciados pelas características do corpo d’água, como acidez, turbidez, luminosidade e temperatura, que interagem com a profundidade do corpo hídrico e que, na maioria dos trabalhos sobre a pesca, são características desprezadas quando se elaboram produtos cartográficos, devido, talvez, à complexidade de se analisar ou ao desconhecimento da ecologia da maioria das espécies aquáticas existentes.

Entretanto, do rompimento de regras entre pescadores ou outros usuários ou da não aceitação dos territórios de pesca surgem conflitos. Maneschy (1993) verificou a existência de conflitos entre pescadores locais e barcos da frota empresarial no litoral paraense decorrentes da superposição de áreas de atuação e da predação dos estoques pesqueiros, onde “[...] a disputa pelo mesmo espaço de atuação – no caso as águas estuarinas, provocava confrontos diretos entre pescadores industriais e artesanais, sendo estes últimos os mais prejudicados” (LOUREIRO *apud* MANESCHY, 1993, p. 44). Nesse sentido, as territorialidades dos pescadores se materializam no uso do território enquanto recurso e entre os principais conflitos que envolvem a pesca na Amazônia, pode-se observar os seguintes:

Tipos de conflitos	Causa	Consequência
Pescadores Locais contra outros Pescadores Locais	Invasão de territórios de pesca	Brigas e até casos de homicídio
Pescadores Locais contra Embarcações que passam pelos rios	Lixo atirado pelas embarcações que podem enroscar e furar as redes	Rio poluído e redes rasgadas
Pescadores Locais contra Pescadores de fora	Territórios de pesca	Brigas sem casos de homicídio até o momento
Pescadores Locais contra Órgãos de Fiscalização (Ibama, Secretarias ambientais)	Falta de Fiscalização e/ou fiscalização excessiva	Descumprimento das normas legais da pesca na região
Pescadores Locais contra Organizações não-governamentais (Sindicatos, Colônias, Associações, etc.)	Denúncias de pesca ilegal	Brigas e até casos de homicídio
Pescadores Locais e de outros Pesqueiros contra governos de outros países.	Invasão de territórios de pesca e de águas territoriais de outros países	Descumprimento das normas legais internacionais de pesca. Arresto e destruição da embarcação, multa e detenção da tripulação, prisão do comandante e deportação para o país de origem.

Quadro 01: Conflitos existentes em ambientes de rio na região amazônica

Fonte: Silva (2006; 2012) e Lima & Frazão (2016).

A negação ou não-reconhecimento de pesqueiros²³ acarreta conflitos que podem levar à morte de pescadores, conforme foi evidenciado em pesquisa de campo em janeiro de 2006, onde um pescador “ultrapassou o pesqueiro de outro” e foi assassinado com um tiro de espingarda nas margens do rio Ituquara (SILVA, 2012).

Não se pode desconsiderar que, na Amazônia, as diferentes escalas de atuação socioespacial estão inter-relacionadas (multiescalas?) com a forma de apropriação do espaço e de uso racionalizado dos recursos naturais, de modo que exista uma superposição de territórios e de uso dos recursos naturais. Um exemplo desse processo diz respeito à normatização de atividades pesqueiras por meio de acordos entre os pescadores, que utilizam ações específicas para determinar sua área de vivência e sobrevivência na busca cotidiana por recursos (RUFFINO, 2005; D’ALMEIDA, 2006; ALMEIDA, 2006). Esses pescadores procuram, portanto, realizar uma reestruturação do espaço, baseando-se na delimitação de seus territórios – o que muitas vezes não coincide com a delimitação de outros grupos e até mesmo das instituições públicas.

Ao territorializarem-se, os pescadores já propõem uma forma de ordenamento territorial, ou seja, um “ordenamento pesqueiro” compreendido segundo um conjunto de ações empreendidas pelos próprios pescadores e reconhecido pelo poder público (RUFFINO, 2005), de modo que o objetivo principal das atividades relacionadas desse ordenamento é

²³ É possível considerar, pela abordagem territorial da geografia, a existência de espaços onde os recursos da pesca encontram-se em maior concentração, nesse sentido, os chamados *pesqueiros* revelam-se como territórios de pesca.

desenvolver mecanismos que visem o uso sustentável dos recursos pesqueiros, verificando a necessidade regional, de forma a equacionar os conflitos causados pela apropriação destes recursos. Assim, Ruffino (2005) informa que uma das principais diretrizes estratégicas que norteiam o processo de ordenamento pesqueiro deve estar focada no embasamento do processo de gestão com base no conhecimento técnico-científico e na participação dos usuários dos recursos pesqueiros. De modo que o processo de ordenamento leve em conta as tecnologias existentes e disponíveis e o conhecimento científico, elaborado como ferramenta para a aplicação de técnicas de manejo sustentáveis, tanto para o homem quanto para os recursos naturais explorados.

OS APETRECHOS E SUAS TERRITORIALIDADES

Com a integração de características de outras atividades à pesca, as tecnologias utilizadas pelos pescadores na região amazônica sofreram influência direta em sua fabricação. Como exemplo, pode-se verificar que a atividade madeireira na região amazônica influenciou no modelo das embarcações e nos produtos utilizados para sua construção. Desse modo, as embarcações utilizadas pelos pescadores para a extração do pescado tornaram-se a extensão do apetrecho, isto é, do equipamento utilizado na captura do pescado, fazendo com que o tipo de embarcação solicite um espaço delimitado de atuação do pescador (FARIAS, 1988; SILVA, 2012; SILVA, et al. 2016).

Desse modo, dependendo do tamanho da embarcação, da rede, da extensão da linha ou do espinhel, o pescador terá o seu território delimitado, sendo que se esse território for ultrapassado, as consequências são visíveis no mesmo momento, seja pelos conflitos causados pela sobreposição das redes e/ou linhas, seja pela destruição dos equipamentos. Dessa realidade surgem os conflitos entre os pescadores, ribeirinhos e passageiros dos barcos que transitam pelos rios na Amazônia.

É importante considerar, também, que os pescadores que habitam as margens dos rios amazônicos se especializaram para obter maior quantidade de produtos extraídos. A escolha dos locais de pesca baseia-se na experiência pessoal e cotidiana de cada pescador e na sua capacidade logística – a tecnologia das embarcações e de seus apetrechos –, que possibilitam a capacidade de explorar territórios de pesca mais distantes (FARIAS, 1988; BEGOSSI, 2001; 2004). Dessa necessidade de especialização para otimizar a capacidade produtiva de extração do pescado, os pescadores procuraram outras tecnologias e/ou equipamentos mais apropriados

para a atividade pesqueira, como por exemplo redes maiores, embarcações equipadas com caixa de gelo, utilização de equipamentos modernos como o Sonar e o GPS etc.

Entretanto, a pesca artesanal tem como principal característica a utilização de tecnologias simples, isto é, o uso de instrumentos denominados de apetrechos, alguns destes produzidos sem um grau de tecnologia complexo e de fácil produção e manejo, como por exemplo a linha de mão, o caniço, o matapi, o pari etc. Porém, existem aqueles pescadores que utilizam apetrechos com um grau de tecnologia mais avançado²⁴, com a utilização de materiais sintéticos, como por exemplo malhadeiras, tarrafas etc. (SILVA, 2012).

Desse modo, boa parte da pesca artesanal nos rios da Amazônia é realizada com equipamentos dos próprios moradores, apetrechos emprestados de outros pescadores artesanais ou equipamentos arrendados por “pescadores de fora” ou pescadores locais. Alguns destes apetrechos são confeccionados na maioria das vezes pelos mesmos pescadores do rio, que utilizam linha de náilon e anzóis para fabricar equipamentos como a rede de malhadeira, o espinhel e a tarrafa.

Existem ainda apetrechos confeccionados com a utilização de materiais extraídos da floresta como o cipó titica (*Heteropsis spruceana* Schott), a tala de jupati (*Raphia vinífera*), de miriti (*Mauritia flexuosa* L.) e a tala de guarumã (*Ischnosiphon polyphyllus*). Estes apetrechos acabam sendo viáveis para os pescadores artesanais, pois são bens que têm o custo baixo para os pescadores – e quando os mesmos não têm a matéria-prima para a fabricação destes apetrechos nos quintais de suas residências, podem encontrar nas proximidades ou em outras comunidades localizadas às margens dos rios.

Conforme afirmado anteriormente, o tipo de apetrecho utilizado determina a área de abrangência do pescador, determinando a sua territorialidade. Deve-se considerar que cada apetrecho é utilizado para capturar determinadas espécies de peixes. Desse modo, a incidência e a quantidade de espécies de peixes capturados por um determinado apetrecho é variada, além disso, existem apetrechos específicos que são utilizados para capturar espécies peculiares, na maioria das vezes aquelas espécies que possuem maior aceitação no mercado consumidor, atingindo assim maiores valores.

A rede de espera, a malhadeira, o cacuri e o matapi são os principais apetrechos utilizados. O matapi é utilizado para a pesca do camarão e a rede de espera para pescar os peixes de maior valor comercial no período da safra; a malhadeira tem baixo custo e pode ser

²⁴ Sobre o assunto, vide: Isaac; Barthem (1995); Diegues (2002); Silva; Begossi (2004) e Rufino (2004; 2005).

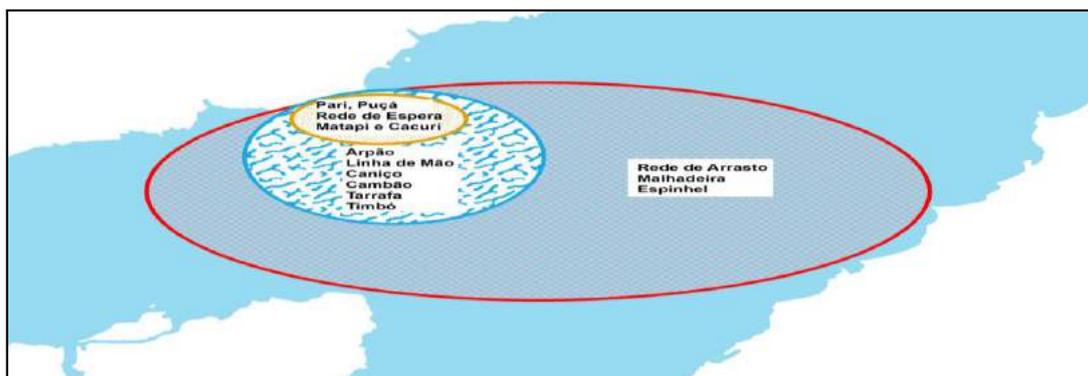
confeccionada pelo próprio pescador; o cacuri é comum por ser construído com produtos extraídos da floresta. Sendo que não significa que um pescador terá somente um tipo de apetrecho no rio, pois a maioria dos pescadores possuem outros equipamentos utilizados muitas vezes simultaneamente; além do matapi, que é um dos apetrechos mais comuns, ainda realizam a pesca de caniço e linha de mão, não havendo uma normatização ou hierarquia para o uso, pois os apetrechos são utilizados conforme a necessidade, disponibilidade do equipamento e do tipo de peixe que está na safra.

A maioria dos apetrechos é utilizada para a captura do pescado nas proximidades das residências, pois, conforme será trabalhado mais adiante, existe um relativo nomadismo dos pescadores de rio (SILVA, 2008) que possibilita que eles pesquem nas proximidades de suas residências, não sendo necessário percorrer grandes percursos. Esta realidade ocorre com o uso dos apetrechos, pois estes, fixos ou móveis, são colocados onde há maior incidência do pescado, respeitando os territórios existentes no rio. Sendo que, muitas vezes, o local de captura de um apetrecho está na frente da residência do seu proprietário.

Observa-se que alguns instrumentos de pesca ou apetrechos se sobrepõem, o que não causa problemas, visto que sua área de abrangência é pequena e boa parte dos apetrechos tem alcances “pontuais”, isto é, podem ser colocados em locais fixos, para serem retirados posteriormente ou são utilizados a partir de uma plataforma (porto, barco, etc.) para a captura do pescado (SILVA; PALHETA DA SILVA; CHAGAS, 2014). Desse modo, os apetrechos são utilizados ao longo dos rios, só se aglomerando quando da localização de alguma comunidade, fato comum nos rios da Amazônia, pois a maioria dos moradores têm em sua base alimentar o peixe (LISBOA, 2002).

A territorialidade ocupada pelas redes de arrasto ou pelos outros apetrechos é uma característica fundamental da pesca, pois além de serem apetrechos móveis e não “presos” ao continente, podem se deslocar abrangendo seu território de influência. Nesse sentido, os apetrechos de pesca também desempenham um importante papel na configuração territorial das atividades dos pescadores das margens dos rios amazônicos, no que concerne a sua disposição para a captura e na sua área de abrangência, podendo, como se pôde verificar no decorrer do texto, que alguns podem ser mobilizados para outros espaços, muitas vezes carregados com o usuário pescador, e outros permanecem fixos capturando os produtos da pesca.

Nesse sentido, a mobilidade da atividade pesqueira tem a ver também com o tipo de tecnologia de pesca utilizada para o pescador estocar mais peixes ou alcançar distâncias maiores ou não, na procura pelo pescado, conforme demonstra a figura 5:



Fonte: Elaborado pelos Autores.

Figura 5: Influências Territoriais de Apetrechos de Pesca

É importante lembrar que o uso e a disposição destes apetrechos não são limitados por fronteiras concretas, mas sim por limites imaginários, abstratos, reconhecidos pelos pescadores (SILVA, 2008). Assim, o território de trabalho onde a atividade pesqueira se desenvolve não é limitado fisicamente, como na agricultura, pois se trata de um recurso móvel – o peixe, porém, se encontra em maior quantidade em determinados locais –, os pesqueiros. Dessa forma, podemos entender essa influência territorial dos apetrechos aqui analisados da seguinte forma:

1. **Apetrecho de influência territorial pontual:** Neste tipo de influencia encontram-se os apetrechos que são “presos” e estão fixos às margens dos rios (ex: matapi, rede de espera, cacuri e pari);
2. **Apetrecho de influência territorial zonal de média abrangência:** São os apetrechos que têm uma abrangência significativa para o pescador, principalmente por utilizar algum tipo de transporte para otimizar sua mobilidade, mas não conseguem ocupar grandes territórios simultaneamente (ex: linha de mão, cambão, caniço e tarrafa);
3. **Apetrecho de influência territorial zonal e flexível:** São apetrechos que não se encontram fixos às margens dos rios e ocupam uma área mais abrangente do que os anteriores. Sua abrangência flexível reflete diretamente no aumento da produção, quando comparado aos anteriores (ex: malhadeira, rede de arrasto e espinhel).

É necessário enfatizar que devido à fluidez dos recursos pesqueiros e sua imprevisão (temporal, geográfica e econômica), o tipo de apetrecho utilizado será estratégico, o que refletirá diretamente no volume de pescado extraído, no tempo disponibilizado para a pesca e sua comercialização nos mercados consumidores.

Abstratamente, os territórios de pesca se revestem de toda uma carga normatizadora que não necessariamente “está escrita”, mas sim compreendida entre os usuários de determinado território (SACK, 1986). Esse território “antropológico” (LITTLE, 2002), que

considera o rio enquanto um *continuum*, que faz parte do cotidiano ou da vivência dos indivíduos (TIZON, 1986), muitas vezes não é considerado no momento da definição de políticas públicas. Contudo, os territórios de pesca devem ser relacionados com os preceitos espaciais que permeiam a porção apropriada por diversos atores, entre estes os pescadores, no momento da elaboração de políticas pesqueiras.

Dessa forma, revelam-se nesse contexto os territórios de pesca, comumente chamados de pesqueiros, nos quais indivíduos integrantes das colônias de pesca, ou outros tipos de associação, se utilizam de um determinado espaço para a extração dos recursos. Outros personagens surgem também para concorrer com os pescadores, e nesse caso, as atividades realizadas pelos pescadores industriais, esportivos, são entendidas simultaneamente com os demais usuários, como um ordenamento e gerenciamento do recurso sob a influência de todos os indivíduos que o usufruem.

A grande maioria dos conflitos identificados em pesquisas sobre a atividade pesqueira em pequenas e médias áreas estão diretamente relacionados com as territorialidades dos pescadores, pois tratam-se de conflitos por espaços determinados (territórios) e pelos recursos naturais existentes nesses espaços. Como reflexo, nos últimos anos, em locais onde existem conflitos relacionados ao uso dos recursos pesqueiros e há falta de gerenciamento desses recursos, como na região amazônica, surgiram regulamentos e normatizações propostos pelos pescadores e, posteriormente, corroborados por instituições públicas que trabalham com a pesca (IBAMA, secretarias municipais, etc.). Desse modo, os chamados acordos de pesca tornaram-se uma realidade em diversas localidades da Amazônia (RUFFINO, 2005; SILVA e BEGOSSI, 2004).

No estuário amazônico a atividade pesqueira está presente em toda a região, e as diferentes formas de uso desse recurso revelam a territorialidade dos pescadores, possibilitando entender os processos pelos quais as suas práticas tornam-se regras sociais de convívio e, ao mesmo tempo, de conflitos gerados pelas diferentes formas de uso dos recursos, a despeito de reconhecer legalmente a prática exercida pelos pescadores, o que se reflete na garantia de melhorias para o trato ou manejo do pescado, com providências tomadas para este fim, como exemplificam os processos de manejo e acordos de pesca (CASTRO, 2004; FURTADO, 1994; RUFFINO, 2005; MCGRATH, 1993; MCGRATH e CÂMARA, 1995) que podem beneficiar diretamente esses indivíduos e a sociedade em geral.

OS ACORDOS DE PESCA: UMA TENDÊNCIA TERRITORIAL PARA O ORDENAMENTO PESQUEIRO?

Os estudos sobre o universo da pesca, enquanto atividade econômica na região amazônica é variada (MCGRATH *et al.*, 1993; MORAES, 1996; FURTADO, 2008), já que essa discussão se apresenta como transdisciplinar e que é apropriada por várias áreas do conhecimento, tanto pelas ciências sociais, quanto pelas ciências da natureza. Todavia, é importante que se façam análises com os instrumentos geográficos, tais como a relação sociedade-natureza e a gestão de territórios nas atividades pesqueiras. Nesse sentido, as territorialidades criadas pelos pescadores são exemplos da reprodução do modo de vida dos indivíduos em determinado espaço, em territórios específicos, que demandam relações de poder e o uso sobre um determinado recurso.

Um dos fatores que possibilitam essa ocupação imaterial e simbólica do território (BOURDIEU, 2001), é o tipo do recurso que está disponível para uso humano, isto é, que dependem da procura do mercado consumidor e tem reflexo direto no valor do produto demandado pela sociedade. Na análise da territorialidade das atividades pesqueiras, apesar das técnicas e dinâmicas atribuídas aos recursos aquáticos (SILVA, 2008; 2009), o fator preponderante que determina o uso do recurso é sua disponibilidade, relacionada a diversos fatores que influenciam na mobilidade pesqueira ou na sua fixação (no caso de alguns apetrechos).

Todavia, o que permeia as questões concernentes a identidade e a correlação de sua efetiva expressão territorial, legitimando a abordagem geográfica, é sua manifestação cultural (HAESBAERT 2007). Nesse sentido, há um elo, indissociável, entre território, cultura e identidade, cuja compreensão auxilia a melhor entender teoricamente as identidades territoriais, sobretudo, quando a discussão almeja subsidiar o entendimento de uma atividade constituída de pessoas que dela dependem, como no caso da pesca.

Outro fator que permite a efetivação de territorialidades na atividade pesqueira é o uso de apetrechos (equipamentos de pesca) diversos, que determinam a abrangência de suas territorialidades – sejam usos de redes, caniços ou outros petrechos. Dessa forma, de acordo com o tipo de apetrecho o seu território será delimitado (SILVA, 2007), sendo que se esse território for “invadido”, por “pescadores de fora” (LEITÃO, 2008) poderá haver consequências, devido à sobreposição de territórios e a desconsideração dos territórios já condicionados em comum acordo por seus usuários (D’ALMEIDA, 2006), tendo como reflexos os conflitos entre os indivíduos. Esses conflitos podem manifestar-se de várias de várias formas,

de pescador com pescador, de pescador com ribeirinhos, de pesca artesanal com a pesca comercial, com turistas, e outros usuários. Essas características devem ser consideradas na elaboração de políticas públicas direcionadas ao setor pesqueiro.

A partir da análise territorial da pesca, em nível nacional e estadual, observa-se que o ordenamento territorial nessas escalas é um processo complexo, pois, ao se considerar os rios da bacia amazônica, por exemplo, os limites não são impostos fisicamente – materialmente e concretamente, como querem os documentos governamentais, visto que isso não ocorre na realidade, onde os meios aquáticos são determinados/ordenados de maneira diferente do espaço continental, pois os rios, lagos ou mares são ordenados por uma concordância das partes que os utilizam, de pescadores artesanais, fazendeiros e outros usuários, como por exemplo, no caso das diversas colônias de pescadores que estipulam fronteiras imaginárias – imateriais (FERNANDES, 2008), ou mesmo naturais de ação, isto é, estipulam suas próprias territorialidades.

Sem dúvida, os territórios pesqueiros não podem ser de domínio privado, uma vez que são patrimônio da União e de domínio público. Todavia, as comunidades que estão diretamente afetadas pela dinâmica diária dos rios e que dependem do ambiente fluvial para sua segurança econômica e alimentar, tem conquistado o direito de gerir esses territórios, pautados na gestão compartilhada dos recursos naturais, com ênfase para os recursos pesqueiros.

A grande maioria dos conflitos identificados em pesquisas sobre pesca em escalas locais e regionais, que estão diretamente relacionados com as territorialidades dos pescadores, pois tratam-se de conflitos por espaços determinados – territórios, e pelos recursos naturais existentes nesses espaços. Como reflexo, nos últimos anos em locais onde existem conflitos relacionados ao uso dos recursos pesqueiros e à falta de gerenciamento desses recursos, como na região amazônica, surgiram regulamentos e normatizações propostos pelos pescadores e, posteriormente, corroborados por instituições públicas que trabalham com a pesca (IBAMA, secretarias municipais, etc). Desse modo, os chamados acordos de pesca tornaram-se uma realidade em diversas localidades da Amazônia (RUFFINO, 2005; SILVA; BEGOSSI, 2004).

A discussão acerca dos primeiros acordos de pesca teve início na Amazônia ainda na década de 1970, devido ao aumento de conflitos na competição por recursos pesqueiros, proporcionado pelo incentivo à implantação de indústrias pesqueiras na Amazônia. Todavia, o reconhecimento destes acordos como instrumento legal de gestão dos recursos pesqueiros se deu somente no ano de 2002, por intermédio do IBAMA (órgão responsável pelo gerenciamento pesqueiro no Brasil), por meio da publicação da Instrução Normativa nº 29, estabelecendo “uma série de critérios para a regulamentação dos mesmos” (D’ALMEIDA, 2006, p. 7) reconhecendo os acordos de pesca enquanto instrumentos de gestão dos recursos pesqueiros.

Nesse caso, a co-gestão, ou co-manejo, é uma forma de evidenciar o conhecimento tradicional dos pescadores através do compartilhamento de responsabilidades, onde o Governo e as comunidades dividem o gerenciamento dos recursos naturais locais. Essa tendência vem a somar com os estudos realizados em diversos locais do mundo (MOLLER, *et al.*, 2004; BERKES, 2006; BERKES, *et al.* 2006; BERKES & DAVIDSON-HUNT, 2010) e também no Brasil (D'ALMEIDA, 2006; RUFFINO, 2005; CASTRO, 2004), que demonstram a capacidade que as comunidades possuem no gerenciamento dos recursos naturais e o ordenamento territorial pesqueiro, atenuando conflitos internos e aumentando a produção e a renda das comunidades.

Nesse contexto, os acordos de pesca se configuram como instrumentos de gestão coletiva dos recursos pesqueiros (podendo se estender a outros recursos naturais) que, por meio do diálogo entre os pescadores, colônias e associações, juntamente com os órgãos responsáveis pela legalização e fiscalização da atividade pesqueira, estabelecem normas de apropriação destes recursos, com o uso de portarias que possuem a força de leis, como por exemplo, as Instruções Normativas (RASEIRA 2007). Tais acordos têm sido feitos com objetivo de reduzir os conflitos entre os usuários e minimizar o esforço de pesca, aumentando a produtividade. A partir dos acordos de pesca, os pescadores são reconhecidos pelo Estado como co-responsáveis na gestão dos recursos pesqueiros que estão disponíveis no território juntamente com os órgãos responsáveis pela fiscalização e legalização da atividade nos territórios onde a pesca ocorre.

Contudo, a institucionalização destes acordos, depende do Poder Público, que tem suas deficiências enquanto falta de pessoal e equipamentos, daí decorrem as iniciativas dos próprios pescadores em parceria com as colônias de pesca em requerer tais acordos, já que são os principais interessados e estão na maioria dos municípios brasileiros. Ruffino (2005) afirma ainda que uma das diretrizes estratégicas principais que norteiam o processo de ordenamento pesqueiro deve estar focada no embasamento do processo de gestão com base no conhecimento técnico científico e na participação dos usuários dos recursos pesqueiros. Desse modo, o processo de ordenamento e manejo dos recursos pesqueiros deve levar em consideração as tecnologias existentes e disponíveis e o conhecimento científico, elaborado como ferramenta para a aplicação de técnicas de manejo sustentáveis, tanto para o homem, quanto para os recursos naturais explorados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade pesqueira é conhecida desde os tempos mais remotos da humanidade, quando o homem estava adaptando-se ao ambiente exterior com o objetivo de satisfazer uma de suas necessidades fundamentais: a alimentação. Com o passar dos anos novas tecnologias vão incrementando as possibilidades de atuação do pescador, com o direcionamento ao aumento da produção, não somente para a satisfação de suas necessidades básicas, mas também de suas necessidades materiais.

Desse modo, diversos autores se atêm a pesquisar sobre as atividades do homem e seu modo de vida, tendo como principal espaço de pesquisa o meio de trabalho que a pesca engloba, seja ela artesanal, industrial ou de outro tipo. Não há dúvida da importância da atividade pesqueira no momento atual, onde os recursos pesqueiros representam fonte de renda para os pescadores e parte da dieta alimentar dos habitantes, tanto da cidade quanto dos espaços ditos rurais.

Nos dias de hoje, é possível se observar trabalhos feitos a fim de minimizar alguns problemas referentes ao uso dos recursos pesqueiros e aquícolas, enfatizando a elaboração de acordos de pesca que já são uma realidade em diversas localidades da Amazônia. Contudo, sua institucionalização ainda depende do poder público, que tem suas deficiências enquanto falta de pessoal e equipamentos, daí decorrem as iniciativas das colônias de pesca em requerer tais acordos, já que são os principais interessados e estão na maioria dos municípios da Amazônia.

De maneira geral, os estudos pesqueiros, quando considerada sua abrangência superficial, de caráter horizontal, são similares às pesquisas que analisam fenômenos e objetos em ecossistemas continentais. Contudo, quando se apresentam os aspectos de caráter da variação vertical, relacionados à coluna d'água em um ambiente aquático, as complexidades em se trabalhar com estudos pesqueiros se somam, diferentemente da perspectiva continental, onde os recursos podem ser delimitados com maior precisão. Além do que, essa complexidade tende a aumentar a partir do momento em que as dinâmicas do pescado são consideradas, como por exemplo, a mobilidade, a não limitação territorial, espécies em ambientes aquáticos diferentes, a sazonalidade ecológica etc.

A questão do uso dos recursos naturais é inerente ao tipo de recurso utilizado. Então, as discussões acerca do uso dos recursos pesqueiros precisam enfatizar, a todo momento, que não se pode trabalhar com a espacialização dos recursos pesqueiros da mesma forma que se trabalha com os recursos do espaço continental, pois os processos e fenômenos não são os mesmos, já que dependem das características do recurso pesqueiro aludido. No entendimento da ciência geográfica, o que se territorializa não é apenas o recurso em si – no caso o pescado

–, mas sim os indivíduos e seus grupos, que buscam esse recurso e atribuem a alguns espaços maior ou menor importância em detrimento de outros – menos produtivos ou estratégicos –, e que, por ventura, possibilitam menor retorno econômico, ecológico, espacial ou cultural para a satisfação das necessidades dos usuários.

Desse modo, discutir sobre o uso dos recursos implica em falar de território, pois a apreensão que se tem dos recursos voltasse a necessidade de possuir/ter um bem ou objeto. Nesse sentido, o conceito de território é basilar para se discutir qualquer atividade humana que se processa sobre o espaço geográfico. Desse modo, a análise correta de um conceito se dá por meio de sua discussão, dialogando e buscando a solução dos conflitos, sendo que, algumas vezes é do conflito que se descortinam os entendimentos desse conceito, pois possibilitam ao indivíduo a melhor visibilidade dos limites territoriais de cada um.

É visível que apesar da importância de se discutir conceitualmente a questão territorial, esse conceito vem sendo banalizado de tal forma que é agregado ao discurso governamental em vários documentos que se atém a propor a ocupação do espaço pelo Governo ou por seus projetos. Um modelo de ordenamento pesqueiro que leve em consideração o pescador artesanal torna-se necessário, desde que considere, além da localização dos recursos pesqueiros, a cultura local dos pescadores que destes recursos se utilizam. Nesse sentido, os acordos de pesca mostram-se como uma tendência para ser seguida na gestão de pequenos e médios territórios de pesca. Assim, o incremento das pesquisas neste sentido já podem ser visualizadas, o que falta agora é o engajamento das instituições governamentais neste debate, para a elaboração de políticas públicas concretas que atendam aos anseios das populações atingidas por estas políticas.

REFERÊNCIAS

ABADÍA, P. R.; BACHA, C. J. C. Las políticas de reglamentacion de la pesca em Brasil. In: **Revista Cubana de insvestigaciones pesqueras**, enero-junio, 2003.

ALMEIDA, O. T. **Manejo da pesca na Amazônia brasileira**. São Paulo: Peirópolis, 2006.

ALMEIDA PINTO, W. H. et al. Critérios para setorização e espacialização de dados pesqueiros na região de Parintins-AM e Santarém-PA. In: Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, 13. Florianópolis, 2007, **Anais...** São José dos Campos: INPE, 2007, p. 3019-3026.

BECKER, B. K. El uso politico do territrio: consideraciones a partir de una vision del Tercer Mundo. **Revista Geográfica de América Central** (17-18): 13-26. Segundo semestre de

1982/primeiro semestre de 1983. Disponível em: <http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/3014>. Acesso em 2016

BEGOSSI, A. Mapping spots: fishing areas or territories among islanders of the Atlantic Forest (Brazil). **Reg Environ Change**, 2001.

_____. Áreas, pontos de pesca, pesqueiros e territórios na pesca artesanal. In: _____. (Org.) **Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 223-255.

_____. Temporal stability in fishing spots: conservation and co-management in Brazilian artisanal coastal fisheries. **Ecology and Society**. Disponível em: <http://www.ecologyandsociety.org/vol11/iss1/art5/>. Acesso em: 17 abr. 2006.

BERKES, F. From Community-Based Resource Management to Complex Systems: The Scale Issue and Marine Commons. **Ecology and Society**. 11(1): 45. 2006. Disponível em: <http://www.ecologyandsociety.org/vol11/iss1/art45/>

BERKES, F. *et al.* **Gestão da pesca de pequena escala: diretrizes e métodos alternativos**. Rio Grande: Ed. Furg, 2006.

BERKES, F.; DAVIDSON-HUNT, I. J. Innovating through commons use: community-based enterprises. **International Journal of the Commons**. vol.04, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001

BRASIL. **Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial**. Brasília: Ministério da Integração, 2005.

_____. **Política Nacional de Ordenamento Territorial**. Brasília: Ministério da Integração, 2006.

BRASIL, Ministério da Pesca e Aquicultura. **Política de desenvolvimento territorial da pesca e Aquicultura**. Brasília: Ministério da Pesca e Aquicultura, 2008a.

_____. **Plano de Desenvolvimento Sustentável Mais Pesca e Aquicultura**. Brasília: Ministério da Pesca e Aquicultura, 2008b.

_____. Lei nº 11.959. **Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca**. Brasília: Casa Civil, 2009.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto de 25 de fevereiro de 2008. **Institui o Programa Territórios da Cidadania e dá outras providências**. Brasília, PR, 2008c

CABRAL, L. O. Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUFSC, v. 41, n. 1 e 2, p. 141-155, abr. e out. 2007.

CAMPOS, A. J. T. Movimentos sociais de pescadores amazônicos. In: GONÇALVES, L.G.; LEITÃO, W.; MELLO, A. F. (eds.). **Povos das águas: realidades e perspectivas na Amazônia**. Belém: MCT/CNPq/MPEG, 1993:231-242.

CARDOSO, E. S. **Vitoreiros e monteiros: ilhéus do litoral norte paulista**. Universidade de São Paulo, 1996. (Dissertação de Mestrado em Geografia)

CARDOSO, E. S. **Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social**. 2001. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

CASTRO, F. Níveis de decisão e o manejo de recursos pesqueiros. In: BEGOSSI, A. (Org). **Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: Hucitec, 2004:255-284.

D'ALMEIDA, B.G. Os acordos de pesca na Amazônia: Uma perspectiva diferenciada de gestão das águas. In: **Anais do XV Encontro Preparatório do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito – Recife**. Recife: CONPEDI, 15-17 de junho de 2006.

DEBANÉ, N. J. **Subsídios para o estudo da economia nacional brasileira**. A pesca e os pescadores no Brasil. No ponto de vista econômico e social. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1924.

DIEGUES, C. **Povos e águas: inventário de áreas úmidas brasileiras**. São Paulo: Nupaub/USP, 2002.

FARIAS, J. O. Artes de pesca e tecnologia da captura. In: **Manual sobre manejo de reservatórios para a produção de peixes**. Programa Cooperativo Governamental – FAO-Italia. Brasília: FAO, 1988. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/field/003/AB486P/AB486P00.htm#TOC>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do território. In.: PAULINO, E. T e FABRINI, J. E. (org). **Campesinato e territórios em disputas**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FURTADO, L. G. **Pescadores do Rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica**. BELEM: CNPQ/MPEG, 1993, p. 486.

_____. Comunidades tradicionais: sobrevivência e preservação ambiental. In: D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, J. M. (Orgs) **Amazônia e a crise da modernização**. Belém: MPEG, 1994.

_____. G. Experiências de desenvolvimento sustentável em comunidades haliêuticas na Amazônia. In: TEISSERENC, P. *et al.* **Coletividades locais e desenvolvimento territorial na Amazônia**. Belém: NUMA/UFPA, 2008:301-312.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: “do fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Identidades Territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAUJO, F. G. B; HAESBAERT, R. **Identidades e Territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007.

IUDICELLO, S.; WEBER, M. & WIELAND, R. I. **Fish, markets, and fishermen**. Washington: Inland Press, 1999.

ISAAC, V. J.; BARTHEM, R. B. Os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém: MPEG, 1995, p. 295-339.

LEITÃO, W. M. Na proa da canoa, ou como se tornar pescador: a identidade do trabalhador da pesca no estuário do rio Amazonas. In: Seminário Internacional Amazônia e fronteiras do conhecimento, 2008, Belém. **Livro de Resumos do Seminário Internacional Amazônia e fronteiras do conhecimento**. Belém: Biblioteca do NAEA, 2008.

LIMA, R. A. P; FRAZÃO, M. Os Conflitos territoriais da pesca na região transfronteiriça entre Oiapoque (Brasil) e Guiana Francesa. In: SILVA et al. **Produção do Espaço e territorialidade na Amazônia Paraense** – Elementos para a análise geográfica. Belém: GAPTA/UFPA, 2016.

LISBOA, P. L. B. **Natureza, homem e manejo dos recursos naturais na região de Caxiuanã, Melgaço, Pará**. Belém: MPEG, 2002.

LITTLE, P. E., Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropologia*. Brasília: Departamento de Antropologia, UNB, 2002.

MALDONADO, S. C. *Mestre & mares: espaço e indivisão na pesca marítima*. São Paulo: Annablume, 1993.

MANESCHY, M. C. **Ajuruteua: uma comunidade pesqueira ameaçada**. Belém: CFCH/UFPA, 1993.

MCGRATH, D. G. Manejo comunitário dos lagos de várzea do Baixo Amazonas. In: GONÇALVES, L.G.; LEITÃO, W.; MELLO, A. F. (eds.). **Povos das águas: realidades e perspectivas na Amazônia**. Belém: MCT/CNPq/MPEG, 1993, p. 389-402.

MCGRATH, D. G.; CÂMARA, E. P. L. A viabilidade da Reserva de Lago como unidade de manejo sustentável dos recursos da várzea. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém: MPEG, 1995, p. 87-132.

MOLLER, H., *et al* Combining science and traditional ecological knowledge: monitoring populations for co-management. *Ecology and Society*. 9 (3): 2. . 2004. Disponível em: <http://www.ecologyandsociety.org/vol9/iss3/art2>

MORAES, S. C. et al. Delineamento da situação das organizações sociais de pescadores amazônicos: o caso do Nordeste Paraense. In: XIMENES, T. (org.). **Políticas pesqueiras nos países amazônicos**. Belém: UNAMAZ/NAEA/UFPA, 1996, p. 437-502.

_____. **De homens e peixes: a metamorfose da vida na água**. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

PALHETA DA SILVA, J. M. **Poder, Governo e Território em Carajás**. 2004. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

PEIXOTO, R. C. D. Caminhos e descaminhos do desenvolvimento territorial no Pará. In: ROCHA, G. M.; MAGALHÃES, S. B.; TEISSERENC, P. (Org.) **Territórios de desenvolvimento e ações públicas**. Belém: EDUFPA, 2009. p. 65-93.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SACK, R. D. **Territorialidade humana: sua teoria e história**. Cambridge University Press, 1986.

RASEIRA, M. B.. **Monitoramento participativo dos acordos de pesca: como avaliar a captura de pescado**. Manaus: IBAMA/ProVárzea, 2007. 24 p. Disponível em: <http://www.sepaq.pa.gov.br/files/u1/diag_pesca2008.html>. Acesso em: 20 fev. 2009.

RUFFINO, M. L. **Gestão do uso dos recursos pesqueiros na Amazônia**. Manaus: IBAMA, 2005.

_____. **A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira**. Manaus: Ibama/ProVárzea, 2004.

SANTOS, H. A. **Direito pesqueiro: Decreto-lei n. 221/67**. Belém: IOEPA, 1997.

SANTOS, M. O retorno do território? In: SANTOS, M. et al. (Org.) **Território: globalização e fragmentação**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1994. p. 15-20.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: USP, 2004. (Coleção Milton Santos).

_____. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: USP, 2009. (Coleção Milton Santos).

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SILVA, C. N. **Territorialidades e modo de vida de pescadores do rio Itaquara, Breves – PA**. Belém: PPGeo/UFPA, 2006. (Dissertação de Mestrado em Geografia).

_____. A percepção territorial-ambiental em zonas de pesca. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas**, Belém, v. 2, n. 3, set-dez. 2007, p. 25-32.

_____. Cartografia das percepções ambientais-territoriais dos pescadores do estuário amazônico com utilização de instrumentos de geoinformação. **Revista Formação**. Presidente Prudente: UNESP, 2008, p. 118 – 128.

_____. O conceito de território nos estudos sobre pesca. In: **Caminhos e lugares da Amazônia: Ciência, natureza e território**. 01 ed. v.01, Belém: GAPTA/UFPA, 2009, p. 35-54.

_____. **Geografia e representação espacial da pesca na Amazônia paraense**. Belém: GAPTA/UFPA, 2012.

SILVA, C. N.; CARDOSO, E. S. Fishermen and Territorial Trends in the Brazilian Fisheries Policies. **International Journal of Geosciences**, 6, 2015, p. 339-349.

SILVA, C. N.; PALHETA DA SILVA, J. M.; CHAGAS, C. A. N. Territorial analysis in environmental studies on fisheries: a question of scale and spatial representation. **Open Journal of Social Sciences**, v. 02, 2014, p. 304-313.

SILVA, C. N. et al. Mecanismos de configuração territorial de pescadores artesanais do rio Ituquara, Breves, PA In: SILVA, C. N.; PALHETA DA SILVA, J. M. **Pesca e territorialidades: contribuições para análise espacial da atividade pesqueira** ed. Belém: GAPTA/UFPA, 2011, v.1, p. 149-173.

SILVA, C. N. et al. Pesca e influências territoriais em rios da Amazônia. **Revista Novos Cadernos NAEA**, v. 19, 2016, p. 193-214.

SILVA, A. L. & BEGOSSI, A. Uso dos recursos por ribeirinhos no médio Rio Negro. In: BEGOSSI, A. (org). **Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: HUCITEC, 2004:89-148.

TIZON, P. Lês territoires du quotidien: definitions, théories et méthodes d'identification. In.: MÉO, G. D. **Lês territoires du quotidien**. Paris: L'Harmattan, 1996, p. 15-34.

TORRES, M. F.; SILVA, M. L. & YUIMACHI, N. B. O gerenciamento de estoques pesqueiros: o caso da piramutaba. In: XIMENES, T. (org.). **Políticas pesqueiras nos países amazônicos**. Belém: UNAMAZ/NAEA/UFPA, 1996:279-363.

VILLAR, Frederico. **A missão do cruzador “José Bonifácio”**: os pescadores na defesa nacional – a nacionalização da pesca e a organização dos seus serviços (1919-1923). Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, 1945.

LUTAS SOCIAIS NA FRONTEIRA NORTE DO BRASIL: A FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NA GUIANA INGLESA

Iuri Cavlak

INTRODUÇÃO

A Guiana Inglesa foi uma colônia britânica na América do Sul, explorada primeiramente por holandeses e de forte ligação com o Caribe. Teve sua soberania conquistada pelos ingleses em 1803, logrando sua independência apenas em 1966, já no contexto da descolonização dos países subdesenvolvidos²⁵.

Protagonizou importantes lutas sociais articuladas a emancipação dos escravos e ao moderno movimento das classes trabalhadoras. Destaco dois exemplos: a revolta dos escravos de Demerara, em 1823, episódio marcante no processo de resistência e busca pela liberdade dos afro-guianenses e a atuação do PPP (Partido Progressista do Povo), que a partir da Segunda Guerra Mundial articulou os sindicatos na perspectiva da independência e do socialismo.

Tão forte essa tradição no sistema político guianense que, em 1970, o presidente Forbes Burnham, então no PNC (Congresso Nacional do Povo) decretou que o país doravante seria uma “República Cooperativa”, fortalecendo laços com Cuba e com a Europa do Leste, inclusa a União Soviética. Na oposição, o PPP seguiu na seara do marxismo e pregando a ruptura com o capitalismo, gerando uma situação peculiar de duas forças políticas, situação e oposição, em tese no mesmo campo ideológico de contraposição à economia de mercado e a hegemonia norte-americana.

A meu juízo, isso tem a ver com as peculiaridades da história das lutas sociais ali ocorridas. Neste artigo, objetivo abordar algumas conjunturas situadas após a abolição da escravidão, em 1838, e a concretização das organizações sindicais que antecederam a hegemonia de um partido dos trabalhadores, na segunda metade do século XX.

²⁵ A colonização holandesa dessa Guiana permitiu a participação na economia de plantadores ingleses durante o século XVIII. Com a Revolução Francesa de 1789 e o posterior avanço das tropas napoleônicas sob a Europa, Holanda e Inglaterra tornaram-se momentaneamente inimigas, o que ensejou a ocupação britânica em 1802/1803. A Holanda não teve força para retomar a colônia, oficialmente passada aos ingleses na Convenção de Londres em 1814. A independência em 1966 foi realizada de forma controlada e com apoio tanto da metrópole quanto dos Estados Unidos.

OS PRIMEIROS EMBATES APÓS A ABOLIÇÃO

As colônias britânicas, baseadas no trabalho escravo, passaram a sentir a partir do século XIX a pressão econômica da revolução industrial, por um lado, e a pressão política do movimento abolicionista e do próprio movimento operário nascente por outro. No caso em análise, havia uma divisão entre três regiões, Berbice, Demerara e Essequibo, a primeira e a segunda protagonistas de grandes revoltas escravas nos anos de 1763 e 1823. Visando a segurança dos colonos e a viabilidade econômica da exploração, a metrópole uniu as três regiões em 1831, denominando-as de Guiana Inglesa. Com a problemática relação entre senhores e escravos agravadas, tensões potencializadas inclusive pelos ecos dessas rebeliões, a Inglaterra decretou a abolição total da escravidão em 1838.

Essa abolição encontrou os plantadores de cana de açúcar despreparados para lidar com a nova situação. A maioria dos ex-escravos abandonou as fazendas e passou a constituir novas comunidades, adquirindo terras no formato de cooperativas. Os afro-guianenses que decidiram permanecer nos lugares de trabalho como assalariados tiveram seu poder de barganha potencializado, tendo em vista essa escassez momentânea de mão de obra na medida em que inexistia outro tipo de mão de obra assalariada. As chamadas *tasks gangs*, grupos de escravos que faziam trabalhos itinerantes nas fazendas, também se mantiveram com uma capacidade de negociação salarial relativamente elevada, se comparada ao período anterior. Para a elite colonial, esse período foi caracterizado como “ruína”, com a queda de lucros e a insegurança em relação ao comando da força de trabalho (ADAMSON, 1972, P. 32).

No final de 1841, menos de quatro anos após a abolição, os plantadores de açúcar criaram uma série de leis versando sobre os novos deveres dos trabalhadores, conhecido pelo prosaico nome de “Regras e Regulamento”. Reunidos em assembleia, junto com a administração colonial, a elite econômica da colônia reformulou suas prioridades e concretizou um corpo político para a manutenção de sua hegemonia. Na época, a exportação de açúcar era de longe a maior atividade econômica da Guiana Inglesa, seguida pela mineração de ouro e algum comércio varejista. A cultura do arroz ganharia força posteriormente, com o advento da imigração de trabalhadores contratados, em sua maioria advindos da Índia.

Basicamente, o documento balizava:

- Todos os trabalhadores devem chegar ao campo 7 da manhã. Aqueles diretamente ligados a manufatura de açúcar devem chegar as 5 da manhã;

- Todos devem combinar a tarefa e o salário antes do início da jornada;
- Não haverá empréstimos ou gratuidades;
- Nenhum trabalhador terá direito de mudar de moradia sem autorização;
- Se um trabalhador não cumprir com as expectativas não será pago ou será considerado ausente (mesmo tendo trabalhado o dia todo);
- Para cada jornada de trabalho será paga a quantia de 32 centavos. Se a cana não estiver a contento, a quantia paga será de 24 centavos;
- Se um trabalhador fizer mais do que uma atividade será pago conforme legislação vigente (Regulação número 6);
- Uma lista de trabalhadores será mantida na sede da fazenda, acertando assim a atividade de cada grupo de trabalhadores;
- Cada trabalhador que faltar ao trabalho sem uma justificativa razoável será multado em 16 centavos por dia;
- Os trabalhadores deverão arcar com as próprias ferramentas;
- Nenhum produto será vendido para os trabalhadores abaixo do preço de mercado;
- Nenhuma pessoa será permitida caçar, pescar, apanhar frutas ou realizar benesses sem autorização expressa do administrador;
- Os trabalhadores empregados não terão direito a plantação própria de víveres. Se o fizerem, será por sua conta e risco. Se por algum motivo perderem ou terem sua horta confiscada, essa passará para a posse da fazenda;
- Todo trabalhador que discordar dessas regras deverá abandonar as fazendas antes de 1 de janeiro de 1842. Quem continuar estará submetido imediatamente aos mandamentos acima²⁶.

Esse conjunto de leis tentava bloquear igualmente o aumento da autonomia que os trabalhadores vinham progressivamente conquistando. Era comum a queixa dos proprietários sobre os trabalhadores que não apareciam no eito ou o que simplesmente o abandonava no meio da jornada. A possibilidade de plantar e caçar nas comunidades autônomas permitia melhor alimentação e menos dependência do salário, bastante pequeno diga-se de passagem. A vida dentro das fazendas de açúcar muito se assemelhava aos séculos de ultraje escravista, o que os negros queriam superados.

²⁶ Rules and Regulations For The Employment of Labourers On Plantation ... West Coast Demerary, From and After 1st Jan. 1842. In: MACGOWAN, Winston, ROSE, James e GRANGER, David (orgs.) *Themes in African-Guyanese History*. Londres: Hansib Publications, 2009. “Apêndice A”, pp. 199-200. Versão aqui resumida.

A força repressiva dos proprietários no sentido de se fazer cumprir essas novas leis gerou um movimento contrário de resistência. Os trabalhadores se organizaram e logo se declararam em oposição a maioria dos pontos. Entre 4 e 5 de janeiro, o governador da colônia teve que receber mais de 20 delegações que contestavam a legalidade da elite proprietária e pleiteavam anulação das medidas. Ao não serem contemplados, os trabalhadores entraram em greve (ROSE, 2009, p.170).

Importante destacar que se tratou de uma das primeiras greves dos trabalhadores da região, ainda envolta, em sua maioria, no trabalho escravo. E a capacidade de organização e condução foram outrossim espantosos. Cerca de 15 mil trabalhadores cruzaram os braços. A primeira resposta foi a repressão tanto no lugar de trabalho quanto nas moradias, como a destruição de pequenas plantações e o confisco de pertences pessoais. De acordo com James Rose (2009, p.171), eles “estoicamente” resistiram as provocações: “O mais profundo testemunho da natureza pacífica da greve, entretanto, foi o fato de ninguém ter sido preso e nenhum simples tiro ter sido deflagrado”. Cientes de sua esmagadora maioria, e do poder repressor dos soldados, os guianenses conseguiram através de uma ação não violenta paralisar a produção.

Em poucos dias o governador da colônia interviu e retirou de circulação os pontos mais controversos das novas leis. Os salários voltaram a um patamar mais alto, e a proibição de utilização da pesca e da caça foi retirada. Liberou-se a utilização, dentro das fazendas, de horários de descanso e plantação para autossustentação. Gratificações por tarefas superiores a jornada de trabalho foram introduzidas. Em março a situação já havia se normalizado, com a volta ao trabalho de quase todos os grevistas.

A Greve de 1842 foi importante não só por causa dos trabalhadores que através de uma resoluta e coordenada ação forçou os plantadores a reverter o plano direcionado para inibir o crescimento de uma força de trabalho independente mas também porque foi um triunfo do espírito livre (ROSE, 2009, p.175-176).

Entre essas conquistas, um aumento sensível da consciência de classe, com a criação da “Associação de Africanos da Guiana Inglesa” (*British Guiana African Association*), voltada para a conquista de melhores salários e condições laborais. Ligado a isso, a fundação de um jornal, o “Sentinela dos Libertos” (*Freeman's Sentinel*), instrumento de articulação das lutas e divulgação de seu ideário (MOORE, 2009, p.148).

Os anos seguintes foram de embates ainda mais intensos, com a classe proprietária tentando a todo momento recompor seu poder *vis a vis* a classe trabalhadora guianense. Diversas foram as frentes de ataque, com destaque para a importação de mão de obra

estrangeira - portugueses, indianos e chineses -, aumento das taxas para as cooperativas de negros libertos, proibição de aquisição de terras para os mesmos e taxaço dos produtos de consumo popular, o que indiretamente significou diminuio de salrios e maior dependncia em relao aos senhores brancos.

Em 1847, uma crise de conjuntura mundial abalou os alicerces econmicos e polticos da Guiana Inglesa. Os exportadores de acoar perderam algumas taxas protecionistas que desfrutavam no mercado britnico. Somado ao corte de linhas de crditos bancrios, tendo em vista o cenrio recessivo, verdadeiro pnico tomou conta da sociedade colonial. Em setembro de 1847, os plantadores novamente se reuniram em assembleia, exigindo, entre outras coisas, aumento da produtividade dos empregados e diminuio drstica da massa salarial, em torno de 25%. A resposta foi novamente uma greve geral, dessa vez mais violenta. Como afirma Rose (2009, p.181), *“em 1848, a resposta para a reduo de pagamentos foi uma imensa greve na colnia. Os campos de cana foram incendiados, propriedades estatais destrudas, atritos e relaes conflituosas foram geradas entre os africanos e a populao imigrante”*.

O que agravou ainda mais as relaes conflituosas entre os grandes plantadores de cana e os trabalhadores afro-guianenses foi a percepo desses ltimos de que os impostos pagos estavam financiando a imigrao de mo de obra estrangeira, justamente o que os enfraquecia enquanto classe. Financiavam seus prprios algozes.

A quantidade de canaviais queimados no contexto da greve foi tanta que o governador Light chegou a temer que os trabalhadores estivessem com um plano de simplesmente destruir toda a colnia. *“Os fogos no sso acidentais mas o resultado intencional ... conectado com algum plano ou combinao para a destruio geral das propriedades por toda a colnia”*²⁷.

Diferentemente de 1842, os trabalhadores foram sendo desgastados e derrotados em sua resistncia. Os proprietrios se recusaram a continuar pagando o mesmo salrio, alguns inclusive realmente faliram, enquanto os imigrantes seguiram todos eles trabalhando, desempenhando o papel de fura greves. A represso foi violenta, obrigando os afro-guianenses a voltarem aos campos aps trs meses de luta, aceitando os salrios menores.

Embora os salrios tenham sido recompostos no ano seguinte e alcanados patamares de antes da crise, no geral a greve se mostrou uma derrota no sentido de que os proprietrios incrementaram ainda mais o programa de imigrao, chegando a um nmero, at o incio do

²⁷ The Guiana Times. 2/02/1848. *Apud* Rose (2009, p. 184).

século XX, de 270 mil indianos, chineses e portugueses importados. O efeito foi a perda do poder de barganha dos afro-guianenses, que progressivamente migraram para as cidades, formando o proletariado urbano da colônia. A exportação do açúcar cresceu e as fortunas seguiram sendo construídas sob exploração cada vez mais acentuada dos trabalhadores de origem africana e também asiática (CAVLAK, 2016, p. 80).

A CONSTITUIÇÃO DA MODERNA CLASSE TRABALHADORA

No final do século XIX, a configuração da classe trabalhadora guianense ganhou novos contornos. Os imigrantes asiáticos tenderam a se instalar na zona rural, formando a maioria dos trabalhadores envolvidos na manufatura do açúcar. Os portugueses e chineses se apegaram ao comércio varejista, enquanto os afro-guianenses se basearam *grosso modo* nas cidades, nos serviços braçais ligados a construção e a estiva, também em outras profissões como advogados, professores e funcionários públicos de baixo escalão.

Naquele período, uma grande crise afetou a economia colonial. O açúcar sofreu acirrada concorrência internacional, tendo seus preços comprimidos e afetando de maneira grave uma economia que praticamente dependia toda ela dessa mercadoria. O efeito cascata foi o declínio dos salários e o aumento do custo de vida, imputando novos desafios para a sociedade.

Outras atividades haviam sido estruturadas, mormente a mineração aurífera e a plantação de arroz, sem com isso abalar a hegemonia dos plantadores de cana que seguiram no controle da política e dos principais mecanismos da economia. Com a Inglaterra dedicando-se às colônias da África e da Ásia, os súditos sul-americanos sentiam-se bastante negligenciados, agravados seus problemas pela falta de amparo da metrópole.

Os salários médios dos trabalhadores da cana de açúcar encontravam-se em patamares abaixo de meio século atrás. Em torno de 11 a 18 centavos por dia, numa jornada de 4 da manhã até as 6 da tarde (alguns repórteres mais liberais da época chegaram a calcular 41 centavos por dia, dado inflacionado segundo estudiosos do período). Na mineração, era possível um salário diário de 64 centavos (NEHUSHI, 2009, p. 258).

A maior carga tributária seguia incidindo nos produtos de consumo popular. Enquanto maquinarias e insumos agrícolas eram isentos, mercadorias como milho, aveia, farinha, carne em conserva, peixe seco e velas chegavam a ser taxados em 50% do seu valor de importação. O fundo arrecadado era destinado a bancar a imigração de trabalhadores para os canais e os melhoramentos das propriedades privadas, como irrigação e barragens contra as cheias. Quase

inexistente as escolas, proteção social e hospitais voltados para os pobres, contribuindo para uma taxa de mortalidade infantil de 232 para 1.000 crianças nascidas, e uma taxa de mortalidade de 45 por mil habitantes (a mortalidade infantil no Brasil hoje gira em torno de 18 para 1.000 nascidos vivos, enquanto a taxa de mortalidade geral cerca de 9 para cada 1.000 habitante) (*Op. cit.*, p. 264-267).

Diante desse cenário que explodiu, em 1905, uma das maiores greves da história da Guiana Inglesa, com maciças manifestações de rua. Numa visão superficial, parecido com o que ocorreu na longínqua Rússia no mesmo período.

O estopim foi a tentativa de achatamento salarial dos estivadores, uma categoria que inclusive possuía melhor acesso a informação na medida em que convivia com pessoas e ideias que giravam o mundo. Numa colônia que quase nada produzia de manufatura, dependente da exportação maciça de commodities, os trabalhadores do porto de Georgetown tinham um papel chave na economia.

Entraram em greve em 28 de novembro, e o fato extraordinário foi a capacidade de articulação com outras categorias. Logo, demais trabalhadores urbanos e os cortadores de cana e funcionários das fazendas de açúcar também aderiram

Na quinta feira, 30 de novembro, massas de pessoas tomaram as ruas de Georgetown. Aqueles que estavam em greve foram persuadir outros companheiros de trabalho para igualmente parar o labor. Às vezes o fizeram a força. Nessa quinta de manhã, trabalhadores domésticos foram levados das residências privadas, enquanto trabalhadores da estrada de ferro foram ameaçados e arrastados de seus lugares de trabalho. À tarde, multidões vaguearam pelo centro comercial, e algumas lojas de agiotagem e joalherias foram saqueadas. Muitos comerciantes se apressaram por fechar suas portas (RODNEY, 1981, P. 191-192).

Nenhum incêndio ou outro tipo de destruição por parte dos grevistas foi levado a cabo. Não obstante, as autoridades entenderam se tratar de uma “rebelião social”, decretando um estado de sítio através do estabelecimento das leis antimotins.

No dia subsequente, a polícia abriu fogo contra a multidão, causando centenas de feridos e algumas dezenas de trabalhadores mortos. A data entrou para a história como “a sexta feira negra” (*Op. cit.*, p. 193).

A turba tornou-se então ainda mais nervosa, e outras regiões da colônia foram aderindo as paralizações e as manifestações de ruas. Rapidamente navios ingleses com cerca de 700 soldados foram enviados de Barbados e Trinidad, ajudando na prisão dos líderes e na contenção da

multidão enfurecida. Os mineiros também aderiram ao movimento no início de dezembro, conformando um amplo arco de trabalhadores em greve.

Todavia, a repressão somada a falta de condições materiais acabaram selando o declínio e o encerramento da revolta. Não havia fundo de greve, o que deixava desarmado materialmente os paredistas, que apenas podiam contar com o salário diário para sobrevivência. Igualmente inexistia uma associação mais global que pudesse coordenar as ações e fomentar a resistência no contexto adverso. Não havia partidos e os sindicatos, ilegais, ainda eram isolados, muito ainda por conta das divisões étnicas advindas da imigração. Após o banho de sangue e prisões, a partir do final de dezembro a situação se normalizou.

Mas foi justamente após esse grande acontecimento que tomou forma de maneira mais intensa a organização em escala dos trabalhadores da colônia. Logo no ano seguinte ocorreram gestões entre eles. “Em janeiro de 1906, logo após a supressão da greve, Dr. Rohlehr, um porta voz dos grevistas de classe média, num comício no centro de Georgetown convocou os trabalhadores para a formação de um sindicato” (WOOFORD, 2009, p. 279).

A crise econômica desencadeada pela Primeira Guerra Mundial mais uma vez trouxe aumento do custo de vida para os habitantes da Guiana Inglesa, penalizando ainda mais a população pobre. Em janeiro de 1917, uma greve de 13 dias foi deflagrada pelos trabalhadores do porto, que gerou ganhos salariais e diminuição da jornada de trabalho. Em dezembro do mesmo ano uma nova greve aumentou ainda mais as gratificações, demonstrando a conjuntura favorável para os trabalhadores organizados no meio do grande conflito (*Op. cit.*, p. 280).

Grande parte dessas conquistas foram atribuídas a figura de um líder dos trabalhadores da estiva, um afro-guianense chamado Hubert Nathaniel Critchlow. Perseguido pelas autoridades, ele foi sumariamente demitido em março de 1918, em plena campanha pela regulação da jornada de trabalho em 8 horas diárias. Nenhum outro empregador da zona urbana forneceu emprego para Critchlow, que radicalizou ainda mais na luta pelos direitos sociais. Em janeiro de 1919, com centenas de outros trabalhadores, fundou a “União dos Trabalhadores da Guiana Inglesa” (*British Guiana Labour Union-BGLU*).

Foi um acúmulo de forças, através das lutas do passado, somados a influência que o movimento trabalhista na metrópole exercia sobre as colônias que facilitou a viabilidade da organização. O contexto da Guerra, de politização e conflitos no interior das classes dominantes e o aumento das dificuldades econômicas também cooperaram nesse sentido. Em junho de

1919, Critchlow tornou-se um sindicalista profissional, com salário pago pela instituição. Em 1920, passou a perceber 120 dólares guianenses mensais, uma renda que franqueava sua candidatura para a Câmara Legislativa (*Op. cit.*, p. 281).

Nesse mesmo ano, a Associação já contava com 13 mil membros, e um saldo financeiro de quase 10 mil dólares guianenses depositados em banco:

Embora com suporte fortemente nos trabalhadores da estiva de Georgetown, era uma união geral, representando todos os trabalhadores independente de ocupação, localização ou raça. Em adição aos trabalhadores da estiva, seus membros incluíam porteiros, trabalhadores, comerciantes, trabalhadores de estrada, empregados das estradas de ferro e alguns cortadores de cana (*Op. cit.*, p. 280).

Uma das primeiras conquistas foi a abolição do trabalho noturno e de domingo dos padeiros. E, uma das mais importantes, a legalização de toda atividade sindical na Guiana Inglesa, decretada em junho de 1921 depois de muita pressão inclusive do Partido Trabalhista Inglês. Com isso, a “União dos Trabalhadores da Guiana Inglesa” se tornou a primeira instituição sindical de todo mundo colonial britânico (*Op. cit.*, p. 284). Além da tradicional negociação salarial com os patrões, a União desenvolveu ao longo dos anos 1920 várias ações voltadas para os trabalhadores precários ou desempregados, como alimentação coletiva e outras atividades assistencialistas.

A importância de todas essas iniciativas extrapolou o âmbito local e reverberou no entorno regional. Em 1926, a Guiana Inglesa sediou o primeiro “Congresso dos Trabalhadores das Índias Ocidentais”, com participação de líderes sindicais de várias colônias inglesas do Caribe.

Durante a segunda metade daquela década, Critchlow participou de encontros em Londres com líderes sindicais da metrópole, ainda representando a Guiana Inglesa em dois importantes eventos no ano de 1931: o “Comitê Internacional dos Sindicatos dos Trabalhadores Negros”, na Alemanha de Weimar, e a “Ajuda Internacional Vermelha”, na União Soviética.

Por outro lado, a depressão que o mundo capitalista enfrentou nos anos 1930, com impactos diretos no império colonial inglês, apresentou desafios de monta que acabaram dificultando o crescimento dessa União. O desemprego afetou materialmente a associação, e o aumento da repressão governamental acabou selando a sorte de Critchlow. O desgaste de sua longa liderança, somado as limitações oriundas das profundas, e nem sempre simples de serem ultrapassadas, divisões étnicas foi minando seu prestígio junto a população

trabalhadora. O estatuto colonial da Guiana e seus óbices igualmente prejudicaram a sustentação prolongada.

Outras instituições acabaram ocupando os espaços, como a Liga dos Trabalhadores da Guiana Inglesa (*British Guiana Workers League*), fundada em 1931, e a Associação dos Cidadãos Trabalhadores (*Manpower Citizens's Association*) de 1937. Durante a Segunda Guerra Mundial e após, o movimento dos trabalhadores daria um salto significativo, com o fortalecimento e a união de antigos e novos sindicatos em articulação com brilhantes lideranças políticas. O partido político gerado a partir daí eletrizaria a vida social na colônia por toda segunda metade do século XX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a abolição da escravidão, em 1838, e a formação do Partido Popular Progressista (PPP), em 1950, uma infinidade de micro resistências, lutas abertas e organização permeou a história da classe trabalhadora guianense.

A greve de 1842 demonstrou o poder dos recém libertos e suas potencialidades para se contraporem a exploração dos plantadores de açúcar. Em 1848, numa situação internacional mais adversa, os trabalhadores obtiveram menos ganhos, todavia reforçando seu poder de intervenção na sociedade. A aceleração do processo de imigração de trabalhadores contratados, sobretudo das paupérrimas regiões da Índia, pode ser considerada um estratagema das classes proprietárias da colônia no sentido de quebrar a resistência dos afro-guianeses.

No último quarto do século XIX foram sendo remodelados alguns aspectos do mercado de trabalho, com o assentamento dos recém-chegados e deslocamentos espaciais das antigas comunidades negras. Fatores econômicos contribuíram para o acréscimo da exploração da mão de obra, desaguando nos grandes protestos de 1905.

Embora desbaratados pela repressão, eles foram cruciais para o avanço da organização de classe, resultando nos primeiros sindicatos legalizados e numa união de trabalhadores que marcou o mundo colonial britânico e os trabalhadores do Caribe. Assim, deixou marcas na sociedade da Guiana Inglesa, que a partir da segunda metade do século XX teria a luta pela independência e pelo socialismo uma de suas características mais acentuadas.

REFERÊNCIAS

- ADAMSON, A. **Sugar Without Slaves: The Political Economy of British Guiana, 1838-1904**. Londres: Yale University Press, 1972.
- CAVLAK, I. **História Social da Guiana**. Macapá: Editora da Unifap, 2016.
- MACGOWAN, W.; ROSE, J; GRANGER, D. (Orgs.) **Themes in African-Guyanese History**. Londres: Hansib Publications, 2009.
- MOORE, B. The Social and Economic Subordination of the Guyanese Creoles after Emancipation. In: MACGOWAN, W.; ROSE, J; GRANGER, D. (Orgs.). **Themes in African-Guyanese History**. Londres: Hansib Publications, 2009.
- NEHUSI, Kimani. The Cause of the Protest of 1905. In: MACGOWAN, W.; ROSE, J; GRANGER, D. (Orgs.). **Themes in African-Guyanese History**. Londres: Hansib Publications, 2009.
- RODNEY, Walter. **A History of the Guyanese Working People, 1881-1905**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1981.
- ROSE, James. The Strikes of 1842 and 1848. In: MACGOWAN, W.; ROSE, J; GRANGER, D. (Orgs.). **Themes in African-Guyanese History**. Londres: Hansib Publications, 2009.
- WOOFORD, H. The Origins of the Labour Movement. In: MACGOWAN, W.; ROSE, J; GRANGER, D. (Orgs.) **Themes in African-Guyanese History**. Londres: Hansib Publications, 2009.

A FRONTEIRA COMO CHAVE INTERPRETATIVA PARA O BRASIL MERIDIONAL

Mariana Thompson Flores

INTRODUÇÃO

O ponto de partida desse texto situa-se na centralidade que o conceito de fronteira possui para a compreensão da história da porção mais meridional do território brasileiro. A reflexão histórica sobre o Rio Grande do Sul, mais detidamente, incide em pensá-lo obrigatoriamente como componente do espaço platino, onde disputas, sobreposições de soberanias, acomodações e cooperações deram a tônica ao longo de pelo menos dois séculos. Uma análise mais cuidadosa, que busque romper com o parâmetro eurocêntrico de histórias políticas e militares, é capaz de revelar, no entanto, um ambiente marcado pela instabilidade, mas capaz de promover relações que atravessavam o limite, habitado por sujeitos que demonstravam transitar com facilidade por esse espaço (mas não sem levar em conta que cruzavam uma fronteira que justapunha soberanias), e que se valiam da fronteira como espaço de estratégia em seus concertos cotidianos por sobrevivência.

O protagonismo da fronteira na história platina é inegável²⁸ e partimos do pressuposto que o território que configura hoje o Rio Grande do Sul só pode ser concebido como componente desse espaço²⁹. A afirmação de que o Rio Grande do Sul se constituiu enquanto uma zona de fronteira durante todo seu processo de formação histórica permanece sendo aceita amplamente, haja vista o permanente processo de expansão do território empregado pela coroa portuguesa nessa região a partir do século XVIII. Ao longo do século mencionado, o termo “fronteira”, na geografia do Rio Grande de São Pedro, designava a vila de Rio Grande, último núcleo urbano da colonização lusa ao sul, e a vila de Rio Pardo, que desempenhava papel idêntico a oeste. Os espaços logo adiante dessas vilas eram designados pelos contemporâneos como “Fronteira do Rio Grande” e “Fronteira do Rio Pardo” (OSÓRIO, 1990). Esses

²⁸ A concepção da fronteira como chave interpretativa para a história da América foi proposta e largamente consolidada por Hebe Clementi (1988).

²⁹ A historiografia dos anos 1990 foi adequadamente a precursora dessa compreensão inescapável do Rio Grande do Sul como parte do espaço platino. Os trabalhos de Helen Osório, Cesar Guazzelli e Susana Bleil de Souza são representativos dessa orientação historiográfica. Vide Guazzelli (1990; 2013). Osório (2007); Souza (1994)

territórios além fronteiras foram sendo, ao longo do século XVIII e até início do XIX, paulatinamente (não sobre o “vazio”, mas de forma conflitiva) anexados aos domínios luso-brasileiros, até que estes municípios, que um dia referenciaram a fronteira, tornassem-se municípios localizados no centro da província.

Uma breve passada de olhos nas páginas da história do Rio Grande do Sul permite perceber o quanto o fato de essa região ter se constituído enquanto uma imensa zona de fronteira ao sul do Brasil foi determinante nesse processo. Sem dúvida, isso se deve à questão de que uma zona de fronteira corresponde a um espaço extremamente instável, permeado por conflito, já que seus limites, permanentemente em disputa, avançam e recuam constantemente.

Os séculos XVII e XVIII, que correspondem ao período da ocupação desse território por portugueses e espanhóis, foram de conflito permanente, seja entre as Coroas em questão, seja destas com os nativos aqui estabelecidos há muito. Foi o período da instalação de missões religiosas catequizantes, de fortes militares, de concessões de terras e cargos de Estado a fim de conquistar e manter o território.

A primeira metade do século XIX ainda foi de instabilidade no sentido da indefinição dos limites políticos disputados. Nesse sentido, compreendeu uma época em que a vizinha Banda Oriental, atual Uruguai, que fazia parte das Províncias do Rio da Prata, encabeçadas por Buenos Aires, constituiu-se em província do Império Brasileiro, a Província Cisplatina, e praticamente representava a extensão dos campos de pastoreio de estancieiros rio-grandenses; depois, teve que lidar com a instalação de um limite nacional em função do surgimento de um novo país, o próprio Uruguai; e, na sequência, conviveu com a sobreposição de soberanias durante a vigência da República Rio-Grandense.

Aproximando-se da segunda metade do século XIX, a fronteira do Rio Grande do Sul se delineava pelas imediações atuais, embora formalmente os limites definitivos com Uruguai e Argentina tenham sido fixados, respectivamente, apenas em 1851 e 1856. Contudo, pode-se afirmar que, embora a independência do Uruguai, em 1828, tenha ocorrido sem a formalização dos limites territoriais, a partir desse momento já havia uma delimitação estabelecida na prática.

Nesse sentido, a linha divisória do Rio Grande do Sul a oeste com o Uruguai estava demarcada pelo rio Quaraí e o limite entre Rio Grande do Sul e Argentina, no caso a

província de Corrientes, já se apresentava mais estável sendo, há tempos, consubstanciado no rio Uruguai.

Além da centralidade da questão fronteiriça na história do Rio Grande do Sul, outra premissa amplamente aceita pela historiografia – e nesse caso refiro-me à historiografia em geral, não restrita ao contexto platino – é a de que as regiões de fronteira, mesmo as que já estão suficientemente delimitadas, tendem a ser espaços sempre instáveis e intrinsecamente conflitivos e violentos.

Nesse sentido, ao longo ainda de todo o século XIX, essa tríplice fronteira esteve imersa em conflitos. As guerras de independência dos países hispano-americanos, iniciadas em 1810, repercutiram de várias formas e em vários momentos na colônia portuguesa vizinha e, especialmente, envolveram a porção de território mais ao sul, em função da proximidade pela fronteira.

Pelo menos em duas situações as tropas luso-brasileiras intervieram nos conflitos hispano-americanos. Em 1811, quando o exército de José Artigas fechou o cerco a Montevideú, realistas orientais solicitaram o apoio da Coroa portuguesa para repelirem a *montonera* artiguista. Posteriormente, em 1815, quando Artigas e seus homens retornaram a Montevideú, o caráter profundamente social das reformas por ele propostas provocou novamente a intervenção de luso-brasileiros, unidos a setores argentinos, para o derrotarem. Dessa última intervenção da coroa portuguesa resultou a anexação do território oriental aos domínios coloniais portugueses como Província Cisplatina, em 1821.

O período de dominação portuguesa sobre o território oriental não foi de estabilidade e culminou com o levante dos 33 *orientales*, em 19 de abril de 1825, contra a dominação luso-brasileira, o qual contou com o apoio de províncias argentinas. A Guerra da Cisplatina, que se coloca a partir desse momento e se estende até 1828, passou por um momento em que a Banda Oriental foi anexada pelas Províncias do Rio da Prata, e se encerrou com a declaração de independência do Estado Oriental (ALONSO ELOY, 1970; SALA DE TOURÓN et.al, 1978; CHIARAMONTE, 1993; CHIARAMONTE, 1998).

Menos de uma década depois, a porção mais meridional do Império brasileiro deu início à Revolução Farroupilha (1835-1845), insurreição de parte da província do Rio Grande do Sul contra o poder imperial, que levou a recém-proclamada República Rio-Grandense a estabelecer várias relações externas com os países platinos através da assinatura de tratados de apoio (GUAZZELLI, FIGUEIREDO, 2004).

Após o término da Revolução Farroupilha, o Rio Grande do Sul precisou envolver-se no conflito ocorrido principalmente em território uruguaio, que colocou *blancos* uruguaios, liderados por Oribe, e *federales* argentinos, liderados por Rosas, de um lado, contra *colorados* uruguaios e *unitarios* argentinos de outro, a chamada Guerra Grande. Mesmo tendo findado formalmente em 1852, o conflito entre *blancos* e *colorados* perdurou no Estado Oriental durante todo o século XIX e incidiu no Rio Grande do Sul através da fronteira. Anos depois, Brasil, Províncias do Rio da Prata e Estado Oriental viram-se, outra vez, envolvidos em um conflito de grandes proporções, que foi a Guerra do Paraguai (1864-1870).

Apesar de todo esse histórico de guerras, seria ingenuidade pensar que, no ambiente de fronteira, os momentos de instabilidade se restrinjam aos períodos de conflito explícito como os relacionados acima. Mesmo em anos em que não ocorreram guerras formais, a paz nesse espaço esteve comprometida. O período compreendido entre 1851-1864, por exemplo, embora demarque um lapso temporal em que não houve conflitos armados envolvendo os países dessa tríplice fronteira, tendo se mantido inalterados os limites políticos, não pode ser considerado um período de estabilidade, sendo possível identificar importantes focos de tensão nesses anos.

Segundo Souza e Prado (2004)³⁰, esses anos apontaram um incremento nas violências sofridas por súditos brasileiros que residiam em território uruguaio (empreendidas por caudilhos *blancos*, sobre os quais o débil governo central oriental não conseguia impor sua autoridade), demonstradas pelo crescente número de ofícios encaminhados pelo Império brasileiro ao Estado Oriental contendo as reclamações desses brasileiros que se diziam espoliados e violentados.

Tais violências eram reflexo de outras questões delicadas desse período, como o Tratado de 12 de outubro de 1851, assinado entre Império brasileiro e Estado Oriental ao final da Guerra Grande com a derrota de Oribe. Esse tratado reordenou as forças políticas no Prata estabelecendo a hegemonia do Brasil e contribuindo para o acúmulo de tensões na medida em que os estancieiros orientais ficaram insatisfeitos com o acerto que permitia a entrada do charque rio-grandense no Estado Oriental livre do pagamento de impostos, o que levou

³⁰ Este argumento de que o período entre 1851 e 1864 foi de estabilidade na fronteira rio-grandense e, portanto, de plena integração com as nações vizinhas é apontado por alguns historiadores. Dessa forma, Edson Romário Monteiro Paniágua, em sua dissertação de mestrado, afirma que “[d]urante o período de 1852 a 1864 a fronteira-linha esteve “adormecida”. A nova conjuntura, proporcionada por uma paz temporária entre os países envolvidos, possibilitou que a campanha oeste recuperasse, se assim podemos dizer, uma característica que esteve presente no período colonial: o de ser um espaço único” (PANIÁGUA, 2003, p. 147).

muitos saladeiros uruguaios à ruína. Além disso, o Estado Oriental converteu-se na “reserva ganadera” do Império, já que também foram abolidos os direitos aduaneiros de exportação de gado em pé para o Rio Grande do Sul (SIVOLELLA, 1987, p.75-79).

Portanto, a Guerra do Paraguai, que começaria em 1864, foi o ápice dessas tensões preexistentes (sobretudo se considerarmos que a renúncia da renovação do Tratado de 12 de outubro de 1851, em 1861, está na base das motivações da referida guerra³¹), e o período anterior de suposta paz não foi de maneira alguma estável.

Todo esse histórico de avanços, recuos e sobreposições da fronteira pela ação de políticas de estados e de lideranças de povos originários, muitas vezes expressas em conflitos violentos, revela, ao mesmo tempo, que esse espaço não coloca naturalmente os diferentes lados em oposição, como se a alteridade nacional lhes fosse inerente. Há muitas acomodações e cooperações que guardam vínculo com relações sociais transfronteiriças que extrapolam limitação identitárias nacionais.

Recentemente, estudos sob uma perspectiva renovada vêm percebendo a fronteira, não como uma barreira que impunha a separação estrita entre os dois lados, mas um lugar através do qual importantes trocas culturais e relações sócio-econômicas aconteciam entre o Brasil meridional e o Prata hispânico. O importante, deste modo, foi recuperar a ideia do território sul-riograndense como sendo um espaço construído historicamente, uma fronteira dinâmica, na qual impérios, estados-nações e culturas competiram, interagiram e se chocaram em períodos diversos de sua história. Dessa forma, tornou-se possível abandonar certas naturalizações, seja do atual espaço territorial brasileiro, seja do platino, e recuperar as tensões inerentes a esta “fronteira tripartite” - indígena, lusitana e espanhola (NEUMANN, 2004) – a qual a referência de matriz africana também foi incorporada nos anos subsequentes. Além disso, é importante ter em mente que nem tudo foi conflito nestas bandas: se houve muito sangue derramado, também existiram acomodações, compromissos e acordos dos mais variados tipos entre os habitantes do espaço de fronteira.

Nesse sentido, algo também recente tem sido o estudo em escala reduzida desse espaço que revela seus sujeitos atuando no cotidiano, lançando mão de estratégias sociais e

³¹ Ao recusar a renovação do Tratado, o presidente do Uruguai, o *blanco* Bernardo Berro, indiretamente rompeu com o Império. Por outro lado, a recém-unificada República Argentina (1862) lhe fazia oposição política através do governo unitário de B. Mitre. Assim, o Uruguai acabou buscando apoio no Paraguai, utilizando o porto de Montevideú como instrumento de barganha nas tratativas com Solano López, esboçando a formação da primeira aliança entre Império brasileiro e Argentina de um lado e Uruguai e Paraguai de outro, às vésperas da eclosão do conflito (GUAZZELLI, 2002, p. 299-351).

manipulando suas identidades, de forma que vem à tona uma história da ação dos fronteiriços mais do que uma história de tratados de limites político-geográficos (THOMPSON FLORES, 2014; FARINATTI, 2010; VOLKMER, 2007).

Assim, podemos extrapolar esses contextos de conflitos políticos para o cotidiano instável fronteiriço para compreender a afirmação anterior de que as regiões de fronteira tendem a ser espaços instáveis, conflitivos e violentos. Nesse sentido, Frederick Jackson Turner (2004 [1893], p.35), um autor clássico a respeito do conceito de fronteira, afirmava, em seu texto célebre “O significado da fronteira na história americana”, que esse espaço corresponde a uma escola de treinamento militar, que mantém viva a força da resistência e da agressão, desenvolvendo as qualidades vigorosas e rudes do homem da fronteira.

Nesse mesmo sentido, Juan Carlos Garavaglia (1999, p.72) menciona a “*realidad violenta de la frontera*”, ou a “*situación fronteriza inestable y violenta*”, ao referir-se aos elevados índices de criminalidade da região sul de Buenos Aires se comparados com os da região norte, em meados do século XIX, em função da condição fronteiriça dessa região sul (nesse caso, fronteira com outras províncias pouco habitadas e com o atual Uruguai através do Rio da Prata).

Para o Rio Grande do Sul, essa apreensão da fronteira como um lugar de violência por excelência também é comum. Segundo Luís Augusto Farinatti (2010, p.87), no período colonial, o território que hoje corresponde ao Rio Grande do Sul era considerado como a imensa faixa de fronteira dos domínios portugueses na América ao sul. Nesse sentido, “[o] emprego do termo *fronteira* para designar aqueles espaços sugere que aquele era visto como um lugar instável, com a presença de ‘outros’, uma região de onde vinha o perigo de ataques inimigos [...]”.

Conforme afirmado anteriormente, a conquista do território que hoje configura o Rio Grande do Sul pelos luso-brasileiros não se deu sobre o vazio, mas através de constantes conflitos entre as coroas ibéricas, representadas pelos estancieiros-militares proprietários de terras³², homens e gado, e destes com a população indígena, que foi sistematicamente dizimada. No decorrer do tempo, às disputas territoriais metropolitanas e à matança de nativos somou-se a disputa pela posse dos rebanhos de gado e da terra. Segundo Helen Osório (1990, p.11), a “limpeza dos campos” ocorreu através do

³² Estou inteirada da discussão apresentada por Luís Augusto Farinatti de que não existe uma relação obrigatória entre a elite agrária e a ocupação de altos comandos militares na região da Campanha sul-rio-grandense, embora o aspecto militar tenha tido importância fundamental na estruturação dessa sociedade. Vide Farinatti (2010).

massacre e extermínio de indígenas, subordinação ao poder pessoal dos estancieiros daqueles que não mantinham relações de trabalho fixas e que viviam de extração de couros (os “hombres sueltos”, gaúchos, “changadores”) e impedimento de colonos trazidos para povoar o território, de se espalharem pelos campos.

A figura desses “gaúchos”, portanto, compunha esse cenário da fronteira marcado pela violência: um tipo social que vivia livre das relações formais de trabalho, vagando pelos campos, onde encontrava seu sustento imediato, carneando o gado para se alimentar e/ou vender o couro, contraindo serviços sazonais em estâncias, cometendo pequenos delitos, como o roubo de algum gado ou a venda de mercadorias de contrabando, ou seja, um sujeito que vivia à margem da sociedade agropecuária terratenente e transitava constantemente entre o lícito e o ilícito.

Para compreender o gaúcho, ou o *gaucho* platino, no entanto, é importante se ter cuidado para não incorrer na imagem romantizada de um personagem completamente livre de vínculos sociais e familiares, os *hombres sueltos*³³. Essa abordagem já foi suficientemente contestada pela historiografia (FARINATTI, 2010, p.336-339). O mais acertado é pensar nesses sujeitos como livres pobres, não errantes e sem laços sociais e econômicos, que constituíam vínculos sociais/familiares através dos quais estabeleciam suas estratégias sociais. Além dos vínculos horizontais, entre os seus iguais, travavam relações sociais verticais através das quais negociavam trabalho, mesmo que sazonal, e proteção social. A contrapartida, nesses casos, advinha da fidelidade demonstrada em momentos de guerra e eleições, por exemplo.

A partir dessa ressalva, pode-se dar luz a essa figura recorrente nos processos crimes da região da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, ao longo do século XIX, que corresponde a homens jovens, que aparecem sem profissão ou vínculo de trabalho definidos, denominados genericamente como *jornaleiros*, e algumas vezes como *sem ocupação* ou *vagabundos*, frequentemente envolvidos em pequenos roubos, contrabandos, crimes de ferimento ou morte, desordens em carreiras e outros ajuntamentos de povo e que, não raro, aproveitavam-se da fronteira franqueada para fugir do controle policial. Esse tipo social que povoa o espaço fronteiriço, somado ao histórico de conflito deste lugar, compõe o cenário da endemia bélica e da violência inerente à Fronteira oeste do Rio Grande do Sul.

³³ Sobre o emprego desta expressão (*hombres sueltos*) e sua problematização vide Molas (1982); Guazelli (1990).

A historiografia tem apontado a relação muito próxima existente entre as práticas consideradas criminosas e o cotidiano social³⁴. Acessar práticas cotidianas através de ocorrências criminais tem se mostrado potencialmente profícuo nos espaços de fronteira na medida em que estamos tratando de um contexto em que o conflito e a violência são inerentes.

Além da criminalidade estar intimamente ligada à vida da fronteira, os crimes inseridos nesse espaço tendem a assumir características particulares. A possibilidade de fuga que esse espaço oferece, por exemplo, é um elemento diferencial. É certo que em qualquer espaço alguém que comete um crime pode fugir. Contudo, em uma fronteira, essa fuga assume outra conotação na medida em que, nesse contexto, se está lidando com diferentes soberanias, sendo que, em muitos casos, ainda não havia tratados sobre como lidar com essas questões, ou, como referiu certa vez o presidente da província Jeronymo Coelho, as “*morosas formalidades inutilizam os fins do tratado*”³⁵. Em suma, ao cruzar para o “outro lado”, imediatamente passava-se a estar sob a vigência de uma legislação e autoridade diferentes, e um simples fugitivo podia tornar-se um problema diplomático, já que, pela legislação brasileira, um criminoso só podia ser julgado por seu delito no lugar em que este fora cometido, tornando impossível punir aqueles que varavam o limite político, a não ser que fossem extraditados.

O espaço de fronteira, no entanto, não incide apenas na questão da possibilidade de fuga e impunidade de um criminoso, mas também em outros âmbitos, como, por exemplo, questões que se referem a direitos de propriedade, considerando-se que comumente proprietários tinham terras em ambos os lados da fronteira e usavam as

³⁴ Bretas (1991) aponta que, sem dúvida, a chamada história social inglesa, sobretudo E. P. Thompson, foi fundamental para o desenvolvimento dessa perspectiva. Thompson ampliou a concepção marxista tradicional da lei, indo além da concepção de que ela representa um instrumento da classe dominante para a sujeição dos dominados e percebendo-a como um campo de luta, onde regras fixadas para todos, mesmo que sejam desiguais, abrem a possibilidade para as classes dominadas de estabelecer negociações e estratégias no sentido de buscar brechas na lei que lhes sejam favoráveis. Nesse sentido, para garantir sua legitimidade frente a todos, a lei deve parecer justa e também impor restrições à classe dominante. Em relação à criminalidade, Thompson trabalha com a noção de que algumas categorias de crimes podem, na realidade, representar, costumes fundamentados numa cultura popular que não está de acordo com os preceitos da “cultura educada”, refletindo costumes estabelecidos dentro de uma cultura local, os quais diferem largamente das leis e tradições que lhes são colocadas. Vide Thompson (1984; 1987)

³⁵ Na década de 1850, o Brasil assinou tratados com o Uruguai e a Argentina que pretendiam dar conta do problema das violações fronteiriças, o que demonstra claramente a preocupação com a gravidade desta situação. Em 12 de outubro de 1851, foi acordada com o Estado Oriental a entrega recíproca de criminosos, desertores e escravos. Em 1856, foi acertada com a Argentina a devolução de desertores. No mesmo ano, outro acordo específico da Província Rio-grandense com a província argentina de Corrientes, situada imediatamente do outro lado da linha de fronteira, estipulava a extradição de criminosos e a devolução de escravos. Vide Oliveira (1997); Tratado de 12 de outubro de 1851. Tratado de Comercio e Navegación. In: **Tratados y Convenios Internacionales**: suscritos por Uruguai en el periodo mayo de 1830 a diciembre de 1870. República Oriental del Uruguai, Secretaria del Senado. Documentación y Antecedentes Legislativos. Montevideo, 1993. Tomo 1.

diferenças/divergências legais para manejar seus direitos de propriedade de um lado e outro (YOUNGER, 2008).

Esse manejo de direitos de propriedade em ambos os lados da fronteira não se refere apenas à posse de terras, mas ao gado, carregamentos de mercadorias e também em relação a contratos de trabalho e escravidão, sendo que esta última, embora fosse ilegal nas Províncias do Rio da Prata e no Estado Oriental, permanecia existindo veladamente, principalmente em propriedades pertencentes a brasileiros daquele lado da fronteira.

A história da região platina é, portanto, permeada por incidentes fronteiriços e por isso é patente a relevância de se refletir permanentemente sobre o conceito de fronteira. Dessa forma, a compreensão que se propõe é de que os espaços limítrofes, em função de estabelecerem ao mesmo tempo limite e contato, constituem regiões naturalmente paradoxais porque justapõe soberanias deixando margens de ação e negociação aos sujeitos que ali atuam através de redes sociais e familiares transfronteiriças, combinadas à diversificação das atividades econômicas, a fim de manterem-se e reproduzirem-se nesse espaço complexo. Para tanto, a situação de fronteira era um elemento imprescindível a ser levado em conta nessas estratégias, sendo manejada pelos atores sociais de acordo com os contextos dados e os lugares sociais respectivos.

Dessa forma, o espaço de fronteira pode ser considerado fluído já que permitia, e proporcionava, em grande medida, diversos tipos de mobilidades, sejam de pessoas ou de bens. Contudo, o fato de ser fluído não corresponde a ser abstrato ou indefinido, pelo contrário, a fronteira constitui um elemento de existência concreta e incontornável que se coloca não apenas como um cenário onde as relações ocorrem, mas como um campo que oferece estratégias particulares, que precisam serem levadas em conta nas atuações cotidianas dos fronteiriços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar, por tanto, a fronteira como chave interpretativa para o Brasil meridional incide em levar em conta aspectos de uma história política e militar, abrangendo o processo de expansão e conquista do espaço platino através do conflito entre as coroas ibéricas e dos tratados decorrentes, e da sequência de delimitação desses territórios, com seus avanços, recuos e sobreposições, ao longo do século XIX, já após a independência dos novos países

que buscavam construir seus estados. Mas sob pena de não incorrer num eurocentrismo irrestrito, é fundamental refletir sobre esse mesmo processo tendo em consideração o aspecto tripartido dessa fronteira, sendo as comunidades originárias uma das componentes desse tripé, e atribuindo a elas a carga de autodeterminação e protagonismo que lhes cabe nesse contexto.

Contudo, ainda é preciso somar a esses aspectos de cunho mais político institucional o caráter “ao rés do chão” dos espaços limítrofes. A fronteira funciona como categoria de análise para essa região também pelo aspecto de cooperação e acomodação que enseja tanto entre poderes institucionais, quanto na escala reduzida da ação cotidiana dos sujeitos fronteiriços que tem nesse espaço um instrumento estratégico incontornável, de onde surge uma história que vai muito além daquela dos tratados de limites político-geográficos.

A fronteira como chave interpretativa, por tanto, só é passível de aplicabilidade desde que se considere simultaneamente suas dimensões institucionais e cotidianas através de seus aspectos (paradoxais) de início e fim de territórios; barreira e contato; linha e espaço.

REFERÊNCIAS

ALONSO ELOY, R.; et al. **La Oligarquía Oriental en la Cisplatina**. Montevideo: Pueblos Unidos, 1970.

BRETAS, M. L. O crime na historiografia brasileira: uma revisão na pesquisa recente. **BIB**, n. 32, p. 49, 2º sem. 1991.

CHIARAMONTE, J. C. El problema de los orígenes de los Estados hispanoamericanos en la historiografía reciente y el caso del Rio de la Plata. **Anos 90**, n. 1, maio 1993.

_____. **Nación y Estado en Iberoamérica**: el lenguaje político en tiempos de las independencias. Buenos Aires: Editorial Sudamericana. 1998.

CLEMENTI, H. La frontera en la América. Una clave interpretativa de la Historia Americana. Vol.1. pp.13-49. Buenos Aires: Leviatan, 1988.

FARINATTI, L. A. E. **Confins Meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). Santa Maria: editora da UFSM. 2010.

GARAVAGLIA, J. C. **Poder, conflicto y relaciones sociales**: el Rio de la Plata, XVIII – XIX. Rosário: Homo Sapiens Ediciones, 1999.

GUAZZELLI, C. A. B. Guerra do Paraguai: Estados Nacionais e regiões-províncias no espaço platino. In: **Anais do I Encontro de História Brasil-Paraguai**. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, abril de 2002, p. 299-351.

- _____. **Caudilhos e Montoneros de La Rioja:** sociedade e discurso (1862-1867). Dissertação de Mestrado – PPGH-UFRGS, Porto Alegre, 1990.
- _____. **O horizonte da Província:** A República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845). Porto Alegre, Linus, 2013.
- GUAZZELLI, C. A. B.; FIGUEIREDO, J. B. Os tratados diplomáticos da República Rio-Grandense (1838-1842). **Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, Mato Grosso, v. 5, n. 1, p. 102-132, 2004.
- MOLAS, R.; RODRIGUEZ, E. **Historia social del gaucho.** Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1982. 1ª edição de 1968.
- NEUMANN, E. A fronteira tripartida: a formação do continente do Rio Grande – século XVIII. pp.25-46. In: GRIJO, L. et.al (orgs.) **Capítulos de História do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2004.
- OSÓRIO, H. **Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino.** Porto Alegre: CPGH/UFRGS, 1990. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- _____. **O Império português no sul da América:** estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- SALA DE TOURÓN, L.; DE LA TORRE, N.; RODRÍGUEZ, J. C. **Artigas y su Revolución Agraria:** 1811-1820. México: Siglo XXI, 1978.
- SIVOLELLA, C. R. Los tratados de 1851: repercusiones inmediatas en Uruguay y en Brasil. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA (SBPH), **Anais da VI Reunião.** São Paulo, 1987.
- SOUZA, S. B. A fronteira do sul: trocas e núcleos urbanos – uma aproximação histórica. In: **Fronteiras no Mercosul.** Porto Alegre: UFRGS, 1994. p. 78-89.
- SOUZA, S. B.; PRADO, F. P. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX. In: GRIJÓ; GUAZZELLI; KÜHN; NEUMANN (org.). **Capítulos de História do Rio Grande do Sul:** texto e pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores:** a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases? In: **Tradición, revuelta y consciencia de clase.** 2. ed. Barcelona: Crítica, 1984.

TURNER, F. J. O significado da fronteira na História Americana. In: KNAUSS, P. (org.). **O Oeste Americano**: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América. Niterói: EdUFF, 2004.

VOLKMER, M. S. **“Onde começa ou termina o território pátrio”**: os estrategistas da fronteira: empresários uruguaios, política e a indústria do charque no extremo oeste do Rio Grande do Sul (Quaraí, 1893-1928). Dissertação de Mestrado – UNISINOS, São Leopoldo, 2007.

YOUNGER, J. Corredores de comércio e salas de justiça: lei, coerção e lealdade nas fronteiras do Rio da Prata. **Revista Aedos**, v. 1, n. 1, p. 290-311, 2008.

Fontes Primárias

Tratado de 12 de outubro de 1851. Tratado de Comercio e Navegación. In: **Tratados y Convenios Internacionales**: suscritos por Uruguai en el periodo mayo de 1830 a diciembre de 1870. República Oriental del Uruguai, Secretaria del Senado. Documentación y Antecedentes Legislativos. Montevideo, 1993. Tomo 1.

OLIVEIRA, J. C. **Actos diplomáticos do Brasil**. Brasília: Editora do Senado Federal, 1997. Tomo I.

UN PARQUE EN LA FRONTERA: EL ROL DEL PARQUE NACIONAL IGUAZÚ EN LA CONSTITUCIÓN DE LA FRONTERA INTERNACIONAL ENTRE ARGENTINA Y BRAZIL

*Brian Germán Ferreiro
Luz Irene Pyke*

INTRODUCCIÓN

El Parque Nacional Yellowstone creado en 1872 en los Estados Unidos, principalmente en el Estado de Wyoming y parte en los de Idaho y Montana, ha sido considerado el Primer Parque Nacional de Mundo. Más allá de las discusiones sobre parques públicos previos en otros países, Yellowstone fue el que estableció el modelo de parques que rápidamente se extendió mundialmente. En las siguientes décadas los parques nacionales se impusieron como el principal modelo de conservación de la espacios naturales a lo largo de todo el continente americano, como así también en Australia, Oceanía, Africa, Asia y Europa. El Parque Nacional Yellowstone se presenta, de este modo, como un aporte netamente americano al mundo. Desde su establecimiento, este parque se constituyó en un ícono de Estados Unidos. El escritor Wallace Stenger (*apud* JONES 2015, p.32), señaló que el Parque Nacional Yellowstone era “*la mejor idea que los estadounidenses hayan tenido. Absolutamente americana, absolutamente democrática*”. Este parque venía a simbolizar la conexión especial entre el pueblo norteamericano y su territorio así como el igualitarismo que reinaría en la nueva república (JONES, 2015).

En este artículo proponemos que el modelo de parques nacionales no responde a cierta excepcionalidad en el pensamiento naturalista -político norteamericano, sino que responde a la lógica en que los Estados modernos construyen su territorialidad. Los parque nacionales, sostenemos, se presentan como otra de las prácticas de territorialización propias de los procesos de constitución del Estado moderno en las Américas.

El objetivo del presente trabajo ha sido analizar el sentido que ha tenido la creación del Parque Nacional Iguazú en 1934 en el norte de la Argentina, en la constitución de las fronteras estatales frente al Brasil. Este parque nacional participó, sostenemos, tanto en la construcción

y consolidación de la frontera argentino-brasileña, como en la construcción de una naturaleza propia de la nación o, en otras palabras, en el proceso de naturalizar la nación.

En este artículo hemos analizado, a través del caso del Parque Nacional Iguazú en Argentina, cómo las políticas de creación de parques nacionales han formado parte de las prácticas de territorialidad de los Estados modernos, en tanto apropiación del espacio en el sentido físico y simbólico. En este marco, consideramos que los parques nacionales buscaron operar en dos sentidos, uno relativo a la posibilidad de apropiarse en forma efectiva de un espacio a través del desarrollo de actividades económicas ligadas al capitalismo propio de áreas periféricas, y otro ligado a la apropiación simbólica del espacio y la naturaleza, generando paisajes representativos de la identidad nacional, alejados de los centros urbanos y depositarios de lo pretendidamente auténtico de la nación.

A continuación, nuestro trabajo se desarrollará en dos partes. La primera estará abocada a la problematización de los conceptos de territorio y frontera en relación al proceso de constitución de los Estados nacionales modernos, y al rol de las áreas naturales protegidas y parques nacionales en el mismo. La segunda analizará el proceso de creación del Parque Nacional Iguazú, pasando revista a sus antecedentes principales, el contexto nacional e internacional en el que tuvo lugar dicha creación, y los aspectos sobresalientes de la primera gestión de Exequiel Bustillos al frente a de la flamante Dirección Nacional de Parques Nacionales.

Las fuentes de las que nos hemos servido para la realización del presente trabajo han sido diversas, tanto de carácter primario como bibliográfico. Entre las primeras se destacan fundamentalmente las memorias editadas de gobernadores del territorio nacional de Misiones y de ministerios nacionales, los mensajes presidenciales frente al congreso y la legislación relativa a los parques nacionales.

UNA NATURALEZA PARA LA NACIÓN

Hemos sostenido al inicio de este trabajo que la creación de parques nacionales podía entenderse como parte de las prácticas de territorialización de los Estados nacionales modernos, ya que permitían una apropiación tanto material del espacio como simbólica. En este sentido, a continuación se profundizará sobre las implicancias de la dimensión territorial de los Estados modernos, y sobre los supuestos y características del modelo de parques nacionales impulsado hacia fines del siglo XIX.

FRONTERA Y TERRITORIALIDAD EN LOS ESTADOS NACIONALES MODERNOS

El concepto de frontera se encuentra en el presente trabajo relacionado en forma intrínseca a la dimensión territorial del Estado moderno. La dimensión territorial como atributo constitutivo de los Estados modernos refiere fundamentalmente a la existencia de un espacio terrestre sobre el cual el Estado o sus instituciones ejercen su poder o dominio. Si bien otras formas de organización política alternativas o precedentes al Estado moderno también desarrollaron sus propias formas de territorialización del espacio, en tanto procesos de apropiación y transformación socioespacial, la territorialidad desarrollada por los Estados modernos guarda sus propias particularidades (JESSOP, 2016, p. 135).

En materia de política externa el principio de territorialidad del Estado moderno se relaciona fundamentalmente con la conformación de un sistema de Estados, cuyo origen se ubica comúnmente en el Tratado de Westfalia de 1648. Si bien el carácter fundante del “sistema westfaliano” ha sido discutido, se considera que el mismo expresa el origen de un sistema que ha implicado la sistemática división del poder político en una serie de territorios excluyentes controlados por Estados que mutuamente se reconocen y legitiman y que no están subordinados legalmente a la autoridad de ningún otro Estado (*Op. cit.*, p. 32). En este sentido, los principios territoriales westfalianos han sido el principal punto de referencia para las luchas políticas modernas y han ofrecido las bases para la división de los asuntos políticos entre una esfera doméstica y una internacional (*Op. cit.*, p. 32).

En materia de política doméstica, por su parte, la territorialidad del Estado moderno refiere a las distintas estrategias que el mismo despliega para controlar el universo de relaciones sociales que se desarrollan en él (*Op. cit.*, p. 125). En efecto, los Estados territoriales buscan la creación de un espacio homogéneo y unificado en el que las prácticas sociales, políticas, económicas o culturales puedan desarrollarse bajo su regulación (AGNEW; CORDBRIDGE, 2003, p. 94).

Si bien esta separación entre la política doméstica y la política internacional asociada al principio de territorialidad del Estado moderno ha sido cuestionada en las últimas décadas debido a los obstáculos que impone al momento de explicar un conjunto de fenómenos que no podrían contenerse dentro de los límites territoriales de los Estados (WALKER, 1993; AGNEW; CORBRIDGE, 2003; BIGO, 2006), a los fines propuestos para presente trabajo la

reflexión sobre la dimensión territorial de los Estados modernos resulta fundamental debido a la relación intrínseca que guarda con el concepto de frontera³⁶. En este sentido, como se ha mencionado, el principio de territorialidad para los Estados modernos implica la creación de espacios homogéneos y regulados sobre los espacios sobre los que ejercen soberanía sus instituciones políticas, mientras que por fuera de sus confines implica tanto el reconocimiento de la soberanía territorial de otro Estado y el establecimiento de relaciones más o menos reguladas con éste y sus instituciones políticas. Los espacios fronterizos constituyen una de las instancias de interacción entre la política doméstica y la externa entre los Estados nacionales.

El proceso de constitución del territorio argentino durante el siglo XIX ha tenido este mismo sentido que hemos señalado, ya que la frontera no sólo se ha asociado a confirmar un tipo de identidad nacional frente a otra que se supone diferente, sino que la misma se constituyó en un tema vital, en tanto elemento constituyente del propio Estado (LAURÍN; NÚÑEZ, 2013, p. 83-84). Su delimitación, ampliación o definición, no solo daba sentido a la territorialidad del Estado-nación, sino que además este proceso resultó central en la incorporación de las nuevas naciones al mercado mundial, en tanto reafirmar lo propio era disponer de su capacidad productiva en el contexto de un capitalismo más amplio. La percepción del concepto de frontera adquirió por entonces un sentido de línea o borde consustancial al cuerpo del Estado-nación, resultado de un desarrollo histórico que creaba una franja defensivo-ofensiva en la que se concentraban las fuerzas enfrentadas de cada Estado (*Op. cit.*, p. 85).

En el caso argentino particularmente, es preciso señalar que el territorio fue en efecto un elemento de peso en los procesos de construcción de una identidad nacional, ya que hacia

³⁶ R. B. J. Walker (1993), John Agnew y Stuart Corbridge (2003) y Didier Bigo (2006) han sido algunos de los principales autores que han advertido las implicancias de la territorialidad del Estado moderno como base de las miradas reificantes del mismo. Walker ha denunciado el peso de esta reificación de la ontología espacial del Estado moderno en la separación conceptual entre la política doméstica y la política internacional. Esta separación ha tenido además, según Walker, implicancias en el desarrollo de diferentes disciplinas científicas. Mientras que la teoría política se ha ocupado principalmente del estudio de la política dentro de los límites del Estado, las teorías de las relaciones internacionales se han ocupado de las relaciones entre Estados. Estas reflexiones fueron retomadas por John Agnew y Stuart Corbridge quienes han señalado tres “pre-supuestos geográficos” en torno al Estado que han llevado a las teorías sobre las relaciones internacionales hacia “la trampa territorial”: la cosificación del territorio de un estado como una unidad segura y fija de espacio; la separación conceptual de la política doméstica y la política externa; y la concepción del territorio de un Estado como existente antes de, y como contenedor de la misma sociedad. Por su parte, Didier Bigo ha indagado en los procesos de “diferenciación y des-diferenciación” de las funciones del Estado que se han considerado ligadas al orden político interno, relativas al ejercicio del monopolio legítimo de la violencia, y aquellas ligadas al orden externo o internacional, ligadas al mantenimiento de un aparato militar y cuerpos diplomáticos. En sus investigaciones sobre la conformación de burocracias transnacionales, Bigo ha señalado que ya no es posible “distinguir entre un orden interno que domina, gracias a la policía, a través del monopolio legítimo de la violencia, y un orden anárquico internacional que es mantenido por un equilibrio de poderes nacionales relativos a ejércitos y alianzas diplomáticas”.

fines del siglo XIX el país no contaba con suficientes elementos religiosos, étnicos o lingüísticos que lo individualizara frente a otras naciones³⁷. En este contexto, se terminaron sobredimensionando los rasgos territoriales en el proceso de definición de la nación, supliendo la ausencia de mayores criterios identitarios. Este proceso contribuyó además a crear la idea de que los países vecinos amenazaban el territorio argentino, justificándose con ello las políticas tendientes a reforzar la presencia del Estado en a lo largo de todo el territorio (BOHOSLAVKY, 2006; PYKE, 1997). Dentro de este modelo y concepción, los límites fronterizos señalaban la inclusión en el cuerpo político y en la identidad definida por el Estado. En otras palabras, eran las fronteras territoriales del Estado las que definían las fronteras nacionales. Se trataba de un proyecto de nación disponible para que quienes habitaran dentro de cierto territorio pero no necesariamente dentro de cierta cultura (BOHOSLAVKY, 2006)³⁸.

En este sentido las áreas naturales protegidas también constituyeron formas particulares de la presencia del Estado, definiendo, delimitando y visualizando los territorios. Las áreas naturales protegidas generan territorios estatales, donde se ponen de relieve determinadas formas de conceptualizar y gestionar los recursos naturales, los paisajes y las poblaciones humanas (VACCARA; BELTRAN, 2011). Es decir que las políticas de conservación intervienen y asumen altos niveles de control de territorios espacios. En tanto que políticas públicas dedicadas a la gestión de los recursos naturales, éstas son formas de cambio de jurisdicción y regímenes de uso del espacio. Las áreas naturales protegidas hacen explícitos, materializan y abren a discusión la interacción entre política y ecología.

Las áreas naturales protegidas emergieron de las formas en que los Estados nacionales construyen sus territorios, por tanto no sólo son formas de gubernamentalizar los territorios, sino también, de darle impronta física al espacio de gobierno (SCOTT, 1998). Desde la

³⁷ A fines del siglo XIX, la sociedad argentina no contaba con los siguientes recursos individualizadores o nacionalizadores: a) un perfil marcadamente católico; b) una lengua particular (el castellano se hablaba desde Tierra del Fuego hasta el río Bravo); c) una historia pre-colonial o descendencia de alguna gran civilización o “nación indígena”; y d) un discurso étnico sobre una supuesta argentinidad (BOHOSLAVSKY, 2006).

³⁸ Los principios vinculantes entre los individuos fueron otro de los aspectos sobre los cuales el principio territorial adquirió preponderancia durante el proceso de constitución de los Estados modernos. Los vínculos establecidos sobre otros principios como el parentesco o consanguinidad, *jus sanguinis*, fueron reemplazados por el principio de *jus loci*, es decir sobre el principio de pertenencia a un mismo territorio (BOURDIEU, 2014, p. 223, 224). La pertenencia a un territorio progresivamente demarcó los límites de inclusión y exclusión dentro de los cuales los individuos podían formar parte de una comunidad política.

perspectiva de Scott (1998), los Estados modernos basan su accionar en hacer legibles y objetivos los territorios y las poblaciones.

La territorialidad desarrollada por los Estados modernos guarda, hemos sostenido, sus propias particularidades. Si es cierto que, como afirma Jessop (2016, p. 125, 131), la territorialización del poder político es uno de los aspectos principales que definen a los Estados modernos, y que como tal es una práctica que implica la apropiación social de un espacio a través de – entre otras cosas – continuos procesos de reorganización de límites y fronteras políticas, nos hemos preguntado si la creación de parques nacionales puede ser considerada como otra de las formas de territorialización estatal en espacios de frontera internacional cuyas implicancias alcanzan desde cuestiones relativas a la política doméstica de los Estados, como el desarrollo socioeconómico del territorio y las representaciones simbólicas de la nación, hasta cuestiones relativas a la política externa, como la ocupación efectiva de espacios lindantes con los estados vecinos de Paraguay y Brasil. Para responder a este interrogante, hemos indagado en algunos aspectos relativos al proceso de creación del Parque Nacional Iguazú en tanto proceso de territorialización del Estado nacional argentino en la frontera argentino-brasileña.

EL CONSERVACIONISMO NORTEAMERICANO Y EL MODELO DE PARQUES NACIONALES

Tras la Guerra del Paraguay comenzaron a establecerse los límites territoriales entre Argentina, Brasil y Paraguay. Posteriormente, tras el fallo Cleveland de 1895 que puso fin a los litigios territoriales entre Argentina y Brasil, se hizo necesario para el Estado argentino hacer efectiva su presencia en la región noreste del país, en particular en el territorio que constituye actualmente la Provincia de Misiones. La creación de un parque en el área en el que se encuentran las Cataratas del río Iguazú hacía posible imaginar zonas neutrales, dedicadas al culto de la naturaleza (SCARZANELLA, 2002)³⁹. Aquí confluirían dos elementos claves, por un lado la valoración del paisaje, y por otro lado la idea de colonización y “progreso”.

³⁹ Scarzanella (2002, p. 8) propone que los primeros parques nacionales argentinos fueron pensados, entre otras cosas, como zonas neutrales, donde “*los únicos uniformes debían ser los de los guardaparques*”. En particular lo analiza para el caso de la frontera argentino-chilena, donde en 1914, en el Puente del Inca (Mendoza) a 1200 metros de altura, se inauguró la estatua del Cristo Redentor que debía sellar una relación armónica entre ambas naciones.

A principios del siglo XX, en este marco, el modelo de Parques Nacionales se presentaba mundialmente como el más efectivo tanto para la preservación de los recursos naturales, como para hacer efectiva la presencia de los Estados Nacionales en territorios fronterizos de incorporación tardía. El modelo de Parques Nacionales vino acompañado por la promoción del desarrollo de regiones marginales a través del turismo, actividad que por entonces se encontraba en franca difusión entre las clases altas urbanas.

El origen del conservacionismo puede encontrarse en el siglo XIX en forma paralela en Gran Bretaña y los Estados Unidos, aunque fue en éste último donde la noción de preservación de la vida salvaje (*wilderness*) consiguió establecerse con más fuerza (LITTLE, 2003; DIEGUES, 1996, 2000). En los Estados Unidos, tomó claras dimensiones territoriales con el establecimiento de áreas protegidas. Las primeras áreas naturales protegidas fueron las de Yosemite Valley y Mariposa Grove, en California, creadas en 1864. En 1872, en el Estado de Wyoming se crea el Parque Nacional Yellowstone, hecho que es reconocido por el conservacionismo mundial como fundacional, no sólo por ser el primer Parque Nacional del mundo, sino sobre todo por haber establecido el modelo en que se basaría la conservación y las características de los Parques que se crearían a partir de entonces.

La corriente preservacionista de fines del siglo XIX, que sirvió de ideología para el movimiento conservacionista norteamericano, consideraba a los Parques Nacionales como la principal alternativa para salvar porciones de naturaleza de los efectos destructivos del desarrollo urbano e industrial (DIEGUES, 1996). Esta corriente surgió como reacción a la expansión del capitalismo hacia finales del siglo XIX, en tanto fuerza que transformaba los territorios naturales en campos para cultivos y ganadería, y desarrollaba velozmente las ciudades e industrias, con la consecuente contaminación de cursos de agua, suelos y aire. Entonces se comenzó a considerar que la mejor forma de conservar la naturaleza aún virgen sería separándola de la intervención humana. De manera que, en cierto punto, este modelo implicaba una actitud de derrota en la concepción de que la naturaleza estaba destinada a perderse debido a la acción humana y sólo podían salvarse pequeñas porciones. En esta perspectiva cualquier intervención humana en la naturaleza se consideraba intrínsecamente negativa a la conservación, y se presentaba como un principio universal que el mundo salvaje sólo podía ser protegido al apartarse de la convivencia humana (BROCKINGTON, 2008).

El modelo conservacionista norteamericano se expandió rápidamente por el mundo reproduciendo la dicotomía entre “sociedad” y “parques”. En los países del tercer mundo, esta

ideología tuvo efectos devastadores sobre las “poblaciones tradicionales” de extractivistas, pescadores, aborígenes, cuya relación con la naturaleza era diferente a la de los primeros ideólogos de los Parques norteamericanos (DIEGUES, 2002, p. 37). La noción de parques nacionales se originó bajo el objetivo de conservar áreas "naturales" frente al avance de la sociedad urbano-industrial, con una actitud salvacionista que consideraba que los espacios naturales debían ser protegidos antes de que ser transformados por las actividades agrícolas e industriales. En este modelo las reservas naturales estrictas constituyen la forma privilegiada de proteger porciones de la naturaleza, ya sea por su belleza, biodiversidad, o servicios ambientales, de los efectos de la actividad industrial, minera, agrícola, etc., desarrollada por los humanos.

LA CREACIÓN DEL PARQUE NACIONAL IGUAZÚ

La creación en 1934 de la Dirección General de Parques Nacionales y de los parques de Iguazú, en el territorio de Misiones, y Nahuel Huapi en el de Neuquén, tuvo lugar en un contexto internacional signado por la crisis financiera de 1929 y por la contienda bélica entre Bolivia y Paraguay. No obstante, los proyectos para la creación de parques nacionales en la Argentina comenzaron a plantearse hacia finales del siglo XIX y se formularon a comienzos del siglo XX. Durante las tres décadas que mediaron desde la formulación de los primeros proyectos hasta la creación de los parques nacionales, el Estado nacional argentino dio una serie de pasos en el área donde posteriormente se creó el Parque Nacional Iguazú, que constituyen los antecedentes fundamentales que permitieron el posterior éxito del proyecto en 1934.

A continuación se analizarán los procesos que antecedieron a la creación del Parque Nacional Iguazú durante las primeras décadas del siglo XX, se abordarán tanto la política doméstica como internacional de la Argentina durante la década 1930 en tanto marco en el que tiene lugar la creación, y se expondrán las características principales de la impronta otorgada a los parques nacionales durante la gestión de Exequiel Bustillo en la flamante Dirección de Parques Nacionales.

DE LOS PRIMEROS PROYECTOS A LA CREACIÓN: ANTECEDENTES INMEDIATOS DEL PARQUE NACIONAL IGUAZÚ

El extremo nordeste del país, en la frontera argentino-brasileña, durante el período de más de tres décadas en que el proyecto del Parque Nacional Iguazú se fue gestando, se

desarrollaron múltiples políticas tendientes a fomentar la colonización, a incrementar la presencia del Estado nacional y a impulsar el turismo.

Este período se inició tras el fallo Cleveland de 1895, que puso fin a los ligios territoriales entre Argentina y Brasil. En 1896 comenzaron las primeras las visitas de viajeros, excursionistas, expedicionarios, aventureros a las Cataratas del Iguazú, cuando el director de la Colonia Militar de Foz do Iguazú, abrió una picada de unos 12 km destinada a los obrajes de la zona, que fue usada por viajeros, excursionistas, expedicionarios y aventureros para llegar a los saltos brasileños (ZIMAN; SHCERER, 1976).

La creación del Parque Nacional Iguazú estuvo fuertemente vinculada a la definición de límites con el Brasil. Tras el Fallo Cleveland de 1895, el Ministerio de Agricultura de la Nación envió al Territorio de Misiones una expedición a cargo del naturalista Carlos Burmeister, con el objetivo de investigar la explotación de la yerba mate en la frontera noreste argentina. En ese recorrido por la región superior del río Paraná, en las inmediaciones de las Cataratas del Iguazú, Burmeister halló del lado brasileño un tablero clavado en un árbol corpulento, que denominaba a ese lugar “Parque Nacional” con la fecha “Março 1897”, y más abajo el nombre del Capitán del Ejército brasileño “Edimundo Barros”. En su informe, en referencia a aquel cartel, Burmeister (1899, p. 22) anticipó que el Brasil “*pretendía que se reservara una zona de terreno en los alrededores del salto para Parque Nacional, como el de los Estados Unidos de Norte América*”. Aquí encontramos la primera referencia a ideas de conservación en la región, señalada por un funcionario nacional argentino. Si bien la referencia se presenta para el territorio brasileño, muestra que también allí se gestaba la idea de establecer en frontera internacional un área de presencia efectiva del Estado-nacional ligada a la puesta en valor el paisaje natural.

La necesidad de demarcar el territorio y que las Cataratas del Iguazú sean un hito natural de la Argentina, también se presentó en el marco de una expedición científica alemana que buscaba explorar tierras para instalar colonias de inmigrantes de esa nacionalidad a fines del siglo XIX. Esta expedición se realizó en un barco de la Marina de Guerra Argentina, pero fue financiada por José G. Lezama, propietario de las tierras donde se pretendía instalar las colonias, entre el río Iguazú y el arroyo Urugaí (estas tierras contaban con una extensión de 608.000 has., es decir, cerca del 20% del Territorio de Misionero. Según Ziman (1976, p.292), cuando el capitán de la expedición, Carlos Bosetti (quien luego sería reconocido como pionero de la selva misionera), llegó a las Cataratas del Iguazú, mandó a pintar en dos chapas

con los colores de la bandera argentina, celeste, blanca y celeste, unidas en un asta de hierro, que fueron colocadas entre los saltos. Así una comisión científica que planificaba la colonización europea de la región, acompañada por fuerzas navales nacionales, elegía demarcar simbólicamente la frontera internacional en el lugar de naturaleza imponente, marcando la conquista con una bandera.

Entre las primeras autoridades del Territorio de Misiones que repararon en la necesidad de impulsar tanto la preservación como el turismo en la zona de las Cataratas del Iguazú, se encuentra el Gobernador Juan José Lanusse. El mandato de Lanusse se extendió por casi una década, desde 1896 hasta 1905, a través de la cual llevó adelante otras políticas públicas exitosas entre las que se destacó el proceso de colonización de la Colonia Agrícola Apóstoles iniciado en 1897, que ya se ha mencionado.

En 1898, tres años después del fallo Cleveland a favor de Brasil, Lanusse realizó una visita al área de las cataratas cuando por entonces el viaje desde Posadas a Iguazú llevaba cuatro días en barco. Allí el Gobernador observó que las tierras del lado argentino estaban siendo repartidas entre obrajes que explotaban la madera y la yerba sin ningún control oficial, y comprobó que en la frontera brasileña, del otro lado del río Iguazú, ya existía la Colonia Militar Foz de Iguazú.

A su regreso, Lanusse inició gestiones ante el gobierno nacional para desarrollar y preservar la región. Una de las estrategias pensadas fue la de promover el turismo, para lo cual se debía conseguir la conservación del entorno de las cataratas ante la acelerada explotación de los montes nativos. Otra de las estrategias fue la de radicar población en la frontera, y efectivizar la presencia del Estado en la región a través de un destacamento militar. De manera que ya por entonces existía un vínculo entre ambiente y nación, vínculo que llega hasta el presente aunque estableciendo relaciones con nuevos actores. Por entonces se consideraba que en el territorio misionero, tanto la naturaleza como la soberanía estaban amenazados, o por la codicia de los obrajes, o por los países vecinos.

A partir de estas gestiones, el Ministerio del Interior y la Gobernación del territorio nacional de Misiones encargaron la elaboración de un proyecto de parque al paisajista francés Carlos Thays, quien estaba radicado en la Argentina donde había impulsado varios de los principales parques y paseos del país, llegando a fundar y dirigir el Jardín Botánico de Buenos Aires.

En 1902 Thays, en un artículo en la Revista *Caras y Caretas*, recomendó la protección del sitio como parque nacional, adelantándose por unos meses a la donación de tierras que hace el

Perito Moreno para crear el Parque Nacional del Sur (luego Nahuel Huapi). En aquel artículo Thays refirió a la necesidad de instalar un hotel y casino como base para los servicios turísticos en el área (*apud* CHEBEZ, 2003). El proyecto formal se presentó casi una década más tarde, y además del parque nacional se preveía destinar 1.000 hectáreas para asentar la planta urbana de la localidad de Iguazú, y una colonia militar de 1.500 hectáreas, copiando el modelo brasileño.

Por su parte, el Gobernador Lanusse procuró impulsar el turismo en las Cataratas del Iguazú y el desarrollo de obras en la región, a través de gestiones que buscaron incentivar y combinar tanto la inversión pública como privada, logrando incrementar las visitas al lugar. Según el relato de un viajero de 1900, no pasaba una semana sin que alguna expedición llegase por la región de las cataratas (FORTUNATO, 2010, p. 111). Por otra parte, la Compañía Argentina de Navegación Limitada, realizó en 1901 la primera excursión turística a las Cataratas del Iguazú.

A principios del siglo XX el impulso al turismo hacia las cataratas era veloz, lo cual se debió a acciones de particulares apoyados por el Estado. En 1901 Victoria Aguirre, una mujer de la aristocracia porteña, donó 5.000 pesos fuertes para construcción de un camino de acceso a los saltos. A lo que se sumó luego el aporte de 15.000 pesos fuertes donados por los empresarios Nuñez y Gibaja para realizar el camino desde Puerto Iguazú hacia las cataratas. Estos últimos instalaron posteriormente un hotel en el área. El Estado nacional, por su parte, aportó la mano de obra para la construcción de camino, enviando a trabajar en él a soldados del batallón de infantería de Posadas (ZIMAN; SCHERER 1976, p. 293).

En el año 1902, se iniciaron otras acciones favorables al desarrollo turístico regional. Por un lado, uno de los integrantes de la expedición científica alemana, el Capitán Hummel, organizó la “Primera Excursión de Turistas al Iguazú”. Por otro lado, en el área de las cataratas un inmigrante danés, de apellido Hansen, construyó el primer precario Hotel Cataratas, hecho de madera, mientras que el comisario local, Arrechea levantó en el pueblo un hotel-restaurante-negocio (*op. cit.*, p. 293).

Las gestiones de Lanusse generaron un impacto que fue reconocido posteriormente por sus sucesores. En 1907, el Gobernador del territorio Manuel A. Bermúdez (1905-1908) manifestaba en relación a los avances en la conservación de “bellezas naturales” que mucho se debía a la “iniciativa y entusiasmo” de su antecesor Lanusse, “*en el sentido de hacer conocer esa maravilla y de facilitar a los turistas el acceso a las Cataratas*”. Por ello, el Gobernador recomendaba que el gobierno nacional retomara los proyectos a Thays,

realizando inversiones para un acceso seguro a la Cataratas, el embellecimiento del lugar, y la expropiación de las tierras lindantes. A ellas para la creación de un parque nacional tomando el modelo norteamericano de las Cataratas del Niágara (BERMÚDEZ, 1907, p. 40-42).

En la primera década del siglo XX la idea de “progreso” aparece plasmada en la visión del Gobernador Bermúdez. Éste reclamaba al gobierno nacional obras de infraestructura, como caminos y puentes, dirigidas al “progreso” del territorio y el “bienestar de la población”. En la visión de Bermúdez se hace explícita la idea de que el “progreso” del norte de Misiones debía estar ligado al turismo. Para este Gobernador las cataratas serían *“el punto de atracción para millares de turistas y hombres de estudio que quieran contemplar ese cuadro de estupenda grandeza”*. Incluso agregaba que, si bien el Gobernador Lanusse tuvo varias iniciativas para hacer conocer a las cataratas, el Estado no había tenido un rol activo para incentivar el turismo, afirmando que *“todo lo hecho se debió únicamente a la acción particular, sin que el gobierno hubiera aportado en forma alguna su concurso para esa tarea de divulgación de tan incomparable espectáculo”* (ibidem).

En este sentido, Bermúdez planteó al Ejecutivo Nacional, la necesidad de obras para facilitar a los turistas la movilidad y acceso a los saltos más importantes (idem, ibidem):

Es indispensable que el gobierno se preocupe de facilitar la contemplación de este cuadro. La generalidad de los turistas no conocen las cataratas en su verdadera magnitud y grandeza. Las ven de lejos, formándose idea incompleta y a veces hasta absurda de su importancia. Es que el acceso a la catarata central (salto que actualmente se conoce como Garganta del Diablo), que es la parte más imponente, no se puede hacer por hoy sino a costa de penurias y peligros. Entonces sería necesario buscar la manera de acerca a todos hacia ese punto, mediante una obra de arte que sería proyectada y estudiada científicamente.

Entre los reclamos que Bermúdez plantea al gobierno nacional se destacan el envío de una partida para realizar los estudios para obras de vialidad hacia las cataratas. Además solicitaba una partida mensual para obras de embellecimiento del paraje (Puerto Iguazú), retomando los proyectos previamente encargados a Carlos Thays. Contando con estas obras el Gobernador consideraba que *“lo demás vendría solo por iniciativa particular”*, expresando la idea de un Estado como agente creador de condiciones básicas para el desarrollo, generando el escenario donde la iniciativa particular pudiese actuar.

Resulta interesante que la conservación de la naturaleza y la industrialización, no aparecen como contrapuestos en los proyectos para la región noroeste de Misiones. La sanción de Ley Nacional N° 6712 de 1909, que incluyó a Misiones en la Ley Nacional de Fomento de

los Territorios Nacionales N° 5559, otorgó un nuevo impulso al desarrollo del Territorio de Misiones y al proyecto de parque nacional en la zona de las Cataratas del Iguazú. Esta ley declaró de utilidad pública al área de las cataratas, promoviendo el mejoramiento de las condiciones de accesibilidad y comunicación del territorio.

Entre otras cosas, la misma establecía la construcción de una línea férrea que conecte la frontera argentino-brasileña con el resto del país, el estudio de formas de facilitar la navegación por el Alto Paraná, y el establecimiento de nuevas líneas de comunicación telegráfica. Específicamente, el artículo 5° autorizaba el Poder Ejecutivo a adquirir, por compra, permuta o expropiación tierras en el ángulo formado por los ríos Iguazú y Paraná, para que sea de utilidad pública, mientras que el artículo 6° establecía que estas tierras fueran reservadas para

un gran parque nacional y obras e embellecimiento en las inmediaciones del gran Salto y acceso a las cataratas; la fundación de una colonia militar; a usinas cuyas instalaciones sean convenientes en el futuro para el aprovechamiento industrial de las fuerzas que las caídas de aguas proporcionan.

En este sentido, la Ley Nacional N° 6712 de 1909 fortaleció el rol colonizador y de desarrollo ligado al turismo que tendrían las cataratas, y el fomento a la ocupación de estas áreas fronterizas y marginales continuó formando parte de la agenda de gobierno del Estado durante las décadas de 1910 y 1920. En esta líneas, en 1913 el Estado nacional autorizó, en el área de las Cataratas del Iguazú, la construcción de instalaciones destinadas a la Ayudantía de la Subprefectura, la Estación Radiotelefónica, la Escuela Primaria N°4, y una comisaría de Policía en el área. De manera paralela, el gobierno de Brasil declaró a las cataratas como “área de utilidad pública” en 1916.

A pesar de las leyes sancionadas, durante la década de 1910 todavía no se habían concretado obras fundamentales para el desarrollo de las cataratas. No obstante, el ascenso a la Gobernación de la figura de Héctor Barreyro permitió la llegada de un conjunto de inversiones tanto públicas como privadas, que le dieron a las cataratas un nuevo impulso a las perspectivas de conservación y turismo. Héctor Barreyro representó la aparición de un estilo de liderazgo novedoso, ejerció como Gobernador durante más de diez años y se convirtió en una figura de gran centralidad para la vida política de Misiones en el período. Su primer mandato se extendió

desde 1917 hasta 1920, año en que éste caducó, iniciando su segundo mandato en el cargo dos años después, tras lo que extendió sus funciones hasta 1930, cuando renunció al mismo⁴⁰.

La originalidad de Barreyro fue la de haber sido el primer Gobernador que realizó, antes de su designación, una carrera política desde el municipio de Posadas referenciándose dentro de un partido político de orden nacional, la Unión Cívica Nacional, que ejerció el gobierno nacional de forma continua desde 1916 hasta 1930. Mientras los gobernadores previos no sólo eran impuestos por el gobierno central, sino que no tenían vínculos previos con la comunidad local, Barreyro expresaba el ascenso a la Gobernación de un hombre arraigado en el Territorio de Misiones, que contaba con una carrera política previa en el Concejo Municipal de Posadas, coronada por su nombramiento como Gobernador, lo que lo acercaba a la figura de un líder político, similar a la de un caudillo (ÁLVAREZ, 1994; PYKE, 2014).

Si bien hacia 1919, el Gobernador Barreyro aún solicitaba del gobierno nacional fondos para creación de la Ayudantía de Puerto Aguirre, la construcción de escaleras para que los viajeros pudieran “desembarcar cómodamente de los vapores y subir las barrancas” desde el puerto hacia Aguirre, y el arreglo y conservación del camino de acceso a las cataratas, durante la década de 1920 se inició un plan de mejoras para la infraestructura del área (BARREYRO, 1919, p. 111). A través del mismo se convirtió a la rudimentaria picada Aguirre, de acceso a los saltos, en un camino por donde podían transitar automóviles. Y luego, se concretó la construcción de un hotel en el área de cataratas. El hotel fue inaugurado en 1922, y contaba con 40 habitaciones, un bar, comedor y una sala de juegos. Además, para mejorar las facilidades turísticas se construyeron caminos de acceso a vistas de los saltos inferiores (por entonces se construyó el Paseo Morales, actual circuito inferior), y un camino hasta el salto mayor, la Garganta del Diablo.

LA POLÍTICA DOMÉSTICA Y LA POLÍTICA INTERNACIONAL HACIA LA DÉCADA DE 1930 EN LA ARGENTINA

La Dirección de Parques Nacionales, junto con los parques nacionales de Iguazú, en el territorio nacional de Misiones, y Nahuel Huapi del de Neuquén fueron creados, como ya se dicho, en 1934. Entre los elementos comunes que pueden señalarse entre los parques de Iguazú

⁴⁰ Según el artículo 6° de la ley 1.532/1884, los gobernadores duraban tres años en el ejercicio de sus funciones, pudiendo ser reelecto.

y Nahuel Huapi, se encuentran el carácter de frontera internacional de los espacios en los que se asentaron, el hecho de los mismos hayan sido de incorporación tardía al Estado nacional y que ambos se encontraban bajo el sistema político-administrativo de territorio nacional que dependía en forma directa del poder central⁴¹. No obstante, el proceso de creación de estos parques nacionales durante la década de 1930 respondió a factores tanto de política doméstica como a factores de política externa.

La década de 1930 se inició en la Argentina con el golpe de Estado encabezado por el Gral. José Félix Uriburu que derrocó al entonces Presidente Hipólito Yrigoyen. El golpe de 1930 puso fin al primer ciclo de gobiernos radicales (1916-1930), iniciando una nueva etapa que se ha interpretado desde lo político como la clausura de la experiencia democrática, mientras que desde lo económico habría significado el fin de la expansión agro-ganadera dependiente de la demanda del mercado mundial, debido a la crisis internacional de 1929 (MACOR, 2012; BÉJAR, 2005).

Entre las transformaciones más significativas del periodo abierto entonces, señaladas por los investigadores, se encuentra la pérdida de relevancia de la producción agro-ganadera en el comercio mundial que le impuso al nuevo gobierno la definición de un nuevo patrón de desarrollo basado en la progresiva sustitución de las importaciones industriales, la diversificación productiva y en el desarrollo del consumo en el mercado interno (NOVARO, 2006; BALLENT; GORELIK, 2001).

El éxito de este nuevo patrón de desarrollo necesitó para su funcionamiento, además de la legitimidad política, de una capacidad inversora estatal, que logró entre otras cosas una radical transformación del territorio nacional (NOVARO, 2006; BALLENT; GORELIK, 2001). Como ha señalado Gorelik (2003, p. 20), si hacia fines del siglo XIX los desafíos fundamentales de las elites políticas argentinas tenían que ver con la construcción de los Estados, y a través de estos de las naciones y las nacionalidades, hacia la década de 1930 la reestructuración del sistema económico internacional impuso la necesidad de conformar sistemas económicos nacionales integrados en los que las redes de caminos y aviación exponían el interés estatal en desplegar tramas nacionales más extensas y complejas.

⁴¹ En un artículo anterior (FERRERO; PYKE, 2016) hemos profundizado sobre los aspectos de la política de creación de Parques Nacionales iniciada por el Estado nacional a comienzos del siglo XX relacionados no sólo a la conservación de espacios naturales sobresalientes (como lagos, bosques o cataratas), sino también a la consolidación de la presencia del Estado nacional sobre territorios de incorporación tardía al mismo, cuyos límites internacionales eran de reciente definición, y donde contaba con una débil capacidad de regulación sobre las actividades productivas.

La construcción de caminos fue, en este marco, un sector de la obra pública clave durante el período, que se presentaba como una afirmación de la nacionalidad frente al sistema ferroviario con centro en el puerto de Buenos Aires⁴². El crecimiento de la red de caminos tuvo como correlato el crecimiento de la presencia de Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF) en todo el territorio nacional, que se presentaba como una empresa modernizadora capaz de conectar las zonas más alejadas del país. Esta nueva integración del territorio nacional asociada a la expansión de la red de caminos y del uso de automóvil como medio de transporte fue lo que permitió el posterior impulso del turismo que comenzó a masificarse en la década (BALLENT; GORELIK, 2001).

En este contexto, la creación de la Dirección de Parques Nacionales dirigida por Exequiel Bustillos, y de los Parques Nacionales de Iguazú en el territorio de Misiones y de Nahuel Huapi en el de Neuquén, bajo el lema “Conocer la patria es un deber”, respondía al objetivo de política doméstica de construir grandes enclaves modernizadores. La construcción de caminos, el desarrollo del transporte, la hotelería y el turismo coincidían con el objetivo de “nacionalizar” las zonas fronterizas más alejadas del país en un sentido estratégico (*Op. cit.*, p. 2001).

Dejando de lado los factores de política doméstica que impulsaron la creación de los parques nacionales en zonas de frontera internacional, es preciso destacar que el contexto internacional en América Latina durante la década de 1930 se encontraba signado por el desarrollo de la Guerra del Chaco (1932-1935). Si bien escapa a los objetivos de este trabajo un análisis sobre las causas de la guerra, la misma expresaba el desenlace por vía militar de una larga disputa territorial entre Paraguay y Bolivia. En este sentido, el objetivo de desarrollar un modelo económico más autárquico y por lo tanto menos sensible a las fluctuaciones del comercio internacional, no sólo coincidía con la necesidad de ampliar la integración del territorio nacional particularmente en las zonas más lejanas, sino también con la de efectivizar la apropiación simbólica y el desarrollo económico de territorios de frontera internacional en un contexto en que las disputas territoriales habían desencadenado una contienda militar entre Estados latinoamericanos vecinos.

En este sentido, es preciso señalar que las elites políticas de Argentina y Brasil buscaron, durante el período, acercar posiciones y despejar cualquier posibilidad de agresión entre ambos países. Ejemplo de ello fue la visita del Presidente Agustín P. Justo al Brasil en 1933 por

⁴² Ballent y Gorelik (2001, p.159) señalan que en 1932 el país disponía de 2.000 km de caminos carreteros, mientras que en 1944 esta red contaba con cerca de 60.000 km.

invitación expresa del Presidente brasileño Getúlio Vargas, en la que ambos países firmaron un Pacto Antibélico y un conjunto de Tratados de Comercio (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO, 1934, p. 267-339).

Dicho Pacto Antibélico decía fundarse, entre otras cosas, en una condena a las “*guerras de agresión y adquisiciones territoriales que sean obtenidas mediante la conquista por la fuerza de las armas*” y sostenía en su artículo II que ambas partes declaraban que “las cuestiones territoriales” no debían resolverse “por la violencia” y que no reconocerían “arreglos territoriales” que no se hayan obtenido por “medios pacíficos” (*op. cit.* p. 331-332).

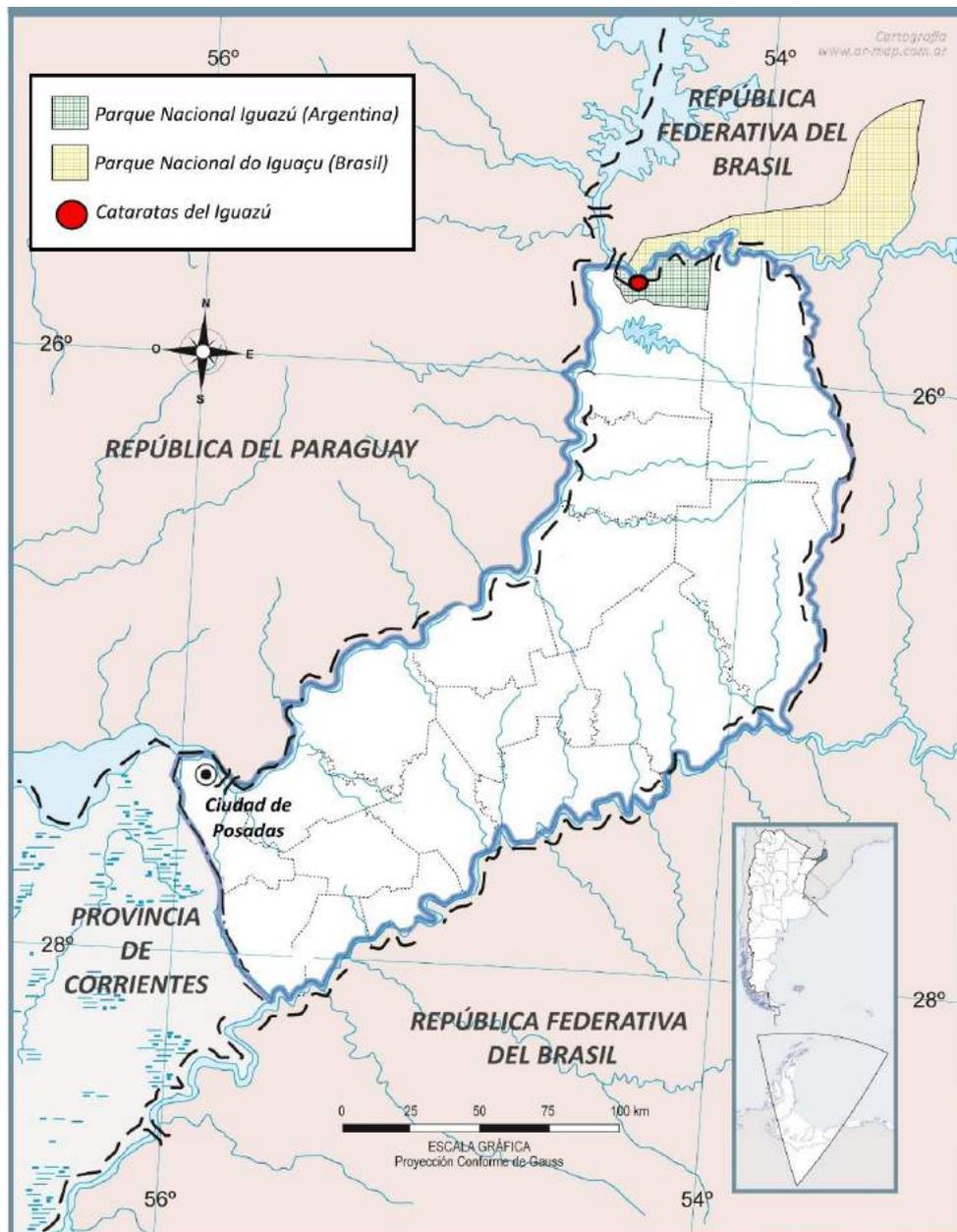
En este contexto, no resulta extraño que tras la creación del Parque Nacional Iguazú en 1934, el Brasil haya creado el Parque Nacional do Iguazu del otro lado del río Iguazú en el Estado de Paraná en Brasil en 1939. La creación casi contemporánea de ambos parques nacionales sobre las márgenes del río Iguazú, con el mismo objetivo de explotar el paisaje de las Cataratas del Iguazú, separados únicamente por los límites establecidos en los Estados nacionales de Argentina y Brasil, habla de la intención de establecer relaciones cordiales entre ambos países aunque sin resignar la potestad de apropiarse física y simbólicamente de sus respectivos territorios en las zonas fronterizas y marginales de ambos.

LA PRIMER GESTIÓN DE EXEQUIEL BUSTILLOS: DESARROLLO Y SOBERANÍA

El Parque Nacional Iguazú fue creado formalmente en 1934 por Ley Nacional N° 12103, cuando el turismo en el área era permanente y el pueblo de Puerto Iguazú estaba en veloz crecimiento (Mapa I). Conjuntamente, por la misma ley se crearon la Dirección de Parques Nacionales y el Parque Nacional Nahuel Huapi. Esta nueva Dirección de Parques Nacionales se creó bajo la dependencia del Ministerio de Agricultura el cual, como todos los ministerios nacionales, podía actuar en forma directa sobre los territorios nacionales a través de sus diversas oficinas, sin caer en las intermediaciones de las autoridades locales, debido al sistema político-administrativo de los mismos⁴³.

⁴³ Los territorios nacionales aquellos espacios que habían sido incorporados al Estado nacional a partir de la década de 1870 y que se enmarcaban en lo contemplado por el Art. 67, Inc. 14 de la Constitución Nacional de 1862, por quedar “fuera de los límites que se asignaren a las provincias”. En el caso del Nordeste (Chaco, Formosa y Misiones), se trataba de territorios incorporados al término de la Guerra del Paraguay (1865-1870), mientras que en el Sur, se trataba de territorios incorporados tras la campaña de conquista del Gral. Julio Argentino Roca en 1879, como Ministro de Guerra (RUFFINI, 2007; BANDIERI, 2006). En el sistema político-administrativo de los territorios nacionales la autoridad máxima estaba representada por la figura del Gobernador, quien era designado por el Poder Ejecutivo de la Nación con acuerdo del Senado, pero que debía responder en forma directa ante el

Mapa I. Parques nacionales en la frontera argentino-brasileña de la Provincia de Misiones.



Fuente: Elaboración propia sobre la base de Educ.ar

Ministerio del Interior de la Nación. Subordinados a la autoridad del Gobernador, se encontraban el Juez Letrado y el Jefe de Policía. Finalmente, en los ámbitos locales, se ubicaban los Jueces de Paz y los Concejales Municipales. Esta estructura político-administrativa que fue pensada y diseñada al presentarse el proyecto de Ley Orgánica de Territorios Nacionales, tuvo entre sus objetivos políticos fundamentales, el conformar una estructura política dependiente del Estado nacional, que generase gobiernos territoriales de baja autonomía, que se diferenciaban de las estructuras de los gobiernos provinciales. Por ello, todas las autoridades territoriales eran designadas por el gobierno central, y los habitantes de los territorios no contaban con derecho al sufragio, más que para los Consejos Municipales y Jueces de Paz de localidades con más de mil habitantes (RUFFINI, 2007).

La ley establecía que se podrían proponer como parques nacionales “*aquellas porciones del territorio nacional que por su extraordinaria belleza o en razones de algún interés científico determinado, sean consideradas designas de ser conservada para uso y goces de la población de la República Argentina*”. Además, instaba a la implementación de los medios necesarios para “*la conservación de los parques y su embellecimiento, el estímulo de las investigaciones científicas e históricas, la organización y fomento del turismo, la exploración y explotación minera*”. Por otra parte, la ley también planteaba la necesidad de reglamentar y fiscalizar las explotaciones forestales, industriales, construcciones, regímenes de las aguas, y de las propiedades privadas situadas en los parques nacionales.

En esta ley se hacía explícito que los parques nacionales debían promover el desarrollo a partir de obras de infraestructura que promuevan la inversión turística privada. El artículo 16° establecía como uno de los deberes de la Dirección de Parques Nacionales, “el promover el progreso y desarrollo de los parques mediante la construcción de caminos, puentes escuelas, líneas telegráficas y telefónicas, muelles, puertos, obras sanitarias, etc.”, como así también otorgar las concesiones de hoteles y otras instalaciones. Además se consideraba parte de sus atribuciones la ejecución de censos de población, movimiento y riquezas en las áreas bajo su jurisdicción, como también el desalojo de los intrusos en tierras del dominio público.

El primer director de Parques Nacionales fue Ezequiel Bustillo quien ejerció en dicho cargo entre los años 1934 y 1944. Bustillo fue uno los que abonó la idea de que los parques nacionales debían consolidar la soberanía, y el dominio y poblamiento del territorio nacional, sobre todo en sus áreas fronterizas. En las Memorias de la Dirección de Parques Nacionales de 1940, se expone, por ejemplo, que:

la labor de la repartición ha continuado con el mismo entusiasmo patriótico de un principio, ejerciendo con su influencia una acción orientadora de nacionalismo en las comarcas sujetas a su régimen, todas limítrofes y que hasta hace poco ofrecían el serio problema de una población desvinculada de todo sentimiento de argentinidad (*apud* FORTUNATO, 2010, p. 178).

En este sentido el objetivo de conservación presenta tensiones con el de ocupar y poblar el territorio definido como propio por el Estado argentino, a través de premisas de gobierno como la de “gobernar es poblar”, acuñada por Juan Bautista Alberdi, a fines del siglo XIX (ALBERDI, 2005). En buena medida estas tensiones encontraron una vía de resolución con el impulso al turismo. El turismo, pasó a ser concebido como factor de desarrollo de la frontera,

y como multiplicador de otras actividades económicas e impulsor de infraestructura de acceso (caminos, ferrocarriles) para la región. Para Bustillo no se debía abandonar el culto de la naturaleza y la preservación del paisaje auténticamente virgen, pero tampoco descuidar otras conveniencias de la Nación (FORTUNATO, 2010, p. 200).

Durante este primer período de existencia de la Dirección de Parques Nacionales, se le dio protección al 85% de la superficie que actualmente se encuentra bajo la categoría de Parque Nacional. Tan sólo un año después de la creación de la Dirección de Parque Nacionales, el Presidente de la Nación Agustín P. Justo afirmaba que la misma: *“no obstante el poco tiempo transcurrido desde su constitución, ha proyectado y dado comienzo a un vasto plan de obras públicas tendiente a poner en valor económico y cultural regiones hasta hace poco abandonadas e ignoradas de la gran mayoría de los habitantes del país”* (JUSTO, 1935, p. 147).

Los parques nacionales que se crearon durante la gestión de Bustillo tuvieron al turismo como actividad motriz para el desarrollo de las regiones en torno a éstos. Se avanzó en la creación de nuevos pueblos, con escuelas, hospitales, caminos, tendidos de ferrocarriles, en una verdadera actividad colonizadora, pobladora, que le daba dimensión territorial a la nación. Fortunato (2010, p.168) señala que paradójicamente quien había definido a los parques nacionales como *“una naturaleza salvaje ligeramente controlada”* pondría en marcha un proyecto institucional fundado en el principio de *“una naturaleza ligeramente salvaje”*.

A estas funciones de los parques nacionales, de *“preservar las bellezas naturales”*, *“ponerlas al alcance del pueblo”*, e impulsar el desarrollo local, Bustillo agregó que la Dirección de Parques Nacionales perseguía también como alto y difícil objetivo afianzar en su área *“nuestra soberanía territorial”* (BUSTILLO, 1997). Para Ezequiel Bustillo, el paisaje conservado por los parques nacionales, es un recurso motivador del turismo, que traería aparejado el desarrollo de la región donde se crean los parques, ya que generarían la necesidad de que hayan prestaciones para el desplazamiento y permanencia de los turistas, lo cual sería la base sobre la que se asentarían los nuevos núcleos urbanos permanentes.

En términos políticos el Parque Nacional Iguazú tuvo un peso gravitante en el gobierno de la región noroeste de Misiones. El intendente del Parque Nacional fue también la autoridad de la localidad de Puerto Iguazú. En tal sentido la localidad era pensada como un anexo, dependiente de la autoridad del Parque, ya que el pueblo tenía su razón de ser en tanto allí se encontraba el Parque Nacional. Recién en 1951, por decreto presidencial se creó la Comisión de

Fomento que se constituyó en la autoridad política de la localidad, que entonces dejó de llamarse Iguazú, adquiriendo el nombre de Eva Perón.

Aun así, aunque el pueblo administrativamente se independizó del Parque Nacional, el Intendente del Parque pasó a ser el Presidente de la Comisión de Fomento. Recién con el derrocamiento del Gobierno de Perón en 1955, el Parque Nacional y la localidad constituyeron autoridades diferenciadas, y ésta última recobró el nombre de Puerto Iguazú⁴⁴.

A partir de la creación del Parque Nacional Iguazú, el turismo en el área creció notablemente, gracias a obras impulsadas por el Estado nacional, tales como terminar la construcción de la Ruta Nacional N°12, que une Posadas (la capital provincial) con Puerto Iguazú, así como el desarrollo de la aviación civil, tomando tierras del Parque Nacional Iguazú para construir un aeropuerto, y la nacionalización del transporte fluvial (tras la compra de la empresa Doderó en 1949). Entre 1934 y 1941 el turismo al Parque Iguazú se había incrementado en un 5% (frente al 22% del Nahuel Huapi). Mientras que entre 1941 y 1947 la cantidad de turistas se multiplicó por 20, pasando de 1.544 viajeros en 1941 a 32.391 en 1947 (PIGLIA, 2012, p. 67)⁴⁵.

Gracias a la sanción de la Ley Nacional N° 12.103 que estableció un marco regulatorio para los parques nacionales y la creación de una oficina nacional encargada de su administración, los parques nacionales ingresaron en la Argentina en una nueva etapa. La gestión de Bustillo al frente de la Dirección de Parques Nacionales, durante la cual se crearon la gran mayoría de los parques nacionales del país, incluyendo los dos más importantes, el Parque Nacional Iguazú y el Parque Nahuel Huapi, expresaba una concepción respecto de las áreas naturales protegidas que articulaba los objetivos de desarrollo urbano, turismo y soberanía en áreas fronterizas y marginales del país.

Bustillo vio en los parques nacionales un instrumento para colonizar el territorio nacional, contribuyendo a la conversión de los pobladores en ciudadanos de una nación, en un proceso no exento de violencia material y simbólica. Aunque en el caso del Parque Nacional Iguazú los documentos oficiales no mencionan a las comunidades indígenas que habitaban la región, en los

⁴⁴ Juan Domingo Perón fue presidente de la Argentina durante dos períodos constitucionales sucesivos, de 1946 a 1952, y luego de 1952 hasta 1955, cuando fue derrocado por un golpe militar en 1955. Posteriormente ejerció un tercer mandato desde 1973 hasta su muerte en 1974.

⁴⁵ El turismo en el Parque Nahuel Huapi, mientras tanto, se triplicó llegando a algo más de 26.000 en 1947 (SCARZANELLA, 1998, p. 73).

parques patagónicos se toleró su presencia y se trató de nacionalizarlos y educarlos creando escuelas y capillas (SCARZANELLA, 2002).

En el proyecto de Ezequiel Bustillo los parques nacionales no sólo debían conservar paisajes prominentes y ser instrumentos para el desarrollo económico de sus zonas de influencia, sino que también debían servir a la integración simbólica y material al territorio nacional. Bustillo definía este conjunto contradictorio de objetivos una ‘visión ecléctica’ de los parques (*Op. cit.*, 2002, p.10). El turismo se presentaba como el instrumento clave para alcanzar de manera simultánea estos objetivos de desarrollo e integración nacional, puesto que permitiría el encuentro de la elite cosmopolita con los sublimes paisajes emblemáticos de la nación, argentinizándola.

La política de parques nacionales en la primera mitad del siglo XX consiguió canonizar paisajes sublimes como montañas, lagos, bosques, cataratas, ríos caudalosos, como imágenes icónicas de lo Nacional. La Ley Nacional N° 12.103 de creación de Parques Nacionales puso el acento en la protección de paisajes de “extraordinaria belleza”, concepto ligado a la idea romántica de naturaleza virgen y salvaje. De esta manera durante los primeros años de la Dirección de Parques Nacionales, se sumaron a los parques preexistentes (Iguazú y Nahuel Huapi) sólo áreas andino-patagónicas que contaban con escenarios imponentes (Lanin, Los Alerces, Perito Moreno y Los Glaciares), ubicadas sobre la conflictiva frontera con Chile.

Vale señalar que varias de estas tierras contaban con comunidades indígenas que fueron expulsadas o invisibilizadas, lo cual constituyó una forma de naturalizarlas y quitarles el estatuto de comunidades sociales como la nacional, y dándoles el estatuto de naturales (CARPINETTI, 2006).

El paisaje se presentó como expresión de la identidad. Si la sociedad nacional posee un territorio con una naturaleza determinada, ésta tenía la función pedagógica de regenerar constantemente la virilidad y grandeza de la nación, y los parques debían de salvaguardar tal naturaleza. Tales principios coincidían con los del modelo de parques nacionales norteamericano, del que se deriva que la naturaleza, para ser conservada, debe estar separada de las sociedades humanas. De aquí la noción de *wilderness* (vida natural o salvaje), que establece que la naturaleza es salvaje, es decir, que se ha desarrollado sin la intervención humana. La idea de *wilderness*, tal como surgió a fines del siglo XIX en Estados Unidos, sirvió para describir grandes áreas que habían quedado deshabitadas a causa del exterminio de las sociedades indígenas y donde aún no había llegado la expansión de la frontera hacia el

oeste. Por entonces ya se había consolidado el capitalismo norteamericano, y la urbanización era acelerada, por lo que se proponía que se reservasen grandes áreas naturales, substrayéndolas a la expansión agrícola, para colocarlas a disposición de las poblaciones urbanas con fines de recreación (DIEGUES, 1996, p. 11).

La noción de “vida salvaje” trajo una representación simbólica del mundo en el cual existirían áreas naturales que no hayan sido perturbadas por el hombre, es decir, en un estado “puro”. De manera que este modelo pensaba la naturaleza por fuera de la historia humana, buscando distinguir en cada ambiente qué elementos son exóticos, introducidos por el hombre y cuáles propios del devenir de la historia natural. Esta idea implicaba pensar en la construcción de la nación existe una tensión entre la naturaleza (o vida salvaje) y la civilización. La centralidad de la noción de *wilderness* en los primeros parques nacionales, estaba dada en que la misma permitía definir lo que no era civilizado, y por lo tanto aquello que la nación debía controlar, delimitar y conservar. Además permitía determinar qué era lo no contaminado por la historia humana, lo natural, lo imperecedero, lo primordial de la patria (QUIJADA 2000; RADCLIFFE; WESTWOOD, 1996; SCARZANELLA 2002).

CONSIDERACIONES FINALES

Al iniciar el presente trabajo hemos sostenido que la política de creación de parques nacionales podía entenderse como otra de las prácticas de territorialización propias de los procesos de constitución del Estado moderno en las Américas. Propusimos además que a través del análisis de la creación del Parque Nacional Iguazú en 1934 en el norte de la Argentina, era posible observar estas las prácticas de territorialización de los Estados modernos, en tanto apropiación del espacio en un sentido físico y simbólico. Consideramos en este sentido, que a lo largo de nuestra investigación hemos hallado elementos en ambos sentidos. Como hemos desarrollado tanto el Parque Nacional Iguazú como el Parque Nacional Nahuel Huapi, tuvieron entre sus principales objetivos de creación la promoción del desarrollo de ampliar zonas de frontera internacional y su incorporación en una definición de la nación que describía y delimitaba cuál era la naturaleza y los paisajes sobresalientes de la nación.

En el caso de la frontera argentino-brasileña, a través del establecimiento de los parques nacionales, en este caso del de Iguazú, el Estado nacional creó condiciones beneficiosas para regiones no integradas, o parcialmente integradas al modelo económico

predominante a nivel nacional, promoviendo el desarrollo económico. Más allá de los objetivos de conservación de la naturaleza, la creación de parques nacionales debe situarse en el contexto de importantes cambios en el patrón de desarrollo del capitalismo argentino, en el que la transformación, integración y desarrollo de todo territorio nacional fueron objetivos centrales en la promoción de un modelo de sustitución de importaciones.

La ampliación de la red de caminos, la difusión del automóvil y la expansión en la distribución de combustible se acopló a la masificación del turismo. Los parques nacionales no sólo aportaban a la presencia estatal en zonas fronterizas y de baja integración y desarrollo en relación al resto del país, sino que a través de la promoción de la hotelería y el turismo aportaban paisajes naturales pensados a partir de entonces como representativos de la identidad nacional, justamente allí donde se encontraban sus confines más alejados de los centros urbanos.

De manera que la conservación de la naturaleza no aparece como una propuesta independiente de las prácticas de territorialización propias de los procesos de constitución de los Estados nacionales modernos en el caso argentino. Por el contrario el Estado nacional promovió un proyecto civilizador para definir, delimitar y conservar determinadas porciones de naturaleza, y a la vez promover el desarrollo de vías de transporte, servicios y actividades económicas en torno a ellas. En este sentido, la creación de parques nacionales fue una de las formas en las que el Estado nacional se apropió simbólicamente y materialmente de amplios espacios en áreas fronterizas en las que tenía una presencia difusa o nula.

REFERENCIAS

AGNEW, J.; CORBRIDGE, S. **Mastering Space**. Hegemony, territory and international political economy. New York: Routledge, 2003. v. 1.

ALBERDI, J. B. **Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina**. Buenos Aires: Losada/Argentina, 2005.

ÁLVAREZ, N. **Las voces del radicalismo**: las posibilidades de las fuentes orales en la construcción de la historia de Misiones. Posadas: Inédito. 1994.

BALLENT, A.; GORELIK, A. País urbano o país rural: la modernización territorial y su crisis. In: CATTARUZZA, A. (Ed.), **Nueva Historia Argentina**. Tomo VII: Crisis

econômica, avance del estado e incertidumbre política (1930-1943) (pp. 143–200). Buenos Aires: Sudamericana, 2001.

BANDIERI, S. **Historia de la Patagonia**. Buenos Aires: Prometeo, 2006.

BARREYRO, H. **Ideas de gobierno**. Buenos Aires, 1919.

BEJAR, M. D. El régimen fraudulento desde la dinámica facciosa del conservadurismo bonaerense. **Revista de Historia**, 1(1), 1–24, 2005.

BERMÚDEZ, M. **Informe del gobernador del territorio, Señor Manuel A. Bermúdez, contestando el cuestionario del Ministerio del Interior sobre reorganización de los territorios nacionales**. Corrientes, 1907.

BIGO, D. Globalized (in) Security : the Field and the Ban-opticon. In: BIGO D.; TSOUKALA, A. (Eds.), **Illiberal Practices of Liberal Regimes: the (in)security games** (pp. 5–49). Paris: L'Harmattan, 2006.

BOHOSLAVSKY, E. Territorio y nacionalismo en Argentina, 1880-1980: del espacio al cuerpo nacional. In: **Encuentro de Latinoamericanistas Españoles** (12. 2006. Santander): Viejas y nuevas alianzas entre América Latina y España (pp. 1352–1362). CEEIB, 2006

BOURDIEU, P. **On the State**. Lectures at the Collége de France, 1989-1992. Cambridge: Polity Press. 2014

BROCKINGTON, D.; DUFFY, R.; IGOE, J. **Nature Unbound: Conservation, Capitalism and the Future of Protected Areas**. Londres: Routledge. 2008.

BURMEISTER, C. **Memoria sobre el Territorio de Misiones**. Ministerio de Agricultura de la Nación. Buenos Aires: Imprenta J. Peusar, 1899.

BUSTILLO, E. **El despertar de Bariloche: una estrategia patagónica**. Buenos Aires: Casa Pardo, 1997.

CARPINETTI, B. **Derechos Indigenas en el Parque Nacional Lanin: de la expulsión al comanejo**. Editorial de la APN. Buenos Aires, 2006.

CHEBEZ, J. C. Iguazú: el nacimiento de un gigante. In: **Revista Todo es Historia** (427), 2003.

DIEGUES, A. C. (Org). **Etnoconervação**. Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. . Sao Paulo: Editora Hucitec. NUPAUB-USP, 2000.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Editora Hucitec/NUPAUB-USP, 1996.

FERRERO, B.; PYKE, L. I. Naturaleza y Frontera. El Parque Nacional Iguazú y el proceso de consolidación del Estado argentino en la frontera argentino-brasileña (1880-1934). **Sociedad Y Discurso**, (28), 135–167, 2016. <http://doi.org/http://dx.doi.org/10.5278/ojs.s%20&%20d.v0i28.1475>.

FORTUNATO, N. **La civilización de las tierras salvajes**: valores fundacionales del concepto de Parques Nacionales. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010.

GORELIK, A. Ciudad, modernidad, modernización. **Universitas Humanística**, 56 (56), 11–27, 2003.

JESSOP, B. **The State. Past, present, future**. Cambridge: Polity Press, 2016.

JONES, K. Unpacking Yellowstone Th e American National Park in Global Perspective. In: **Civilizing Nature. National Parks in Global Historical Perspective**. Edited by B. Gissibl, S. Höhler and P. Kupper. New York: Berghahn, 2015.

JUSTO, A. P. **Mensaje del Presidente de la Nación Agustín P. Justo al inaugurar el período ordinario de sesiones del H. Congreso Nacional, 1935**. Buenos Aires: Talleres Gráficos del Ministerio de Agricultura de la Nación, 1935.

LAURÍN, A.; NÚÑEZ, A. Frontera, globalización y deconstrucción estatal: hacia una geografía política crítica. In: NICOLETTI, A.; NÚÑEZ, P. (Eds.), **Araucanía-Norpatagonia: La territorialidad en debate. Perspectivas ambientales, culturales, sociales, políticas y económicas**. San Carlos de Bariloche: IIDyPCa-CONICET-UNRN, 2013, p. 83–99.

Ley Nacional n° 1.532/1884. **Organización de lós Territorios Nacionales**.

Ley Nacional N° 6.712/1.909 . **Compra por parte del Estado nacional de 75.000 has en Iguazú destinadas a la creación de un parque Nacional y Colonia Militar**.

Ley Nacional N° 5559/1909. **Fomento de los Territorios Nacionales**.

Ley Nacional N° 12.103/1934. **De Creación de la Dirección de Parques Nacionales bajo Dependencia del Ministerio de Agricultura de la Nación y de Creación de los Parques Nacionales Nahuel Huapi e Iguazú**. Publicada en Boletín Oficial del 29 de octubre de 1934.

LITTLE, P. **Amazonia: territorial struggles on perennial frontiers**. Maryland: The John Hopkins University Press, 2001

- MACOR, D. La década de 1930 en la historiografía argentina. In: LEONI, M. S.; SOLÍS CARNICER, M. M. (Eds.), **La política en los espacios subnacionales**. Provincias y Territorios en el nordeste argentino (1880-1955). Rosario: Prohistoria, 2012, p. 41–72.
- Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto. **Memoria presentada ante el Honorable Congreso Nacional correspondiente al período 1933-1934**. Buenos Aires: Kraft. 1934.
- NOVARO, M. **Historia de la Argentina contemporánea**. Buenos Aires: Edhasa, 2006.
- PIGLIA, M. En torno a los Parques Nacionales: primeras experiencias de una política turística nacional centralizada en la Argentina (1934-1950). In: **Revista de Turismo y patrimonio cultural**. 10 (1): 61-73,2012. URL: http://www.pasosonline.org/Publicados/10112/PS0112_05.pdf.
- PYKE, J. N. **La expansión de la frontera agraria en el nordeste de Misiones: el Plan de Colonización Andresito 1978-1983**. Posadas: Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, Universidad Nacional de Misiones, Inédito. 1997
- QUIJADA, M.; BERNAND, C.; SCHNEIDER, A. **Homogeneidad y Nación**. Con un estudio de caso: Argentina, siglos XIX y XX. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2000.
- RADCLIFF, S.; WESTWOOD, S. **Remaking the Nation**. Place, Identity and Politics in Latin America. London: Routledge, 1996.
- RUFFINI, M. **Le pervivencia de la República posible en los territorios nacionales**. Poder y ciudadanía en Río Negro. Buenos Aires: UNQui, 2007.
- SCARZANELLA, E. El ocio peronista: vacaciones y “turismo popular” en Argentina (1943-1955). **Entrepasados** (14): 65-86, 1998.
- _____. Las bellezas naturales y la nación: los parques nacionales en la Argentina en la primera mitad del siglo XX. **Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe**, (73): 5-21, 2002.
- SCOTT, J. Introduction. In: **Seeing Like a State**. New Haven: Yale University Press, 1998.
- VACCARO, I.; BELTRAN, O. “Conservationist governmental technologies in the Western European mountains: the unfinished transformation of the Pyrenees” **Journal of Political Ecology** 17, 2010.

WALKER, R. B. J. **Inside/Outside. International relations as political theory.** U.S.A.: Cambridge University Press. 1993. <http://doi.org/10.1007/s13398-014-0173-7.2>

ZIMAN, L.; SCHERER, A. **La selva vencida.** Crónica del Departamento Iguazú. Editorial: Marymar, Buenos Aires, 1976.

A FORMAÇÃO DO CAMPO INTELECTUAL NA FRONTEIRA SUL DO BRASIL (1930 – 1950)

Andrius Estevam Noronha

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo analisar a formação do campo intelectual do Rio Grande do Sul durante as décadas de 1930 até 1950, período marcado por três acontecimentos: a consolidação das instituições governamentais em nível estadual sob hegemonia federal de Getúlio Vargas; a formação dos cursos de Ciências Humanas na Universidade do Rio Grande do Sul, em especial Filosofia, História e Geografia; e a consolidação do mercado cultural através da Revista do Globo de Porto Alegre. Limitamos a análise da formação desse campo no contexto marcado pela estabilização política ocorrida no Rio Grande do Sul após a ascensão de Vargas em âmbito nacional.

Os anos 1930, 1940 e 1950 do século XX foram marcados pela crescente cultura de valorização da identidade regional gaúcha, pois durante essas décadas o papel exercido por Getúlio Vargas, que articulou um consenso entre as diferentes oligarquias gaúchas que lutavam entre si durante o período da I República (1889 – 1930), possibilitou criar um ambiente favorável a um discurso cultural mais coeso. Nesse contexto podemos inferir que a frágil institucionalização governamental, provocada pela instabilidade política teve como resultado uma dispersão da transmissão da cultura intelectual até o início da década de 1930. Esses elementos comprovariam a importância da estabilidade política para a formação de uma intelectualidade heterogênea apoiada no estado, universidades e o chamado mercado editorial, que cresce num ambiente em que a escolarização aumentou regionalmente.

As condições para a formação de um campo intelectual no Rio Grande do Sul no contexto do século XX emergiram com a constituição de três elementos: o fortalecimento do Estado Nacional brasileiro, dentro dos parâmetros burocráticos apontados por Max Weber (2000); a consolidação de uma instituição universitária que contribuiu para a emergência de um segmento engajado na produção intelectual, na perspectiva apontada por Pierre Bourdieu (1990); e a ampliação de uma rede editorial não restrita apenas aos jornais e revistas, mas na circulação de livros no mercado literário como aponta Julian Benda (2007).

Para compreender essas especificidades esse trabalho será dividido em três partes: a primeira abordará o campo intelectual do Rio Grande do Sul no contexto de Getúlio Vargas; a segunda parte descreve a consolidação das áreas de humanas na instituição universitária gaúcha durante a década de 1930, tendo como estudo de caso a formação dos cursos de Ciências Humanas da Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul com os cursos de Filosofia, História e Geografia como objeto de análise; a terceira parte abordará a formação da demanda editorial do estado com a formação da Revista do Globo.

A CONSOLIDAÇÃO DA *PAX GETULISTA* E O CAMPO INTELECTUAL DO RIO GRANDE DO SUL

O contexto da I República no Brasil (1889 – 1930) não abriu muitas perspectivas para a formação de um grupo intelectual heterogêneo no Rio Grande do Sul, pois esses elementos estariam ligados a falta de estabilidade política presente nesse período. Odaci Coradini (2003) afirma que até 1930 havia uma baixa transmissão da cultura erudita e acadêmica no Rio Grande do Sul que ficava restrita aos jornais e revistas de curta duração que atendiam um público específico. O estado gaúcho possuía problemas causados pelas guerras civis, além disso, uma baixa tendência em ampliar o ensino de massa que ficava restrito em regiões isoladas como as de colonização alemã e italiana. O autor destaca também uma disparidade regional na logística de informações, o que dificultava um acesso mais amplo dos debates intelectuais e políticos do período, restritos apenas a uma elite dirigente.

A Revolução de 1930 reduziu os efeitos da polarização existente entre chimangos (positivistas) e maragatos (federalistas)⁴⁶, abrindo perspectiva para uma demanda crescente da cultura intelectual que pense o Rio Grande do Sul no contexto de formação do Brasil. Havia um interesse em afastar sua narrativa literária que ligava sua formação mais próxima ao da bacia platina que se fortaleceu após a Proclamação da República. Na pesquisa de Letícia Nedel (2007) a abordagem da recepção de Gilberto Freyre no Rio Grande do Sul estava vinculado a dois processos: o primeiro, a ideologia calcada no ethos nacional que serviu de modelo para a compreensão do passado e da cultura “gauchista”; o segundo, infere aos postulados culturais escolhidos por membros do setor intelectual do estado.

⁴⁶ Sobre o assunto o trabalho de Rossato (1999), que analisa o discurso federalista do RS após a queda da Monarquia.

Vale destacar que o contexto de readequação da narrativa regional foi fundamental para criar uma representação cultural voltada para os elementos de fundação da sociedade brasileira e o estado como parte desse processo. Nedel (2007) alude a Dante de Laytano – professor universitário, catedrático de História do Brasil na Universidade do Rio Grande do Sul – para provar a influência de Gilberto Freyre na configuração de uma nova teoria social que explique a formação da cultura nacional sob novos paradigmas historiográficos. Para Laytano a sociologia brasileira foi fundada por Freyre e essa nova teoria social permitiu criar uma base de valorização intelectual do Brasil, que certamente influenciou a elite letrada do Rio Grande do Sul no final da I República.

As rupturas e continuidades que atingiram o país em meados de 1920 passaram a ser pedagógico para o campo intelectual do Rio Grande do Sul, pois a crise política e econômica que envolvia segmentos da esfera nacional abriram perspectivas de uma intervenção da elite gaúcha no centro de relações de poder e até mesmo de direção dos movimentos sociais que começaram a se estruturar no Brasil. Isso transformou a tradição política que manteve o estado até os anos de 1930 marginalizado dos centros decisórios do país.

O resultado ocasionado depois de décadas de disputa foi uma ação mais coesa de seus dirigentes. A ascensão de Getúlio Vargas permitiu compreender como o espaço de representação do campo intelectual do Rio Grande do Sul se consolidou como instrumento de propagação do Estado. Na pesquisa prosopográfica feita por Adriano Nervo Codato e Walter Guandalini Jr. (2003) ficou evidente o engajamento dos dirigentes estaduais na tentativa de criar uma base doutrinária e de conteúdo programático para o campo intelectual dos anos 1930.

A recuperação do processo centralizador promovida pelos agentes do Estado Novo, inaugurando suas novas autarquias e instituições, permitiu estabilizar e criar condições para a formação de um corpo intelectual regional comprometido com as diretrizes políticas do governo federal. Codato e Guandalini (2003) avaliaram que mesmo num cenário nacional de instabilidade (pois assistiremos a Revolta de 1932 de São Paulo, a Revolta de 1935 dos Comunistas e os expurgos políticos de 1938) o Rio Grande do Sul se beneficiou desse contexto tendo um dirigente nacional. Essa conjuntura estadual marcada pela pax getulista permitiu ao Rio Grande do Sul modificar uma série de mecanismos de atuação no campo intelectual.

A pesquisa de Sérgio Miceli (2004) abordou as transformações que ocorrem no Brasil após 1930 na esfera econômica como a crise do setor agrícola e a emergência do processo de industrialização e de urbanização. O modelo de atuação do Estado, endossados pela nova

doutrina Keynesiana, fizeram vários intelectuais nacionais a pensar esse rompimento da tradição clássica da economia internacional que colocava o Brasil no patamar de país importador de produtos industrializados e exportador de monoculturas. Essas transformações criaram novas demandas e novos papéis dos agentes públicos que inseriram o Brasil no contexto de transformações da economia mundial, como por exemplo, a escolarização e a inserção da classe trabalhadora na vida social do país.

A criação do Ministério da Educação abriu novos caminhos para se pensar um programa nacional de alfabetização, restrito a um segmento privilegiado, e despertou o interesse das elites locais para a formação de secretarias estaduais e municipais de educação nas décadas de 1930 e 1950.

Outra questão que transformou a cultura local foi a modernização da logística informacional assentada sob novos canais de transmissão criados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que não apenas massificou, mas criou um corpo intelectual que legitimasse o Estado Novo nos setores médios urbanos da sociedade. Esse tema foi abordado por Codato e Guandalini Jr. (2003, p. 03) sobre a fundação da revista *Cultura Política* com “*função de produção de um discurso mais elaborado, a ser difundido por outros meios em uma linguagem mais pragmática e planfetéria*”.

A “Campanha de Nacionalização” deu início ao processo de unificação e desregulamentação das culturas regionais que ainda se faziam presentes no contexto anterior ao de 1930.

Esse papel do Estado em organizar o poder passou a ser visto com ambiguidade pelo campo intelectual: de um lado essa ordem sustentada na repressão, como foi uma das principais marcas do governo Vargas, garantiu o status quo e a expansão do poder central na sociedade brasileira, o que certamente trouxe novas perspectivas para um grupo em emergência, mas por outro, intimidou sua autonomia frente ao poder constituído. De acordo com Edward Said (2005) as transformações da modernidade – criação da cultura de massa associada tanto na educação quanto no jornalismo – fundamentaram com excelência a tese de Antonio Gramsci (2002) dentro do entendimento da formação de novos profissionais que servem para esse fim.

Embora tenha certa pertinência, a análise do chamado “grupo intelectual” de Julien Benda (2007), não se encaixa para o entendimento desse segmento do Rio Grande do Sul, isso porque sua visão está centrada dentro de uma perspectiva conjuntural de fraca cultura de massa e ainda sua análise remete a uma estrutura romantizada do intelectual. Essa tese pode ser reforçada nos

estudos de Nedel (2007), Coradini (2003) e Miceli (2004) de que a elite intelectual possui estratégias específicas de sobrevivência e de articulação com as diferentes esferas de poder e o caso do Rio Grande do Sul não foi diferente. A pax getulista criou condições para a instituição governamental ampliar o conceito de atuação universitária no estado, que até então estava restrita em paradigmas profissionalizantes.

A nova proposta colocaria as ciências humanas num patamar de profissionalização e com isso poderia contribuir para a diversificação do campo de produção cultural e ideológico, criando mecanismo de recrutamento de intelectuais que legitimariam uma narrativa articulada aos interesses dominantes.

A UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL: A FORMAÇÃO DO CAMPO INTELECTUAL

A universidade é uma das principais instituições de recrutamento de intelectuais no século XX sendo objeto de estudo em inúmeras pesquisas que procuram construir trajetórias e perfis sobre os profissionais que atuam nesse campo. Pierre Bourdieu (1990) afirma que o espaço institucionalizado da academia proporciona os elementos de identidade de posição e de representação da elite intelectual. Nesse contexto, a noção de capital social, econômico e simbólico levantados pelo autor, possibilita compreender uma série de mecanismos de recrutamento desse segmento que é lacunar em teóricos como Antonio Gramsci (2002). O espaço universitário do Rio Grande do Sul é um exemplo de como esse segmento é articulado nas disputas internas e nos campos de poder hegemônicos da tradição cultural.

O ensino superior no Rio Grande do Sul, ao longo da I República, possuía uma característica profissionalizante por conta da ideologia do Positivismo, basicamente hegemônica em três áreas: Direito, Engenharia e Medicina. Esse fator deve ser levado em conta, pois a consolidação dos cursos de Ciências Humanas no Rio Grande do Sul vai romper com o paradigma positivista, mostrando um novo campo de força da cultura acadêmica vinculada ao catolicismo.

Na década de 1930 a corrente “Escola Nova” passou a transformar a ideologia dominante na formação universitária, não apenas do Brasil, mas também do Rio Grande do Sul. Esses elementos apontam para a valorização de cursos com potencial revolucionário como a área das Ciências Humanas, mais especificamente os cursos de Filosofia, Geografia e História. Nessa

perspectiva Carlos Altamirano (2007) destaca uma série de elementos para a compreensão da História intelectual, o que permite compreender algumas perspectivas para a formação do campo cultural do Rio Grande do Sul no contexto de emergência das áreas humanas na universidade. Para o autor (*Op. cit.* p. 10-11),

O novo impulso da História política e os instrumentos da sociologia das elites culturais deveriam beneficiar uma História intelectual que não se limitasse a ser uma História puramente intrínseca das obras e dos processos ideológicos, nem contentar-se com referências sinópticas e impressionistas da sociedade e da vida política. E, no entanto, como escreveu Dominick LaCapra, “a História intelectual não deveria ver-se apenas como simples função da História social. Ela privilegia certa classe de fatos – em primeiro lugar, os fatos do discurso – porque eles dão acesso a uma decifração da história que não pode ser obtida por outros meios e porque proporcionam pontos de observação únicos sobre o passado.

A pesquisa de Mara Cristina de Matos Rodrigues (2002) analisa o perfil do corpo docente que surge no processo de criação da Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul. A autora destaca a importância da institucionalização desses cursos para o surgimento de professores que articule o potencial pedagógico das Ciências Humanas para o Estado brasileiro. Nesse processo, Rodrigues (2002) lança mão dos conceitos de “campo científicos” de Pierre Bourdieu e de “dominação burocrática” de Max Weber. A criação do curso de História e Geografia no ano de 1943 – período em que o Brasil estava em guerra – teve inserção num contexto sócio-cultural de valorização da identidade nacional com a Campanha de Nacionalização.

Infere-se na pesquisa de Coradini (2003) que instituições como a Igreja e o Exército concentravam os investimentos na área educacional visto que a formação de sua elite (tanto burocrática quanto intelectual) estava associada com a formação pedagógica hierárquica. A elite intelectual que emergiu nesse contexto foi influenciada por uma dessas instituições, que respectivamente estavam ligados ao catolicismo e ao positivismo. Rodrigues (2002) identifica ainda uma disputa que ocorria entre esses dois campos, pois cada grupo possuía uma importância destacada no contexto de formação da elite intelectual do Rio Grande do Sul. O primeiro estava respaldado pelo engajamento do governo no processo de dinamização da estrutura educacional; o segundo estava apoiado pela tradição quase que secular na formação das escolas de ensino básico no estado.

Para Rodrigues (2002), a corrente “Escola Nova” não chegou a ter grandes embates como ocorriam entre positivistas e católicos, isso demonstra a própria conjuntura polarizada que havia

entre o intelecto oriundo de instituições confessionais comandados tanto pela Igreja Católica quanto pela Luterana e de instituições militares como os Colégios de formação de jovens oficiais.

O campo católico teve grande hegemonia na instituição universitária do Rio Grande do Sul, isso se deve não somente a sua tradição na educação de massa, mas também a sua inserção dentro do governo estadual e federal. Embora a Revolução de 1930 tenha reacomodado novos integrantes da elite política brasileira e gaúcha, a Igreja Católica ainda se mantinha em posição de destaque na burocracia estatal, principalmente quando o assunto era educação. O envolvimento desse segmento na formação dos cursos da Faculdade de Filosofia é evidenciado pela pesquisa de Rodrigues (2002), que identificou várias lideranças dentro do corpo docente que deram origem a instituição. A partir de 1944 o recrutamento dos docentes passou por algumas transformações como, por exemplo, a exigência da experiência didática.

Rodrigues (2002) afirma que o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS) forneceu poucos quadros para os cursos da Faculdade de Filosofia, que podemos entender como uma opção de direção, visto que os católicos mantinham um papel importante nas decisões dos cursos. Vale destacar que uma das hipóteses para a pouca inserção do IHGRS pode ser levantada pela sua aproximação com os ideários positivistas.

A tradição católica, a ênfase dada ao projeto pedagógico da Faculdade esteve centrada na formação de professores da rede básica de ensino, num contexto marcado por políticas públicas concretas de universalização da educação. Por isso a preferência dada pelo governo para que os católicos tivessem maior força na formação dos cursos de Filosofia, História e Geografia da Universidade do Rio Grande do Sul. Essa base de ampliação da educação e a criação de uma cultura massificada sustentada na identidade nacional brasileira favoreceram o surgimento de uma nova corrente de recrutamento da elite intelectual gaúcha dos anos 1940: o mercado cultural das letras.

O CAMPO INTELECTUAL DO RIO GRANDE DO SUL E O MERCADO CULTURAL

O mercado cultural, voltado especificamente para a produção e edição de livros, levanta uma série de questões vitais para a consolidação do campo intelectual de qualquer sociedade. Os integrantes que não fazem parte do Estado, como formuladores de políticas para o governo, nem da Universidade, como pesquisadores, ou ainda integrantes do corpo docente, tem como opção de

sobrevivência a vida literária. Um processo que está fortemente ligado com o nível de escolarização social, pois sem esse coeficiente não há viabilidade de expandir a demanda literária. No caso específico do Brasil, esse cálculo deve ser levado em conta aos investidores desse setor, pois a baixa escolaridade impede que o mercado literário encontre condições de sobrevivência.

Edward Said (2005) afirma que a partir das décadas de 1930 a especialização pressionou vários escritores a se adequarem ao competitivo e exigente mercado cultural, isso levou esse segmento a projetar um interesse sobre seu profissionalismo, desvinculando assim o campo literário como uma prática paralela ao de outra profissão. Isso foi muito comum no caso brasileiro e o exemplo emblemático foi o próprio Machado de Assis, que tinha na administração pública seu principal meio de sobrevivência. Essa transformação foi fundamental ao lançarmos olhares no mercado editorial brasileiro, pois nesse período o movimento modernista e as relações com a casta mecenata da cultura nacional estruturou uma nova modalidade de atuação do segmento como afirma essa citação:

Os escritores participantes do movimento modernista em São Paulo foram beneficiados pelo mecenato burguês exercido por famílias abastadas e cultas, ao passo que os intelectuais cooptados para o serviço público acabavam se filiando às “panelas” comandadas pelos dirigentes da elite burocrática. Os romancistas foram os únicos a negociar a venda de suas obras no mercado do livro, embora alguns deles tivessem tirado proveito, ao menos durante certo período, da reserva de mercado que a filiação a organizações políticas de direita ou esquerda tende a garantir. De qualquer modo, as possibilidades de acionar o capital de relações sociais ao alcance dos intelectuais são tanto maiores quanto o acesso à produção cultural fica mais a critério das famílias do que das instituições (...) (MICELI, 2004, p. 81).

Isso teria um peso na busca por uma estratégia de empregabilidade da elite intelectual que emergiu no século XX, uma vez que “*para exigências e prerrogativas do poder e para se tornar diretamente empregado por ele*” esse grupo precisa se adequar a demanda do mercado (Said, 2005, p. 84). No Rio Grande do Sul esse processo pode ser analisado dentro de um prisma específico ao visualizarmos o caso dos escritores e colunistas da Revista do Globo. Para essa compreensão merece destaque os apontamentos de Coradini (2003), ao afirmar que boa parte dos jornais existentes na época possuía um caráter político ou religioso, não atendendo as necessidades de uma demanda para a produção de textos acadêmicos ou literários.

No caso religioso o autor afirma que a maioria das publicações estavam sob circunscrição do clero luterano e católico que endossavam os problemas das redefinições identitárias de cunho étnico dos imigrantes e a nacional (tema por sinal bastante delicado para

a época). Vale destacar que até 1942, por exemplo, na cidade de Santa Cruz do Sul, cerca de 200 km da capital estadual Porto Alegre, havia um jornal de língua alemã que circulava com regularidade desde o final do século XIX.

Em relação aos periódicos que possuíam uma tendência política em seu posicionamento editorial, a maioria estava vinculada a alguma força partidária. No caso gaúcho merece destaque o Partido Republicano Riograndense, ou agremiação política contrária a esse grupo político que possuíam uma tipografia exclusiva para editar e publicar seus trabalhos e panfletos.

Essa tradição entre política e intelectualidade não seria específico somente no caso do Rio Grande do Sul, mas se trata de uma tendência da cultura Ocidental desde o início do século XX, principalmente se avaliarmos as consequências do caso Dreyfus na França⁴⁷. Christophe Charle (2003) destaca que a conjuntura criada pelo l'affaire possibilitou recuperar uma série de elementos da tradição clássica do pensamento político que havia sido esquecido desde a Revolução Francesa de 1789. Ela põe uma série de perspectivas que possibilitam uma análise do engajamento da elite intelectual na sociedade, e ainda permite inferir como as transformações sociais, econômicas e políticas enriqueceram o capital cultural pertinente para os debates teóricos e as polarizações ideológicas nesse contexto.

O caso Dreyfus não poderia ser pensado e debatido numa França desregulamentada do ponto de vista social, político e econômico, ela é produto da modernidade, da educação massificada, de um corpo intelectual heterogêneo e de elementos que possibilitem a ampliação do debate como, por exemplo, o acesso a jornais e livros. Essa questão possibilita inferir algumas hipóteses sobre a formação da elite intelectual do Rio Grande do Sul: ela também pode ser pensada como resultado de uma perspectiva de transformações da vida moderna. Fruto de uma articulada consolidação de uma rede editorial que permitiu emergir uma classe letrada heterogênea e que possua um mínimo de congregação e identidade profissional de sua base social.

Para Coradini (2003), existem três elementos que caracterizaria a coesão de uma elite intelectual no Rio Grande do Sul na década de 1920: o primeiro seria sua capacidade de publicar seu conhecimento concomitante a outra forma de ocupação, seja política ou sócio-cultural. Neste caso, o debate poderia ser expandido ao campo da literatura e do jornalismo, mesmo que não haja exclusão de outros segmentos como da História. O segundo seria a falta de aglutinação de um campo de produção cultural institucionalizado, os mesmos profissionais que exerciam a advocacia, promotoria, magistratura, oficialato ou qualquer outro profissional liberal “letrado”

⁴⁷ Sobre o assunto o trabalho de Correa (2015), que atualiza a análise historiográfica sobre o tema.

tinham como segunda atividade a de escritores. O terceiro elemento seria a falta de um campo plural de debate entre diferentes concepções ideológicas, uma vez que os jornais ou publicações eclesiásticas só publicavam artigos oriundos de seu campo. Isso ocorria também nas publicações militares ou partidárias, principalmente do campo ideológico do positivismo.

Nesse contexto, a criação da Revista do Globo, no final da década de 1920, entraria numa nova conjuntura para o reconhecimento do campo intelectual do Rio Grande do Sul. Coradini (2003, p. 05) analisa o embate que existia entre os interesses econômicos e culturais nas relações entre editoras e escritores: “*o empreendimento econômico e a cultura, além de frequentemente conflituosas e tensas, podem perpassar as tomadas de posição e as ambivalências de um mesmo indivíduo nos diferentes estágios de seu percurso ou, então, do grupo familiar no controle, que abrange diferentes gerações e perspectivas*”.

Essa relação de parentesco entre escritores e editoras que faz parte da formação da cultura letrada não só do Rio Grande do Sul, mas também de todo o Brasil, esteve presente no caso da Revista do Globo em Porto Alegre. Além disso, a manutenção do controle familiar está na mesma perspectiva das empresas industriais e comerciais que emergiram nesse período. Esse elemento é pertinente para compreender as relações de poder que existem dentro do campo literário, assim como a ideologia que emergiu no contexto de análise. Nadel (2007) destaca a falta de uma cultura literária popular no Rio Grande do Sul, questão fundamental para a concretização de um projeto identitário. A autora (op. cit., p. 102) avalia que nem mesmo as instituições como IHGRS abria seu leque de interpretação mais horizontal, restringindo um modelo de reprodução elitista da cultura regional.

Assim, todos concordavam que no Rio Grande, ao contrário dos estados do Nordeste, sobrava tradição política e “faltava cultura popular”. Veladamente, chegava-se à conclusão de que o teor elitista da história praticada no IHGRS tinha contribuído para a escassez desses registros. Hegemônica depois da queda do Estado Novo, a conclusão foi compartilhada tanto por antigos defensores do regionalismo literário – casos de Dante de Laytano, Darcy Azambuja e Manoelito de Ornellas – quanto por outros autores engajados no projeto revolucionário de 1930, que naquele tempo recomendaram seu abandono.

A influência da imigração alemã e italiana também deve ser levantada para a compreensão dos mecanismos de recrutamento do campo intelectual do Rio Grande do Sul, pois boa parte dos imigrantes que se estabeleceram no estado possuía entre seus grupos alguns profissionais com conhecimento de editoração. As primeiras famílias vieram no início do século XIX e eram, na sua maioria, constituídos por analfabetos, além disso, estavam saindo de um regime de servidão na

Europa, portanto não podemos afirmar sua influência na formação do mercado editorial gaúcho num primeiro momento.

Porém os alemães e italianos que vieram no final do século XIX, já numa Europa industrializada, possuíam um nível de escolarização mais elevada em comparação com seus antecessores o que dinamizou não apenas a economia, mas contribuiu para a criação de uma indústria editorial local/regional. Coradini (2003) afirma que a maioria dos imigrantes tinham que dar algum futuro para seus filhos, pois as propriedades pequenas inviabilizavam a manutenção da família no campo.

Somados a pressão de um lado econômica do “expurgo” das sobras da prole, e por outra, um capital cultural de dinamismo econômico e social, já consolidados no início do século XX na vida urbana gaúcha, fomentou a criação de empresas ligadas à indústria da cultura em diversos municípios do estado. Esse processo de ascensão – de pequenos agricultores para empresários – somados a uma oligarquia já existente entre filhos de fazendeiros (forçados à reconversão) inseriu as possibilidades de expansão criadas pelo mercado cultural.

As trajetórias biográficas analisadas por Coradini (2003) sobre os dois diretores da Revista do Globo – Érico Veríssimo e Mario Bernardi – permite entender o perfil social da elite letrada do Rio Grande do Sul. O primeiro foi descendente da oligarquia rural gaúcha em processo de decadência, chamado ironicamente por Coradini (2003) de “primo pobre”. Encontrou nas letras a saída para se manter dentro do circuito social aristocrático e se aproveitou das redes de relação que sua família detinha na esfera governamental. O segundo foi descendente de pequenos agricultores e teve um processo de ascensão assentada nas letras, além disso, Bernardi era integrante da Ação Integralista Brasileira (AIB), o que lhe deu posição de destaque no governo Vargas, pelo menos até seu grupo político ter sido posto na ilegalidade.

A Revista foi fundada em 1929 com apoio de Getúlio Vargas, tendo seu posicionamento editorial voltado para a unidade do Rio Grande do Sul, procurando neutralizar a polarização que existiu desde a Revolta Federalista. O próprio título “Revista do Globo” encara essa perspectiva, demonstrando o caráter heterogêneo de diferentes culturas na edificação no processo de formação da sociedade “gaúcha”. A rede editorial permitiu compreender os mecanismos complexos de recrutamento do campo intelectual do Rio Grande do Sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo buscou analisar, a partir de uma revisão bibliográfica, a formação do campo intelectual no Rio Grande do Sul entre os anos de 1930 até 1950, período que coincide com a forte influência política de Vargas no governo federal. Nesse processo, tentamos compreender como a literatura acadêmica abordou a reorganização do poder público estadual, a organização da instituição universitária e o mercado editorial numa região de fronteira no sul do Brasil. O campo intelectual gaúcho passou a se apoiar nessa tríade num contexto de fortes transformações que fizeram reorientar a identidade regional do estado que possui forte tradição fronteiriça e voltada para a cultura platina. A ascensão de Vargas, que deixa de ser uma liderança regional e passa a ter forte influência nacionalmente, provocou uma mudança significativa na cultura do Rio Grande do Sul.

Mesmo que o fator político nacional tenha contribuído para essa mudança no foco de seu regionalismo, a historiografia acadêmica avalia que a emergência de uma nova competitividade profissional com características burguesas, apoiada na formação de universidades e um mercado editorial, fez inserir novos sujeitos nesse campo. O que percebemos é que a partir de 1930 emergiu no estado um grupo de intelectuais e promotores da cultura regional que deram início a um distanciamento dessa identidade platina para uma valorização da cultura brasileira.

Procuramos recuperar as pesquisas que analisam os elementos necessários para que o Rio Grande do Sul reestruturasse seu campo intelectual a partir das três instituições de apoio: a primeira foi o Estado (escala estadual) estabilizado pela ascensão de Vargas, que conseguiu estabilizar a forte polarização oriunda da Revolução Federalista; a segunda foi a universidade, enquanto campo de produção do conhecimento, não restrito apenas a formação técnica – como foi na I República com Engenharia, Medicina e Direito – mas com a inauguração da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas; a terceira foi com a consolidação de uma rede de editoras, que permitiu expandir os integrantes de uma elite heterogênea que permita ampliar o debate intelectual na área política.

A consolidação da pax getulista no Rio Grande do Sul, a partir de 1930, permitiu criar bases para o surgimento desse campo intelectual, tendo se aproveitado do capital social e cultural que foi fomentando pelo próprio governo. Esse estadismo da sociedade gaúcha permitiu criar condições para a transformação do setor universitário enquanto campo de atuação ideológica, e permitiu reconfigurar sua identidade regional. Os debates travados entre intelectuais positivistas e

católicos marcaram esse processo de estruturação dos cursos de Ciências Humanas no Rio Grande do Sul e esse processo nos permite inferir sobre os mecanismos de formação do corpo docente e a linha programática que esses cursos vão assumir. O campo do mercado cultural foi revolucionado pelas transformações decorrentes da modernidade, essa expansão da vida intelectual pode ser sentida pela capacidade de profissionalização crescente desse campo. Autores nacionais como Monteiro Lobato ilustram esse novo perfil da elite intelectual brasileira que emergiu na I República e se consolida após 1930 dando um caráter mais heterogêneo ao setor letrado. No Rio Grande do Sul esse segmento teve o aporte do Estado, Universidade e Editoras ao longo das décadas de 1930 e 1950.

REFERÊNCIAS

ALTAMIRANO, C. Idéias para um programa de história intelectual. **Tempo Social** - Revista de Sociologia da USP, v.19, n.1, Junho de 2007.

BENDA, J. **A traição dos intelectuais**. São Paulo: Editora Peixoto Neto, 2007.

BOURDIEU, P. O campo intelectual: um mundo à parte. In: _____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CHARLE, C. Nascimento dos Intelectuais contemporâneos (1860-1898). **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n.14, p.141-156, set. 2003.

CODATO, A. N.; GUANDALINI JR., W. Os autores e suas idéias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político do Estado Novo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 32, 2003.

CORADINI, O. L. As missões da “cultura” e da “política”: confrontos e reconversão das elites culturais e políticas no Rio grande do Sul (1920-1960). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 32, 2003, pp.125-144.

CORREA, R. A. Os intelectuais: Questões históricas e historiográficas – Uma discussão teórica. **Revista de História** [33]. João Pessoa, p. 395-410, jul./dez. 2015.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Tradução Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004,

NEDEL, L. B. A recepção da obra de Gilberto Freyre no Rio Grande do Sul. **Mana** (Rio de Janeiro), v. 13, p. 85-117, 2007.

RODRIGUES, M. C. M. O papel da universidade no 'campo da história': o curso de Geografia e História da UPA/UFRGS na década de 40. **Métis**, Caxias do Sul, v.1, n.2, jul-dez/2002, pp.75-102.

ROSSATO, L. **Imagens Construídas**: imaginário político e discurso federalista no Rio Grande do Sul (1889-1896). Florianópolis, 1999. 130p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

SAID, E. W. **Representações do intelectual**: as Conferências Reith de 1993. Tradução de Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Régis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 3ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

OS POVOS DA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL-ARGENTINA- PARAGUAI: HISTÓRIA, CULTURA E IDENTIDADE

Camilo Pereira Carneiro

Giovana Cristine Kotz

INTRODUÇÃO

Dentre as nove trípliques fronteiras que o Brasil compartilha com seus vizinhos, a mais emblemática e mais populosa é aquela localizada no centro do antigo território das Missões Jesuíticas. Diferentemente do estereótipo que acompanha uma típica zona fronteira (que comumente apresenta baixa densidade demográfica e problemas de infraestrutura de transportes, energia e comunicações), a tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai apresenta um importante conjunto de obras de infraestrutura (pontes internacionais, rodovias, aeroportos e hidrelétricas) e importantes atrativos turísticos (Cataratas do Iguazu, Itaipu Binacional e ruínas missioneiras).

Embora os europeus tenham descoberto as Cataratas do Iguazu no século XVI, com o espanhol Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca, em 1542, o processo de colonização da região que no presente corresponde à tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai é relativamente recente. A zona de fronteira entre os três países permaneceu basicamente povoada por indígenas até 1880, sendo que parte deste contingente era originária da Missão Jesuítica de Santa Maria do Iguazu, onde atualmente está localizado o município de Foz do Iguazu.

O espaço geográfico que abrange a tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai possui como particularidade o conjunto de remanescentes materiais dos “Trinta Povos das Missões” implantadas na porção centro-sul da América do Sul durante os séculos XVII e XVIII e que entraram em declínio em meio à tentativa de Espanha e Portugal de colocarem fim à disputa de fronteiras entre seus domínios na América.

Com o Tratado de Madri, de 1750, a Colônia de Sacramento, que pertencia ao Reino de Portugal, foi trocada por um território missioneiro controlado pela coroa espanhola situado na margem esquerda do rio Uruguai, os chamados Sete Povos das Missões. O tratado, no entanto, não foi bem recebido por indígenas e por parte dos padres jesuítas, que impuseram resistência aos novos limites estabelecidos pelas coroas europeias. Os habitantes dos Sete

Povos das Missões, liderados por Sepé Tiaraju (guerreiro indígena brasileiro), deram início às Guerras Guaraníticas (1752-1756), que terminaram com a vitória das coroas ibéricas e a dispersão de jesuítas e guaranis.

Do lado brasileiro da tríplice fronteira, o povoamento por não indígenas teve início em 1881, quando os colonos pioneiros passaram a explorar a erva-mate. Em 1889, foi fundada a Colônia Militar do Iguassu, que marcou o início da ocupação efetiva do lugar por brasileiros. Do lado argentino, o processo de povoamento também teve início na década de 1880, mas a cidade de Puerto Iguazú foi fundada posteriormente, em 1902. Naquele mesmo ano o governo argentino se apropriou das terras que formariam um dos dois primeiros parques nacionais do país: o Parque Nacional Iguazú.

Por sua vez, o povoamento do lado paraguaio da tríplice fronteira se iniciou bem mais tarde, apenas na segunda metade do século XX. Em 1957 foi fundada a cidade de Puerto Flor de Lis, que tempos depois teria seu nome alterado para Puerto Presidente Stroessner e posteriormente para Ciudad del Este, nome que carrega até hoje.

A história de ocupação recente da tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai e sua enorme heterogeneidade étnica resultam em uma população que possui uma identidade em formação. Identidades regionais transfronteiriças demandam um processo histórico de construção que leva em conta diversos fatores. Muitas vezes esse processo é direcionado por políticas de governo, como é o caso da tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai, que tem sua história ligada à geopolítica do governo brasileiro, baseada nas ideias do marechal Mário Travassos e do general Golbery do Couto e Silva.

Recentemente, mais precisamente no último quartel do século XX, o território histórico das Missões Jesuíticas passou a ter uma nova simbologia a partir do processo de integração regional que teve início na América do Sul. Com a aproximação política e econômica de Brasil, Argentina e Paraguai – em função do advento do MERCOSUL (1991) e posteriormente de iniciativas como a IIRSA (2000) e a UNASUL (2008) – o território missioneiro passou a ser impactado por tratados e acordos que passaram a alterar as dinâmicas fronteiriças.

A CULTURA MISSIONEIRA: ORIGENS HISTÓRICAS

A população da tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai compartilha uma cultura muito influenciada pelas marcas e costumes originados na época das Missões Jesuíticas. Trata-se de uma cultura híbrida, que mescla elementos e valores europeus, católicos e indígenas e que tem sua origem entre o final do século XVI e o início do século XVII.

Em 1549, nove anos depois da fundação da Companhia de Jesus, uma ordem religiosa, Ignácio de Loyola, seu fundador, enviou alguns padres jesuítas ao Brasil com o objetivo de impulsionar a fé cristã. A iniciativa terminou por auxiliar na expansão do Império Espanhol na América. Em 1587, alguns desses religiosos chegaram ao Paraguai para trabalhar com os índios, mas a Missão teve que ser abandonada por falta de apoio. No ano de 1607, teve início a formação da nova província política do Paraguai, que compreendia um território de 490.000 km² e abrangia áreas que atualmente fazem parte de Argentina, Brasil, Chile, Bolívia e Paraguai (JESUÍTAS DEL PARAGUAY, 2016). Em razão da perseguição dos bandeirantes (mercadores de escravos indígenas), os padres se deslocaram para outras regiões seguindo os cursos dos rios Uruguai, Paraná, Paraguai e Tebicuary, onde fundaram novas Missões.

Entre os atuais territórios de Paraguai, Argentina e Brasil foram implantadas trinta Missões Jesuíticas (que ficariam conhecidas como os Trinta Povos), que eram locais idealizados pelos padres para facilitar o processo de catequização, visto que os índios se organizavam espacialmente de forma dispersa. Nas Missões os indígenas passavam a tomar contato com a cultura ocidental e com as práticas religiosas cristãs.

Os jesuítas impuseram a produção agrícola, voltada para o consumo interno, no entanto, de acordo com Kern (2011), muitos dos hábitos tribais foram mantidos. Além disso, havia uma verdadeira integração sociopolítica, e mesmo econômica, entre as Missões, ocorrendo trocas de produtos entre os Trinta Povos, que em seu auge chegaram a abrigar 80 mil indígenas (cada Missão Jesuítica abrigava em média de 2 a 4 mil indivíduos). No mapa 1 é possível observar a localização dos principais vestígios do território ocupado, no passado, pelos Trinta Povos das Missões, que receberam da UNESCO o título de patrimônio cultural mundial.

Ao fim das Guerras Guaraníticas, na metade do século XVIII, restaram as ruínas das antigas reduções e todo o arcabouço cultural gerado pela miscigenação das culturas europeia e indígena. Os padres jesuítas trouxeram consigo influências de arte românticas e góticas, o

classicismo renascentista e o estilo barroco (AHLERT, 2014). As principais expressões artísticas da sociedade missioneira foram: a escultura, a música, a arquitetura e a pintura.

Desse encontro de duas culturas tão ricas e diversas não se poderia impor um padrão único para milhares de indígenas. Os jesuítas permitiram que os índios escolhessem quais símbolos católicos utilizariam para cultuar, mesmo assim, muitos continuaram a cultuar suas próprias divindades. Com isso, os guaranis que estavam inseridos nas Missões Jesuíticas conseguiram conservar uma “sensibilidade estética” que auxiliou na manutenção de práticas tradicionais.



Mapa 1 – Remanescentes das Missões Jesuíticas reconhecidos pela UNESCO
Autor: Camilo Pereira Carneiro, 2016.

Atualmente, a cultura cultivada nas Missões Jesuíticas pode ser percebida por aqueles que habitam a tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai tanto na arquitetura das construções que resistiram ao tempo e aos confrontos, como nos hábitos mais simples da população local, como a cultura da erva mate ou o Chamamé (um estilo musical tradicional), por exemplo. Lembranças do período missioneiro marcam a paisagem de municípios do sul do Brasil como São Borja, São Luiz Gonzaga, Santo Ângelo e Dionísio Cerqueira, onde existem murais e

esculturas que retratam os símbolos missioneiros. O mesmo ocorre do outro lado da fronteira, onde, na Argentina e no Paraguai os símbolos missioneiros estão por diversas cidades.

Algumas ruínas das Missões Jesuíticas sobreviveram ao tempo e hoje constituem importantes atrações turísticas. São exemplos: San Ignacio Miní, Santa Ana, Santa María la Mayor e Nuestra Señora de Loreto (Misiones-Argentina), São Miguel das Missões (Rio Grande do Sul-Brasil), Santísima Trinidad e Jesús de Tavarangué (Itapúa-Paraguai), todas reconhecidas pela UNESCO, que lhes atribuiu o título de Patrimônio Mundial. Os municípios mencionados também são marcados pela presença dos índios guaranis, que mantêm sua subsistência principalmente através da confecção de artesanatos.

OS POVOS DA TRÍPLICE FRONTEIRA

Historicamente, a presença de população na tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai decorre da própria existência dos limites internacionais. Tais limites foram responsáveis pela fundação das cidades que compõem essa região transfronteiriça, uma região de certo modo jovem, como explica Rabossi: “Ainda que existam localidades relativamente antigas, a ocupação dos três lados é, em todos os casos, relativamente recente” (RABOSSO, 2011, p.40).

As identidades regionais transfronteiriças demandam um processo histórico de construção que leva em conta diversos fatores. A história da tríplice fronteira está fortemente ligada à geopolítica do governo brasileiro, pautada nas ideias do marechal Mário Travassos (autor do livro “Projeção Continental do Brasil”) e do general Golbery do Couto e Silva. Da estratégia brasileira de ocupação territorial fizeram parte: a construção da usina de Itaipu Binacional, a Ponte da Amizade, a rodovia Paranaguá-Foz do Iguaçu, a concessão de créditos pelo governo brasileiro ao Paraguai para a realização de obras de infraestrutura viária (asfaltamento de estradas e construção de pontes), o estabelecimento de uma empresa de colonização de origem brasileira no Departamento de Nueva Asunción, entre outras medidas (LAINO, 1979).

As áreas ocupadas por migrantes brasileiros nas províncias e departamentos da Argentina e do Paraguai que são fronteiriços com o Brasil correspondem a áreas de expansão capitalista da fronteira agrícola em zonas de baixa densidade demográfica.

Na província argentina de Misiones essa expansão se deu, sobretudo, em terras devolutas ou áreas de preservação ambiental. A população brasentina (de origem brasileira) habita áreas que se estendem ao longo de eixos rodoviários, como o que liga os municípios de

Bernardo de Irigoyen e Eldorado. Os laços de parentesco e o setor de serviços compõem as redes brasileiras que a cada dia consolidam uma influência maior em Misiones. Influência corroborada pela televisão brasileira, que já semeia traços de português no castelhano falado na província argentina.

Em virtude desse cenário e em resposta à significativa presença de brasentinos em seu território, o governo argentino passou a fazer uso da preservação ambiental – como a criação da reserva Yaboti, ao longo da fronteira com o Brasil, em 1992 – como estratégia para reter a imigração brasileira.

Por sua vez, no Paraguai a expansão capitalista no leste do país se fez com a introdução de colonos provenientes do sul do Brasil (uma população de ascendência europeia – alemã e italiana, sobretudo), que foram introduzidos pelo governo do general Stroessner (que presidiu o país entre 1954 e 1989) em terras que já eram habitadas por descendentes de índios guaranis. Isso resultou na marginalização de comunidades Guaraní, na derrubada da floresta e atingiu imensas áreas, onde foram reproduzidos os mesmos processos agrícolas e a mesma devastação ambiental das áreas coloniais do sul do Brasil (HAESBAERT, 2001).

Após décadas de imigração brasileira no Paraguai, a população de brasiguaios passou a ter um expressivo peso político na região da tríplice fronteira. Atualmente, os brasileiros residentes no Paraguai fomentam a economia do país. Em 2011, aproximadamente 63% da produção de soja do Paraguai foram provenientes dos departamentos de Alto Paraná e Canindeyú, onde os brasiguaios compõem grande parte da população (ROLON, 2011).

Cabe ressaltar que o processo induzido de povoamento impetrado na tríplice fronteira foi efetuado por meio de políticas de governo autoritárias e imperialistas, tanto do Paraguai como do Brasil. Nesse sentido, a mais importante das políticas de governo direcionadas à tríplice fronteira foi a construção da usina hidrelétrica de Itaipu Binacional, que modificou drasticamente a paisagem local e impulsionou o crescimento populacional em Ciudad del Este, atualmente com 293.817 habitantes (DGEEC, 2016) e Foz do Iguaçu, que possui 263.782 habitantes (IBGE, 2015). Seus impactos foram sentidos até mesmo na cidade argentina de Puerto Iguazú, que não participou do empreendimento, mas cuja população passou de 3.001 para 42.849 habitantes entre 1970 e 2010 (INDEC, 2016).

Os investimentos governamentais na tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai explicam a existência de grandes colônias de estrangeiros, em especial árabes (predominantemente palestinos, libaneses, sírios, jordanianos e egípcios) e chineses

(taiwaneses e cantoneses), ainda que o maior grupo de estrangeiros da região seja o dos brasiguaios, como mostra o gráfico 1.

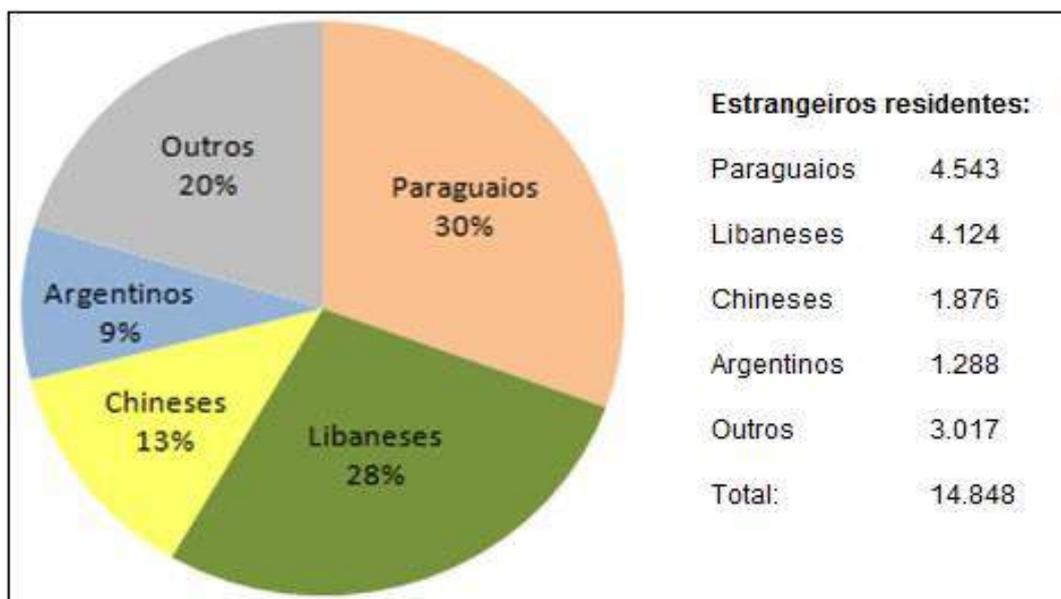


Gráfico 1 – População estrangeira residente em Foz do Iguaçu
 Fonte: Delegacia de Polícia Federal de Foz do Iguaçu, 2013.

Em relação aos povos indígenas da tríplice fronteira, os dois principais grupos que habitam a região são os Guarani e os Kaingang (Quadro 1). As populações que viviam nas terras envolvidas nos projetos governamentais – Itaipu Binacional, expansão da fronteira agrícola, etc. – foram as mais atingidas pelos efeitos negativos dos projetos. Os grupos indígenas sobreviventes possuem atualmente áreas territoriais muito menores do que as que ocupavam há trinta, quarenta ou cinquenta anos atrás.

UNIDADE SUBNACIONAL	POPULAÇÃO INDÍGENA POR UNIDADE SUBNACIONAL	GRUPOS ÉTNICOS
MISIONES (ARG)	4.800	Guarani Mbya
PARANA (BRA)	9.000	Guarani Mbya Guarani Nhandéva Kaingang
ALTO PARANA (PAR)	4.765	Guarani Mbya Guarani Nhandéva

Quadro 1 - População indígena na tríplice fronteira BRA-ARG-PAR
 Fonte: Evaldo Silva, 2011.

Na província argentina de Misiones há setenta comunidades indígenas que conservam grande parte do legado cultural de seus antepassados e cujas crianças assistem aulas em escolas bilíngues. No entanto, assim como os índios brasileiros e paraguaios, os índios argentinos enfrentam problemas como a pobreza e a marginalização (FLORES, 2007).

De maneira geral, os indígenas da tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai habitam aldeamentos que ocupam pequenas extensões de terras e muitas vezes constituem verdadeiras “ilhas” cercadas por campos de soja dos quais não são proprietários. A insuficiência de terras e a superpopulação acarretam condições de vida insalubres a essa população. Muitas crianças indígenas e suas mães tiram o sustento da venda de artesanato e, frequentemente, perambulam pelas ruas pedindo dinheiro e comida aos turistas que visitam as cidades da região.

A situação vivenciada pelos indígenas nas ruas é tão difícil quanto aquela que esses indivíduos encaram nos aldeamentos, como atesta Silva (2011, p. 22).

Quem visita os aldeamentos esperando ver florestas e índios nus portando arco e flecha sofrerá uma grande decepção. Não há matas, animais selvagens desapareceram e os rios estão contaminados por agrotóxicos usados pelos agricultores nas lavouras de soja. Os índios se vestem no mesmo estilo da população não-índia do entorno.

Outra questão a ser destacada é que as tribos que habitam os diferentes países que compõem a tríplice fronteira não reconhecem os limites internacionais, possuindo problemas relacionados à locomoção entre fronteiras. Por vezes, indígenas são barrados por agentes de imigração em virtude de não terem documentos ou de não carregá-los. Também há relatos de indígenas que são impedidos pela polícia de passar a fronteira com a alegação de que irão pedir dinheiro nas ruas ou incomodar os turistas (SILVA, 2011).

A não identificação, por parte dos indígenas, dos limites internacionais faz com que o acesso aos direitos de cidadania se torne muitas vezes um desafio. Na tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai há diversas famílias cujos membros possuem nacionalidades diferentes – um filho é argentino, um é paraguaio, outro é brasileiro, por exemplo. Com isso, ainda que residam no Brasil, muitos indígenas são considerados estrangeiros, não tendo acesso a direitos garantidos pelo governo do Brasil, como o programa Bolsa Família ou a aposentadoria.

INTERAÇÕES FRONTEIRIÇAS E A INTEGRAÇÃO REGIONAL

A cooperação transfronteiriça é um elemento importante para o desenvolvimento de regiões de fronteira. Os imperativos da eficiência e da racionalização transferem certos problemas de uma administração puramente estatal e central para a responsabilidade de atores locais que são mais operacionais. As relações entre fronteiras podem levar ao surgimento de um novo tipo de espaço, mais funcional e mais apto a responder aos problemas resultantes do atual processo de globalização da economia (COURLET, 1996).

No continente europeu, por exemplo, as regiões transfronteiriças possuem um papel chave nas políticas de integração regional. Na União Europeia, o organismo denominado Comitê de Regiões, situado em Bruxelas, coordena a gestão de diversas regiões transfronteiriças, que têm suas demandas ouvidas e encontram ali um fórum onde seus problemas são debatidos e projetos de cooperação transfronteiriça são propostos e incentivados (PEREIRA CARNEIRO, 2016).

Diferentemente da União Europeia, o MERCOSUL conta com um nível institucional baixo, não possui um órgão como o Comitê de Regiões e assim os problemas e projetos ligados às regiões transfronteiriças são tratados caso a caso pelos poderes executivo e legislativo dos Estados membros. Além da instância federal, prefeituras e governos de estados, departamentos e províncias também participam das políticas para a fronteira.

No que tange ao turismo histórico, é possível afirmar que a tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai não está satisfatoriamente integrada. Os turistas que visitam a região enfrentam diversos problemas, como a falta de opções de transporte, exigência de seguro obrigatório para os veículos, restrição de horários de balsas e de aduanas nos passos fronteiriços, além de diferenças de legislação entre Brasil, Argentina e Paraguai, principalmente quanto às exigências em relação a equipamentos obrigatórios para os automóveis.

Os entraves quanto à circulação de pessoas, veículos e trabalho entre os países do MERCOSUL impedem o pleno desenvolvimento do turismo no território missioneiro, além disso, a falta de integração acarreta desperdício de recursos e muitas vezes gera duplicidade de investimentos por parte dos governos nacionais. Exemplos desse duplo investimento são numerosos. Podem ser citados: a existência de três aeroportos internacionais na tríplice fronteira (que atendem os municípios de Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazú),

bastante próximos uns dos outros; os postos de migração duplicados presentes nas fronteiras; e as rodovias paralelas, que acompanham as linhas de fronteira.

A integração efetiva do território missioneiro implicaria em uma estrutura de turismo unificada na região, o que possibilitaria ao turista usufruir de um roteiro trinacional com informações sobre a história e a cultura das Missões Jesuíticas. A solução dos entraves burocráticos para a circulação de pessoas na tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai possibilitaria um aumento de renda para as cidades fronteiriças, bem como um maior reconhecimento internacional dessa região.

Em 1995, os governos de Brasil, Argentina e Paraguai chegaram a elaborar o “Circuito Turístico Integrado Missões Jesuíticas Guarani”, que objetivava o desenvolvimento econômico do território missioneiro. Contudo, a iniciativa não teve resultados significativos. Atualmente existem poucos projetos desenvolvidos pelos países para o estímulo do turismo missioneiro.

Nos últimos anos, algumas empresas privadas passaram a oferecer um roteiro que abrange as reduções do Brasil, da Argentina e do Paraguai em conjunto, em que o turista pode escolher diferentes roteiros, que se diferem no número de dias e que englobam visitas a Santo Ângelo e São Miguel das Missões, no Brasil; Missões Jesuíticas de Santa Ana, Nuestra Señora de Loreto e San Ignacio Miní, na Argentina; e Missões Jesuíticas de Jesus de Tavarengue e Santísima Trinidad, no Paraguai. No entanto, a iniciativa ainda é muito recente para ter seus resultados avaliados (MISSÕES TURISMO, 2016).

O desenvolvimento de uma rota turística trinacional articulada proporcionaria um melhor aproveitamento dos recursos gerados pela grande circulação de turistas entre os três países (haja vista os atrativos representados pelas Cataratas do Iguazu, pela usina hidrelétrica de Itaipu Binacional e pelo comércio de importados de Ciudad del Este). O investimento no turismo histórico possibilitaria um maior desenvolvimento econômico da tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai, além de propiciar um maior conhecimento acerca da história das Missões Jesuíticas, contribuindo para uma valorização da cultura missioneira por parte da população local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As fronteiras configuram, historicamente, locais que recebem poucos investimentos por parte dos Estados nacionais. São comumente marcadas pela pobreza e abandono em razão da

distância em relação ao poder central (as capitais nacionais e os centros de decisão). Dessa maneira, muitas zonas de fronteira tiveram seu desenvolvimento relegado a um segundo plano. A tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai não deixa de seguir esse enredo.

As políticas integracionistas visam romper com essa realidade, visto que a fronteira é o encontro entre as nações a serem integradas. Embora existam diversas iniciativas com o objetivo de promover a integração sul-americana, o MERCOSUL, já com 25 anos de existência, ainda apresenta um baixo nível de cooperação nas zonas de fronteira dos países membros.

Diferente da realidade europeia, onde a UE promove o desenvolvimento das regiões de fronteira, áreas que também são historicamente deprimidas e de economia frágil, o MERCOSUL não conta com uma política voltada à integração transfronteiriça. A tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai convive com diversos obstáculos resultantes da carência de institucionalidade do MERCOSUL e de limitações causadas por legislações divergentes, pela burocracia dos Estados e pela precariedade das infraestruturas.

Os desafios da integração regional estão voltados para as questões de legislação que demandam uma homogeneização por parte dos Estados membros do bloco. Estão voltados também para políticas sociais que possibilitem o acesso à cidadania pelas camadas marginalizadas da sociedade, caso das comunidades indígenas.

O extenso território missioneiro nunca foi contemplado por uma política integrada impulsionadora do desenvolvimento local. Em função do processo de integração sul-americano se mostrar desarticulado quanto aos aspectos físicos, sociais e econômicos, este torna-se mais moroso do que processos que se desenvolvem em outras partes do globo. Não obstante, a tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai, por conta de seu passado missioneiro, possui um simbolismo importante na integração regional. Nesse sentido, a promoção do turismo histórico constitui um fator chave para as estratégias de desenvolvimento que busquem propiciar maior dinamismo econômico e equidade às fronteiras do MERCOSUL.

REFERÊNCIAS

AHLERT, J. Santitos: Insígnia Missioneira em Situação de Fronteira. In: **Integração Regional, Fronteiras e Globalização no Continente Americano**. Porto Alegre: Editora Imprensa Livre, 2014.

COURLET, C. **Globalização e fronteira**. Porto Alegre: Ensaios FEE (17) 1:11- 22, 1996.

DGEEC – *Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos*. Disponível em <www.dgeec.gov.py>. Acesso em 23 nov. 2016.

FLORES, M. **Misiones, nuestraprovincia**. Buenos Aires: Cultural Libera Americana, 2007.

HAESBAERT, R. Regiões transfronteiriças e redes "brasileiras" no MERCOSUL. In: 8º Encontro de Geógrafos da América Latina, 2001, Santiago. **Anais do 8º Encontro de Geógrafos da América Latina**. Santiago: Universidad de Chile, 2001.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em 23 nov. 2016.

INDEC. Disponível em <www.indec.gov.ar>. Acesso em: 23 nov. 2016.

JESUÍTAS DEL PARAGUAY. **Reducciones Jesuíticas**. Disponível em <<http://jesuitas.org.py>>. Acesso em: 7 nov. 2016.

KERN, A. A. O impacto das práticas missionárias nas Missões Jesuítico-guaranis: da aldeia guarani ao núcleo urbano colonial. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho, 2011. Disponível em: <<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14>>. Acesso em: 2 nov. 2016.

LAINO, D. **Paraguai: fronteiras e penetração brasileira**. São Paulo: Global, 1979, 247 p.

MATTIOLI, M. C. **Circulação de trabalhadores noMercosul**. Trabalho & doutrina: processo, jurisprudência. São Paulo: Saraiva, 1996.

MISSÕES TURISMO. **Circuito das Missões Internacionais**. Disponível em <<http://missoesturismo.com.br>>. Acesso em: 7 nov. 2016.

PEREIRA CARNEIRO, C. **Fronteiras irmãs: transfronteirizações na Bacia do Prata- Porto Alegre: Ideograf, 2016**.

RABOSSI, F. Como pensamos a Tríplice Fronteira? In: **A Tríplice Fronteira: espaços nacionais e dinâmicas locais**. Macagno, Lorenzo; Montenegro, Silvia; Béliveau, Verónica (orgs.). Curitiba: Editora UFPR, 2011, 284 p.

ROLON, J. A. **Paraguai: transição democrática e política externa**. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2011, 177 p.

A POLÍTICA NO BRASIL MERIDIONAL VISTA PELO PRISMA DO DIPLOMATA PORTUGUÊS CONDE DE PAÇO D'ARCOS (1891-1893)*

João Júlio Gomes dos Santos Júnior

INTRODUÇÃO

O primeiro diplomata português acreditado para desenvolver atividades de representação diplomática no Brasil, após a Proclamação da República em 1889, foi Carlos Eugênio Correia da Silva, o Conde de Paço d'Arcos. No transcorrer de sua Missão Diplomática ele acompanhou com atenção as disputas políticas que aconteciam no Brasil inteiro e, em especial, no Rio Grande do Sul. Nosso objetivo é compreender como a diplomacia portuguesa, a partir do prisma desse indivíduo, percebia os assuntos relacionados a situação política no espaço mais meridional do Brasil entre os anos de 1891 e 1893.

Contudo, para trabalharmos a documentação produzida por Carlos Eugênio⁴⁸ é preciso que façamos um esforço para compreender as chaves de leitura que esse indivíduo fez do contexto político brasileiro. É preciso, pois, avaliar a trajetória do Conde de Paço d'Arcos em suas dimensões profissional, intelectual, cultural e política. Uma vez que retomemos o espaço de experiência desse indivíduo poderemos avaliar os seus horizontes de expectativas em relação aos desdobramentos conjunturais do início da República brasileira (KOSELLECK, 2006, p. 308-309).

Em nosso entendimento há, pelo menos, duas chaves de leitura fundamentais para compreender a visão do Conde de Paço d'Arcos sobre os desdobramentos políticos no Rio Grande do Sul. A primeira delas é a formação militar do Conde de Paço D'Arcos, o que justifica muitas de suas análises em que a defesa da ordem. A segunda é a sua formação

* Uma primeira versão deste texto foi publicada nos anais da II Jornada de História das Relações Internacionais (GT da Anpuh/RS), evento realizado na cidade de Porto Alegre em 2008.

⁴⁸ Em 1974, os netos do Conde de Paço d'Arcos (1837-1905) terminaram a tarefa iniciada pelo filho de Carlos Eugênio, Henrique Monteiro Correia da Silva (1878-1935), de publicar grande parte dos documentos relacionados a Missão Diplomática do Conde de Paço d'Arcos no Brasil entre os anos de 1891 e 1893. Ao longo do texto vamos nos referir a essa publicação como (SILVA, 1974). Desde então, essa documentação foi utilizada por uma série de historiadores como fonte complementar para suas pesquisas, mas não como objeto de pesquisa. Os primeiros trabalhos nesse sentido são: Santos Jr. (2010; 2011).

política, que é considerada por nós como a principal responsável pelas compreensões, muitas vezes apressadas, que esse diplomata teve do contexto político brasileiro e, em especial, do contexto político gaúcho.

O presente artigo está dividido em duas partes. A primeira procurou contextualizar a formação político-militar desse diplomata relacionando-a com a conjuntura política interna de Portugal no século XIX. A segunda parte procurou evidenciar, a partir da documentação disponível, que a formação e o conservadorismo político desse diplomata português influenciou sua compreensão do processo histórico de consolidação da República brasileira, sobretudo em relação a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul.

A FORMAÇÃO POLÍTICO-MILITAR DO CONDE DE PAÇO D'ARCOS

Carlos Eugênio Correia da Silva, o Conde de Paço D'Arcos, deve ser compreendido, antes de qualquer outra análise, enquanto um profissional formado dentro dos moldes da carreira militar. Essa peculiaridade de sua formação é percebida na documentação analisada em que se manifesta, em certas ocasiões, uma nítida predileção pelo argumento da manutenção da ordem e da hierarquia, tanto profissional quanto social.

Nascido em 17 de dezembro de 1837, em Lisboa, sua primeira educação foi no Colégio dos Nobres, tendo sua iniciação na Marinha portuguesa a partir da Escola Naval de Portugal. Sua primeira viagem e contato com a vida de marinheiro foi a experiência de instrução pelas ilhas de Madeira e Açores, a bordo da corveta *Porto* (SILVA, 1974, p. XXIV). Aos 18 anos de idade, em 1853, realizou sua primeira viagem de longo percurso pelo império colonial português, a bordo da corveta *D. João I*, que tinha a China como destino.

Ainda quando era um recém Guarda-Marinha, com apenas 20 anos, Carlos Eugênio, recebeu o comando da escuna *Vênus*. Aos 23 anos, já promovido à Oficial de Guarnição, embarcou no transporte à vela *Martinho de Mello*, assumindo as responsabilidades de pilotagem, de oficial astrônomo do navio e o calculador responsável pela navegação.

Mais tarde, navegou os vapores *Infante D. Luis*, a *Bartholomeu Dias* e a *Sagres*, barco esse em que ficou amigo do rei de Portugal, D. Luís. Em 1862, com 25 anos, era o responsável pela escuna *Napier* no Tejo. Aos 27 anos, já promovido à Segundo-Tenente, e ainda à frente da

Napier, em 27 de fevereiro de 1864, aprisionou o navio espanhol *Virgem Del Refugio*, que realizava tráfico de escravos ao norte de Benguela, em Angola, tendo se constituído, esta, na última apreensão da Marinha portuguesa de navios com escravos (*op. cit.*, p. XXVI).

Em Dezembro de 1865, em função de saúde debilitada, Carlos Eugênio permaneceu um tempo longe dos mares, realizando a atividade de escritor e de estudioso de táticas de batalha, balística e artilharia. Nesse período, colaborou com os *Anaes da Marinha e Ultramar* uma compilação de artigos diversos, dentre os quais, alguns de sua autoria. Em 1867, retornou ao mar no comando do navio *Pedro Nunes*, quando já havia sido promovido à Primeiro-Tenente. Mais tarde assumiu a canhoneira *Zarco*, que era um navio a vapor, sendo então promovido à Capitão-Tenente. Carlos Eugênio ainda comandaria as corvetas *Sagres* e *Estefânia*.

A formação política de Carlos Eugênio, por outro lado, é igualmente um ponto essencial para compreendermos seus posicionamentos e reflexões acerca da situação do Rio Grande do Sul no transcorrer de sua Missão Diplomática. Portanto, a sua experiência política e administrativa, tanto em Portugal como em terras coloniais ultramarinas, devem ser contextualizadas de acordo com a situação política interna de Portugal ao longo do século XIX. É dessa forma que compreenderemos a qual tradição de pensamento Carlos Eugênio é partidário e o que isso significava.

Para dar conta dessa tarefa, partimos da reflexão de Amadeu Carvalho Homem, que procura historicizar as relações político-ideológicas existentes entre o movimento liberal ocorrido na cidade do Porto, em 1820, e a circunstância histórica do fim da Monarquia portuguesa (HOMEM, 2000). Nesse artigo, Amadeu Carvalho Homem explicita as origens do partido Regenerador e do partido Progressista, ambas agremiações políticas de cunho monarquista, e as origens do movimento republicano português, que deu origem ao Partido Republicano Português.

As conclusões do autor apontam para a existência daquilo que ele chama de “conservadorismo liberal”. Esse conservadorismo se baseia na configuração social específica da sociedade portuguesa do século XIX. Mesmo representando certo avanço político em relação ao absolutismo, o liberalismo português *cartista*⁴⁹ era conservador em sua essência. As elites dominantes desconfiavam da iniciativa privada, preferiam comprar títulos

⁴⁹ O *cartismo* é como ficou conhecida na historiografia portuguesa o movimento político-social de defesa da Carta Outorgada por D. Pedro em 1826.

nobiliárquicos e compor a administração pública, transformando-se em “notáveis locais”, ao invés de, à semelhança de outros Estados da Europa, permitir a ascensão da burguesia como investidora industrial, e perder o controle do Estado. Dessa forma, é que se configurou um “conservadorismo liberal” que se diferenciou do absolutismo, mas que estava longe das reformas liberalizantes.

Em 1851 aconteceu a Revolução da Regeneração, ou Regeneradora. Essa revolução preconizava a modernização do Estado português a partir de obras públicas, já que não existia uma burguesia forte e empreendedora capaz de fazê-lo. Essas obras públicas, por sua vez, ainda precisavam de auxílio financeiro externo, em função da precariedade das receitas públicas. Esse financiamento externo deu origem a uma dívida galopante, que prejudicaria muito Portugal nas décadas posteriores (*Op. cit.*, p. 269). Esse movimento marcou a predominância no cenário político do Partido Regenerador. A partir desse momento, um período mais estável se estabeleceu em Portugal, em que as convulsões políticas deram lugar às tentativas modernizadoras. Foi a partir desse momento que iniciou o *rotativismo*, uma prática política de “partilha do poder entre formações políticas solidamente institucionalizadas” (*Op. cit.*, p. 20). No entanto, em um primeiro momento, o papel de oposição ao partido Regenerador seria fracamente desempenhado pelo Partido Histórico, do Marquês de Loulé.

Em função da influência que a revolução espanhola de 1868 e a comuna de Paris de 1871 tiveram na sociedade portuguesa, surgiram em Portugal os partidos Socialista e Republicano, que foram inspirados por posicionamentos contrários à monarquia. É dentro desse contexto que, em 1870, aos 37 anos de idade, Carlos Eugênio inicia sua carreira política em Portugal ao entrar para Câmara dos Deputados. Conservador como seu pai, pertenceu ao quadro político do partido Regenerador (SILVA, 1974, p. XXX).

Em 1876, em uma tentativa de diminuir o domínio político do Partido Regenerador, aconteceu uma fusão entre alguns partidos de oposição. Os partidos Reformista e Histórico, ambos ainda dentro da lógica monarquista portuguesa, porém orientados por um maior radicalismo baseado na tradição *vintista*⁵⁰, se uniram e criaram o partido Progressista. Essa fusão originou o momento que ficou conhecido como *segundo rotativismo*, em que o partido

⁵⁰ O *Vintismo* é como ficou conhecido na historiografia portuguesa os adeptos da Revolução Liberal do Porto de 1820 que procuravam limitar os poderes absolutos do rei submetendo-o a uma Constituição.

Progressista almejava a alternância do poder, mas quando chegou ao governo, não mostrou grandes modificações em relação à administração Regeneradora.

A partir de então, o partido Republicano surgiu enquanto única ideologia de contraposição ao conservadorismo dos partidos monarquistas, carregando consigo o legado da tradição *vintista* (HOMEM, 2000. p. 270).

Ainda no ano de 1876, Carlos Eugênio foi nomeado administrador colonial, ocupando o cargo de governador de Macau e Timor. Ele permaneceu nessa função durante três anos, e no transcorrer desse período foi feito Visconde de Paço D’Arcos. Além de governar Macau, também fazia parte de suas atribuições administrativas ser o Ministro Plenipotenciário português na China, Japão e Sião (SILVA, 1974. p. XXXI-XXXII).

No transcorrer de suas atribuições de administrador das colônias ultramarinas portuguesas, o então Visconde de Paço D’Arcos não acompanhou presencialmente as discussões que aconteciam em Portugal e que marcaram a primeira fase do republicanismo português. Em 1873 foi fundado o Centro Republicano, e em 1876 foi criado o Partido Republicano. Em 1878 o número de adeptos cresceu consideravelmente e, nas eleições do mesmo ano, um deputado republicano foi eleito pela cidade do Porto (NETTO, 1986, p. 15).

Em fins de 1879, o Visconde de Paço D’Arcos adoeceu gravemente e foi retirado da administração colonial de Macau. Após se recuperar, já em 1880, foi nomeado Governador-Geral do Moçambique. Em Março de 1882, Carlos Eugênio foi nomeado para o posto mais alto da administração colonial portuguesa: o Governo Geral da Índia portuguesa, onde permaneceu até março de 1885 (SILVA, 1974, p. XXXIII-XLV).

É nesse contexto histórico que acontece a Conferência de Berlim em fins de 1884 e início de 1885. Promovida por Otto Von Bismarck, chanceler do Imperador Guilherme I, e responsável pela unificação político-econômica do Império alemão, essa conferência redefiniu alguns dos princípios das relações internacionais da época. A principal definição foi a alteração da concepção de reconhecimento de área de influência colonial, deixando de ser baseada em uma relação comercial para passar a ser considerada a presença efetiva enquanto delimitadora dos limites coloniais (DÖPCKE, 2007, p. 100).

Em Abril de 1885, em função da doença de sua esposa, Carlos Eugênio retornou para Lisboa, exonerou-se do cargo de Governador Geral da Índia nos fins de 1885, e fixou residência

em Lisboa. Logo após ser exonerado, foi eleito Par do Reino pelo distrito de Lisboa⁵¹. Em início de 1886, acabou o último governo Regenerador de Fontes, dando lugar ao governo Progressista de José Luciano, respeitando o *rotativismo*. Após esse subir ao poder, o Visconde de Paço D’Arcos enfrentou certo ostracismo político e agüentou um período sem cargos públicos.

No início de 1888, o Visconde de Paço D’Arcos foi nomeado superintendente do Arsenal da Marinha, sendo o responsável pela construção de alguns navios para a Armada portuguesa. Nessa mesma época, foi agraciado com a honra de Ajudante do Rei D. Luís (SILVA, 1974, p. XLVI). No entanto, D. Luís morreu meses depois, em Outubro de 1889, sendo sucedido por D. Carlos. É nesse contexto histórico de transição monárquica em Portugal que a monarquia brasileira terminou com um golpe militar em 15 de novembro de 1889.

A Proclamação da República brasileira não foi reconhecida pelos portugueses em um primeiro momento. Ainda existia, em Portugal, uma expectativa de restauração monárquica no Brasil. D. Pedro II, que tinha ligações dinásticas com a casa real portuguesa, ao ser deposto, seguiu para o exílio em Portugal, sendo muito bem recebido pelo rei D. Carlos e pelo povo português. O ex-imperador brasileiro permaneceu em território luso até 28 de dezembro de 1889, seguindo depois para Paris onde fixou residência até falecer em 5 de dezembro de 1891 (CERVO, 2000, p.201).

Contudo, logo no início de 1890, mais precisamente em 11 de janeiro, estourou a crise do chamado *ultimatum* inglês. Esse *ultimatum* se deu a partir das ambições portuguesas de unir suas possessões coloniais africanas de Angola e Moçambique, anexando parte de um território inglês. Essa ambição entrou em choque com as aspirações inglesas, personificadas nos interesses de Cecil Rhodes, de construir uma estrada de ferro que unisse os territórios do Cabo (futura África do Sul) até o Cairo (MAGALHÃES, 2000. p. 197).

A partir dessa situação de choque de interesses internacionais, os republicanos portugueses utilizaram-se politicamente desse acontecimento para iniciar uma forte campanha nacionalista que exorcizava a “passividade monárquica” frente à clara “intervenção nos assuntos internos” de Portugal (HOMEM, 2000. p. 274). Essas manifestações deram origem a um momento do republicanismo português que rompia com as antigas concepções de

⁵¹ A Constituição de 1826 previa duas Câmaras. A Câmara dos Pares, em que seus membros tinham o tratamento de Dignos Pares do Reino, e a Câmara dos Deputados, que tinham o tratamento de Senhores Deputados da Nação portuguesa. Ver a constituição portuguesa de 1826 no seu formato completo e a atribuição de cada uma das câmaras no site: <http://www.arqnet.pt/portal/portugal/liberalismo/c1826t4.html>.

mudança do regime político pela ordem, passando a defender a radicalização do processo e a revolução como meio de eliminar a Monarquia e instaurar a República em Portugal (HOMEM, 2003. p. 26).

Dada essa situação interna, Portugal não reconheceu a República brasileira sob a pena de estar legitimando o seu próprio movimento republicano. Dessa forma, optou por um momento de cautela e utilizou o argumento de que nem a França republicana havia ainda feito o reconhecimento da República brasileira. Portanto, entendiam que não caberia a Portugal ser a primeira nação da Europa a reconhecer o novo governo⁵². Além disso, havia temor entre os grandes países de que o Brasil se tornasse mais uma república instável, seguindo o depreciativo padrão das “republichetas” latino-americanas (BUENO, 1995, p. 33).

Contudo, Portugal enfrentava uma crise política interna muito grande. Com o *ultimatum* do governo inglês, caiu por terra o governo Progressista de José Luciano e assumiu o governo Antônio de Serpa, do Partido Regenerador. Esse governo conservador nomeou o Visconde de Paço D’Arcos como o Governador Civil de Lisboa, sendo que esse assumiu a função no dia 16 de Janeiro de 1890 e, simultaneamente com essa responsabilidade, também assumiu novamente lugar na Câmara dos Pares.

Nesse contexto, os argumentos portugueses para não reconhecer a República brasileira foram se esgotando quando a França, que até então não havia reconhecido a República brasileira para não legitimar as reivindicações republicanas em Portugal e na Espanha, o fez com o objetivo de tentar solucionar a questão de limites que envolviam os territórios da Guiana Francesa e do Brasil. O reconhecimento francês aconteceu em junho de 1890 (CERVO, BUENO, 2001, p. 154).

A partir de então, o último argumento português para adiar o reconhecimento foi utilizar-se do fato de haver um receio de que o Governo Provisório, liderado por Deodoro da Fonseca, estivesse se encaminhando para uma ditadura militar⁵³. Dessa forma, Portugal optou por uma saída legalista para a questão do reconhecimento da República brasileira, dizendo estar aguardando o Congresso Constituinte como a expressão da legitimidade das instituições brasileiras. Esse argumento possibilitou que o reconhecimento fosse adiado até o dia 20 de

⁵² Ver doc. 156. Carta reservada do Barão de Aguiar d’Andrada para Quintino Bocayuva (data: 20.02.1890). In: BRANCATO, 1993, p.189.

⁵³ Ver doc. 157. Carta confidencial do Barão de Aguiar d’Andrada para Quintino Bocayuva (data: 03.09.1890) In: BRANCATO, 1993, p. 189-190.

setembro de 1890, cinco dias após a primeira sessão do Congresso Constituinte brasileiro (OLIVEIRA, 1997, p. 174).

No entanto, os argumentos republicanos em Portugal continuaram fortes. O governo progressista de José Luciano de Castro (1886-90) havia somado um acréscimo de 100% no déficit comercial (SILVA, 2003, p. 51). A difícil situação financeira interna foi explorada pelos republicanos portugueses habilmente. Essa situação ainda foi agravada com a queda de remessas dos lucros por portugueses que viviam no Brasil, em função da instabilidade econômica do novo governo brasileiro (CERVO; MAGALHÃES, 2000, p. 202)⁵⁴.

Dentro desse contexto, após o reconhecimento português da República brasileira, o Dr. Figueiredo de Magalhães, que viria mais tarde a ser Conde de Figueiredo Magalhães, e o Barão de Itanhaem de Andrade, membros proeminentes da colônia portuguesa no Brasil, foram procurar o Visconde de Paço D’Arcos, solicitando que esse aceitasse ser nomeado representante diplomático português no Brasil. Ao ser exonerado do cargo de Governador Civil de Lisboa, Carlos Eugênio foi feito Conde de Paço D’Arcos, e mais tarde, pelo decreto do governo de 14 de outubro de 1890, o agora Conde de Paço D’Arcos, foi nomeado Ministro Plenipotenciário no Brasil (SILVA, 1974. p. XLVIII).

Enquanto o Conde de Paço D’Arcos não embarcava para o Rio de Janeiro, ele presenciou, em janeiro de 1891, o lançamento do “Manifesto e Programa” republicano português. Esse Manifesto elaborado por Teófilo Braga abria com uma introdução que recuperava a trajetória histórica do movimento republicano e trazia algumas reflexões ideológicas, as quais eram marcadas pelo positivismo (MARQUES, 2001, p. 364). Poucos dias após essa publicação, em 31 de janeiro de 1891, uma revolução republicana, inspirada nos ideais *vintistas*, eclodiu na cidade do Porto, sendo rapidamente abafada pelas autoridades monárquicas (HOMEM, 2000. p. 274).

A partir dessa conjuntura histórica é que se estabeleceram oficialmente as relações diplomáticas entre Brasil e Portugal, sendo o Conde de Paços D’Arcos o primeiro diplomata português acreditado para representar a Monarquia de Portugal na República do Brasil. A sua Missão Diplomática iniciou em 2 de junho de 1891 e perdurou até 20 de novembro de 1893.

⁵⁴ Um estudo mais aprofundado sobre as remessas dos emigrantes pode ser encontrado em Pereira (2002. p. 55-78).

A MISSÃO DIPLOMÁTICA DO CONDE DE PAÇOS D'ARCOS NO BRASIL (1891-1893)

Desde que chegou ao Brasil em 2 de Junho de 1891, o Conde de Paço d’Arcos presenciou a origem da Revolução Federalista até o seu início de fato, seja com a derrubada do *governicho* (FRANCO, 1993), seja com a invasão das tropas federalistas a partir do Uruguai, como a maior parte da historiografia considera. Carlos Eugênio também presenciou a eclosão da Revolta da Armada, em 6 de setembro de 1893, até ser convocado para voltar ao seu país em 17 de Setembro e retornando para Portugal três dias depois.

No transcorrer de sua Missão Diplomática, o Conde de Paço d’Arcos enviou constantemente informações a respeito da situação política no Rio Grande do Sul através de cartas e mensagens telegrafadas para o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Essas mensagens se baseavam em jornais da época que circulavam no Rio de Janeiro, como também a partir de informações que os cônsules e vice-cônsules enviavam para o Conde.

A estrutura diplomática portuguesa no Rio Grande do Sul estava estruturada a partir de um Consulado na cidade de Rio Grande e Vice-Consulados nas cidades de: Porto Alegre, Jaguarão, Pelotas, Santa Vitória do Palmar e Bagé⁵⁵. Passemos, a seguir, à análise de alguns documentos produzidos por Carlos Eugênio e enviados para Portugal.

Em um telegrama datado de 11 de novembro de 1891, endereçado ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, que naquele momento era o Conde de Valbom, o Conde de Paço d’Arcos diz que o “Rio Grande do Sul [estava] revoltado contra a ditadura” (SILVA, 1974. p. 99). O diplomata refere-se ao Golpe de Estado conduzido por Deodoro da Fonseca no início do mês de novembro, em que foi declarado o Estado de Sítio e o fechamento do Congresso Nacional. No mesmo dia, o Conde de Paço D’Arcos enviou outro telegrama para o Cônsul de Portugal no Rio Grande do Sul, Vicente Nunes Tavares⁵⁶, recomendando “completa abstenção na política e questões do país” (*Op. cit.*, p. 100).

⁵⁵ Algumas dessas informações baseiam-se em Soares (1988). Outras, na documentação existente no Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul – seção de consulados, maço CN 21, caixa 11.

⁵⁶ Na documentação do Conde de Paço d’Arcos só há referência ao cônsul do Rio Grande do Sul como “Tavares”. Na documentação do Arquivo Histórico do RS (seção de consulados, maço CN 21, caixa 11, documento nº 293) é possível encontrar um documento datado de 28.11.1891 em que aparece o nome completo do cônsul.

No dia 12 de novembro de 1891, Paço d’Arcos enviou uma extensa carta ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, o Conde de Valbom, trazendo pormenores sobre a situação política do Brasil. No fim desta carta, Paço D’Arcos transcreveu um telegrama, presumivelmente escrito por Vicente Nunes Tavares, que informava que a “Guarnição e [o] povo desta cidade declarou-se [a] favor congresso nomeando novas autoridades. O mesmo movimento simultaneamente estendeu-se [por] todo o sul e centro desse estado” (*Op. cit.*, p. 105).

Esses documentos permitem algumas conclusões. A primeira é o desconhecimento total do Conde de Paço d’Arcos a respeito da situação política do Rio Grande do Sul naquele momento. Isso porque em nenhum momento foi mencionado que o Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, que foi destituído do poder por essa revolta, era Júlio de Castilhos. Vele a pena lembrar que Júlio de Castilhos havia apoiado a candidatura de Deodoro para presidência da República, e que Júlio de Castilhos também havia sido eleito como o primeiro Presidente do Estado do Rio Grande do Sul no período republicano, mesmo sendo uma eleição marcada pela fraude e pelo boicote da oposição ao *castilhismo* (FLORES, 2003).

Dessa forma, até aquele momento, Deodoro e Castilhos eram os legítimos representantes do Estado brasileiro e do Estado sulino, respectivamente. Entretanto, quando Deodoro declarou Estado de Sítio e fechou o Congresso, Júlio de Castilhos apoiou tais atitudes e ainda prometeu garantir a ordem no Estado. Entretanto, como houve resistência no Rio de Janeiro a partir da revolta da Marinha, liderada por Custódio de Mello, e do Exército, comandado por Floriano Peixoto, o golpe conduzido por Deodoro fracassou e ele foi obrigado a renunciar. Ao mesmo tempo, a situação de Júlio de Castilhos ficou igualmente insustentável e ele foi obrigado a deixar o governo estadual.

O Conde de Paço D’Arcos estava alheio a isso tudo e, até então, não tinha idéia do que representava a chegada da oposição ao poder no Estado do Rio Grande do Sul. Tão pouco sabia quem eram as novas autoridades nomeadas. Tanto é que, a primeira Junta Governativa do Estado composta por Assis Brasil, Barros Cassal, o General reformado Domingos Alves Barreto Leite e o General e Deputado Federal Manoel Luís da Rocha Osório, nem sequer é mencionada pelo diplomata. Como também não é mencionada a substituição da Junta Governativa pelo Governo do General Domingos Barreto Leite, tendo como vice-governador João de Barros Cassal.

Para o Conde de Paço d’Arcos, a situação parecia estar resolvida no Rio Grande do Sul em função da renúncia de Deodoro e a ascensão de Floriano ao poder em 23 de novembro de 1891. Essa impressão se justifica em uma carta remetida ao Conde de Valbom no dia 25 de novembro, em que Paço d’Arcos diz que o Rio Grande do Sul parecia estar mais calmo com o fim da ditadura de Deodoro (SILVA, 1974, p. 109)

Já em um primeiro momento fica claro que a preocupação do Conde de Paço d’Arcos é com a ordem. Para ele, não parece importar quem assumiu o poder no Rio Grande do Sul, mas sim que esse Estado estava mais calmo depois que foi afastado o perigo revolucionário. Contudo, em uma análise mais cuidadosa fica clara sua preocupação com a legitimidade dos governos, uma vez que a revolta no Rio Grande do Sul foi a favor do Congresso e, com a subida de Floriano ao poder, parece que a ditadura foi afastada.

A complexidade política desse momento histórico é evidente, o que torna ainda mais difícil sua compreensão por um estrangeiro. No entanto, em uma carta enviada ao Conde Valbom no dia 10 de dezembro de 1891, Paço d’Arcos faz uma análise política mais completa do conflito e lança mão de uma analogia típica de um oficial da Marinha. Nessa carta ele considera a Revolução Federalista como uma luta entre coronéis políticos (*op. cit.*, p. 113)⁵⁷:

Não é o povo em massa, não é a opinião geral neste ou naquele Estado, que faz os tumultos ou as revoltas, batalhando por uma ideia de república ou de monarquia, são simplesmente os caudilhos deste ou daquele coriféu partidário que, com os seus sequazes, promovem a desordem para pescar nas águas turvas .

No dia 5 de janeiro de 1892, Gaspar Silveira Martins, que estava exilado na Europa desde a Proclamação da República em função de sua proximidade com D. Pedro II, chegou de volta ao Rio de Janeiro (OSÓRIO, 1930). No dia 7 de janeiro, o Conde de Paço d’Arcos enviou uma carta ao ministro Valbom comunicando que os monarquistas esperavam muito com a chegada de Silveira Martins (SILVA, 1974, p. 124). Essa expectativa estava relacionada com a possibilidade de restauração monárquica no Brasil, com a Princesa Isabel à frente do movimento, ou então, com a regência de proeminentes personalidades da época do

⁵⁷ Sobre o coronelismo praticado naquele período no Rio Grande do Sul, ver Felix (1996).

Império, tal como o próprio Silveira Martins, até que um dos príncipes chegasse à idade de assumir o trono (JANOTTI, 1986, p. 49)⁵⁸.

Em relação ao movimento monarquista, Maria de Lourdes Mônico Janotti lembra que os partidários da monarquia nos primeiros anos da República existiram de fato, contudo, não existia uma articulação nacional, o que teria prejudicado o projeto de restauração (*op. cit.*, p. 54). A autora ainda lembra que a repressão política dos primeiros anos da República era justificada pelo medo aos monarquistas, em uma tática de fortalecimento do poder central, principalmente a partir da propaganda política.

Dessa forma, as impressões restauracionistas do período republicano devem ser no mínimo problematizadas. Não podemos aqui considerar que não havia restauracionistas e que tudo era obra da construção da propaganda republicana, a qual teria se utilizado do argumento restauracionista para consolidar a República, como argumenta, por exemplo, Carlos Dante de Moraes, referindo-se a imagem criada de que os federalistas seriam monarquistas e restauracionistas (MORAIS, 1969 apud FÉLIX, 1996, p. 67). Esse autor diz que essa identificação dos federalistas enquanto um grupo comprometido com o restauracionismo foi apenas uma maneira que o governo estadual encontrou para conseguir apoio do governo central. Esse tipo de visão deve ser revisto, na medida em que, os federalistas na sua heterogeneidade, também eram compostos por antigos membros dos partidos políticos da época do Império.

O fato que precisa ser ressaltado é que existiam sim adeptos da monarquia durante a Primeira República, tanto que em 15 de outubro de 1895 foi criado o Partido Monárquico (JANOTTI, 1986, p. 96). Mas, ao mesmo tempo, é preciso compreender o discurso jacobino de atribuir o caráter monarquista a toda e qualquer oposição ao republicanismo governista (QUEIROZ, 1986). Portanto, é preciso tentar compreender em cada caso a origem da fonte que estamos nos baseando.

Especificamente acerca da percepção do Conde de Paços d'Arcos sobre o monarquismo e os movimentos restauracionistas, é preciso que façamos a crítica da fonte para compreender as interpretações deste personagem no transcorrer de sua Missão Diplomática.

⁵⁸ Janotti aponta a existência de uma divisão dentro do movimento monárquico: existia partidários de que Pedro Augusto, filho de D. Leopoldina, assumisse o trono brasileiro, enquanto uma outra facção defendia o que o trono fosse entregue a Pedro de Alcântara, filho da Princesa Isabel.

Ao passar informações para Portugal sobre a possibilidade restauracionista no Brasil, esse diplomata está dizendo muito mais do que isso.

Ao dizer que a monarquia brasileira poderia voltar com a restauração da dinastia de Bragança, o Conde de Paço D’Arcos estava acenando com a possibilidade de que Portugal voltasse a possuir vínculos dinásticos com o Brasil, uma vez que o rei de Portugal também era da dinastia de Bragança. Dizer que havia a possibilidade da monarquia ser reinstituída no Brasil, era também sugerir duas hipóteses. A primeira era de que existiria uma insatisfação com o regime republicano no Brasil, demonstrando que a República não era unanimidade. Esse argumento se sustentaria em função das diversas revoltas existentes pelos Estados brasileiros, como o Conde de Paço D’Arcos descreveu em seus documentos (SILVA, 1974, p. 140).

O segundo argumento que poderia ser inferido era de que o regime republicano possuía natureza instável, portanto, não possibilitaria ordem social nem segurança. Dessa forma, as revoltas descritas pelo diplomata somam-se a essa argumentação, como um reflexo da instabilidade política do novo regime.

Essas leituras do conturbado início da República brasileira devem ser problematizadas a partir da formação política e profissional do Conde de Paço d’Arcos. A sedição militar, por exemplo, era vista pelo diplomata enquanto uma quebra de hierarquia, portanto uma atitude condenável. Carlos Eugênio era totalmente contrário às revoltas que contestassem a ordem e a hierarquia. Além disso, é preciso ter em mente o caráter extremamente conservador de sua opção política, uma vez que, o Partido Regenerador era a expressão do conservadorismo em uma monarquia decadente⁵⁹.

Dessa forma, ao lermos os documentos do Conde Paço d’Arcos precisamos ter em mente que as informações que ele passava para Portugal não são neutras, nem isentas. A sua visão de mundo fez com que ele tivesse leituras específicas a respeito da política nacional e estadual. Como no despacho de 3 de março de 1892:

Os sucessos do Rio Grande dão motivos a grande numero de suposições e os monarquicos acham-se muito esperançados que dali lhes brote a restauração. Silveira Martins, o caudilho político no qual parecem fundamentar as suas esperanças, disse em discursos naquêlê Estado que quere a republica federal, mas

⁵⁹ Lembrando o cenário de crise política em função do *ultimatum* inglês e a crise econômica com a queda das remessas de lucros por parte dos portugueses residentes no Brasil.

parlamentar e não presidencial, e que não trabalha por uma mudança de instituições e só pela reforma da constituição federal. Os monarquicos asseguram que isto são somente palavras de disfarce, e que a mudança não será de forma de governativa, mas de sistema (SILVA, 1974, p. 135).

Nesta carta endereçada ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Costa Lobo, que substituiu o Conde de Valbom, Paço D’Arcos escreveu sobre a possibilidade de restauração monárquica a partir de Silveira Martins, mesmo que esse negasse intenções restauracionistas. Aqui fica clara a influência da imprensa governista, que taxou Silveira Martins como restauracionista e fez com que o Conde de Paço d’Arcos levasse essa hipótese em consideração.

Em relação a sua formação militar e a influência que isso teve em sua percepção da política rio-grandense, vale conferir o documento de 22 de junho de 1892:

E no Rio Grande do Sul, o ex-governador deodorista Castilhos, ajudado pelas massas populares, expulsa do governo o general Visconde de Pelotas, eleito pelos parciais da situação de Floriano, dando essa deposição motivo à demissão do ministro federal Dr. Antão de Faria, que era junto ao marechal secretario representante daquele Estado, onde a revolução continúa, apesar de dizerem os jornais obedientes ao marechal que tudo aquilo nada importa porque as tropas se conservam fieis! Mas a ser assim, como é que o general Pelotas, que passa por bravo militar, resignou o poder sem combate? (SILVA, 1974, p. 161).

Em outra missiva, datada de 3 de agosto de 1892, a influência da sua formação militar torna-se ainda mais ilustrativa (SILVA, 1974, p. 167):

Como se vê, no estado actual da republica brasileira, diz-se sempre “restauração da legalidade” toda sedição que consegue ir avante e ter a força. O capitão-tenente Lara, comandante do navio federal “Marajó”, unico da esquadilha que até ao fim se conservou fiel ao que era até 17 de Junho verdadeiro governo federal, e que sem obedecer às insinuações ou ordens ocultas resistiu sempre e até chegou a bombardear Porto Alegre, sede do governo castilhista, já aqui está preso na Capital Federal, como revoltoso, acusado de traição e desobediência à *legalidade*.

Nessas duas passagens fica clara a influência de sua formação militar. No primeiro documento o Conde de Paço d’Arcos condena o modo com que o Visconde de Pelotas recuou frente a um combate. Na visão de um militar de carreira, essa atitude é inconcebível. No segundo fragmento, o diplomata condena a atitude do governo federal em considerar revoltoso um

marinheiro que fez seu trabalho de defender a ordem e a legalidade. Lembrando que, assim como o capitão Lara, o próprio Paço d’Arcos já havia assumido cargos de defesa da ordem civil, no seu período como Governador Civil de Lisboa.

Esses dois documentos demonstram as dificuldades que esse diplomata português tinha em compreender o cenário político brasileiro, mais especificamente o rio-grandense. De certa forma, o Conde de Paço d’Arcos concentrava grande parte de sua argumentação na questão da legalidade e da ordem, e não conseguia compreender as disputas políticas que estavam por trás desses acontecimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conde de Paço d’Arcos foi o primeiro diplomata português no Brasil após a Proclamação da República brasileira em 15 de Novembro de 1889. A sua Missão Diplomática era delicada em função de representar a mesma dinastia que havia sido derrubada com o fim do Império brasileiro. Ele esteve a frente da Legação de Portugal entre 2 de junho de 1891 e 20 de novembro de 1893.

A sua atuação como diplomata foi uma novidade em sua carreira profissional. O Conde de Paço d’Arcos foi um militar da marinha portuguesa que fez carreira nessa instituição ocupando praticamente todos os postos que envolviam a vida militar. Também foi herdeiro do conservadorismo político do seu pai e participou da administração do Império ultramarino português e ocupou cargos no Legislativo e Executivo em Portugal.

Quando Carlos Eugênio foi designado como diplomata com a função informar seu país sobre as questões políticas do Brasil, as suas experiências anteriores de político e de militar se refletiram na documentação que ele produziu. Sua orientação política monárquico-conservadora e sua rígida formação militar fizeram com que suas visões a respeito da política nacional brasileira, e mais especificamente em relação à política do Rio Grande do Sul, fossem pautadas pela defesa da ordem e da legitimidade.

Em função da distância geográfica (Paço D’Arcos estava em Petrópolis onde era a sede das Embaixadas estrangeiras) as informações que ele recebia sobre as questões políticas do Brasil meridional vinham através do corpo consular presente naquele Estado ou através

dos jornais. Dessa forma, as informações que ele recebia eram limitadas e parciais. Isso possibilitava certa margem de equívoco em suas análises políticas, uma vez que a imprensa da época era partidária e suas informações construía a imagem dos adversários.

Isso explica porque, em suas análises a respeito da política no Rio Grande do Sul, o Conde de Paço d'Arcos não compreendeu as especificidades das disputas políticas partidárias. No seu entendimento, os *castilhistas* eram ditadores por terem apoiado a ditadura do Deodoro da Fonseca. Da mesma forma, o *governicho* era interpretado como o governo legítimo, pois apoiava o Congresso Nacional e Floriano Peixoto. A queda do *governicho* e o retorno de Júlio de Castilhos ao governo do Estado, com o apoio de Floriano Peixoto, eram para Paço d'Arcos, portanto, desvios da ordem que deveriam ser corrigidos.

Nessa perspectiva é compreensível sua defesa velada dos partidários de Silveira Martins, uma vez que os *federalistas*, em sua visão, representavam a defesa da ordem. Soma-se a isso o fato de a imprensa partidária *castilhista* ter construído a imagem dos *federalistas* enquanto um movimento comprometido com a restauração, em um claro objetivo de conseguir o apoio do governo central. Dessa forma, a possibilidade de restauração monárquica também era levada em consideração por esse diplomata, uma vez que o mesmo era adepto a forma de governo.

Portanto, na documentação que o Conde de Paço d'Arcos enviou para Portugal, informando a situação política no período de consolidação da República brasileira, há uma grande preocupação em relação aos rumos da política no Brasil meridional. No entanto, é preciso ter em mente que a formação político-militar desse indivíduo – o seu espaço de experiência – condicionou as percepções que ele teve daquela realidade de acordo com as projeções e esperanças – o horizontes de expectativas – que o mesmo nutria sobre o futuro político brasileiro.

REFERÊNCIAS

Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul – seção de consulados, maço CN 21, caixa 11.

- BRANCATO, S. M. L. (org.). **Arquivo Diplomático do reconhecimento da República**. Brasília: MRE; Porto Alegre: PUCRS, 1993. p.187-200.
- BUENO, C.. **A República e sua Política Exterior (1889 a 1902)**. São Paulo: Editora da Unesp; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1995.
- CERVO, A. L.; BUENO, C. **História da política exterior do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Ática; Brasília: Editora da UnB, 2001.
- CERVO, A. L.; MAGALHÃES, J. C.; ALVES, D. M. C.(org.). **Depois das Caravelas**. As relações entre Portugal e Brasil 1808-2000. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.
- DÖPCKE, W.. Apogeu e colapso do sistema internacional europeu (1871-1918). In: SARAIVA, J. F. S. (Orgs.). **História das Relações Internacionais Contemporâneas**: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2007. p.77-129.
- FÉLIX, L. O. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. Porto Alegre: EDUFRGS, 1996.
- FLORES, E. C. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A.(Orgs.). **O Brasil Republicano I**. O tempo do liberalismo excludente. Da proclamação da República à revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003. p. 47-88.
- FRANCO, S. C. **A Guerra Civil de 1893**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993.
- HOMEM, A. C. Jacobinos, Liberais e Democratas na edificação do Portugal Contemporâneo. In: TENGARRINHA, J. (Org.). **História de Portugal**. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000. p. 263-281.
- _____. Liberalismo, democracia e socialismo na História Contemporânea de Portugal. In: BRANCATO, Sandra Maria Lubisco, et al (orgs.). **Portugal-Brasil no século XX**: Sociedade, Cultura e ideologia. Bauru, SP: Edusc, 2003. p. 15-28.
- JANOTTI, M. L. M. **Os Subversivos da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- KOSELLECK, R. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-RJ, 2006.
- MAGALHÃES, J. C. **Breve História Diplomática de Portugal**. 3ed. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 2000.

MARQUES, A. H. Ol. Da Democracia para a República. In: TENGARRINHA, J. (org.). **História de Portugal**. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2001. p. 361-373.

NETTO, J. P. **Portugal: do fascismo à revolução**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

OLIVEIRA, J. M. C. **Actos Diplomáticos do Brasil**. Tomo II. Edição Fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1997.

OSÓRIO, J. L **Partidos Políticos no Rio Grande do Sul: Período Republicano**. Pelotas: Livraria do Globo, 1930.

PEREIRA, M. H.. **A política portuguesa de emigração (1850-1930)**. Bauru, SP: EDUSC; Portugal: Instituto Camões, 2002. p. 55-78.

QUEIROZ, S. R. R. **Os Radicais da República: jacobinismo: ideologia e ação 1893-1897**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SANTOS JR., J. J. G. **Um diplomata na República: A Missão do Conde de Paço d’Arcos no Brasil (1891-1893)**. Dissertação de Mestrado: PUCRS, 2010.

_____. Um diplomata na Revolta da Armada: as impressões e atuação do Conde de Paço d’Arcos. In: **Tempo e Argumento**, V. 3, p. 141-163, 2011.

SILVA, A. B. Malheiro da. Uma experiência presidencialista em Portugal (1917-1918). In: BRANCATO, S. M. L., et al. (Orgs.) **Portugal-Brasil no século XX: sociedade, cultura e ideologia**. Bauru, SP: EDUSC, 2003. p. 49-86.

SILVA, H. C. S. (Org.). **Missão Diplomática do Conde de Paço D’Arcos no Brasil (1891-1893)**. Lisboa, 1974.

SOARES, A.. (Coor). **Portugueses no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Edições Carvela. Cadernos Culturais -Nº 2- 1º Semestre de 1988.

AS MISSÕES DE MOJOS E CHIQUITOS COMO INSTITUIÇÃO DE FRONTEIRA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA AÇÃO POLÍTICA DESENVOLVIDA PELOS JESUÍTAS NESTES ESPAÇOS MISSIONEIRO.

Ione Castilho

INTRODUÇÃO

Para compreender o contexto no qual as missões jesuíticas de Mojós e Chiquitos (figura 1 e 2 no anexo) foram fundadas, torna-se necessário, segundo Arno Kern, realizar uma análise da situação espacial em que estas missões estavam inseridas: em um espaço de fronteira e dentro de um complexo sistema de relações “entre Portugal, Espanha, comunidades indígenas, a Companhia de Jesus e a própria Santa Sé” (KERN, 1982, p. 151). No entanto, esse espaço de fronteira, de acordo com o autor, só se delinhiaria, enquanto tal, desde o vale amazônico até o estuário do Prata, somente no século XVII, já que o que havia antes era apenas um limite representado pela linha imaginária do Tratado de Tordesilhas.

Para o autor, este espaço fronteiriço representava, nesse período, a “zona de mais aguda sensibilidade, tanto de parte da sociedade colonial espanhola, como da portuguesa, mas, principalmente da primeira, por ser a atacada” (KERN, 1982, p. 166). Sendo assim, a fronteira seria então, como bem salienta a historiadora Heloísa Liberalli Bellotto, “o limite até onde o Estado pode exercer sua força administrativa [...]”, já que o mesmo não se configura “sem um território, sem um espaço no qual ele exerça sua soberania, dele auferindo seus recursos e nele mantendo uma população, que vem a ser o outro polo da sua razão vital”. (BELLOTTO, 1983, p. 60). Para o sociólogo José de Souza Martins, a fronteira é o lugar de

[...] encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os ditos civilizados de outro; [...] Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da história (MARTINS, 2009, p. 133).

Isto na opinião da historiadora Maria Emilia Monteiro Porto leva a considerar a “fronteira em sua dimensão de espaço de trocas e negociações com o outro, especialmente com os grupos étnicos que cabia às missões controlar” (PORTO, 2011, p. 80). Portanto, a

fronteira com “seus aspectos políticos, econômicos, culturais, etc, metaforicamente é uma situação-limite, já que nela se extremam as circunstâncias, os interesses e os problemas comuns a ela e ao seu interior [...]” (KERN, 1982, p. 152). E muito antes dela determinar “o limite da presença do civilizado num território determinado, a frente de expansão já se expande indiretamente empurrando os grupos indígenas mais próximos para territórios de seus vizinhos mais distantes” (MARTINS, 2009, p. 146)⁶⁰. E a fronteira só vai desaparecer, de acordo com José de Souza Martins, no momento em que o conflito acaba,

[...] quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e moral dá lugar à alteridade política, quando o *outro* se torna parte antagônica do *nós*. Quando a história passa a ser a *nossa história*, a história da nossa diversidade e pluralidade, e nós já não somos nós mesmos porque somos antropofagicamente nós e o outro que devoramos e nos devorou (MARTINS, 2009, p. 134, grifos do autor).

Sendo assim, tanto missionários como bandeirantes encontrariam nestas fronteiras, segundo Maria Emilia Porto, “um território propício para suas atividades ou [pelo menos] foram considerados adequados pelas monarquias ibéricas para desempenhar este papel” (PORTO, 2011, p. 78), que ia desde a salvação das almas indígenas até a riqueza do Eldorado. Desse modo, as relações fronteiriças estabelecidas entre as duas coroas ibéricas, que se expandiam por meio de seus representantes na América, não eram, segundo Arno Kern, apenas de contiguidade física, mas sim, uma “verdadeira oposição de interesses entre a sociedade espanhola local e a frente de expansão luso-brasileira” (KERN, 2003, p. 37). Afinal, as missões de Mojos e Chiquitos foram estabelecidas, durante todo o século XVII, em regiões “fronteiriças do Império Colonial Espanhol, dentro do espírito de colonização pacífica defendido pela Coroa, para povoar e, ao mesmo tempo, proteger os territórios ainda não explorados” (KERN, 1982, p. 151).

Nesse sentido, as missões foram fundamentalmente uma instituição de fronteira destinada a subjugar e controlar os grupos indígenas que viviam nas margens da América Espanhola, e, assim, implantar uma mudança social, cultural e religiosa que transformasse as diversas etnias indígenas em agricultores sedentários, a um menor custo para a coroa espanhola (JACKSON, 2009). E para realizar tal tarefa de desbravamento da fronteira, os jesuítas contaram com o apoio do Real Patronato, instituição que tornou “possível esta dupla capacidade de serem os missionários ao mesmo tempo servidores da Coroa e da Tiara Papal” (KERN, 1982, p. 159).

⁶⁰ Segundo José de Souza Martins (2009, p. 134), “para o índio, o avanço da frente de expansão não repercute apenas por colocá-lo diante de uma humanidade diferente, a dos civilizados. Repercute nos rearranjos espaciais de seus territórios e nas relações com outras tribos, sobretudo inimigas. Essas mudanças resultam em muitas perdas, não só do território, mas também de vida e de elementos culturais”.

Assim, diante da escassez de pessoas para colonizar estas áreas, a coroa espanhola lançou mão dos serviços dos jesuítas como agentes de fronteira, pois, além de espalharem a fé, civilizar e converter as diversas populações indígenas, eles também seriam responsáveis por ampliar, ocupar e defender os territórios espanhóis (BOLTON, 1917). E para auxiliar os jesuítas nesta defesa do território das missões, a coroa espanhola resolveu estabelecer, segundo Arno Kern, “uma guarnição de fronteira indígena como tropa auxiliar” (KERN, 1982, p. 160), além, é claro, de permitir o uso de armas e munições para conter os avanços dos portugueses.

Desse modo, a criação do exército indígena nas reduções respondia “a uma situação de atrito para a qual a fronteira espanhola não estava preparada” (KERN, 1982, p. 166), pois, como bem salienta Arno Kern (1982, p. 153), havia um limitado número de efetivos militares espanhóis presentes nestas espacialidades missioneiras, e no momento em que os ataques portugueses foram direcionados para as cidades espanholas, “a capacidade de resposta militar das tropas hispânicas locais foi quase nula” (KERN, 1982, p. 153). Segundo o historiador W. J. Matienzo Castillo, em diversas ocasiões, a administração indiana e os habitantes destas espacialidades fronteiriças recorreram ao exército indígena para conter

[...] insurrecciones locales como la ‘rebelión de los comuneros’ en Asunción (1649 y 1725-1735), para reconquistar territorios como la Colonia del Sacramento (1704-1705), para la pacificación de indígenas hostiles, como las campañas de los chiquitos contra los chiriguano de las inmediaciones de Santa Cruz de la Sierra (1728-1735), o incluso para frenar invasiones y fortificaciones de los portugueses, como la efectuada desde Mato Grosso al pueblo de Santa Rosa, el viejo, en Moxos⁶¹ (1760-1767) (MATIENZO CASTILLO, s/a, p. 24).

A instabilidade criada pelas incursões portuguesas fez com que as as milícias indígenas convertessem, segundo Matienzo Castillo, na “‘mayor fuerza militar’ de sus respectivas regiones siempre leales al Rey en los conflictos locales, insurrecciones e invasiones, llegando a constituirse en un ‘elemento decisivo en la política regional’” (MATIENZO CASTILLO, s/a, p. 24). Portanto, os esforços da coroa espanhola para manter suas possessões tornou-se, segundo o historiador José Luis Roca, uma “tarea imperativa durante el siglo diecisiete, [pois] era el avance de las fronteras peruanas hasta donde más se pudiera en dirección al Atlántico, como parte de un esfuerzo para contener el avance portugués” (ROCA, 2001, p. 330), no interior do continente.

⁶¹ Para maiores detalhes sobre o espaço missional de Santa Rosa de Mojos e as relações tensas de fronteira entre portugueses da Capitania de Mato Grosso e os jesuítas das missões espanholas de Mojo pela posse desta espacialidade jesuítica, consultar: CASTILHO PEREIRA (2008).

Sendo assim, as missões jesuíticas não foram apenas um espaço de evangelização, mas também uma instituição de fronteira, pois, além de estarem estabelecidas em lugares estratégicos, cumpriam, ainda, a função de “estado-tampão”, isto é, o de barrar caminho que dava acesso às áreas de metais preciosos (GADELHA, 1980). Assim, a missão como “instituição de fronteira” seria uma característica da colonização luso-espanhola em muitas áreas, o que contribuiu, nas palavras da antropóloga Denise Maldi Meireles (1989), para cristalizar ainda mais a imagem dos índigenas como “verdadeiros guardiões da fronteira”. Segundo Alda Souza, esta representação “foi construída a partir de elementos que refletiam os ideais de conquista, povoamento, defesa, além de caracterizar um estado permanente de guerra” (SOUZA, 2009, p. 69). Portanto, cada um destes espaços fronteiriços foi desbravado e anexado à coroa espanhola pelos jesuítas e índigenas, já que segundo Arno Kern, estes estavam mais bem “adaptados à guerra, nas regiões em que sempre tinham vivido, do que os próprios espanhóis” (KERN, 1982, p. 153).

UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA AÇÃO POLÍTICA DESENVOLVIDA PELOS JESUÍTAS NAS MISSÕES DE CHIQUITOS E MOJOS.

Nesse sentido, o primeiro espaço missionário que vamos analisar neste artigo refere-se àquele em que foram fundadas as missões de Mojos (figura 1). Os primeiros espanhóis que se dirigiam a Llanos de Mojos buscavam, segundo o historiador David Block, o “reino do Gran Mojo, legendario monarca que reinó sobre tierras densamente pobladas y ricas en metales preciosos” (BLOCK, 1997, p. 63). A busca por uma “montanha de prata”, por um reino fabuloso, onde haveria um cacique e uma lagoa cheia de ouro e pérola (DENEVAN, 1966), despertou nos espanhóis o interesse em realizar sucessivas expedições para adentrar o espaço de Llanos de Mojos a partir de 1536. Já os centros que serviram como pontos de partida foram, segundo os autores, o Paraguai, o Peru, Charcas e Santa Cruz de la Sierra. Mesmo que estas expedições não tenham chegado realmente à savana de Mojos, os espanhóis do Peru reivindicaram para si a jurisdição administrativa do reino de *Gran Mojo*, como bem aponta o historiador David Block (1997).

Assim, a única tentativa séria e bem organizada para adentrar Mojos foi a expedição de Lorenzo Suárez de Figueroa. Contudo, essa expedição foi surpreendida pelas inundações anuais que ocorrem nas savanas de Llanos de Mojos, e, com isso, tiveram que sacrificar sua cavalaria, que padecia de fome. Todas estas expedições, segundo o jesuíta Antonio Menacho, foram “relativamente breves y tenían un carácter más de exploración que verdaderamente

evangelizador” (MENACHO, 1991, p. 58). Com o fracasso de tais expedições, as populações indígenas, que no início serviam como informantes, agora, passariam a ser mão de obra escrava dos encomendeiros de Santa Cruz de la Sierra. Essa situação aumentou consideravelmente quando os indígenas começaram a se aliar aos encomendeiros para capturar e vender seus inimigos tradicionais, tornando-se assim, segundo David Block (1997), agentes de comércio escravo. Deste modo, com a chegada dos jesuítas, na segunda metade do século XVII, estas ações diminuiriam, mas, no entanto, não cessariam por completo as incursões encomendeiras às savanas de Llanos de Mojos.

Os primeiros jesuítas que penetraram nesse espaço estavam sempre acompanhados por expedições militares e, ao perceberem que os indígenas ofereciam uma oportunidade de conversão, os mesmos solicitaram ao seu Superior em Santa Cruz de la Sierra, a permissão para realizar novos contatos e estabelecer missões entre os índios Mojos. E foi a partir daí, que no ano de 1668, o jesuíta Juan Soto organizou uma nova entrada em direção à savana, agora na companhia dos padres José Bermudo e Julián de Aller, além de indígenas hispanizados (BLOCK, 1997). Entretanto, esses padres residiriam pouco tempo entre os índios Mojos e logo retornariam para Santa Cruz de la Sierra, afinal, as pregações não dariam maiores resultados.

Outras duas tentativas foram feitas, como bem salienta o historiador Enrique Finot (1978), porém, foram infrutíferas e serviram apenas para preparar o terreno e infundir confiança entre os indígenas. De acordo com David Block, no ano de 1674, os padres José de Castillo, Pedro Marbán e Cipriano Barace deram início à segunda entrada em Mojos e, diferentemente de seus antecessores, eles se apoiaram menos nas pregações e levaram consigo uma considerável quantidade “anzóis, agulhas, contas e outras coisas” (SHOUTHEY, 1977, p. 117). Tais objetos contribuiriam para convencer os indígenas a permitir a entrada dos missionários em seus territórios. Entretanto, para que isso acontecesse, era necessário, segundo o historiador Josep Barnadas, aprender a língua e os costumes indígenas e, pouco a pouco, descobrir as estratégias para reduzi-los. Assim, conseguiram “al cabo de cuatro años [que] los índios no los habían asesinado ni expulsado: todo un êxito, vistas las experiencias anteriores!” (EDER, 1985, p. XLIII)⁶². Vencidos os primeiros obstáculos, os jesuítas teriam que mostrar para os padres Luis Sotelo e Martín de Leturia (Visitadores entre os anos de 1679 e 1681 respectivamente), a viabilidade da empresa missioneira em Llanos de Mojos. Os resultados colhidos pelo primeiro

⁶² Isto só aconteceria no ano de 1703, no momento em que o jesuíta Cipriano Barace “ganó la enemistad de un poderoso chamán, quien le preparo una emboscada separándolo de su escolta de neófitos. [...] la empresa de Mojos tuvo su primer mártir” (BLOCK, 1997, p. 81).

visitador, segundo Josep Barnadas, não deixou dúvida nenhuma de que as missões de Mojos produziriam “bons frutos” à cristandade, já a visita do segundo padre

(...) coincidió con el pánico por una enésima entrada cruceña, inclinando a los indios más tercios a someterse a los misioneros como a ‘los verdaderos padres, su amparo único y defensa’. A su vez, su disponibilidad a ‘reducirse’ a pueblos mayores dispuso las dudas del Visitador: la Misión tenía luz verde (EDER, 1985, p. XLIII).

No entanto, os jesuítas só começariam a “colher os seus primeiros frutos” em 1682 com a fundação da primeira missão jesuítica por invocação de *Nuestra Señora de Loreto*. Após sua fundação, a missão de Loreto serviria de base para as primeiras expansões jesuíticas ao longo do rio Marmoré até sua confluência com o rio Guaporé. Apesar de Loreto ser a primeira redução fundada pelos missionários, e estar mais próxima de Santa Cruz, a capital das missões jesuíticas de Mojos seria fundada em San Pedro no ano de 1697. A primeira etapa de expansão das missões ocorreu entre os anos de 1683 a 1700, e se concentrou no Alto Marmoré e na savana ocidental. Nesse espaço foram fundadas Santísima Trinidad (em 1687, pelo padre Cipriano Barace); San Ignacio (1689); San Javier (em 1691, pelos padres Juan de Montenegro e Agustín Zapata); San José (1691); San Francisco de Borja (1693); Desposorios de N^a. S^a. (A, 1694?); San Miguel (A, 1696?); San Pedro (1697) e San Luiz (1698) (EDER, 1985).

A segunda etapa ocorreu entre os anos de 1700 a 1720, momento em que os jesuítas estenderiam suas reduções pelo rio Marmoré até a sua confluência com o rio Guaporé e regiões de bosques, local onde habitavam os índios Baures e Tapacuras. As missões fundadas foram: de San Pablo (1703); Santa Rosa (A, 1705); Concepción (1708); Exaltación (1709); San Joaquín (1709); Tres Santos Reyes (1710); San Juan Bautista (1710); San Martin (1717); Santa Ana (1719) e Santa Maria Magdalena (1720). Já a terceira e última etapa ocorreu entre os anos de 1720 a 1750, e se caracterizou pela consolidação e expansão até a bacia do rio Guaporé. Neste espaço, foram fundadas as seguintes missões: Desposorio de Nuestra Señora (B, 1723); San Miguel (B, 1725); Patrocínio de N^a. S^a. (1730); San Nicolas (1740); Santa Rosa (B, 1743) e San Simón (1744) (EDER, 1985), e ainda Santa Rosa, a Nova (C, provavelmente antes de 1754).

Para inspecionar os primeiros progressos de tais missões e definir um plano de ação para expansão das mesmas, chega à savana de Llanos de Mojos em 1700, o padre Visitador Diego Francisco Altamirano. Segundo David Block (1997), o plano de ação de Altamirano era global, sobretudo porque propunha a criação de um mundo europeu em Mojos. Mas, para que isso acontecesse era necessário reunir a população nativa, satisfazer suas necessidades

materiais, ensinar-lhes uma língua comum e instruí-los nas artes, ofícios e religião europeia, como bem destaca Block. Deste modo, o que Altamirano propunha para as missões de Mojos era um modelo no qual os europeus estabeleceriam as ordens e os índios as cumpririam, fato que não se verificou, pois, segundo Block,

[...] la visión que el P. Altamirano tenía de Mojos era incompleta: el mundo reduccional en 1700 ocupaba solamente el núcleo arawak del Marmoré y esta región homogénea demostró ser un mal anticipo de las realidades de la expansión misionera hacia las zonas multiculturales situadas al norte, este y oeste del Marmoré (BLOCK, 1997, p. 80).

Mas, foi a partir de 1720 que as missões de Mojos alcançariam o seu pleno desenvolvimento, pois “casi la totalidad de la población nativa había dejado sus pequeñas aldeas por los poblados que los jesuitas habían organizado” (BLOCK, 1997, p. 82). Durante esse período de consolidação missioneira, até a natureza havia cooperado com chuvas normais, abundantes colheitas e uma boa saúde tanto para os jesuítas como para os indígenas (BLOCK, 1997). Segundo José Luiz Roca, o êxito das fundações reducionais em Mojos se deve a uma “combinación de factores económicos y humanos, y al mismo tiempo una coincidencia afortunada de propósitos perseguidos por sus tres protagonistas: la Corona española, la Compañía de Jesús, y los aborígenes” (ROCA, 2001, p. 330).

Afinal, as diversas etnias indígenas presentes em Llanos de Mojos necessitavam tanto de proteção para se livrar dos ataques dos bandeirantes portugueses quanto de seus “adversarios nativos más poderosos como [dos] colonos españoles que devastaban sus aldeas con el propósito de reducirlos a la esclavitud poniéndolos a trabajar en sus charcas o en sus vaquerías” (ROCA, 2001, p. 331) (figura2). Portanto, a construção do espaço missional em Mojos foi, segundo o arquiteto Victor Ortiz (2007), influenciado por duas preocupações articuladas e complementares entre si: o espiritual e o produtivo. E para alcançar tais objetivos, os jesuítas (sempre atentos ao conhecimento que os índios tinham de sua topografia local) situaram cuidadosamente suas missões em zonas que permitiam acesso aos recursos fluviais e ainda estivessem protegidas das inundações que ocorriam anualmente nas savanas de Llanos de Mojos.

Além das inundações, o desenvolvimento e o crescimento das missões de Mojos também seriam afetados pelas disputas dos reinos ibéricos por suas fronteiras na bacia do rio Guaporé a partir de 1740 (BLOCK, 1997). No entanto, as relações fronteiriças se acirrariam ainda mais quando a antiga missão jesuítica de Santa Rosa tornou-se, no ano de 1760, uma fortificação portuguesa às margens do rio Guaporé. Tal ação praticada pelos portugueses foi

considerada um desrespeito ao Tratado de Madri, fato este, que os espanhóis nunca aceitaram, gerando, desta feita, uma contenda pela posse de Santa Rosa⁶³.

Já o segundo espaço missioneiro que vamos analisar aqui, refere-se àquele em que foram fundadas as missões de Chiquitos (figura 1). A primeira expedição espanhola realizada nessa espacialidade foi comandada, de acordo com o jesuíta Antonio Menacho, pelo conquistador “Ñuflo de Chávez em meados do século XVI” (MENACHO, 1982b, p. 208). Esta expedição, de acordo com o autor, saiu de

Assunção no Paraguai, subindo este rio acompanhado por 300 soldados espanhóis. Foi enviado pelo governador Domingo Martínez de Irala para fundar uma cidade junto ao lago Xarrayes [...]. A expedição se desviou de seu propósito e caminho, e em agosto de 1557, fundaram Santa Cruz de la Sierra num lugar que corresponde às proximidades do atual São José de Chiquitos (MENACHO, 1982b, p. 208)⁶⁴.

Desde sua fundação até o seu assentamento definitivo, Santa Cruz passou, segundo Roberto Charupá, por uma situação de “marginalidad y aislamiento, tanto a nivel geográfico como social y económico [...]” (CHARUPÁ, 2002, p. 215) devido, à falta de metais preciosos, à distância e dificuldade de comunicação em relação aos centros de decisão política, administrativa e econômica do Império Colonial Espanhol. Isolamento este, que, segundo o autor, também repercutiu na “región chiquitana y en la actividad misionales de los jesuitas” (CHARUPÁ, 2002, p. 215-216)⁶⁵. Além disso, tanto Santa Cruz como as missões jesuíticas tiveram que enfrentar uma crescente rebelião indígena em decorrência da

[...] forma como os espanhóis administravam as novas terras e seus habitantes; às intensas prestações de serviços aos espanhóis; às obrigações nas *encomiendas*; à falta de liberdade; às cobranças excessivas de tributos e aos maus tratamentos cometidos pelos espanhóis aos indígenas. Todos esses fatores tornaram insustentável a presença europeia na [...] na Chiquitania (ARRUDA, 2011, p. 94, grifos da autora).

E para resolver este impasse, os colonizadores recorreram à ação missionária dos padres da Companhia de Jesus para pacificar os indígenas hostis. Tal atitude desagradava, e

⁶³ Para maiores detalhes sobre esse conflito luso espanhol pela retomada da antiga missão de Santa Rosa, consultar: CASTILHO PEREIRA (2012).

⁶⁴ Segundo Antonio Menacho, o lago dos Xarayes “corresponde aos lagos e banhados que formam o Paraguai no norte do curso, no extremo oriente da atual Bolívia” (MENACHO, 1982b, p.208). Para maiores detalhes, consultar: COSTA (1999).

⁶⁵ Segundo Roberto Charupá, “durante el período reduccional, los jesuitas mantenían contactos externos, por motivos de jurisdicción eclesiástica y comerciales, especialmente con las ciudades de Tarija, Charcas, y San Lorenzo de la Frontera. [...] En efecto, desde los inicios de las reducciones chiquitanas, los jesuitas intentaron restablecer el contacto fluvial con la ciudad de Asunción, camino que después de haberse logrado debió se cerrado por mandato de la Audiencia de Charcas, a pedido expreso del cabildo cruceño. [...] De modo que será por San Lorenzo de la Frontera la única vía de contacto oficial entre las reducciones chiquitanas y el resto de la Audiencia de Charcas” (CHARUPÁ, 2002, p. 216).

muito, os encomendeiros, pois viam nos jesuítas um forte obstáculo ao tráfico indígena. Para as autoridades espanholas, a presença dos jesuítas na Província de Chiquitos além de oferecer segurança aos povoados espanhóis contra os ataques de índios não reduzidos, acalentava ainda a “ilusão de alcançar a Província de Moxo e atendia aos interesses do governo em defender o território” (COSTA, 2006, p. 53) dos avanços portugueses. Para os indígenas, esta era “*uma oportunidade de sobreviver ao regime colonial dos espanhóis e dos portugueses, que condenava [...] ao extermínio físico ou à exploração*” (ARRUDA, 2011, p. 102).

Já os jesuítas se serviriam do temor indígena pela encomienda e pelas bandeiras portuguesas para obter a redução em troca da dita proteção. Desse modo, a “*reducción y el vasallaje directo al Rey de España se presentaban como una ‘salida’ para esta sociedad, una forma de huir al trágico destino que les imponía la encomienda al particular y el esclavismo*” (CALEFFI, 1989-90, p. 68). Assim, as missões jesuíticas iniciariam suas atividades a partir de uma solicitação feita pelos índios Chiquitos, “*al gobernador de provincia Agustin de Arce, para que les concediera protección permitiendo [assim] la misión Jesuítica*” (CALEFFI, 1989-90, p. 241) em seus territórios. Com tal atitude, os indígenas esperavam obter alguns “*beneficios previamente conocidos y entre los cuales era el principal el liberarse del acoso de los colonos cruceños así como de la más lejana amenaza de los bandeirantes*” (GARCÍA RÉCIO, 1988, p. 87).

E para atrair os diferentes grupos indígenas, presentes na Província de Chiquitos para a vida nas missões, os jesuítas ofereceriam ferramentas e pequenos presentes além da segurança, e, caso estes meios não funcionassem, o “*recrutamento era feito à força, ou mesmo, usavam do artifício de introduzir alguns índios convertidos entre a sua comunidade de origem para, com o tempo, seduzirem os seus antigos companheiros*” (COSTA, 2006, p. 71). A principal barreira para a realização desta atividade foi o idioma, já que este impedia uma

[...] intervenção direta dos jesuítas na pregação, sendo necessário utilizarem um linguará que pudesse escolher as melhores palavras capazes de refletir idéias estranhas ao índios, do idioma espanhol para o Chiquito e deste, quase sempre, para um terceiro idioma (COSTA, 2006, p. 70).

Assim, diante da diversidade de línguas e etnias existentes nas missões da Chiquitania, os jesuítas tiveram que recorrer ao uso de uma língua geral, o chiquito. Para Roberto Charupá, “*esta unificación lingüística no tenía un propósito excluyente de las demás lenguas indígenas minoritarias, sino que servía simplemente de medio para la transmisión del mensaje cristiano a los nativos*” (CHARUPÁ, 2002, p. 221-222). Essa dificuldade, segundo Antonio Menacho (1991), se repetia a cada vez que uma nova etnia era levada a viver nas missões.

Contudo, esta era a primeira parte da ação missionária, já que o trabalho mesmo se iniciava, segundo a historiadora Paula Caleffi, dentro da redução, onde os índios considerados “selvagens” eram “educados no solo por el Padre cura, sino también por lo viejos cristianos que vivían allí y ayudaban ‘a quitarles las malas costumbres, hacerles olvidar las antiguas supersticiones y reducirlos a la estrechez de la ley y vida cristiana’” (CALEFFI, 1989-90, p. 248). Essa situação, segundo os autores, obrigava os jesuítas a serem mais “tolerantes e a dedicarem-se ao aspecto exterior da doutrina cristã como forma de incorporar os índios gradativamente ao novo regime” (COSTA, 2006, p. 71). Afinal, como bem salienta o jesuíta Antonio Menacho, não era uma tarefa fácil para estes diversos grupos indígenas

[...] pasar rápidamente de una vida nómada o seminómada a una vida sedentaria. Pocos eran los que conocían los rudimentos de la agricultura. La caza y la pesca eran sus principales medios de sustentación. Estos recursos no se dejaron de lado, pero tenían que quedar supeditados a la vida ordenada de la reducción, en la cual se fomentaba la agricultura y la ganadería (MENACHO, 1991, p. 85).

Deste modo, para que o projeto de evangelização fosse possível entre os índios Chiquitos, era necessário, segundo a historiadora Ariane Arruda, inserir indígenas que “adotavam a agricultura como meio de subsistência, além da caça e da coleta de frutos nas matas. Esse fator facilitou os trabalhos dos jesuítas e a autossubsistência das missões religiosas” (ARRUDA, 2011, p. 103). Sendo assim, a fundação de missões jesuíticas entre as diversas etnias que compunham a Chiquitania obedeceu, segundo o historiador Fúlvio Arnt, a “um planejamento maior do que a simples conversão dos indígenas à religião católica” (ARNT, 2005, p. 123), já que, além de reduzirem os problemas gerados pela distância e a falta de comunicação entre as cidades de Assunção e Santa Cruz de la Sierra (com a criação de um caminho seguro), elas também seriam, em primeiro lugar, responsáveis pelo

[...] desbravamento do interior e a pacificação das etnias indígenas que eram encontradas pela rota, através de expedições de reconhecimento e de missões volantes; **segundo**, com a criação das reduções, implementaram uma economia capaz de suprir-se e ainda gerar excedente para comércio, construindo estâncias de gado, cultivando alimentos, extraindo produtos nativos como erva-mate, sal e cera, fiando algodão e tecendo as fibras em panos; criaram, também, um corpo de “soldados indígenas”, com baixíssimo custo de manutenção, para defender as fronteiras dos territórios; **terceiro**, servindo essas reduções como base e através do empenho dos padres jesuítas, podia-se passar para a exploração do território, ampliando a área de atuação das missões volantes e criando novas reduções. (ARNT, 2005, p. 125-126, grifos nossos).

Portanto, o estabelecimento de missões jesuítas na Província de Chiquitos além de ampliar e consolidar este território serviram também, como barreiras para conter o avanço dos

portugueses (figura 2). Afinal, este espaço, segundo a antropóloga Denise Maldini Meireles, tinha uma notável importância estratégica, já que este era o “*punto-chave para o domínio da bacia do Paraguai e a comunicação de Mato Grosso com o alto Peru e o Amazonas*” (MEIRELES, 1989, p. 89). Nesse sentido, a Província de Chiquitos será objeto de um “*selectivo como sistemático avance luso-brasileño, que en forma libre y con una débil oposición, por primera vez se establecerán en forma definitiva en el margen derecha del río Paraguay*” (MORENO e SALAS, 1992, p. 290).

E para defender suas possessões neste espaço, a coroa espanhola permitiu o uso de armas de fogo nas missões, além, é claro, de estabelecer uma milícia indígena destinada “as mais diversas atuações na fronteira, desde o combate a grupos inimigos até trabalhos de vigilância, o que contribuiu para acirrar a perseguição dos bandeirantes paulistas” (SOUZA, 2009, p. 69). Assim, o início da atividade missionária em Chiquitos seria caracterizado por uma constante “tensão territorial e cultural, com assentamentos instáveis e um tanto quanto movediços, revelando uma preocupação dos missionários voltada para a segurança e para a atividade de evangelização através da convivência direta com os indígenas” (COSTA, 2006, p. 69)⁶⁶.

Já a evangelização dos indígenas ficaria a cargo da província jesuítica do Paraguai, uma vez que “*los de la provincia del Perú no podían acudirles por estar tan ocupados en el innumerable gentío de los Mojos, muy distante de los Chiquitos*” (BRAVO GUERREIRA, 1995, p. 36). Segundo o jesuíta Antonio Menacho, o fato dos jesuítas paraguaios terem assumido a “*Misión entre los chiquitanos provocó una tensión con los jesuitas peruanos, que además de Tarija y los chiriguano, veían reducido una vez más su campo misionero*” (MENACHO, 1991, p. 65). Afinal, havia um interesse por parte da província jesuítica do Peru em mandar missionários para Chiquitos, já que esta, segundo Antonio Menacho, dependia diretamente do vice-reinado do Peru.

A primeira etapa de ocupação da Província de Chiquitos pelos jesuítas ocorreu, segundo o historiador Giovani José da Silva, entre os anos de 1691 a 1724, e se caracterizou pela “*entrada dos padres da Companhia de Jesus em territórios Chiquitano, a fim de explorá-los, dirigindo seus maiores esforços à reabertura do antigo caminho dos primeiros conquistadores, de Assunção à Santa Cruz de la Sierra, la vieja*” (SILVA, 2011, p. 167)⁶⁷. Já na

⁶⁶ De acordo com o historiador Giovani José da Silva, além destas questões estratégicas, “as principais causas que levaram os jesuítas a mudar a localização de algumas das reduções foram, dentre outras, o fato de estarem localizadas em paragens que resultaram insalubres; a esterilidade dos solos, o que colocava em risco a alimentação dos habitantes reduzidos; lugares excessivamente expostos ao ataque de inimigos; escassez de água e uma topografia muito plana, que não permitia a construção de pequenos diques e açudes” (SILVA, 2011, p. 167).

⁶⁷ Segundo Alcides Moreno e Virgilio Salas, os esforços exploratórios realizados pelos jesuítas no “*rumbo Oeste se descartó desde un principio por la cercanía a la ciudad de Santa Cruz de la Sierra, de manera que se definió*

segunda etapa, que ocorreu entre os anos de 1725 a 1747, os jesuítas deram continuidade as suas atividades de conversão indígena, ampliação e consolidação de seus territórios até então estabelecidos. Na terceira e última etapa, que ocorreu entre os anos de 1748 a 1767, foram criadas novas reduções, e, segundo Giovani Silva, “*a caza espiritual dos chamados ‘infieis’ permitiu não apenas a formação das últimas cinco novas missões, mas também que as mais antigas seguissem crescendo em tamanho e número de habitantes*” (SILVA, 2011, p. 168).

Sendo assim, as missões jesuíticas de Chiquitos não foram apenas um espaço de evangelização, já que também cumpririam uma “*función o especialidad económica y geopolítica de alcance macro-regional*” (MORENO e SALAS, 1992, p. 295). E foi nesse contexto que o jesuíta José de Arce fundou a primeira missão por invocação de San Francisco Javier no ano de 1691. Segundo Ariane Arruda, outras nove missões jesuíticas seriam fundadas entre os anos de 1696 a 1760, a saber:

San Rafael, em 1696, pelos jesuítas Juan Bautista Zea e Francisco Hervas; *San José de Chiquitos*, entre 1696 e 1698, por Felipe Suárez e Dionisio de Avila; *San Juan Bautista*, entre 1699 e 1716, por Juan Bautista Zea, Patricio Fernández e Juan Bautista Jandra; *Concepción*, entre 1709 e 1722, por Lucas Caballero e Juan Benavente; *San Miguel*, em 1721, pelo jesuíta Felipe Suárez; *San Ignacio de Chiquitos*, em 1748, por Miguel Areijer; *Santiago*, em 1754, por Gaspar Troncoso e Gaspar Campos, sendo posteriormente administrada por Patricio Patsi e José Pelaya; *Santa Ana*, em 1755, por Julián Knogler; e *Santo Corazón de Jesús*, em 1760, pelos jesuítas Antonio Gaspar e José Chueca (ARRUDA, 2011, p. 103).

Segundo Alcides Moreno e Virgilio Salas, a primeira missão fundada por invocação de San Francisco Javier exerceria a função de “*intercambio y protección externa, dada su proximidad a Santa Cruz de la Sierra*” (MORENO e SALAS, 1992, p. 295). Já a missão de Concepción, segundo os autores, seria o ponto de “*confluencia y contacto con parcialidades vecinas de convivencia altamente conflictiva*” (MORENO e SALAS, 1992, p. 295), enquanto que a fundação das missões de San Juan Bautista, San José e San Ignacio de Zamucos funcionariam como pontos avançados de controle e segurança territorial. E com a fundação da missão de Santo Corazón de Jesús, os jesuítas pretendiam “*aproximar-se do rio Paraguai e ir*

a los ríos Grande y Parapetí como límites naturales de la Provincia de Chiquitos. [...] En cuanto al rumbo Norte y Nor-Oeste, se establecieron los primeros contactos con los pueblos de Baures y Guarayos para viabilizar el crecimiento e interconexión en esa dirección. Las razones para mantener una planificada relación entre ambos territorios de misiones eran obvias: primero, eran semejantes sus precarias condiciones defensivas frente a las correrías paulistas, y segundo, era necesario establecer un adecuado marco de complementariedad y potenciamiento económico interregional. [...] A su vez la frontera Sur, Sur-Este con la cuenca chaqueña, tenía como precedente los reiterados fracasos en las reducciones levantadas en la actual provincia de Cordillera, como consecuencia del clima inestable provocado por la beligerante actitud de los chiriguano – en defensa de su amplio sentido de libertad y territorio –, demarca una explicable como amplia franja fronteriza en todo el frente chaqueño. [...] La última fase tiene en el Este, el Levante, su nueva dirección, hacia la laguna Xarayes, hacia el lugar donde los padres Francisco de Herbás y Miguel de Yegrós habían plantado la célebre cruz de madera mirando – presuntamente – las nacientes del río Paraguay” (MORENO e SALAS, 1992, p. 304 e 305).

fundando novas reduções mais ao oriente para juntar-se com as que se iam fundando no curso do Paraguai em direção ao norte” (MENACHO, 1982b, p. 222).

Assim, com a fundação desta missão e de Nuestra Señora de Belén (na confluência do Paraguai com o rio Ipane), os jesuítas pretendiam encontrar um caminho que ligasse as missões de Chiquitos às missões Guarani, facilitando assim, por meio da navegação do rio Paraguai, o abastecimento destas missões a partir de Assunção (MENACHO, 1982b)⁶⁸. Para Alcides Moreno e Virgilio Salas, os cinco primeiros estabelecimentos missioneiros instalados na Província de Chiquitos seguiam uma estratégia territorial para

[...] consolidar la extensa llanura mediante la estructuración de un esquema estrellar en el que se configura y define un **escudo protetor** capaz de asegurar el cumplimiento adecuado de dos objetivos recíprocos. En lo externo, alejarse de las posesiones españolas y lograr una protección suficiente y coordinada a las incursiones portuguesa (...). En lo interno, la confirmación de bases físicas propicias y posibilitantes de un desarrollo planificado **hacia adentro** de un amplio territorio que se había reconocido, explorado e incorporado funcionalmente por una red de caminos apto para tiempo seco, e incluso todo el año, por algunos tramos fluviales. (MORENO e SALAS, 1992, p. 296, grifos do autor).

Esta estratégia, segundo os autores, assegurava que as missões jesuíticas estabelecidas em pontos mais distantes da Província Chiquitana tivessem abastecimento e assistência organizada, *“no sólo de vituallas o elementos defensivos, sino también de los insumos y requerimiento propios de la empresa misional, como lo fue intercambio de bienes y enseres productivos y culturales”* (MORENO e SALAS, 1992, p. 299). Tais ações visavam, de acordo com os autores, o fortalecimento interno da província, já que no início da ação missionária a prioridade era a delimitação dos pontos extremos da fronteira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, a ação da Companhia de Jesus foi bastante semelhante nestas duas espacialidades missioneiras no que tange: aos objetivos da ordem, à pacificação e atração dos indígenas para a vida nas missões, à adoção de um idioma geral diante da diversidade étnica, bem como, à criação de milícias indígenas para guarda da fronteira. A única exceção, neste caso, foi a solicitação feita pelos índios chiquitos para ter a presença dos jesuítas em seus territórios. Já no

⁶⁸ Para maiores detalhes sobre o caminho que unia as missões de Chiquitos às missões Guarani, consultar: LOBO (1960). Também é possível encontrar informações detalhadas sobre a abertura deste caminho em: KNOGLER S.J. (1979).

que se refere ao contexto em que estas duas especialidades missioneiras estavam inseridas, ambas sofreram problemas em relação às encomiendas e à fronteira com os portugueses. Afinal, como bem destaca Artur Bacerlos (2000, p. 150), “*o contato com a sociedade colonial ibérica fez com que [as] diferenças fossem amenizadas, em busca de uma normatização dos indígenas, visando [assim] o aproveitamento de sua força de trabalho.*”

A diferença aqui está relacionada ao espaço geográfico em que estas missões foram fundadas. Portanto, mesmo que estas missões obedecessem a um plano geral de ações políticas comuns a todas elas, as diferenças, assim como as semelhanças, surgirão no momento em que os jesuítas vão para o espaço implantar suas missões junto aos diversos grupos étnicos presentes nestes diferentes espaços geográficos.

REFERÊNCIAS

Fontes Impressas

EDER S. J.; JAVIER, F. **Breve Descripción de las Reducciones de Mojos (ca. 1772)**. Traducción y edición de Josep M. Barnadas. Cochabamba: Historia Boliviana, 1985.

KNOGLER S. J. Relato sobre el país y la nación de los chiquitos en las Indias Occidentales o America del Sud y las misiones en su territorio, redactado para un amigo. *In*: HOFFMAN, W. **Las misiones jesuíticas entre los Chiquitanos**. Buenos Aires: Fundación para la Educación, la Ciencia y la Cultura, 1979.

Bibliografia

ARNT, F. V. **San Ignacio de los Zamucos: Índios e Jesuítas no coração do deserto Sulamericano, século XVIII**. Dissertação (Mestrado em Estudos Históricos Latino-Americanos) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2005.

ARRUDA, A. A. C. **Condicionantes étnicos na criação das Missões de Chiquitos: alianças e conflitos na Chiquitania e no Pantanal (1609-1691)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

BARCELOS, A. H. F. **Espaço e Arqueologia nas missões jesuíticas: o caso de São João Batista**. (Coleção Arqueologia 7). Porto Alegre: EdiPUCRS, 2000.

BELLOTTO, H. L. O espaço missioneiro e a geopolítica Pombalina. *In: O Espaço Missioneiro. Anais do V Simpósio Nacional de Estudos Missioneiros*. Santa Rosa, Rio Grande do Sul: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco. 18 a 21 de outubro de 1983.

BLOCK, D. **La cultura reducional de los Llanos de Mojo**. Sucre: Historia Boliviana, 1997.

BOLTON, H. E. The Mission as a Frontier Institution in the Spanish-American Colonies. **The American Historical Review**, v. 23, n. 1, October, 1917.

BRAVO GUERREIRA, M. C. Las misiones de Chiquitos: pervivencia y resistencia de un modelo de colonización. **Revista Complutense de Historia de América**, n. 21, 29-55. Servicio de Publicaciones UCM. Madrid, 1995.

CALEFFI, P. **La Provincia Jesuítica del Paraguay: Guaranies y Chiquito**. Un Analisis Comparativo. Universidade Complutense. Facultad de Geografía e Historia. 1989-90.

CASTILHO PEREIRA, I. A. M. **Missão jesuítica colonial na Amazônia Meridional: Santa Rosa de Mojo uma missão num espaço de fronteira (1743-1769)**. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em História, 2008.

_____. A Ocupação da Margem Oriental do rio Guaporé e a Guerra em Mojos. **Anais da XIV Jornadas Internacionales sobre las Misiones Jesuíticas**. San Ignacio de Velasco, Universidad Católica Boliviana “San Pablo”, 7 a 10 de agosto de 2012.

_____. **Em tudo semelhante, em nada parecido: Uma análise comparativa dos planos urbanos das missões jesuíticas de Mojos Chiquitos, Guarani e Maynas (1607-1767)**. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

COSTA, J. E. F. M. **A coroa do mundo: religião, território e territorialidade chiquitano**. Cuiabá, MT: EdUFMT, 2006.

COSTA, M. F. **A história de um país inexistente: Pantanal entre os séculos XVI e XVIII**. São Paulo: Estação Liberdade; Kosmos, 1999.

CHARUPÁ, R T. **La primera evangelización en las reducciones de Chiquitos. Bolívia (1691-1767)**. Cochabamba: Verbo Divino, 2002.

DENEVAN, W. M. **The aboriginal cultural geography of the llanos de Mojo of Bolivia**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1966.

FINOT, E. La Conquista de Mojos. **Historia de la Conquista del Oriente Boliviano**. 2 ed. La Paz, Bolivia: Libreria Editorial “Juventud”, 1978.

GADELHA, R. M. A. F. **As missões jesuíticas do Itatim**: um estudo das estruturas sócio-econômicas coloniais do Paraguai, séculos XVI e XVII. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GARCÍA RECIO, J. M. Los jesuitas en Santa Cruz de la Sierra hasta los inicios de las reducciones de Moxos y Chiquitos. Posibilidades y limitaciones de la tarea misional. **Quinto Centenario**, n. 14, Universidad Complutense, Madrid, 1988.

JACKSON, R. Missions on the Frontiers of Spanish America. **Journal of Religious History**, v. 33, n. 3, September 2009.

KERN, A. A. **Missões**: uma utopia política. (Documenta 14). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

_____. Fronteiras e Missões coloniais: continuidades e oposições culturais. **Revista Territórios e Fronteiras** - Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, v. 4, n.1, jan-jun. 2003.

LOBO, E. M. L. **Caminho de chiquitos às missões Guaranis de 1690 a 1718**. XX Coleção da “Revista de História”, São Paulo, 1960.

MAEDER, E. J; GUTIÉRREZ, R. **Atlas histórico y urbano de la región del nordeste argentino: pueblos de indios y misiones jesuíticas (siglos XVI-XX)**. Resistencia: Instituto de Investigaciones. Geohistoricas, Conicet, Fundanord, 1994

MARTINS, J. S. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MATIENZO CASTILLO, W. J. **La Iglesia Misionera en Indias**: el caso de las Reducciones de la Compañía de Jesús en América Meridional (Siglos XVII y XVIII). Universidad de Sevilla: Universidad de Sevilla/Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo/Aecid – España, s/a.

MEIRELES, D. M. **Guardiães da Fronteira, Rio Guaporé, século XVIII**. Petrópolis: Vozes, 1989.

MENACHO, S. J. A. As missões entre os Mojos. *In*: HOORNAERT, E. (Org.). **Das Reduções Latino-Americanas às lutas indígenas atuais** (IX Simpósio Latino-Americano da CEHILA, Manaus, 29 de julho a 01 de agosto de 1981). São Paulo: Edições Paulinas, 1982a.

_____. Fundação das reduções de Chiquitos. *In*: HOORNAERT, E. (Org.). *Das Reduções Latino-Americanas às lutas indígenas atuais* (IX Simpósio Latino-Americano da CEHILA, Manaus, 29 de julho a 01 de agosto de 1981). São Paulo: Edições Paulinas, 1982a.

_____. **Por Tierras de Chiquitos: Los Jesuitas en Santa Cruz y en las misiones de Chiquitos en los siglos 16 a 18**. Bolivia: s/ed., 1991.

MORENO, A. P.; SALAS, V. S. **Chiquitos – Historia de una utopía**. Santa Cruz de la Sierra: Universidad Privada de Santa Cruz de la Sierra. 1992.

ORTIZ, V. H. L. Misión de Moxos. **Revista APUNTES**.v. 20, n. 1. Enero-Junio, 2007.

PORTO, M. E. M. Fronteira: Jesuítas e missões no Rio Grande Colonial. *In*: SCHALLENBERGER, E. **Identidades nas fronteiras: território, cultura e história**. São Leopoldo: Oikos, 2011.

QUEREJAZU, P. (org.). **Las Misiones Jesuíticas de Chiquito**. La Paz. Bolivia: Fundación BHN/Línea Editorial/ La papelera S.A, 1995

ROCA, J. L. **Economía y Sociedad en el Oriente Boliviano. (Siglos XVI e XX)**, Cotas Ltda, 2001.

SILVA, G. J. Séculos de história indígena no coração da América do Sul: os chiquitano no (atual) oriente boliviano. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, v. 18, n. 34, dez. 2011.

SOUTHEY, R. **Historia do Brasil**. Traduzida do inglês pelo Dr. Luís Joaquim de Oliveira e Castro; anotada por J. C. Fernandes Pinheiro, Brasil Bandecchi e Leonardo Arroyo; prefácio de Brasil Bandecchi. 4. ed. 3 vols. Brás. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1977.

SOUZA, A. L. M. **A história dos Chiquitanos: (re)configurações sociais e territoriais**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, 2009.

ANEXOS



Fig 1. Las misiones jesuíticas en América del Sur 1600-1767. Fonte: Querejazu (1995).

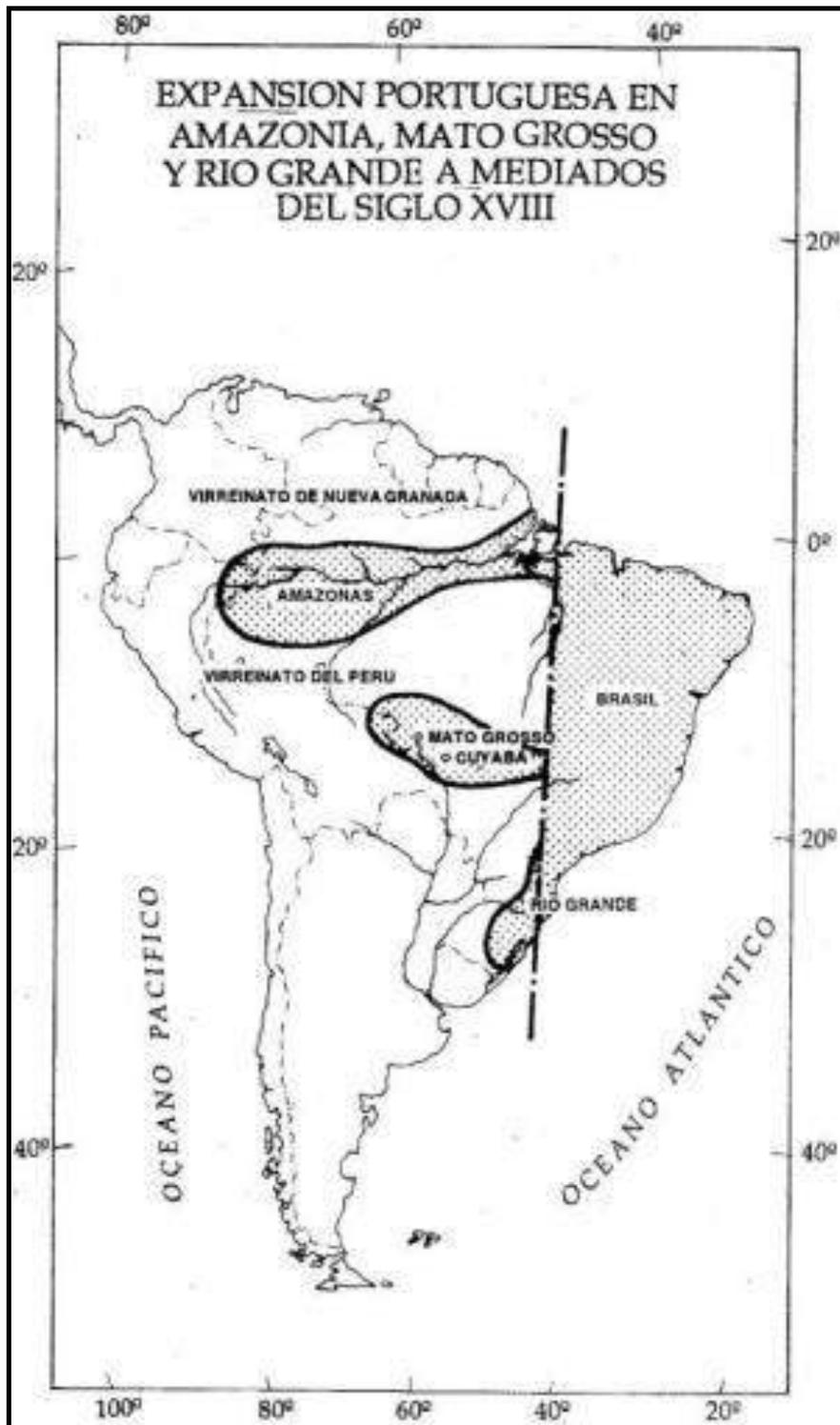


Fig.2. Limites hispano potugueses. Fonte: Maeder; Gutiérrez (1994).

POROSAS FRONTEIRAS: A DINÂMICA COLONIAL E O ESPAÇO GUAIRENHO NOS SÉCULOS XVI E XVII

José Carlos Vilaradaga

INTRODUÇÃO

Em agosto de 1621, cinco sujeitos – mercadores - foram interceptados pela pequena tropa liderada pelo capitão Juan Barba de Añasco, na boca do rio Ivaí, já quase no rio Paraná, nas cercanias das reduções jesuíticas do Paranapanema. O motivo era que os homens haviam entrado em terras castelhanas pelo chamado “caminho proibido de São Paulo”, portanto atuando em contrabando, e o faziam com diversas mercadorias, dentre elas duas jovens escravas negras, muita roupa e tecido, facas, tesouras, pentes, contas variadas, cofres de Flandres, estojos, espadas e mais uma diversidade de objetos. Os bens foram confiscados, leiloados e repartidos entre os próprios soldados, e os tratantes obrigados a voltar pelo mesmo caminho. Dois anos depois, em 1623, o governador do Paraguai, Manoel de Frias, mandou investigar o destino das mercadorias. O processo, levado a cabo entre as margens do rio Ivaí e a redução de Pirapó, descortina uma rede de relações bastante sugestiva para compreendermos parte das dinâmicas sociais postas em cena no espaço fronteiriço do Guairá, região sob jurisdição da Província do Paraguai⁶⁹.

Os bens de Miguel Moxica Maldonado, canarino, e dos portugueses Antonio Dutra, Diego Vaz, Manoel Azevedo e Gaspar Fernandes, foram *repartidos, rematados, dados e cambiados* de tal modo que quase todos os soldados – na verdade, moradores e *vecinos* das vilas castelhanas de Ciudad Real ou Villa Rica del Espirito Santo - ficaram com alguma peça de roupa; um deles, Felipe Nunes, português que tinha uma neta em São Paulo de Piratininga, terminou com um tacho de cobre⁷⁰; o capitão Barba de Añasco ficou com os bens mais

⁶⁹ Archivo Nacional de Asuncion (ANA), Seção Historia, vol. 36, n.23, s.d. Este documento foi publicado em *Bandeirantes no Paraguai. Século XVII. Documentos Inéditos*. São Paulo: PMSP, 1949.

⁷⁰ SÃO PAULO, Estado de. *Inventários e Testamentos de São Paulo*. Vol. 10. Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo.

valiosos, dentre eles as duas escravas negras. Mas o que mais impressiona no destino dos bens, é sua utilização para alimentar o que parece configurar uma rede de reciprocidades. Añasco entregou alguns bens para os padres jesuítas Antonio Duys e Josef Cataldini; outros para o vigário de Ciudad Real, Frei Pedro Salgado; e mais alguns para o capitão de Ciudad Real, Garcia Moreno. Além disso, o cacique de um *pueblo* local também recebeu um manto com capuz. Ao longo do processo, os homens acusados de contrabando se defenderam dizendo que não sabiam que o caminho era proibido, e acionaram uma série de “licenças” que envolvia o próprio governador paraguaio, Manoel de Frias, que teria garantido que o caminho era transitável, e o bandeirante de Santana de Parnaíba, André Fernandes. Seja como for, este episódio revela um espaço guairenho animado por vilas castelhanas, *pueblos* e reduções jesuíticas, pontos articulados por caminhos fluviais e terrestres pelos quais as fronteiras luso-castelhanas eram ultrapassadas por comerciantes e muitos outros personagens nestas primeiras décadas do século XVII⁷¹. Por ali circularam, especialmente durante a confusa conjuntura jurisdicional da União das Coroas Ibéricas (1580-1640), pessoas e mercadorias num fluxo constante que articulava espaços econômicos castelhanos e portugueses na América Meridional⁷². Por outro lado, a região foi também palco de intensos conflitos entre bandeirantes oriundos da vila de São Paulo, nas partes do Brasil, e jesuítas ali instalados desde 1610. Entre intercâmbios e embates, nos parece que o sentido colonial da região do Guairá não se deu nem na simples rivalidade ibérica, como já se fez crer, nem num vazio geográfico, tantas vezes atribuído àquele território.

⁷¹ Concebemos o espaço, aqui, como Milton Santos: um sistema de objetos articulado a um sistema de ações. Ou seja, uma configuração territorial animada por relações sociais (SANTOS, 2006). Conceito mais polissêmico e aberto que território – este mais preso às demarcações institucionais – a noção de espaço permite incorporar à análise a dinâmica de ocupação, os conflitos, os fixos e fluxos que atuam numa determinada geografia. Ver também Raffestin (1993).

⁷² É inegável que a conjuntura específica da União das Coroas Ibéricas (1580-1640), acionada pela incorporação da coroa lusa e suas possessões ao patrimônio real dos Áustrias de Espanha, propiciou este tipo de aproximação. As incertezas quanto às jurisdições favoreciam o trânsito de lusitanos e castelhanos pelos territórios da Monarquia Hispânica. Os próprios agentes tinham essa consciência. Não era raro algum português preso em contrabando alegar em sua defesa que achava natural entrar pelos territórios castelhanos, já que eram todos súditos de um mesmo rei.

FRONTEIRAS INDÍGENAS, EXPANSÃO COLONIAL E MISTIÇAGENS

O chamado Guairá colonial foi parte da Província do Paraguai e Rio da Prata até dezembro de 1618, quando a província foi desmembrada e a região ficou com a do Paraguai. Compunha a fronteira mais a leste do vice-reinado do Peru e submetido em termos de justiça à Audiência de Charcas. A região era, sob alguns aspectos, contíguo aos territórios portugueses na América. Entre São Paulo de Piratininga, vila mais a oeste da Capitania de São Vicente, e Villa Rica del Espirito Santo, vila mais a leste da Província do Paraguai, existiam quase 800 quilômetros que, nos dizeres de um viajante por volta de 1600, era possível caminhar “*distancia de docientas léguas por tierra poblada y no mal caminho*” (LIZÁRRAGA, 1916).

Como grande parte dos espaços coloniais, é quase impossível precisá-lo em termos de limites geográficos. Na verdade, era um espaço dinâmico e fluido, no qual a conformação foi variando conforme o jogo estabelecido entre os personagens em movimento e relação. Foi, sobretudo, como grande parte das fronteiras americanas, estabelecida no “chão”, para além de tratados e negociações nas cortes ibéricas (HERZOG, 2015). Assim, mais do que uma linha, o Guairá deve ser visto como uma “zona” bastante difusa de fronteira e, nesse sentido, propiciadora de aproximações. O seu primeiro grande historiador, Ramón Cardozo, buscou defini-lo territorialmente ainda nos anos de 1930. Ali, situava o Guairá num território limitado pelo rio Paranapanema ao norte, rio Paraná a oeste, rio Iguazu ao sul e pelas nascentes do rio Tibagi a leste (CARDOZO, 1938). Entretanto, evitando nos aprisionarmos neste enquadramento territorial estrito, busquemos sobretudo compreender, em linhas gerais, a dinâmica instável e variável que estabeleceu aquele espaço ao longo dos séculos XVI e XVII.

Nesse sentido, pode-se analisar a fronteira guairenha seguindo de perto algumas das mais significativas teses sobre fronteiras nas Américas.⁷³ Numa primeira aproximação, ainda sobre o contexto anterior à chegada dos europeus, podemos perceber a região como uma *fronteira étnica*, que limitava, em linhas gerais, os grupos Guarani, hegemônicos naquele território, dos Tupiniquim, espriados pela margem esquerda do rio Paraná chegando até o

⁷³ Richard Slatta apresentou, em linhas gerais, as principais teses sobre fronteira presentes nas análises sobre as Américas. Ressalte-se, contudo, o sentido polissêmico que o termo *fronteira* possui em língua portuguesa, abarcando definições que, por exemplo, na língua inglesa, compreendem *frontier*, *borderland*, *wilderness* (SLATTA, 2012, p 375-385). Segundo Langfur (2014, p. 843-852), o termo costuma ser utilizado na América Latina no sentido mais tradicional, europeu, qual seja, o de limites entre nações.

litoral Atlântico (BARTH, 1998). A ocupação Guarani da bacia do Paraná remonta a 2000 anos, e ali eles foram se estabelecendo nas margens dos vários rios que recortam a região, onde praticaram largamente a agricultura de *coivara*, especialmente centrada no plantio do milho. Não eram, obviamente, o único grupo étnico naquele local. Conviviam com outros grupos caçadores coletores e ceramistas (PUSINERE; ZALAZAR, 2014). Na região do rio Paranapanema, na junção com o Paraná, viviam também muitos Jês, como os Kaingang e Xokleng (CHAGAS; MOTA, 2011). Na altura da chegada dos espanhóis a região paraguaia, estima-se que cerca de 1,5 milhões de índios viviam por ali, subdivididos em diversos grupos Guarani, como os Guarambarenses, Itatim, Cariós, Tobati, Guarambaré, Mbaeverá, dentre outras (MELIÁ, 1978). Ao norte do Guairá, os Guaicuru ou Paiaguá dominavam o espaço. No século XVI, o território Guarani, o *guará*, que significava muito mais do que um limite físico, mas representava sobretudo uma “identidade sócio-cultural-regional” (SOARES, 1997, p.129), era controlado por diversos *morubixabas*, cuja natureza de suas funções políticas ainda gera muitas dúvidas (MONTEIRO, 1982, p. 475-498). A confluência entre os rios Paranapanema e Tietê parecia configurar uma espécie de fronteira que delimitava as áreas de influência Tupi, mais setentrional, e Guarani, meridional (PROUS, 2007; BROCHADO, 1989). De qualquer forma, pensar em fronteira étnica não é pensar numa fronteira fechada, mas dinâmica e que se faz no contato. Particularmente no caso Guarani, as aldeias se interligavam a partir de laços de consanguinidade – ancorados sobretudo no *cunhadazgo* - e redes de alianças, que compunham e alargavam o *guará*, fundamento identitário que se materializava na ocupação de um determinado território, com limites, em grande parte das vezes, dados por marcos naturais como montanhas e rios. Nos limites do território, os Guarani estabeleciam com outras etnias e grupos relações que podiam ser de reciprocidade ou guerra, duas facetas de um mesmo processo de relação e que compunham o que pode ser considerado um *ethos* da cultura Guarani (SOARES, 2014). Com os Tupiniquim, a relação era essencialmente de guerra, e os limites espaciais entre estes grupos coincidia, de modo geral, com as fronteiras fluviais identificadas como limites do Guairá colonial.

Já na lógica da expansão colonial, esta conformação é bastante sugestiva para se pensar nas alianças que estes grupos Guarani e Tupiniquim fizeram, respectivamente, com castelhanos e portugueses, o que parece sobrepor uma intensa rivalidade indígena aos conflitos expansionistas dos ibéricos naquele território. Desse modo, abre-se um interessante viés de análise que permitiria pensar nos limites territoriais, de modo geral vistos sob a

perspectiva dos agentes europeus da colonização, como espaços na verdade negociados e definidos a partir das alianças com os grupos indígenas e seus próprios limites étnicos. Dessa forma compreende-se a prática de *cunhadazgos* e *cunhadismos* luso-castelhanos com grupos Tupi-Guarani, na perspectiva de uma associação conformadora de identidades – híbridas - e possibilidades efetivas de expansão e ocupação territorial.⁷⁴ O Guairá torna-se, assim, também uma espécie de *guará* guarani-castelhano estabelecido no processo dinâmico da colonização posto em cena a partir da fundação de Assunção em 1537.

Em verdade, a entrada dos espanhóis no Guairá se deu através de Assunção, em levas sucessivas que resultaram na fundação de vilas como Ontiveros (1554), Ciudad Real del Guairá (1556), Villa Rica del Espiritu Santo (1570) e, finalmente, Santiago de Jerez (1593), esta última já em território que corresponde ao atual Estado brasileiro do Mato Grosso do Sul. A expansão pode ser tributada a várias razões, mas devemos compreendê-la num quadro diversificado que inclui desde o controle dos caminhos que permitem conectar o interior paraguaio ao Atlântico, até a possibilidade de acessar – e encomendar - milhares e milhares de índios. Tudo isso revestido num clima de tensões políticas e sociais vividas pelos primeiros colonizadores espanhóis no Paraguai, processo marcado por guerras intestinas, prisões de governadores e montagens de bandos rivais (CARDOZO, 1996). Seja como for, a expansão se fez basicamente a partir da rede sucessiva de alianças que os espanhóis travaram com os grupos Guarani, o que implicou em casamentos e na montagem de amplas redes de interdependência. De todo modo, não se pode imaginar que essa aproximação entre colonos e indígenas foi isenta de violência. Ao contrário, sucessivas revoltas dos Guarani entre as décadas de 1530 e 1570 revelam que o processo se fez também no conflito, já que a lógica da *encomienda* espanhola pressupunha mecanismos de submissão e exploração sistemática da mão de obra indígena (ESTRAGÓ, 2014).

Dessa forma, entramos numa outra percepção de fronteira, que é a que a enxerga como uma “membrana”, na qual europeus e indígenas interagem em movimentos de idas e vindas entre culturas e territórios (SLATTA, 2012). Nesse movimento, surgem os hibridismos e as mestiçagens que tanto despertaram a atenção dos estudiosos das fronteiras a partir da década

⁷⁴ O *cunhadazgo* pode ser definido como a “práctica ampliamente extendida entre los españoles y guaraníes de los alrededores de Asunción (...) a través de la cual y según las reglas de reciprocidad guaraní, otorgaban sus mujeres a los hispanos a cambio de diversas mercancías”, e também alianças políticas (PERUSSET, 2009, p. 994).

de 1990⁷⁵. Assim, ultrapassa-se a visão meramente dicotômica entre europeus e índios, e se problematiza o universo ambíguo e variável de relações. A fronteira, nessa dimensão, torna-se um lugar onde o processo de hibridismo social, biológico ou cultural ajuda a conformar um espaço com características absolutamente peculiares (PRADO, 2012).

No caso do Guairá, tanto as interações variadas entre espanhóis e indígenas, quanto entre os chamados “portugueses de São Paulo” com estes mesmos grupos indígenas colocam em pauta um universo de relações que ultrapassam os conflitos e a guerra, apesar de compreendê-los. Na história – e na historiografia - paraguaia, a presença numerosa dos chamados *mestizos*, oriundos de relações inter-étnicas, tornaram-se um dos elementos característicos da região, desde Assunção até o Guairá. Vistos ora como um perigo, já que enfraqueceriam a influência dos colonizadores, ora como vantagem, já que supririam a carência demográfica de espanhóis, de modo geral despertaram a ira dos membros da Igreja, que identificavam nestes mestiços o resultado da poligamia e de relações pecaminosas entre colonos e indígenas, o que tornava a região um verdadeiro “parahiso de mahoma”, segundo alguns (MACHAIN, 2005). Contudo, para além da mestiçagem biológica, a fronteira guairenha foi também o lugar do mestiço cultural, fenômeno difuso e fundamental.⁷⁶ Nos dizeres de um jesuíta, os moradores de Ciudad Real eram “*gente ruin (...) sus costumbres poco menos que de idolatras, olganazes, deshonestos, borrachos*” e ainda que o vinho produzido ali fosse moderado, era feito de milho, mel, cana e “*y de otras cosas segun la costumbre de los índios*”⁷⁷. A visão negativa expressava, entretanto, a realidade mesmo de um processo de mestiçagem que incorporava e (re)significava elementos das culturas em contato.

Personagens das bordas culturais, os mestiços ingressaram na historiografia na medida mesmo em que se passou a compreender os encontros de culturas – nos quais as fronteiras são em parte cenário, em parte processo -, como fenômenos dinâmicos e de transculturações (PRADO, 2012). Curioso é, ademais, pensar que desde a década de 1950 o mestiço, biológico e cultural, faz parte da historiografia produzida sobre São Paulo. Da pena de Sérgio Buarque de Holanda saíam algumas das páginas mais significativas sobre este personagem – identificado também como *mameluco* -, que é apresentado como o resultado do encontro da cultura do português com o indígena em terras de Piratininga e pelos sertões (HOLANDA,

⁷⁵ Cito aqui apenas um trabalho referencial: Gruzinski (2001).

⁷⁶ Sobre mestiçagem no mundo luso-castelhano, ver: Paiva (2015).

⁷⁷ “*Informe de um jesuíta anônimo sobre as cidades do Paraguai e do Guairá espanhóis, índios e mestiços*”. In: Cortesão (1951, p.173).

1994). No aprendizado dos caminhos, das plantas, dos alimentos e dos métodos, o paulista transformava-se no mestiço por excelência, tornando os sertões uma fronteira em constante processo de expansão, conformada por uma sociedade em contínuo movimento (LANGFUR, 2014). Mesmo que inspirado nas ideias fundantes de Frederick Jackson Turner, Holanda não torna a fronteira um aspecto determinante do sujeito, mas ainda assim é um elemento chave para compreender, por exemplo, a mobilidade e a plasticidade deste paulista que avança pelos territórios adaptando-se aos mais diversos cenários e condições materiais⁷⁸. O que parece relevante é pensar neste mestiço, paraguaio e paulista, na perspectiva de uma história comparada como a que John Elliott propugnou, qual seja, a de uma história que é também conectada (ELLIOTT, 2003). Desse modo, devemos fugir de uma leitura sobre estes sujeitos híbridos que povoavam o território que ia de Assunção a São Paulo como parte de realidades separadas por fronteiras nacionais. Ao contrário, devem ser vistos como elementos conectados de uma história de trânsitos fronteiriços e transculturação num espaço que era – não nos devemos esquecer – contíguo.

A DINÂMICA EXPERIÊNCIA DA FRONTEIRA

Aqui entramos na temática das *fronteiras nacionais*, talvez uma das mais tradicionais concepções de fronteira, qual seja, aquela que demarca limites entre países (SLATTA, 2012). Até a década de 1980 predominou, entre os estudiosos, percepções de fronteiras coloniais nas Américas como o resultado de disputas políticas e militares entre nações. Desse modo, elas prefiguravam, no contexto colonial, o que viriam a ser os territórios e limites nacionais (PRADO, 2012). Organizavam-se verdadeiras retrospectivas da história de batalhas e tratados que teriam conformado aos poucos os territórios dos países. O Guairá sofreu também desta análise, já que foi um dos palcos fundamentais da atuação dos chamados bandeirantes, vistos como alargadores das fronteiras pátrias brasileiras⁷⁹. Nessa visão, num processo de disputa geopolítica consciente, os paulistas, através das bandeiras, teriam ampliado os domínios portugueses em detrimento da presença castelhana, tornando letra morta o Tratado de Tordesilhas (1494), que limitara a presença lusa à costa atlântica. Em contrapartida, mas respondendo ao mesmo movimento, a

⁷⁸ Para discutir a influência de Turner na obra de Sérgio Buarque de Holanda, ver: Wegner (2000).

⁷⁹ A historiografia *bandeirante* é exaustiva. Aqui, basta lembrarmos de Alfredo Ellis, Alfonso Taunay e Ernani da Silva Bruno.

historiografia paraguaia analisou o território guaireño pela perspectiva da perda, de um espaço nacional subtraído pela sanha predatória dos paulistas. Entre perdas e ganhos, de lá e de cá, consolidou-se a visão sobre um espaço pelo que ele representaria em termos de territórios nacionais e suas rivalidades, e não pela própria dinâmica colonial - cheia de possibilidades em aberto -, pelos hibridismos dos contatos e pelas redes de alianças.

Trilhando esta vereda, os bandeirantes paulistas são analisados de modo que parecem irromper no Guairá a partir de 1628, num ataque frontal às reduções jesuíticas instaladas naquela região, num processo que teria mobilizado milhares de homens, entre brancos, mamelucos e tupis em uníssono. Buscavam, nessa visão, expulsar o que poderia ser considerado como invasores – os padres jesuítas - e capturar índios, muitos deles originários de São Paulo e que haviam fugido para junto do abrigo das missões da Companhia de Jesus. As vilas castelhanas, pouco mencionadas, evanescem junto com as reduções. Assim, até o marcante ano de 1641, com a batalha de M' Bororé, na qual os paulistas teriam sido derrotados, sucessivamente a região se tornaria palco de um alargamento territorial empreendido por bravos e intrépidos bandeirantes com uma clara consciência da disputa que empreendiam em nome da Coroa de Portugal. Nesse sentido, talvez o maior nome ainda seja Jaime Cortesão, que entendeu o Guairá como um lugar predestinado a ser um campo de batalha e a pertencer aos paulistas, já que ele participaria de uma unidade geográfica e uma espécie de “sistema circulatório” inteiramente relacionado à Capitania de São Vicente e à vila de São Paulo de Piratininga (CORTESÃO, 1958, p. 47).

Já na ótica paraguaia, tanto Ramon Cardozo, quanto seu filho, Efraim Cardozo, lamentaram a “subtração” de região tão rica (CARDOZO, 1938; CARDOZO, 1996). Em geral, valorizaram a ocupação castelhana levada a cabo pelos conquistadores e *encomenderos*, questionando, contudo, a presença jesuítica como a grande causa do empobrecimento dos espanhóis na região e da atração da fúria dos paulistas. Ainda nessa direção, Julio César Chaves buscou analisar o Guairá não pelo seu valor em si, mas pela alternância que a região vivia entre a órbita de Assunção e a de São Paulo. No fundo, o lamento era pela predominância paulista, ao final das contas (CHAVES, 1968). Nestas perspectivas, os agentes que viviam cotidianamente aquele território tornavam-se meras peças de uma disputa com final já pré-determinado. Muitas vezes, eram simplesmente apagados: índios, colonos e agentes comerciais, por exemplo, eram sublimados pelo movimento de tropas, escaramuças e tratados. Não participavam de um processo aberto, dinâmico, e vivido no território em seu

sentido presente. Dessa forma, as terras fronteiriças tornavam-se como *no man's land* sobre as quais soldados e bandeiras expansionistas agiam para incorporá-las para suas respectivas “nações”.

A crítica a essa perspectiva de fronteira fechada avança na década de 1990, quando ela passa a ser percebida como um lugar efetivamente povoado e com dinâmicas particulares alheias, em grande parte das vezes, aos grandes conflitos geopolíticos ou fronteiriços. Em relação ao Guairá – mas não só -, em trabalho recente, Tamar Herzog questiona a visão que atribuía às fronteiras americanas um sentido artificial, pois resultante da imposição dos poderes coloniais. A autora tenta mostrar como elas surgem sobretudo internamente, fruto das interações entre os mais diversos agentes locais, e nas quais os conflitos, quando ocorrem, em grande parte das vezes é descontrolado e não planejado (HERZOG, 2015). Muitos personagens reproduziam, assim, uma experiência de fronteira que vinha da Península Ibérica. Entre Portugal e Espanha, junto a limites bem definidos, entrecortados por castelos e fortes, fontes de litígio e conflitos bélicos, existiam também inúmeras fronteiras fluidas, porosas, organizadas no cotidiano de populações que as transpunham cotidianamente para trocas comerciais, visitas a parentes e contatos sociais e políticos. Em verdade, em grande parte das vezes, ambas as dimensões conviviam (MAGALHÃES, 1994). Dessa maneira, surge uma fronteira ocupada, animada por agentes diversos e que se define no cotidiano.

Ao par de uma visão que “despovoava” a região guairenha, também existiu uma certa imagem do Guairá como uma simples zona de passagem para o Peru. Desse modo, os caminhos interiores pareciam passar pela região para permitir apenas que contrabandistas, *peruleros*, missionários e aventureiros chegassem às minas de Potosí. A região novamente deixava de valer por si para valer por outrem. A fronteira era, assim, uma ponte que ligava dois mundos distintos. Aqui creio fundamental recuperar o episódio narrado no início, quando nossos comerciantes portugueses – e o canarino – foram presos na boca do Ivaí. As redes de relações revelavam, dizíamos, vilas, *pueblos* e missões. De fato, uma mirada sobre o território guairenho na década de 1620 revela um amplo espaço ocupado. Além das aldeias indígenas, muitas delas já reduzidas como *pueblos* de índios encomendados, vilas castelhanas serviam de pivô na ocupação dos territórios. Bases da conquista e da expansão, as vilas na América espanhola cumpriam papel decisivo na submissão territorial e na expansão sucessiva (ELLIOTT, 2006). No Guairá, a primeira foi Ontiveros, fundada em 1554, nas margens do rio Piquiri, provavelmente num dos ramais do chamado caminho do Peabiru (CHMYZ, 1976).

Esta vila foi despovoada em 1557, quando seus moradores seguiram um novo capitão na fundação de uma nova vila, Ciudad Real del Guairá, cerca de dez quilômetros da primeira e situada na margem esquerda do rio Paraná, acima da foz do rio Piquiri. Ciudad Real nunca foi muito próspera. Martín del Barco Centenera a chamou de “ciudad enferma” em seu poema *Argentina* (1602), e ela nunca ultrapassou 50 *vecinos*. Em 1570, foi fundada Villa Rica del Espiritu Santo, cerca de 60 léguas de Ciudad Real. Como o próprio nome diz, estava na motivação de sua criação a esperança da descoberta de ricas minas. Esta vila seria trasladada em 1589 para um novo lugar, na foz do rio Corumbataí com o Ivaí. Um pouco mais próspera que Ciudad Real, Villa Rica chegou a ter algo mais que 100 *vecinos* e se sustentou na exploração de vinhas, algodão, cana de açúcar, milho, da criação de gado e do beneficiamento de minério de ferro (CARDOZO, 1938). Mais ao norte, subindo o Paraná, nas proximidades do rio Iguatemi, fundou-se uma terceira vila, Santiago de Jerez, que também foi trasladada em 1599 para as margens do rio Ivinhema na confluência com o rio Aquidauana.

Além das vilas - todas abandonadas em 1632, na esteira da grande entrada dos bandeirantes -, existia ainda uma mina de ferro, chamada de Tambó, local onde se fundia algumas peças conhecidas como *cuñas*, que serviam para resgate com os indígenas; um relativamente movimentado porto fluvial conhecido como Maracayú, na margem direita do rio Paraná, nas nascentes do rio Jejui-Guazú, que desembocava no Paraguai e conectava a região com Assunção; e as diversas reduções jesuíticas fundadas, sistematicamente, no Guairá: Santo Inácio Menor e Nossa Senhora de Loreto, ambas nas margens do Paranapanema e criadas em 1610; São José, São Francisco Xavier e São Miguel, nas margens do Tibagi; Jesus Maria, Santo Antônio e São Pedro, nas do Ivaí; São Paulo, Los Angeles e São Tomé, nas margens do Corumbataí; de Conceição nas do Piquiri e a de Santa Maria, nas do Iguaçú, todas fundadas entre os anos de 1625 e 1628, e alvo primordial da fúria dos paulistas entre 1628-1632. Todos estes pontos de ocupação do território funcionavam como fixos num sistema de fluxos, interligados por redes de caminhos – fluviais e terrestres – que permitiam a interação social e econômica da região (SANTOS, 2006). Desse modo, enxergá-la como simples ponte, ou zona de passagem, é deixar de prestar atenção naquele território como um centro animado, e povoado, de uma intensa rede de relações. Ademais, o espaço guairenho deve ser pensando nas suas próprias articulações, tanto com Assunção, capital da Província, quanto com São Paulo de Piratininga, vila portuguesa na Capitania de São Vicente e oportunidade de acesso ao Atlântico.

COMÉRCIO, CONTRABANDO E PODERES COLONIAIS

Isso nos lança numa outra dimensão fundamental das discussões sobre fronteira: a econômica. Ainda aqui sendo pensada como uma *membrana*, ela abre inúmeras possibilidades de compreensão das redes de relações comerciais estabelecidas entre colonos e indígenas, um dos fundamentos das interações propiciadas pela dinâmica colonial (SLATTA, 2012). Além disso, os espaços fronteiriços são férteis para os estudos de contrabando, circuitos mercantis, logística, mecanismos de crédito e comércio. O Guairá, nessa perspectiva, deve ser visto como parte de um mercado regional transfronteiriço.

As vilas do Guairá sobreviviam essencialmente das *encomendas* de índios, a maior parte delas de pequeno porte, e com poucos índios. Contudo, algum excedente era comercializado com outras regiões. Um villariquenho chamado Francisco Benitez chegou a vender vinho e produtos da terra em São Paulo, em 1604.⁸⁰ De todo modo, o principal produto comercial foi mesmo a erva mate, grande riqueza regional, explorada naturalmente na Serra de Maracayú, próxima ao porto do mesmo nome. De uso costumeiro entre os Guarani, a *ilex paraguayensis* alimentava um circuito comercial que compreendia índios de diversas partes, *mestizos* e colonos. Engatava a economia paraguaia nas principais redes econômicas da América Meridional, especialmente no chamado “espaço peruano”, atrelado a Potosí, mas também no Atlântico via caminhos interiores até São Paulo e São Vicente.⁸¹ A erva era colhida, torrada, moída e transformada em pó, depois levada ao porto de Maracayú, onde servia como moeda de troca por mercadorias como tecidos variados, e depois seguia pelas balsas por diversos caminhos. Era essencialmente extraída pelos índios encomendados em regime intenso de exploração, o que teria sido um dos grandes pontos de tensão nas antigas alianças estabelecidas entre colonos e indígenas, além de ser motivo de embates com os jesuítas (MONTEIRO, 1982). A visita de um ouvidor da Audiência de Charcas resultaria numa série de ordenações que visavam exatamente controlar a cobiça dos *encomenderos*

⁸⁰ “Proceso obrado en la villa rica del espiritu santo, contra el capn. Franco. Benitez, por haver metido três portugueses por la via de San Pablo. Año 1616”. In: *Bandeirantes no Paraguai. Século XVII. Documentos Inéditos*. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 1949.

⁸¹ O espaço peruano é definido por Assadourian (1983). Em relação às conexões do Guairá com a Capitania de São Vicente, ver: Vilaridaga (2014).

sobre o trabalho dos índios nos ervais (VAQUERO, 1993). Ademais, a erva servia ainda como pagamento aos próprios índios e como moeda de troca nas operações comerciais locais.

O historiador Juan Carlos Garavaglia, que se deteve especialmente sobre a produção e comercialização do mate no Guairá, compreende a região como uma fronteira interna do império espanhol, nos limites da expansão colonial, mas permeável, no qual índios e colonos participavam de tratos comerciais e redes de relações continuadas. De todo modo, por ocupar a periferia do vice-reinado do Peru, seria um espaço de pouco interesse para as redes de comércio legal e de contrabando (GARAVAGLIA, 2008). De fato, nos parece que os principais circuitos comerciais efetivamente passavam ao largo não só do Guairá, como de Assunção, centrando-se essencialmente na rota que conectava Potosí a Buenos Aires. Contudo, a importância mesmo da erva-mate, testemunhada inclusive por viajantes contrabandistas, como o misterioso Acarette du Biscay, que em 1657 dizia como com a *“llamada yerba del Paraguay” se realizavam “un gran negocio en todas las Indias Occidentales”*, parece indicar que alguma oportunidade de ganho a região oferecia (BISCAY, 2014, p. 33). Em nossas investigações, alguns tratantes em contrabando – como Maldonado, citado aqui – seguiam desde São Paulo com tecidos e outros objetos rumo a Maracayú em busca de tratos comerciais com a erva mate (VILARDAGA, 2017). Desse modo, o Guairá deve ser pensado a partir de uma perspectiva que a torna uma fronteira permeável, limite da expansão espanhola, na qual índios e colonos interagiam inclusive comercialmente, mas também como uma fronteira na qual agentes portugueses e espanhóis praticavam trocas e estabeleciam tratos comerciais em torno de um importante produto local. Nada diferente, inclusive, do que já se praticava cotidianamente nas fronteiras – ou *rayas* – ibéricas, como aqui já dissemos. Ademais, o contrabando, prática comercial revestida de ilegalidade, ao contrário do que muitas vezes se pensou, era não o resultado da ineficiência do império espanhol ou de um mundo econômico que corria em paralelo, mas parte fundamental e estruturante mesmo das relações comerciais e da organização das redes mercantis nas Américas e até mesmo em suas conexões atlânticas. Desse modo, não se restringia às chamadas periferias e franjas fronteiriças, mas se espalhava por todas as dimensões das colônias⁸².

A perspectiva de ser pensar as fronteiras como periferias isoladas e cenário de comércio ilícito pode dar margem, por outro lado, a interpretações do espaço fronteiriço como uma espécie de lócus de violência, marginalidade e banditismo. Espaço de contrabando e práticas

⁸² A respeito do contrabando nas colônias ibéricas, ver: Cavalcante (2006); Moutoukias (1988) e Pijning (2001).

ilegais sem controle, pois ausente de autoridades. Desse modo, na “liberdade” das fronteiras surgiriam personagens típicos, indômitos, que contribuiriam para a criação de uma quase mitologia de tipos de fronteira (SLATTA, 2012). O Guairá não parece ter gestado um tipo peculiar, mas foi palco de atuação de um deles, o bandeirante, espécime típica dessa amplíssima fronteira chamada sertão⁸³. Ainda nessa linha de interpretação, teriam agido ao arrepio da lei, incontroláveis, em espaços onde as autoridades seriam ausentes. Assim, o Guairá aparece como uma área de transgressão, no qual predominaram “*relações comerciais ilícitas, de tráfico humano e de corrupção de costumes, que passaram a desafiar as estruturas hegemônicas da sociedade de conquista*” (SCHALLENBERGER, 2012, p. 34-35). O risco de enquadrarmos a sociedade fronteira numa moldura excêntrica, desconectada do tecido colonial, é grande nesta perspectiva. Contudo, ao observamos atentamente o Guairá neste contexto, é perceptível o envolvimento dos governadores, tanto da América portuguesa, quanto da Província do Paraguai, em cada processo dinâmico que se desenrolou naquele cenário.

D. Francisco de Souza, sétimo governador geral do Brasil, permaneceu em São Paulo entre os anos de 1599-1603 e 1609-1611, e foi artífice de grande parte da estrutura das bandeiras e um de seus grandes impulsionadores. Descer índios para reduzi-los em aldeamentos a partir dos quais prestariam serviços em minas e plantações, era o grande projeto – profundamente castelhano – do governador. Foi animador de contatos da Capitania de São Vicente tanto com Buenos Aires, pelo viés atlântico, quanto pelos caminhos interiores, com o Paraguai. De Assunção, Hernandarias de Saavedra, três vezes governador nas Províncias do Paraguai e Rio da Prata, e Manoel de Frias e Luis de Céspedes e Xeria, primeiros governadores da recém-criada Província do Paraguai, também foram, em diversas ocasiões, entusiastas dos contatos entre as partes ibéricas da América. Manoel de Frias atestou aos comerciantes presos no Ivaí, que o caminho era seguro, e sua especial atenção na investigação do paradeiro da carga sugere que ele próprio era dono de parte do contrabando. Xeria tomou posse de seu cargo depois de uma viagem de dezenove dias que fez desde São Paulo pelo Tietê. Vinha casado com a prima a sobrinha do capitão-mor da Capitania do Rio de Janeiro (VILARDAGA, 2014). Ademais, de Charcas, com maior ou menor eficiência, chegavam ordenações e ordens regulares. Dentre elas, as *Ordenanzas* de Alfato, de 1612, que procuraram regular as encomendas no Paraguai. Como em toda a América, os protestos foram grandes. Por fim, o espaço guairenho se tornou um dos principais terrenos de experimentação

⁸³ Uma reflexão sobre o significado do “sertão” pode ser encontrada em: Moraes (2000).

jesuítica na América Meridional. Sobre aquele território, o olhar atento da Companhia de Jesus produziu cartas, relações e crônicas que chegaram aos meandros dos poderes de Roma e Madrid. Despertaram reações e providências, mas não foram vozes isoladas dentre os agentes presentes no Guairá. Seja como for, me parece que olhar para o espaço guairenho como um lugar essencialmente marcado pela ilegalidade e ausência de leis, elabora um recorte parcial daquele universo. Melhor seria compreender o Guairá como um espaço no qual o legal e o ilegal, a obediência e a contravenção, andaram juntos, outrossim, como nos demais espaços.

A FRONTEIRA MISSIONEIRA

Por fim, entramos numa última abordagem sobre a fronteira guairenha: a de território fronteiriço essencialmente missioneiro. Tributária em parte da mesma visão de “vazio” colonial, tal perspectiva pensa as missões jesuíticas como instituições “civilizadoras” que se instalam em espaços apartados das áreas de expansão colonial. Agindo nas franjas, isoladas, cumpririam papéis de modo geral delegados a instituições do Estado. Tal visão dialoga diretamente com a interpretação de Herbert Bolton, um dos fundadores da chamada “Escola da Fronteira”, nos EUA, na década de 1920, e que compreendeu as fronteiras castelhanas setentrionais como áreas de presença fundamentalmente jesuítica (BOLTON, 1991).

No caso guairenho, esse legado é bastante forte, reiterando uma certa noção de que os jesuítas atuavam preferencialmente em espaços hostis e perigosos, elemento também em parte reforçado pela própria retórica jesuítica presente na documentação da ordem (QUARLERI, 2009). O risco aí é asseverar que as missões funcionavam em completo isolamento em relação aos outros agentes coloniais, pelo menos até que a irrupção dos bandeirantes transformasse tudo em terra arrasada. Em algumas análises, a chegada dos jesuítas teria se dado sobre um território totalmente desconhecido dos europeus: *“fueron, probablemente, los primeros europeos que se adentraron en las regiones a este de Asunción – el Guairá – y tomaron contacto con los indígenas de la zona”* (ARMEMI, 1996, p. 62).

Claro deve estar que tal perspectiva deve ser contrariada. As reduções jesuíticas se instalaram na região a partir de 1610, tempo no qual não só as vilas castelhanas cumpriam pelo menos quatro décadas de presença, como o universo de conexões com o mundo lusitano de São Paulo também já se tornara rotina. Em 1606, um português chamado Manoel Pinheiro,

preso em Assunção por ter feito o caminho proibido e ter adquirido mate com mercadoria de contrabando, relatou que só nos dois meses que ele permaneceu no porto de Maracayú, pelo menos em três ocasiões moradores de São Paulo passaram por ali para comerciar⁸⁴. Ademais, os franciscanos já tinham sido pioneiros na missão na região desde os anos 1560 (SALAS, 2003). O próprio processo que aqui apresentamos no começo do texto reforça esse mundo de conexões, no qual os agentes participaram de distintas formas na dinâmica colonial. Lembremos que algumas das mercadorias confiscadas foram entregues a dois jesuítas, dentre eles Cataldini, pioneiro das missões do Paranapanema. A carga entregue a ele foi, teoricamente, destinada a ser devolvida a Maldonado, mas isso pouco importa. O relevante aqui é pensar como as reduções estão plenamente integradas num contexto de relações sociais e de organização de um espaço do qual são partícipes, como outros.

Por fim, é fundamental questionarmos as próprias reduções jesuíticas como locais homogêneos e totalmente autônomos. Ao longo do tempo, mesmo que buscassem desenvolver um “modo de produção” autárquico, as missões eram profundamente dependentes das redes mercantis regionais (GARAVAGLIA, 1978). Ademais, o interior das missões abrigava múltiplas identidades étnicas e foram, ao final das contas, um elemento importante na constituição de uma etnogênese Guarani, processo na qual os indígenas não foram coadjuvantes ou sujeitos passivos, mas agentes decisivos⁸⁵. Guillermo Wilde (2009) analisou isso e mostrou como modos e práticas indígenas se introduziram nas reduções, atuando diretamente nas formas de organização missional, nas hierarquias, nas relações de poder e na composição de identidades, esta última resultante de um jogo estabelecido na relação permeável entre índios de missão, índios chamados de *infiéis*, colonos e autoridades coloniais. Portanto, longe de qualquer isolamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso percurso pelas diversas possibilidades de abordagem sobre fronteiras, espelhadas aqui no caso concreto do Guairá colonial, não pretendeu desabonar tal ou qual perspectiva. Buscou, tão somente, fugir de alguns enquadramentos rígidos. Assim, quisemos aqui, nos limites deste texto, compreender o espaço guaireño como um território no qual complexas

⁸⁴ ANA, Sección Civil y Criminal, Libro 1549, 4.

⁸⁵ O conceito de etnogênese trabalhado em perspectiva fronteiriça e reforçando a noção de agência indígena, tem em Guillaume Bocarra uma de suas principais referências (BOCARRA, 2002).

relações sociais foram intensamente experimentadas entre os séculos XVI e XVII. Um espaço fronteiriço cheio de interações, cruzamentos, circulações e embates. Vista duplamente, como fronteira interna - pois limite de uma jurisdição castelhana -, mas também externa - pois colocou em contato zonas de influência de impérios coloniais distintos -, ela também compreendeu ainda toda uma população indígena, agente na apropriação dos espaços, nas redes circulatórias, nas composições de alianças e identidades, e nos tratos mercantis. Uma fronteira porosa e fluída, na qual indígenas, *mestizos*, mamelucos, “portugueses de São Paulo”, colonos castelhanos, jesuítas e autoridades coloniais participaram da construção de um sentido daquele território, definindo fronteiras no cotidiano das relações, para além de rivalidades ibéricas, de aprisionadores determinismos fronteiriços ou de terras supostamente vazias.

BIBLIOGRAFIA

ANA, Archivo Nacional de Asuncion, Seção Historia, vol. 36, n.23, s.d.

_____. **Seccion Civil y Criminal**, Libro 1549, 4.

ARMEMI, A. **Ciudad de Deus y ciudad del sol**. El “Estado” jesuíta de los guaraníes. (1609-1768). México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

ASSADOURIAN, C. S. **El sistema de la economia colonial**: el mercado interior, regiones y espacio económico. México, DF: Nueva Imagem, 1983.

BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P. **Teorias da etnicidade**. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Unesp, 1998.

BISCAY, A. **Relación de un viaje al Río de la Plata y de allí por tierra al Perú**. Buenos Aires: Editorial Claridad, 2014.

BOCARRA, G. Colonización, resistencia y etnogénesis en las fronteras americanas. In: BOCARRA, Guillaume (ed.). **Colonización, resistencia y mestizaje en las Americas (siglos XVI-XX)**. Quito: IFEA-Abya-Yala, 2002.

BOLTON, H. E. La mision como institucion de la frontera en el septentrion de Nueva España. In: SOLANO, F.; BERNABEU, S. (Coords). **Estudios (Nuevos y Viejos) sobre la frontera**. Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, Centro de Estudios Históricas: Madrid, 1991.

BROCHADO, J. P. A expansão dos Tupi e a cerâmica da tradição policrômica amazônica. In: **Dédalo**, São Paulo, n. 27, p. 65-82, 1989.

CARDOZO, E. **El Paraguay de la Conquista**. Asuncion: El Lector, 1996.

CARDOZO, R. **La Antigua Provincia de Guairá y la Villa Rica del Espíritu Santo**. Buenos Aires: Librería y Casa Editora de Jesús Menéndez: 1938.

CAVALCANTE, P. **Negócios de Trapaça. Caminhos e Descaminhos na América Portuguesa (1700-1750)**. São Paulo: Hucitec, 2006

CHAGAS, N. M.; MOTA, L. T. **O Guairá: a conquista e as relações interculturais nos territórios indígenas no Paraná, de 1500 a 1630**. História do Paraná: pré-história, colônia e império. Maringá: Eduem, 2011.

CHAVES, J. C. **Descubrimiento y conquista del Rio de la Plata y el Paraguay**. Assuncion: Nizza, 1968.

CHMYZ, I. Arqueologia e história da vila espanhola de Ciudad Real do Guairá. **Cadernos de Arqueologia**, UFPR, ano 1, n 1, 1976.

CORTESÃO, J. **Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1958.

_____. (Org.). **Jesuítas e bandeirantes no Guairá (1549-1640)**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional/ Divisão de Obras Raras, 1951.

ELLIOTT, J. H. **Impérios del Mundo Atlântico**. España y Gran Bretaña en América (1492-1830). Madrid: Taurus, 2006.

ELLIOTT, J. **España en Europa**. Estudios de historia comparada. Valencia: Universitat de Valencia, 2003.

ESTRAGÓ, M. D. Conquista y colonización (1537-1680). In: TELESCA, I. (Org). **Historia del Paraguay**. Asuncion: Taurus, 2014.

GARAVAGLIA, J. C. **Mercado interno y economia colonial: tres siglos de historia de la yerba mate**. Rosario: Prohistoria ediciones, 2008.

_____. Um modo de produção subsidiário: a organização econômica das comunidades guaranizadas durante os séculos XVII-XVIII na formação regional alto-peruano-rioplatense.

- In: GEBRAN, P. (Coord.). **Conceito de Modo de Produção**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- GRUZINSKI, S. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- HERZOG, T. **Frontiers of possession**. Spain and Portugal en Europe and Americas. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2015.
- HOLANDA, S. B. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- LANGFUR, H. Frontier/Fronteira: a transnational reframing of Brazil's inland colonization. In: **History Compass**, 12/11, p. 843-852, 2014.
- LIZÁRRAGA, F. R.. **Descripcion breve de toda la tierra del Perú, Tucumán, Río de la Plata y Chile**. Vol II. Buenos Aires: Librería la Facultad de Juan Roldán, 1916.
- MACHAIN, L. **El gobernador Domingo Martínez de Irala**. Asunción: Acad. Paraguaya de Historia, 2005.
- MAGALHÃES, J. R. Fronteras y espacios: Portugal y Castilla In: TORRES, A. M. C. (Org.) **Las relaciones entre Portugal y Castilla en la época de los descubrimientos y la expansion colonial**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca; 1994.
- MELIÁ, B. **El Guaraní, conquistado y reducido**: ensayos de etnohistoria. 2 ed. Asunción: Universidad Católica, 1988.
- MONTEIRO, J. Os Guarani e a História do Brasil Meridional. In: CUNHA, M. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1982.
- MORAES, A. C. R. **Bases da formação territorial do Brasil**: o território colonial brasileiro no longo século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MOUTOUKIAS, Z. **Contrabando y control colonial en el siglo XVII**: Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1988.
- PAIVA, E. F. **Dar nome ao novo**. Uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho). Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015.
- PERUSSET, M. "Reglamentación jurídica vs. usos y costumbres en el Paraguay colonial temprano (1542-1612). In: **Antíteses**. 2 (4); p. 991-1010, julho-dezembro de 2009.

PIJNING, E. Contrabando, ilegalidade e medidas políticas no Rio de Janeiro do século XVIII. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo: ANPUH, v. 21, n. 42, p. 397-414, 2001.

PRADO, F. The fringes of empires: recente scholarship on colonial frontiers and borderlands in Latin America. In: **History Compass**, 10/4, p.318-333, 2012.

PROUS, A. **O Brasil antes dos brasileiros**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

PUSINERE, A.; ZALAZAR, R. El período prehispánico. In: TELESCA, I. (Org). **Historia del Paraguay**. Asuncion: Taurus, 2014.

QUARLERI, L. **Rebelión y guerra en las fronteras del Plata**. Guaraníes, jesuitas e imperios coloniales. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

SALAS, F. J. L. **Villarica y los franciscanos**. Asunción, 2003.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2006.

SÃO PAULO, Prefeitura Municipal de. **Bandeirantes no Paraguai**. Século XVII. Documentos Inéditos. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 1949.

SÃO PAULO, Estado de. **Inventários e Testamentos de São Paulo**. Vol.10. Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo.

SCHALLENBERGER, E. “Gênese do Guairá: caminhos, fronteiras e território”. In: MEZZOMO, F. A.; HAHN, F. A.; PÁTARO, C. S. (Orgs.). **Constituições de territórios paranaenses: olhares da história**. Campo Mourão: Ed. Fecilcam, 2012.

SLATTA, R. W. Comparing and exploring frontier myth and reality in Latin America. In: **History Compass**, 10/5, p 375-385, 2012.

SOARES, A. L. R. **Guarani: organização social e arqueologia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

TELESCA, I. (Org). **Historia del Paraguay**. Asuncion: Taurus, 2014.

VAQUERO, Q. A. **El indio peruano y la defensa de sus derechos**. Lima: Fondo Editorial de la Pontifica Universidad Católica del Perú, 1993.

VILARDAGA, J. C. Na bagagem dos peruleros: mercadoria de contrabando e o caminho proibido de São Paulo ao Paraguai na primeira metade do século XVII. In: **Anais do Museu Paulista**. vol.25, n.1, : 127-147, 2017.

_____. **São Paulo no império dos Felipes**: conexões na América Meridional: 1580-1640. São Paulo: Editora Intermeios, 2014.

WEGNER, R. **A Conquista do Oeste**: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

WILDE, G. **Religión y poder en las misiones de Guaraníes**. Buenos Aires: Editorial SB, Serie Historia Americana, 2009.

“Esta obra é o segundo volume da série "FACES DA FRONTEIRA". O objetivo desta série é executar diálogos técnicos e reflexivos das diversas "faces" existentes nas diversas construções da fronteira brasileira, cujo avanço que esta coletânea apresenta neste diálogo diz respeito ao núcleo desencadeador da mesma (...).

O expediente escolhido foi a proposição de trabalhos locais com autores de outras universidades brasileiras e argentinas, de sorte a colocar em interface posições e temáticas díspares, embora unidas na questão da fronteira”.



ISBN: 978-85-5476-004-5